

TERÇA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2010

PRESIDENTE: BUZEK

Presidente

1. Abertura do período de sessões

(A sessão tem início às 09H05)

2. Entrega de documentos: ver Acta

3. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

4. Apresentação do Colégio de Comissários e declaração sobre o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão (debate)

Presidente. – Gostaria de saudar calorosamente a presença nesta sessão do Senhor Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e dos Senhores Comissários indigitados. Sejam todos bem-vindos, incluindo os nossos convidados.

Estamos perante uma das decisões mais importantes desta legislatura. Porque foi a nós que os cidadãos da Europa confiaram a tarefa de eleger a melhor Comissão Europeia. Concluímos as audições e recebi 26 cartas de recomendação. Pela primeira vez na história, estamos a eleger a Comissão Europeia na qualidade de seu co-legislador, o que nos coloca na posição de ter de trabalhar em colaboração particularmente estreita com a Comissão Europeia. Representamos duas instituições da União Europeia. Neste âmbito, estabelecemos provisoriamente um novo acordo-quadro, que hoje vamos aprovar. Votaremos este acordo às 12H00. A votação terá lugar às 12H00. Antes disso, poderá haver um curto intervalo, se terminarmos o debate cedo.

Queremos que a União seja representada por instituições mais dinâmicas e essa é a razão por que o acordo é tão importante para nós. Temos também a experiência positiva dos últimos meses. A sessão de debate directo com o Senhor Presidente da Comissão Europeia, aqui no Plenário, foi coroada de êxito. Vamos ter contactos semelhantes com os Senhores Comissários, com os Senhores Vice-Presidentes da Comissão Europeia e, desta forma, vamos ter uma sessão de perguntas e respostas que nos ajudará a compreender o trabalho da Comissão. Existem também muitas soluções no nosso novo acordo-quadro de que não dispúnhamos antes. No seu trabalho, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu devem também ter em consideração as opiniões dos parlamentos nacionais, que representam o princípio da subsidiariedade na União Europeia.

Estou certo de que isto constitui não só o início de uma nova década, mas também de uma nova maneira de trabalhar na União Europeia. Todos acreditamos que assim será. Trinta anos após as primeiras eleições directas para o Parlamento Europeu, estamos perante outra grande mudança. Entrámos numa nova era no trabalho do Parlamento - uma instituição europeia.

Gostaria agora, no início do nosso debate, de pedir ao Senhor Presidente José Manuel Barroso que faça uso da palavra.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão promove o interesse geral da União e toma as iniciativas adequadas para esse efeito. Vela pela aplicação dos tratados e das medidas aprovadas pelas instituições por força destes. Controla a aplicação do direito da União sob a fiscalização do Tribunal de Justiça da União Europeia. Executa o orçamento e gere os programas. Exerce funções de coordenação, de execução e de gestão, em conformidade com as condições estabelecidas nos tratados. Com a excepção da política externa e de segurança comum e dos restantes outros casos previstos nos tratados, assegura a representação externa da União. Toma a iniciativa da programação anual e plurianual da União com vista à obtenção de acordos interinstitucionais.

Senhoras e Senhores Deputados, como sabeis, este é o texto do artigo 17.º, n.º 1, do Tratado da União Europeia, do Tratado de Lisboa. Li-o aqui porque ele demonstra a importância da Comissão para a realização

do projecto europeu, uma Comissão que, de acordo com o mesmo artigo, é responsável enquanto colégio perante o vosso Parlamento.

Desta maneira, hoje, assistimos à democracia europeia em acção. Hoje, o vosso Parlamento, composto por representantes directamente eleitos pelos cidadãos europeus, é chamado a dar o seu veredicto sobre o novo Colégio de Comissários.

Juntando-se à votação sobre o Presidente da Comissão, efectuada a 16 de Setembro de 2009, esta votação constitui um elemento essencial da legitimidade democrática da Comissão e, como tal, do projecto europeu no seu conjunto.

A equipa que hoje se apresenta perante vós está pronta a enfrentar os desafios que tem diante de si. É uma equipa que conjuga experiência e ideias novas, que reflecte o amplo espectro de abordagens e sensibilidades que fazem da Europa esta maravilhosa terra de ideias. É uma equipa em que podeis votar confiadamente, uma equipa que merece o vosso apoio.

E agora? Como vai ser? As coisas voltarão ao que eram antes? Não, recuso-me a acreditar – o os nossos cidadãos não o compreenderiam - que, após estes anos de debates institucionais, prosseguiremos basicamente como estávamos antes. De facto, vivemos tempos excepcionais.

Os desafios que a crise económica e financeira, as alterações climáticas e a segurança energética - para citar apenas alguns - representam são simplesmente demasiado grandes para nós não alterarmos a nossa abordagem.

É tempo de sermos audaciosos. Está na hora de mostrarmos aos nossos cidadãos o nosso empenho, e que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa marcará realmente uma diferença na nossa capacidade de servir os seus interesses. Acredito que a nossa situação económica e social exige um corte radical com o status quo, e o novo Tratado permite que isso aconteça.

A nossa tarefa consiste em usar os novos mecanismos para criar novas dinâmicas. Por isso, afastemo-nos do fascínio intelectual do pessimismo e do denegrir constante da União Europeia, que tanto dano tem causado à imagem da Europa. Deixemos as discussões institucionais e avancemos para o impacto político.

Para ser bem-sucedida, a Europa necessita de políticas centradas nos resultados, melhores estruturas de governação e confiança na nossa capacidade para resolver os problemas que enfrentamos. A nossa moeda comum, o euro, continuará a ser um instrumento importante do nosso desenvolvimento e aqueles que pensam que ela pode ser posta em causa têm de compreender que não nos desviaremos do nosso rumo. A União Europeia dispõe dos instrumentos necessários para enfrentar todos os desafios que possam surgir relativamente a esta matéria.

Podemos começar por perguntar a nós próprios: a União Europeia é realmente importante no contexto mundial? A resposta é "sim". Mas será que a União Europeia é tão importante como devia ser no contexto mundial? A resposta é "ainda não".

A Europa é importante quando falamos a uma só voz, com firmeza, quando o interesse europeu é claramente definido e energicamente defendido: no comércio, por exemplo, e na política de concorrência. Já é menos bem-sucedida quando agimos de acordo com interesses nacionais restritos, de maneira descoordenada ou em áreas em que, colectivamente, a União Europeia não é capaz de defender e promover o seu interesse comum.

Por isso, em suma, temos de perguntar a nós mesmos: estamos a fazer tudo o que podemos para definir e defender o interesse europeu - um interesse que é mais do que a soma das suas partes? Sinceramente, creio que temos de fazer mais. Precisamos de definir o nosso trabalho no quadro de uma visão global, a mais longo prazo, daquilo que pretendemos que a União Europeia seja. Isso garantirá a coerência e proporcionará um rumo que os actores em toda a Europa poderão reconhecer e apoiar.

As orientações políticas que apresentei a esta Assembleia representam o ponto de partida para esta visão da "Europa 2020". São o resultado da nossa experiência dos últimos cinco anos e, não menos importante, são o resultado de intensos debates com esta Assembleia. Graças ao forte apoio que haveis dispensado a estas orientações, considero que elas são para nós um importante ponto de partida.

As prioridades gerais são claras: sair com êxito da crise; liderar as acções relativas ao clima e à eficiência energética; promover novas fontes de crescimento e de coesão social para renovar a nossa economia social de mercado; fazer avançar uma Europa dos cidadãos com liberdade e segurança; e abrir uma nova era para

a Europa global. Acredito numa Europa aberta e generosa, numa Europa particularmente empenhada na concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Acredito numa Europa que seja solidária, como recentemente demonstrámos ser no Haiti, onde contribuímos de maneira significativa com auxílio de emergência e contribuiremos também com uma ajuda significativa à reconstrução. Mas podemos conseguir mais através de uma melhor coordenação a nível europeu e apresentarei propostas nesse sentido, aproveitando as novas oportunidades que nos são oferecidas pelo Tratado. Além disso, o Serviço Europeu para a Acção Externa será um instrumento importante para tornar a nossa política externa mais coerente e eficaz.

Posso prometer-vos que, se este Colégio for merecedor do vosso apoio, começaremos de imediato a trabalhar, transformando as linhas de orientação políticas num ambicioso programa de trabalho - um programa de trabalho que pretendo discutir convosco.

A nossa visão para a "Europa 2020" é simultaneamente uma estratégia de reforma estrutural e abrangente e uma estratégia de saída da crise e de recuperação. Por isso, garantiremos a inclusão de medidas de curto prazo, para que a Europa volte a trabalhar na consecução dos seus objectivos a longo prazo, promovendo a criação de emprego através do crescimento sustentável.

Ocuparemos os próximos cinco anos a transformar em realidade a nossa visão: fazer da Europa uma economia social de mercado, inclusiva e eficaz em termos de recursos - que seja um reflexo daquilo que nos torna especiais, o modo de vida europeu. Isto significa um crescimento baseado no conhecimento e na inovação; a melhoria da nossa produtividade através do aumento da I&D e do desempenho no domínio da inovação; um melhor aproveitamento do potencial das TIC e a criação de um mercado único digital; um aumento dos resultados da educação, e a promoção das competências.

Isto significa uma sociedade inclusiva, com um alto nível de emprego: a capacitação das pessoas através dos elevados níveis de emprego, o recurso à flexisegurança, a modernização dos mercados de trabalho e da protecção social, o combate à pobreza tendo como objectivo a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Isto significa um crescimento mais verde: construir uma economia competitiva e sustentável, combater as alterações climáticas, acelerar a implantação de redes inteligentes e de redes verdadeiramente à escala da Europa, modernizar a base industrial da UE e transformar a União Europeia numa economia eficaz no que se refere aos recursos.

Para alcançar estes objectivos, devemos reconhecer que a interdependência das nossas economias requer mais e melhor coordenação. Alguns políticos nacionais, temos de o reconhecer, não são a favor de uma abordagem mais coordenada a nível da política económica. Mas, se queremos vencer a crise, reforçar a dimensão social e criar uma boa base para um futuro económico forte para a Europa num mundo globalizado, se queremos reforçar a nossa base industrial e lançar novos projectos europeus comuns e não apenas projectos bilaterais, então, a única via a seguir é a de uma coordenação económica mais forte.

Há outros desafios muito importantes que necessitam de ser abordados durante este mandato. Já traçámos um programa muito ambicioso e de longo alcance no domínio da justiça e dos assuntos internos. Nele não se inclui apenas a luta contra o terrorismo e a criminalidade; inclui-se também a prioridade muito importante de uma abordagem comum à questão da migração. Neste domínio, mostramos aos nossos cidadãos o nosso empenho tanto na liberdade como na segurança.

Durante este mandato, centrar-nos-emos também na revisão do orçamento e nas novas perspectivas financeiras. Cremos que devemos concentrar-nos na qualidade dos gastos, no seu valor acrescentado europeu e na sua eficácia, para que as Perspectivas Financeiras se tornem um instrumento de concretização das ambições da Europa: da nossa estratégia de crescimento e emprego e também dos objectivos de coesão económica, social e territorial.

Isto só poderá advir de instituições europeias fortes e de uma determinação de elevar o nosso nível de ambição, de propiciar a mudança. Por isso, é de saudar que uma das alterações-chave do Tratado seja o fortalecimento de todas as instituições europeias.

Tenciono servir-me disso reforçar o contributo que todos podemos dar para o projecto europeu, em conjunto. Não é altura para as nossas instituições avançarem em direcções divergentes. Claro está, porém, que a Comissão terá sempre uma relação especial com o Parlamento, dado que, ao abrigo do método comunitário, somos as duas instituições com um papel específico na identificação, articulação e concretização do interesse europeu.

Isto faz de nós as duas instituições comunitárias por excelência, com uma responsabilidade particular em velar por que a União Europeia seja mais do que a soma das suas partes. Foi neste espírito que propus, nas orientações políticas que vos apresentei, uma relação especial com o Parlamento. Foi neste espírito que discutimos um novo acordo-quadro, cujos princípios estão consignados na resolução hoje presente à Assembleia.

Este acordo-quadro deve impulsionar os nossos esforços comuns no sentido de dar respostas genuinamente europeias às questões com que os europeus hoje se confrontam. Por isso, para além de ser actualizado para reflectir o Tratado de Lisboa, o acordo deve definir novas formas de tornar a cooperação uma realidade quotidiana.

Deve ajudar-nos a moldar uma nova cultura de parceria e objectivos, a utilizar a nossa força comum para fazer avançar verdadeiramente o projecto europeu. Além disso, várias destas questões implicam uma cooperação com o Conselho. Por isso, congratular-me-ia com um acordo mais alargado que unisse os co-legisladores, juntamente com a Comissão, em torno de um conjunto de princípios para a cooperação interinstitucional.

Referi anteriormente que precisamos de ser audaciosos. Disse que não podemos continuar como se nada se tivesse passado. Delineei muitas inovações, assim como as nossas prioridades para resolver a situação social. Estou convencido de que elas fortalecerão as nossas instituições e nos ajudarão a alcançar os nossos objectivos, no pleno respeito pelos nossos valores. Porque não devemos esquecer nunca que a nossa União assenta em valores: respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e respeito pelos direitos humanos.

Abre-se hoje um novo capítulo da nossa aventura europeia. Trabalhemos em conjunto e façamos dele um verdadeiro sucesso - para todos os nossos cidadãos.

(Aplausos)

Presidente. – Foi efectuada a apresentação do Colégio dos Comissários e uma declaração acerca do acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia. A apresentação foi feita pelo Senhor Presidente Barroso. Ambas as matérias estão em discussão. A votação sobre o acordo-quadro terá lugar às 12H00 em ponto, após o que haverá um intervalo até às 13H30, e procederemos depois à votação sobre o Colégio de Comissários - é esta a ordem dos trabalhos de hoje.

Gostaria igualmente de saudar os representantes do Conselho Europeu, da Presidência rotativa e do Governo espanhol. Saudamos todos os que aqui estão hoje connosco e que escutam a nossa conversa. Sejam bem-vindos.

Joseph Daul, *em nome do Grupo PPE.* – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho Diego López Garrido, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, vamos hoje emitir o nosso veredicto sobre a nomeação da nova Comissão Europeia, um acto essencial que confirma as prerrogativas deste Parlamento e que determinará a maneira de funcionar da União durante vários anos.

No entanto, antes de deixar registada a confiança que o meu grupo e eu temos na Comissão Barroso II, desejo exprimir a minha opinião sobre o contexto em que ela será chamada a trabalhar. Em relação a isto, devo dizer que os cidadãos da Europa não estão ainda convencidos de que o Tratado de Lisboa esteja a funcionar adequadamente. Temos grandes expectativas relativamente a este tratado e devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que ele venha a constituir uma nova fase positiva na aventura europeia.

A legislação não é tudo, porém. As mulheres e os homens que a aplicam devem estar à altura das nossas ambições. Devem assegurar que a estatura da Europa no mundo corresponda à sua mensagem, à sua riqueza e aos seus êxitos. Ora, a máquina europeia necessita ainda obviamente de algumas correcções.

Por isso, estamos agora dotados de um Alto Representante, que é igualmente Vice-Presidente da Comissão Europeia e, como tal, responsável perante esta Assembleia. Esta figura-chave deverá ser a voz da Europa no mundo. A sua presença e a sua ambição devem personificar as da União, a maior economia do mundo em termos de PIB, o maior mercado mundial, e o principal contribuinte para a ajuda internacional.

A verdade é que, do Haiti ao Irão, do Afeganistão ao Iémen, de Cuba às relações transatlânticas que tanto prezamos, a voz da Europa não tem estado, até aqui, à altura das nossas esperanças. O nosso grupo apela a medidas drásticas para garantir que vamos mudar a nossa abordagem e começar desta vez com o pé direito. Para isso, Senhor Presidente Barroso, contamos também com o seu empenho pessoal e com a sua liderança.

Contamos igualmente com o novo Presidente do Conselho Europeu para representar a União na cena internacional, para promover e presidir a reuniões de chefes de Estado ou de Governo e para servir de referência. Devemos dar-lhe tempo para poder imprimir a sua marca, mas registo já com satisfação que os seus primeiros passos estão a ser dados na direcção correcta.

Do Conselho de Ministros, não espero menos do que uma cooperação estreita, em pé de igualdade – sublinho, em pé de igualdade - com esta Assembleia. No entanto, o exemplo do SWIFT mostra-nos bem a dimensão dos progressos que terão ainda de ser feitos.

Por último, espero da Comissão - e sei que o Senhor Presidente Barroso partilha este ponto de vista - uma relação exemplar de trabalho e uma relação de confiança. Além disso, o acordo-quadro que vamos votar à hora do almoço reflecte este desejo comum das nossas duas instituições.

Senhoras e Senhores Deputados, chegámos ao fim de um exercício de avaliação dos membros da Comissão e desejo enaltecer este exercício de democracia moderna que, até à data, nenhum outro parlamento da Europa leva a cabo.

No entanto, temos ainda muito a fazer para estarmos à altura da nossa tarefa, que é a de avaliar os políticos de uma perspectiva política. Devemos melhorar ainda mais os nossos procedimentos e torná-los mais relevantes e mais centrados no conteúdo das políticas europeias.

Senhoras e Senhores Deputados, tenho plena consciência de que, nesta fase inicial da aplicação do novo Tratado, nem tudo pode ser feito de imediato. No entanto, temos de ser ambiciosos. É este o espírito com que abordamos este debate, que deverá resultar na nomeação da nova Comissão: uma Comissão que, sob a liderança do Senhor Presidente Barroso e contando com comissários experientes, está bem equipada para enfrentar os problemas europeus, uma Comissão com a qual partilhamos os principais objectivos políticos e os prognósticos relativos aos problemas que devem ser abordados ou às soluções a ser aplicadas a esses problemas; uma Comissão que reflecte o resultado das eleições europeias de 2009 e na qual a minha família política, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), é a principal força de influência; uma Comissão, por último, cuja principal prioridade é corresponder às expectativas dos europeus atingidos pela crise, europeus estes que também com frequência sofrem de pessimismo e se mostram apreensivos quanto à capacidade dos seus dirigentes para defender e promover o modelo europeu no mundo.

É por isso que o Grupo PPE votará a favor da nomeação da Comissão.

(Aplausos)

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, durante as audições, a impressão que tive da Comissão foi a do Abade José Manuel com os seus 26 noviços da ordem dos monges trapistas. Trata-se de uma ordem que fez voto de silêncio. Parecia que o Abade tinha aconselhado aos seus noviços “é melhor não dizerem nada do que dizerem coisas erradas”. Durante as audições, foi uma coisa prejudicial para os recém-chegados. Foi surpreendente ver uma pessoa como a Senhora Comissária Neelie Kroes, habitualmente tão eloquente, de repente a jorrar frases banais. Outros, como os Comissários Joaquín Almunia e Michel Barnier, o novo Comissário Maroš Šefčovič e até a Senhora Comissária Kristalina Georgieva, não fizeram voto de silêncio e, uma vez levantado este voto de silêncio, demonstraram que, quando se tem a audácia de entrar em diálogo com o Parlamento, pode-se alcançar uma proeminência maior do que quando se deixam manipular.

(Aplausos)

Ao mesmo tempo, Joaquín Almunia e Michel Barnier revelaram os papéis que tencionam desempenhar na futura Comissão. Foi interessante observar a distribuição das pastas dos membros individuais da Comissão, incluindo durante as audições. Há tantas atribuições contraditórias, tantas estruturas que tornam praticamente inevitáveis os conflitos de interesses e que exigirão um árbitro que decida em última análise qual o rumo a tomar - isso foi interessante.

Por um lado, é dito aos Comissários “aqui, falarei eu”, por outro, é-lhes dito que “em casos de conflitos de competências, a decisão final será minha”. Naturalmente que não quero prestar ao Imperador Romano um mau serviço, mas isto, Senhor Presidente Barroso, parece-se bastante com uma vontade sua de funcionar segundo o princípio do “dividir para reinar”. Esta é, porém, a abordagem errada. V. Exa. precisa de compreender que qualquer pessoa que queira transformar um Colégio num sistema presidencialista está a empreender uma tarefa de monta e, no final, terá de estar preparado para que lhe digam que a responsabilidade final é sua e deve assumir a culpa pelas falhas.

A Comissão é forte quando actua como órgão colegial. É forte quando não se encara a si própria como um líder administrativo tecnocrático, antes compreende que os desafios que enfrentamos exigem respostas europeias transnacionais. A questão que V. Exa. levantou no início do seu discurso - será que a Europa é importante no contexto mundial? - faz, efectivamente, parte da agenda. Esta pergunta não obterá uma resposta se V. Exa. talhar tudo de acordo com as suas necessidades, mas sim se organizar as responsabilidades da sua Comissão de maneira tão eficiente que, em colaboração connosco, o Parlamento Europeu, a Comissão possa dar essas respostas.

A crise económica e financeira, a crise ambiental e a crise social que o continente enfrenta exigem respostas europeias transnacionais. Não exigem uma renacionalização. É por isso que precisamos de uma Comissão forte que possa contar com o apoio de uma maioria forte no Parlamento. No entanto, não deve ser talhada à medida de José Manuel Durão Barroso, mas deve, isso sim, reflectir o amplo leque de capacidades com que todos os comissários podem contribuir.

(Aplausos)

Uma resposta à questão de saber se a Europa é importante no contexto mundial pode ser encontrada no que aconteceu em Copenhaga. Se nos fragmentamos quando se trata da legislação ambiental e se a Europa recorre à renacionalização em vez de assumir uma abordagem ambiciosa tendo por base a União, então assistiremos também noutras áreas àquilo a que assistimos em Copenhaga, nomeadamente, as decisões a serem tomadas por Barack Obama e Hu Jintao, sem participação europeia. Qualquer pessoa que não queira ver o mundo cair num novo tipo de bipolarização, precisa de uma Europa forte e de uma Europa ambiciosa. Por isso, precisamos também de uma Comissão eficaz que assuma esse papel.

Senhor Presidente Barroso, durante o debate sobre o acordo interinstitucional, V. Exa. fez duas concessões que, a meu ver, são cruciais. A avaliação de impacto, e em particular a avaliação do impacto social, é para nós, enquanto sociais-democratas e enquanto socialistas e democratas, um elemento essencial. A Comissão tem de compreender, e isso significa que todos os membros desta Comissão individualmente têm de compreender, que o que levou grande parte da população europeia a afastar-se do ideal europeu teve a ver com o facto de os cidadãos europeus sentirem que esta Comissão apenas estava interessada no mercado e não, por exemplo, na protecção social dos seus cidadãos. Um número cada vez maior de cidadãos sente que é a tecnocracia fria, e não o bem-estar social, que determina as acções da Comissão. Se essa tendência mudar agora de direcção, com a avaliação do impacto social sobre a qual estamos de acordo, então teremos conseguido um grande avanço.

O mesmo se aplica, já agora, às medidas previstas neste acordo interinstitucional que merece a nossa concordância, nomeadamente, a que estabelece que as futuras resoluções legislativas do Parlamento Europeu serão transformadas em iniciativas da Comissão no prazo de um ano. Também isto constitui um enorme passo em frente na cooperação entre as nossas duas instituições. Um monge trapista que, juntamente com o senhor Herman Sem-País, Presidente do Conselho Europeu, vai representar a Europa no mundo é algo que não vai resultar, Senhor Deputado Joseph Daul. Do que precisamos é de uma cooperação eficaz entre as instituições europeias.

No entanto, o Senhor Presidente Barroso não pode ser culpado por tudo. Existem também 27 Chefes de Governo na Europa que acreditam que a Comissão é um prolongamento dos seus gabinetes. A resposta de que precisamos para isto reside na estreita cooperação entre o Parlamento Europeu e uma Comissão que se sinta obrigada a trabalhar a favor do progresso social e ambiental na Europa. Será isto o que tornará a União Europeia importante no contexto mundial. Se nos empenharmos juntos nisto, após a sua resposta a esta questão, Senhor Presidente Barroso, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu discutirá, no intervalo, o que decidirá fazer em última análise. Após o debate no seio do nosso grupo, e na sequência da sua resposta, apresentarei esta decisão na segunda ronda da discussão desta questão.

(Aplausos)

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, em nome do meu grupo, sinto-me encantado por estar hoje aqui e ter finalmente a Comissão Barroso II na nossa presença. Creio que se trata de uma coisa positiva, porque estamos a pôr termo a um período mau para a União Europeia. A ausência, durante seis meses, de uma Comissão dotada de poderes efectivos é algo que não se deve repetir no futuro, especialmente neste período de crise económica e financeira, em que temos de lidar com assuntos de importância como as alterações climáticas, Copenhaga, etc.

Em qualquer caso, confie na minha experiência quando digo que, no futuro, não deverá haver mais períodos em que a Comissão não exerça uma governação efectiva, especialmente quando são períodos tão longos como seis meses. Espero que esta Comissão dê início aos seus trabalhos o mais rapidamente possível, assim que concluirmos a votação.

Pela nossa parte, Senhor Presidente Barroso, esperamos de si três coisas. Em primeiro lugar, que esta nova Comissão seja a força motriz que impulsiona a União Europeia, coisa que não cremos que se tenha verificado nos últimos cinco anos. Desta vez, queremos uma Comissão que deixe ficar para trás os últimos cinco anos e se torne a verdadeira força impulsionadora de uma integração muito mais intensiva da União Europeia. De facto, tudo o que aconteceu nas últimas semanas e meses demonstra que o que torna problemática a posição da Europa neste mundo multipolar é a inexistência de uma visão comum e uma insuficiente integração europeia - estou a pensar em Copenhaga e na falta de coordenação no Haiti. Por isso, pretendemos uma Comissão que, ao contrário daquilo a que assistimos nos últimos cinco anos, não procure sempre um compromisso imediato com o Conselho, que só depois nos apresenta e tenta fazer engolir.

A nossa expectativa é que a Comissão apresente projectos ambiciosos ao Conselho - mesmo sabendo nós de antemão que não contará com um apoio a 100% - e que posteriormente recorra ao Parlamento Europeu, como seu aliado influente, para então convencer o Conselho.

(Aplausos)

A segunda coisa que esperamos da Comissão - e vou repetir o que senhor deputado Schulz já afirmou, mas creio que é importante - é que ela funcione como um colégio. Um Presidente da Comissão que seja forte está muito bem, mas um colégio, uma Comissão que seja forte e demonstre a sua coesão, é essencial e é muito mais importante ainda. Por isso, esperamos realmente que seja uma Comissão deste tipo porque, pela primeira vez - e isso mesmo foi por si reconhecido, Senhor Presidente Barroso - trata-se de uma Comissão que é composta pelas três principais famílias políticas presentes nesta Assembleia. Congratulo-me com o facto de haver oito comissários liberais encarregados de pastas muito importantes. Esta Comissão deve agora funcionar internamente como uma coligação destes três movimentos e destes três partidos políticos e deve procurar alcançar compromissos que tenham o apoio de toda a Comissão e de todo o Colégio.

Por último, a terceira prioridade desta Comissão, no nosso entender, é obviamente o combate à crise económica e creio que a tarefa mais urgente será apresentar o mais rapidamente possível ao Parlamento e ao Conselho uma estratégia credível para a Europa 2020. É esta a tarefa mais importante. Seja ambicioso no que se refere a este ponto, Senhor Presidente Barroso. Não dê demasiados ouvidos aos Estados-Membros, escute antes a Presidência espanhola, porque ela tem algumas ideias boas a este respeito. Venha armado de projectos ambiciosos. Não pense que uma coordenação fraca das estratégias económicas nacionais é suficiente. No mundo de amanhã e no mundo multipolar, necessitamos de muito mais do que isso. Necessitamos de uma governação socioeconómica da União Europeia. Não basta ter um pilar monetário, como a zona euro; é também necessário ter um pilar económico e social na zona euro e na União Europeia. É esta a estratégia que esperamos de si, pois ela será crucial para o futuro da Europa e o futuro dos nossos concidadãos.

(Aplausos)

Daniel Cohn-Bendit, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho de admitir que isto é inacreditável. Temos na nossa presença a coligação de hipócritas. Falta pouco para o dia de São Valentim e está toda a gente a dizer ao Senhor Presidente Barroso: "Gosto de si, mas não gosto de si. Não acredito em si, mas vou votar em si de qualquer maneira". Portanto, isto é realmente...

Sim, Senhor Deputado Schulz, faz uma grande declaração quando afirma que "vamos pensar no assunto", quando já toda a gente sabe que vai votar a favor da Comissão. É uma grande estratégia política, olá se é!

(Aplausos)

Gostaria de dizer uma coisa... Não sei por que está a ficar todo enxofrado, Senhor Deputado Schulz! Ainda não é o Presidente do Parlamento! Acalme-se, meu amigo, acalme-se!

Pela minha parte - e o Senhor Deputado Schulz devia ter o seu tempo de uso da palavra reduzido em 30 segundos - gostaria de dizer coisas muito simples, aqui entre nós. Temos alguns grupos muito grandes, que vão apoiar a Comissão Barroso. São incapazes de produzir em conjunto uma resolução que explique os motivos por que apoiam a Comissão.

Incapazes! Porquê? Porque não são a favor da Comissão – e pelo menos o senhor deputado Verhofstadt é claro quando diz “Sou a favor dos liberais”, e o outro é a favor do PPE e outro é a favor dos socialistas ...

(Comentário feito sem microfone pelo deputado Verhofstadt: “E Cohn-Bendit é a favor dos Verdes”)

Eu? Não, não há nenhum. Mas, sim... como sabe, Senhor Deputado Verhofstadt, o nosso grupo tem sido o único a fazer críticas, mesmo quando há um Verde na Comissão. Não é esta a maneira de fazermos política. Precisamos de saber se esta Comissão terá uma visão, ambição e determinação.

É verdade o que se disse. A maior parte dos Comissários indigitados - não digo que sejam todos - não mostrou determinação, visão, nem ambição. No entanto, quando se encara a Comissão no seu todo, a soma de menos com menos dá mais. É esta a nova fórmula matemática da Comissão Barroso.

Não, não funciona assim. Por isso, Senhor Presidente Barroso, gosto de o ouvir ler o texto do Tratado: iniciativas, que iniciativas? Que iniciativa apresentou a Comissão para resolver a crise na Grécia? A solidariedade, onde está ela? Na Espanha, onde está ela? Não a vi, não ouvi falar dela.

Permita-me que lhe dê um conselho. Um dos problemas da Grécia é o orçamento da defesa. 4,3% do PIB da Grécia vai para a defesa. Qual é o problema? O problema é Chipre, é a relação com a Turquia. Onde é que está a iniciativa da Comissão para resolver a questão de Chipre para que o PIB da Grécia fique finalmente aliviado desse conflito idiota, estúpido, que nós, como europeus, devíamos estar a resolver? A iniciativa da Comissão: não existe!

O mesmo foi aqui dito em relação ao Haiti. Senhora Alta Representante Catherine Ashton, sei que não é bombeira, nem parteira, nem nada disso. No entanto, gostaria de a ver ter algumas ideias, quero que defenda qualquer coisa. Sempre nos diz: “é importante, devemos coordenar, vou coordenar...”. Não sabemos por que é importante, não conhecemos a hierarquia do que é importante, mas sabemos que a Senhora Alta Representante considera que tudo é importante. Assim, não fazemos progressos.

Por isso, acredito que temos um problema. Temos aqui um problema fundamental que é o de nós, enquanto Parlamento, termos finalmente de demonstrar o nosso relacionamento com a Comissão. Evidentemente, trabalharemos com a Comissão, evidentemente que trabalharemos com os comissários, evidentemente – eu sei – que haverá uma maioria.

Gostaria no entanto que, por uma vez, se acabasse com todos os comentários banais, com todas as declarações vazias de significado. Queremos uma Europa política. Todas as vezes que surge a oportunidade de termos uma Europa política, damos cabo dela! Quando deveríamos ter feito progressos em Copenhaga, deitámos a perder essa oportunidade!

Gostaria que, em algum momento, o Senhor Presidente Barroso e os senhores comissários – passados e futuros – nos dissessem por que razão desperdiçaram as oportunidades, por que razão a Europa não foi política, por que razão a Europa não agiu como um actor global. O Senhor Comissário Verheugen está de saída da Comissão. Era o número dois da Comissão e anda a dizer à Alemanha e a todos os que o quiserem ouvir que a Europa não era um actor global, que a Europa não desempenhava o seu papel. Não diz por que é que ele próprio não desempenhou o seu papel.

É sempre responsabilidade de outrem, e eu gostaria que, por uma vez, nesta Comissão, neste debate, não ouvíssemos mais os comentários sem significado feitos pelos senhores deputados Schulz, Verhofstadt e Daul: “o melhor seria rejeitar esta Comissão para que, em conjunto, possamos finalmente tomar consciência do que está verdadeiramente a acontecer no mundo”.

O que está verdadeiramente a acontecer no mundo é que a Europa não consegue resolver a crise económica, a crise ambiental e a crise financeira. São já muitos os que já não suportam ser enganados pelos discursos tranquilizadores - já nos enganaram antes, dizem-nos: “somos contra, somos contra” e, no fim, abstêm-se. “Somos contra, somos contra, mas votaremos a favor”. É indigno deste Parlamento. Vamos despertar, porque a Europa precisa disso!

(Aplausos)

Jan Zahradil, em nome do Grupo ECR. – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente Barroso, o meu grupo, o Grupo ECR, apoiou-o conjuntamente com os Liberais e o Partido Popular e, sem isso, V. Exa. não estaria aqui sentado. Apoiámo-lo quando outros não o fizeram e apoiámo-lo por causa da sua reputação de longa data como reformador. Ficáramos encantados se fizesse jus plenamente a essa reputação neste período de eleição.

Recordo-me de que, em 2005, apresentou uma ideia interessante sobre a simplificação da legislação europeia e a redução do "matagal" agora impenetrável do direito comunitário. Gostaria de o ver regressar a essa ideia, porque era boa. Vivemos na vigência do Tratado de Lisboa, vivemos num período em que a aprovação de nova legislação será ainda mais fácil e por isso gostaria de lhe pedir que não permita que a economia europeia seja abafada pelas excrescências de regulamentos injustificados e mal fundamentados, que não permita a vitória de temas da moda, politicamente correctos, mas que poderiam tornar-se pretexto para uma maior centralização, uma maior regulamentação e uma maior burocratização da União Europeia.

Se enveredar por esta via, pode contar connosco. Se enveredar pela via da reforma, se se revelar um verdadeiro reformador, pode contar com o nosso apoio e cooperação. Todavia, se se mantiver agarrado aos velhos métodos e avançar por caminhos já lisos e gastos, então reservamo-nos o direito de discordar de si e até de nos opormos. Gostaria, Senhor Presidente Barroso, de poder ter a esperança de que haverá muito mais exemplos da primeira hipótese do que da segunda, e de que poderemos vir a cooperar a um nível muito mais elevado e a estar do mesmo lado da barricada, em vez de lados opostos. Desejo-lhe grande êxito nesta tarefa.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, em Setembro de 2009, tive de lhe dizer que as suas orientações políticas estavam a dar continuidade a uma política fracassada da Comissão. As suas orientações neoliberais não revelam uma estratégia para alcançar mais justiça social, nem proporcionam à Europa uma melhor protecção contra as crises. Não constituem uma base de trabalho para combater com êxito a pobreza e a exclusão social na Europa. Agora, vem apresentar-nos o Colégio de Comissários que melhor se adequa ao seu programa. Não conte com aplausos do meu grupo.

Já durante esta nova legislatura, este Parlamento demonstrou que leva a sério o controlo democrático e a co-determinação e congratulo-me bastante com isso. Estou a pensar no novo acordo-quadro entre o Parlamento e a Comissão e na rejeição de um dos candidatos a Comissário e espero que, amanhã, o Parlamento seja uma vez mais consciencioso na sua abordagem ao acordo SWIFT.

Transparência e equidade são vitais nos acordos entre as instituições - somente quando contarmos com essa base poderemos começar a falar de acção política. Trata-se dos cidadãos da Europa e do resto do mundo, trata-se de bons empregos e de mais direitos a uma boa educação e a um salário justo, trata-se do direito a um desenvolvimento pacífico e a um ambiente intacto. Por isso, Senhor Presidente Barroso, o meu grupo não apoiará as suas orientações nem a equipa por si proposta. Prepare-se para uma troca de pontos de vista dura, mas justa, que teremos consigo e com o seu Colégio.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, o que temos diante de nós é o novo governo da Europa, governo esse que, com o Tratado de Lisboa, dispõe agora de vastíssimos poderes; não apenas de um Ministro dos Negócios Estrangeiros e de embaixadas, não apenas da competência para assinar tratados, mas da capacidade de utilizar poderes de emergência para assumir, literalmente, o controlo de outros países. E contudo, aquilo que ouvimos hoje de manhã, da boca dos líderes dos grandes grupos políticos do Parlamento Europeu foi a exigência de que o V. Exa. obtenha poderes ainda mais vastos, com maior rapidez.

Talvez valha a pena recordarmo-nos que o Tratado que atribui tais poderes à presente Comissão não possui qualquer tipo de legitimidade democrática na União Europeia. Os senhores ignoraram referendos, negaram-nos, e intimidaram os coitados dos Irlandeses, levando-os a votar uma segunda vez.

Impressiona-me que o denominador comum desta Comissão seja o número dos seus membros que foram comunistas, ou que se aproximaram bastante do comunismo. O próprio Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, foi maoísta. O Comissário Siim Kallas, longe de ser um estudante activista, chegou a ser membro do Soviete Supremo. Temos por lá comunistas de primeiríssima água. A Baronesa Ashton dirigiu a Campanha para o Desarmamento Nuclear (*Campaign for Nuclear Disarmament*, CND) e ainda se recusa a dizer-nos se desviou dinheiro do Partido Comunista da Grã-Bretanha.

E poderia continuar, mas ficaríamos aqui algum tempo. O certo é que há pelo menos dez comunistas nesta Comissão e isso deve dar-lhes a sensação de um regresso aos velhos tempos. Deve haver uma certa nostalgia entre eles. Enquanto, há sessenta anos, uma Cortina de Ferro se abatia sobre a Europa, hoje temos o pulso de ferro da Comissão Europeia. Sentimo-lo no caso do artigo 121.º e no caso da Grécia, país que está a ser efectivamente transformado num protectorado.

Pobre Grécia, encurralada na prisão económica do euro! Pobre Grécia, encurralada na *Völkerkerker* (prisão das Nações) dos tempos modernos, para a qual parece não existir saída! Do que a Grécia precisa, Senhor

Presidente Barroso, é de desvalorização e não de sado-monetarismo. Só Deus sabe o que isso lhe poderá fazer!

Em 1968, tínhamos a doutrina de Brejnev sobre a soberania limitada. Hoje, temos os "valores partilhados". Temos uma "União Europeia cada vez mais unida" e uma "soberania comum" e foram esses os argumentos que o senhor utilizou. Mas é claro que não vai ser só a Grécia, porque o mesmo irá acontecer a Espanha, a Portugal e à Irlanda. O artigo 121.º será invocado em todos esses casos.

Senhor Presidente Barroso, o senhor afirmou anteriormente que prosseguiríamos o nosso rumo e que milhões de pessoas na Europa iriam passar por um mau bocado, enquanto o senhor tenta manter este projecto desastroso que é o euro. A moeda europeia vai desmoronar-se: que não haja dúvidas quanto a isso. É tão certo como os problemas que criou à Grã-Bretanha, durante o mecanismo da taxa de câmbio, em 1992. Pode rir-se à sua vontade. O euro não vai funcionar. Não pode funcionar. Vai desmoronar-se e, no que diz respeito aos povos da Europa, quanto mais cedo isso acontecer, melhor.

Precisamos de encontrar soluções democráticas para esta situação. Se continuar a impingir-nos o seu euro-nacionalismo radical, haverá violência. Temos de votar contra esta Comissão. Temos de colocar o futuro da Europa nas mãos dos cidadãos de todos os Estados-Membros, através de referendos livres e justos.

Zoltán Balczó (NI). – (HU) A Comissão Europeia é o órgão legislativo determinante da União Europeia. No que se refere à escolha dos Comissários, os requisitos deveriam ser os seguintes: a pessoa certa – com base no respectivo percurso profissional e preparação – no lugar certo. No entanto, o actual processo de nomeação e eleição dos Comissários só por acaso garante a obtenção de um resultado tão positivo. Os governos não recomendam os seus candidatos para uma tarefa específica, mas sim para um cargo. Quem quer que seja por eles designado tornar-se-á membro da Comissão Europeia, a menos que retire a sua candidatura. O Presidente da Comissão tentará então encontrar uma pasta para a pessoa em questão, invertendo-se assim toda a sequência. Quer isso dizer que se procura encontrar um casaco para combinar com o botão. Um outro aspecto que vale a pena referir: as audições realizadas pelas comissões parlamentares especializadas aos Comissários indigitados não são seguidas de uma votação; em vez disso, um pequeno círculo de pessoas escreve cartas sobre os candidatos ouvidos. O senhor está sempre a falar de democracia e, no entanto, ainda receia eleições directas, quer se trate da Constituição da União Europeia, de um referendo, ou da reunião de uma comissão parlamentar para avaliação de um potencial candidato. No decorrer das audições, os Comissários indigitados praticamente não disseram nada de concreto. Não quiseram comprometer-se, aceitar responsabilidades. Apesar disso, torna-se evidente que não estão a romper com a anterior Comissão, mas que pretendem uma Europa centralizada; que não retiraram os ensinamentos da crise financeira, mas continuam a seguir uma política económica liberal. Muitos de nós, por conseguinte, não iremos votar a favor desta Comissão. No entanto, isso não faz de nós anti-europeus. Estamos apenas a fazer o que os nossos eleitores – muitos milhões de cidadãos europeus – esperam que façamos.

József Szájer (PPE). – (HU) Senhor Presidente, Senhor Barroso, num considerável número de línguas europeias, os termos que se usam para exprimir a ideia de que algo funciona – está apto a funcionar – e de que algo trabalha são muito semelhantes. A União Europeia atravessa actualmente um momento em que podemos dizer "de volta ao trabalho, Europa!". Vamos regressar, vamos trabalhar, vamos funcionar. A base para o fazer é garantida pelo novo Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, o Tratado de Lisboa, por um Parlamento recém-eleito e pela nova Comissão, presentemente em formação.

É tempo de deixarmos para trás os dias das disputas institucionais e do estabelecimento de princípios institucionais, e de verdadeiramente concentrarmos toda a nossa atenção nas preocupações e dúvidas dos cidadãos europeus. Um tal esforço assume a mais fundamental importância, pois necessitamos de recuperar o apoio daqueles que fomos perdendo ao longo do caminho. Senhoras e Senhores, ilustres Membros deste Parlamento, todos temos trabalho a fazer neste domínio. Ao longo das últimas semanas, meses até, nem sempre nos comportámos com a maior dignidade. Por exemplo, esta Assembleia recusou a um dos Comissários indigitados uma justa oportunidade de ser ouvido. Julguemos pois, a Comissão, julguemos o Conselho, trabalhemos com ele, mas lancemos também, uma vez por outra, um olhar a nós próprios. Torna-se necessária a colaboração próxima de todas as instituições, com vista à obtenção de resultados.

Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores, em nome do meu grupo, gostaria também de lhes desejar os maiores êxitos, pois, ao fazê-lo, sei que não estou a dirigir-me apenas a um grupo restrito de indivíduos, mas a todos os cidadãos europeus. Que a Europa possa finalmente transformar-se, aos olhos dos seus cidadãos, num verdadeiro exemplo de criação de emprego, de prosperidade, de desenvolvimento, de

equidade, numa presença activa no mundo e que, a partir de agora, dotada de uma nova Constituição – o Tratado de Lisboa – possa crescer e realizar plenamente o seu potencial.

Senhoras e Senhores, quando o meu computador não funciona, faço um *restart*. Presentemente, até dispomos de um novo *software*, conhecido como Tratado de Lisboa. Pois bem, Senhoras e Senhores, é chegada a hora de fazermos esse *restart*.

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, a Comissão a que preside tem certamente pontos fortes e fracos. Gostaria de me deter sobre os primeiros.

Temos uma equipa de política externa que o senhor dificilmente voltará a encontrar seja onde for, quer no que se refere ao domínio da política internacional, quer da política de desenvolvimento. Senhor Deputado József Szájer, o senhor não poderá negar que a equipa de que dispomos actualmente é melhor do que a que tínhamos aquando da audição original da primeira candidata a Comissária europeia, proposta pela Bulgária. Estou também firmemente convicto de que a Baronesa Ashton saberá coordená-la de forma adequada.

Um assunto que tem vindo repetidamente à baila é o do número de telefone único que Henry Kissinger alegadamente teria exigido. Talvez não tenhamos, de facto, esse dito número de telefone. No entanto, se fizermos uma comparação com os Estados Unidos, em termos, por exemplo, da protecção do clima, a quem deveríamos telefonar? Ao Presidente Obama, ou ao Senado, que até agora se recusou a encontrar uma solução? No que toca ao desarmamento, deveríamos contactar o Presidente Obama, que é a favor dele, ou o Senado, que não avançou quaisquer soluções para o problema? Não nos façamos constantemente piores do que aquilo que realmente somos! Temos diante de nós a oportunidade de causar boa impressão.

(Aplausos)

No que toca à política económica, também temos uma equipa forte. Em relação aos nossos colegas da Comissão cujas audições não deixaram transparecer essa mesma força, espero e estou em crer que, com o tempo, acabarão por adquiri-la. Em matéria de política social, temos um Comissário que leva as coisas bastante a sério e um Presidente da Comissão que nos prometeu dar prioridade aos assuntos sociais e à política social. Estamos a contar com isso. Aliás, não só estamos a contar, como iremos exercer pressão para que tal venha, de facto, a acontecer.

Juntos encontrámos soluções para diversas áreas do Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Nem sempre estivemos em sintonia, mas conseguimos alcançar uma relação de trabalho positiva. Trata-se de um acordo bastante razoável, se ambos o levarmos a sério – nós, no Parlamento Europeu, e os senhores, na Comissão. E se conseguirmos levar o Conselho a encarar com seriedade os princípios de transparência nele contidos, então sim, teremos conseguido algo verdadeiramente magnífico.

Em consequência do Tratado de Lisboa e do Acordo-Quadro, todo o processo legislativo, desde o início até ao fim, à implementação, atingirá um nível de transparência talvez pouco habitual nos parlamentos nacionais. Apelo, por conseguinte, quer à Comissão, quer ao Conselho, no sentido de encararem este assunto com a devida seriedade.

No caso do Programa SWIFT, a questão da transparência não foi levada a sério nem pela Comissão, nem pelo Conselho. Um dos actuais Comissários era anteriormente responsável pelo Conselho. Eis uma prática que nós, neste Parlamento, não podemos continuar a permitir. Esta confusão não se deve a mera obstinação da nossa parte. Deve-se sim ao facto de, mesmo durante a transição, numa altura em que já era óbvio que este Parlamento tinha mais para dizer, nem a Comissão, nem o Conselho – mas sobretudo este último – terem compreendido a necessidade de envolver esta instituição. Esta é a questão fulcral. Senhor Presidente Barroso, com as resoluções legislativas e a obrigação de resposta por parte da Comissão – quer através dos seus próprios projectos legislativos, quer através de uma explicação clara dos motivos pelos quais se recusa a agir – realizámos progressos significativos nesta matéria. Não finjamos que o direito de iniciativa parlamentar sempre foi tão amplo nos parlamentos nacionais. Estes são essencialmente dominados pelos governos, sendo as propostas do executivo frequentemente implementadas no parlamento. Mas não é isso que se passa aqui. Para nós, as propostas da Comissão ainda não são legislação. Trabalhamo-las, a fim de nelas incorporarmos as nossas próprias ideias.

Aproveitemos a oportunidade que se nos oferece com a nova Comissão, o novo Tratado e o novo Acordo-Quadro. Tenhamos confiança, enquanto Parlamento, nas relações que estabelecemos com a Comissão.

Presidente. – Tem agora a palavra uma senhora, pela primeira vez neste debate. É lamentável que tal aconteça tão tarde.

Diana Wallis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, espero que a demora tenha valido a pena. Desejo concentrar-me na resolução do Parlamento Europeu sobre a revisão do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão, já que fiz parte da equipa negociadora do Parlamento Europeu.

Senhor Presidente Barroso, decerto concordará que tivemos algumas discussões bastante interessantes sobre o significado de determinadas palavras, sobretudo na minha língua. No início das nossas reuniões, porém, V. Exa. costumava falar do seu compromisso absoluto com a "dimensão parlamentar" da União Europeia – uma expressão que, penso eu, era por si usada de forma absolutamente genuína e confiante, mas que nunca chegámos a discutir. Muito mais do que do que uma simples "dimensão", este Parlamento pós-Tratado de Lisboa e pós-resolução sobre a revisão do Acordo-Quadro é uma realidade, uma força viva, um parlamento verdadeiro, digno desse nome.

Suponho que talvez se pudesse designar a assembleia parlamentar original como "dimensão", mas não o actual Parlamento. De acordo com a resolução sobre a revisão do Acordo-Quadro, este Parlamento é agora um parceiro legislativo de pleno direito, que deverá ser tratado em condições de igualdade, de inclusividade e de acesso à informação com o Conselho, não devendo ser relegado para segundo plano, através do recurso a instrumentos jurídicos não vinculativos ou outros, por muito meritórios que estes sejam; um Parlamento perfeita e legitimamente capaz de levar o executivo a que o V. Exa. preside a um aumento de responsabilização. Esperamos ansiosamente vê-lo aqui, Senhor Presidente Barroso, bem como aos restantes Comissários, a responder a um "Hora de Perguntas" perante esta Assembleia.

Este Parlamento irá insistir no seu direito de fiscalização relativamente a mudanças subsequentes da sua equipa. Esta instituição está pronta para desempenhar o papel que lhe incumbe no âmbito das relações internacionais como único parlamento transnacional, directamente eleito. Acima de tudo, porém, este Parlamento novo e enérgico, com uma maioria pró-europeia, deseja que V. Exa. – por favor – assuma a liderança; nessa altura, passará a ter neste Hemiciclo não só um parceiro, mas também um apoiante entusiasta. Mas, por favor, nós não somos uma mera "dimensão": somos um Parlamento real, verdadeiro.

Jill Evans (Verts/ALE). – (EN) Senhor Presidente, a proposta de resolução apresentada pelo Grupo Verts/ALE reclama uma nova abordagem política a nível nacional e europeu, exigindo novas ideias e acção firme. Não será possível vencer a crise económica, social e climática que enfrentamos, mantendo a mesma forma de pensar e usando as mesmas políticas que lhe deram origem; não será possível construir uma Europa mais democrática e mais eficaz, a menos que o façamos num clima político real, em mutação.

Hoje mesmo, no País de Gales, a Assembleia Nacional dá início ao processo para a realização de um referendo sobre o aumento dos seus poderes legislativos. As coisas estão a mudar por toda a parte: na Catalunha, na Escócia, na Flandres. Amanhã, vamos discutir o alargamento da União Europeia a países que actualmente se situam fora das suas fronteiras. Contudo, nem sequer começámos a abordar o alargamento interno, ou seja, o processo mediante o qual países situados dentro das fronteiras da União Europeia adquirem a independência. Apesar das mudanças que se operam à nossa volta, estas questões não obtiveram resposta durante os debates sobre a eleição da Comissão. Reitero, pois, o meu pedido ao Senhor Presidente Barroso, no sentido de que as mesmas sejam abordadas.

Adam Bielan (ECR). – (PL) Senhor Presidente Barroso, há cinco meses, votei a favor de que lhe fosse confiada a missão de constituir a Comissão Europeia, pois pensei que o senhor fosse o melhor dos candidatos em apreço. Não estou arrependido de o ter feito. Hoje, porém, numa altura em discutimos a composição do Colégio de Comissários, não consigo esconder a desilusão que sinto. Terminadas as audições dos Comissários indigitados, sei que muitos deles são altamente qualificados para o exercício do cargo; sei também que outros, infelizmente, não possuem qualquer experiência, tendo tido um péssimo desempenho no decorrer das audições.

Tenho perfeita consciência de que, no que concerne ao processo de escolha dos membros da Comissão, o senhor dispõe de uma margem de manobra limitada. Embora apoie integralmente o direito, por parte de cada governo nacional, à nomeação de um candidato, não me parece que seja esta a proposta ideal de constituição da Comissão. No seu discurso, perguntou se a União Europeia tem importância, a nível mundial. A melhor resposta para essa questão é a recente decisão de cancelar a Cimeira União Europeia/Estados Unidos. Acha realmente que esta composição do Colégio irá permitir um reforço da posição da União Europeia?

Por último, gostaria de manifestar o meu desapontamento perante o facto de, no decorrer das audições, não termos obtido suficientes respostas para as nossas questões em matéria de segurança energética.

Søren Bo Søndergaard (GUE/NGL). – (DA) Senhor Presidente, gostaria de começar por desejar boa sorte ao Senhor Presidente Barroso, por ter sido bem sucedido na tarefa de formar uma Comissão capaz de reflectir o seu projecto político para a União Europeia. No meu grupo, porém, discordamos totalmente desse projecto. Deixe-me dar-lhe um exemplo: trabalhadores de diversos países têm vindo a aperceber-se de que a União Europeia é cada vez mais sinónimo de deterioração das condições de trabalho e de remuneração, pelas quais lutaram. Perguntámos repetidamente ao Presidente da Comissão que iniciativas concretas iria tomar para impedir que os trabalhadores migrantes continuassem a ser sub-remunerados, discriminados e usados como mão-de-obra precária. O problema é que não obtivemos qualquer resposta específica, nem mesmo durante as audições. Parece-me, pois, lícito concluir que esta Comissão aceita o *dumping* social. Para este executivo, o mercado interno é mais importante que a salvaguarda dos interesses do trabalhador comum. A um nível, porém, parece ainda existir alguma esperança, já que no decurso da reunião com o nosso grupo, o Presidente Barroso de tudo fez para realçar o grande apoio que lhe merecia a causa da igualdade entre os sexos. Mas as palavras não chegam. Em 2004, quando foi nomeada a Comissão Barroso I, nove dos vinte e cinco Comissários que a compunham eram mulheres. Já no Executivo, que hoje nos é apresentado para aprovação, apenas oito dos seus vinte e sete membros são mulheres. Portanto, a situação piorou. Também neste domínio, a única conclusão possível é a de que o Senhor Presidente Barroso fala muito, mas faz pouco. Isso não chega, pura e simplesmente.

Timo Soini (EFD). – (FI) Senhor Presidente, na Finlândia, estão actualmente a decorrer as comemorações da Guerra do Inverno. Há setenta anos, a União Soviética, comunista, atacou a pequena Finlândia, mas nós defendemos a nossa independência e o nosso direito à autodeterminação.

Este esforço defensivo prolongou-se durante a Segunda Guerra Mundial – uma terrível provação para a Europa no seu todo – deixando-nos com um forte desejo de independência e uma ânsia igualmente forte de decidir os nossos próprios assuntos. Helsínquia, Moscovo e Londres foram as únicas capitais que não foram ocupadas no decorrer do conflito. É por isso que desejo que todas as nações tenham a possibilidade de decidir livremente os seus destinos.

No que se refere à Comissão, as suas intenções certamente serão as melhores, e sem dúvida que há boas pessoas na sua equipa, incluindo o Comissário Olli Rehn que, além de ser finlandês, é uma pessoa de carácter e de coragem. No entanto, os povos da Europa – os Finlandeses, os Alemães, os Britânicos, os Dinamarqueses – onde é que puderam votar e eleger estes Comissários? Em lado nenhum. Como podem ser dispensados de o fazer? Não podem. A União Europeia é uma burocracia, não uma democracia.

Sou a favor da cooperação entre Estados independentes. Sou finlandês, sou europeu, tenho amor ao nosso continente, mas isso não significa que seja apoiante da União Europeia. Cada um de nós foi eleito com um determinado número de votos: eu, por exemplo, obtive 130000 votos, no meu país. Quantos votos obtiveram os Comissários e onde os conseguiram? Aqui poderão obter 300 votos, mas não mais do que isso.

Qual é a essência da democracia? É a soberania nacional. Isso quer dizer que só um povo que constrói a sua própria nação, independente de todas as outras, tem o direito eterno e ilimitado de decidir sempre os seus assuntos. Trata-se de um princípio básico.

(Aplausos)

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, chegámos ao fim do processo que antecede a nomeação dos Comissários, com audições absolutamente banais. Os Comissários indigitados vieram aqui dizer-nos que têm uma ligação profunda com a União Europeia, que iriam fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para se informarem sobre os assuntos com os quais não estavam familiarizados, e que iriam trabalhar de mãos dadas com o Parlamento.

Nada disso é verdadeiramente importante ou interessante. No entanto, para que o Parlamento pudesse manifestar a sua independência, tinha de haver um testa-de-ferro, um bode expiatório. A vítima foi a candidata búlgara, Rumiana Jeleva, contra a qual, devo dizer, existiam afinal relativamente poucas acusações. Se o que está em causa são conflitos de interesses, então o passado de certos Comissários cujos nomes não revelarei – o Comissário para a Concorrência, o Comissário para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Comissário para o Comércio – seria certamente muito mais preocupante, mas a verdade é que não levantou grandes problemas a esta Assembleia.

Na realidade, Senhor Presidente Barroso, tenho uma certa pena de si, porque o senhor agora faz parte deste mecanismo do Tratado de Lisboa, cidade que é a capital do seu país, uma cidade maravilhosa que merecia melhor sorte do que emprestar o seu nome a semelhante documento. Vai ter um grande número de

interlocutores. De hoje em diante, com o Acordo-Quadro, terá de manter um diálogo regular com o Presidente do Parlamento e com a Conferência dos Presidentes, órgão do qual estão excluídos os deputados não-inscritos, numa violação flagrante das disposições do Regimento do Parlamento Europeu. Terá também de dialogar com o novo Presidente da União Europeia, que apesar de ser permanente, não fez desaparecer os Presidentes rotativos. Terá ainda de lidar com a Baronesa Ashton, no cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, pessoa que, na sua juventude, foi uma acérrima defensora do pacifismo, face à real ameaça soviética, mas que, estamos certos, se irá mostrar extremamente belicista no que diz respeito ao Irão.

Será uma política difícil. Há pouco, ouviram-se risos quando alguém recordou o passado marxista de alguns de vós. Na realidade, os senhores continuam a ser internacionalistas, mas já não são, de modo algum, proletários. A sorte dos operários europeus é-vos totalmente indiferente.

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul", nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhor Presidente, talvez me seja possível corrigir o senhor deputado Gollnisch. O senhor deputado tem conhecimento de que a Baronesa Ashton foi pacifista, não apenas durante a juventude, mas que também foi presidente da Campanha para o Desarmamento Nuclear (*Campaign for Nuclear Disarmament, CND*), pelo menos até 1983, facto que nunca divulgou?

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, não vou responder a uma pergunta acerca do passado da Baronesa Ashton. Sei que, também no meu país, "pacifistas" era o nome que, na realidade, se dava aos belicistas, que eram a favor da vitória comunista.

Jaime Mayor Oreja (PPE). – (ES) Senhor Presidente, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), gostaria de manifestar o meu apoio sincero, firme e incondicional ao Senhor Presidente Barroso, não só pelas palavras que hoje proferiu, mas também por outras intervenções de que foi protagonista neste Parlamento e que nos incentivaram a apoiá-lo, com mais força e veemência do que nunca.

Gostaria de dizer que a principal razão para esse apoio não é o número de Comissários que o nosso grupo, a nossa família política, tem na Comissão, mas sim, e fundamentalmente, a crença de que a União Europeia vive um momento único e diferente. Esta Comissão não é uma comissão qualquer, tal como este Parlamento não é um parlamento qualquer, não só por causa do Tratado de Lisboa, mas também porque estamos a atravessar uma crise sem precedentes, na União Europeia: uma crise económica e social.

Para nós, o mais importante não é o Tratado de Lisboa, mas sim que se opere uma mudança de atitudes, capaz de conduzir todas as instituições europeias a uma maior ambição política. Como tal, apoiamos incondicionalmente a Comissão liderada pelo Senhor Presidente Barroso. Esse apoio justifica-se, além disso, pelo facto de estarmos actualmente a viver uma crise económica e financeira, mas caminarmos para uma nova etapa: a crise social. Esta trará consigo um agravamento das desigualdades entre as nações, bem como um aumento da agitação social. Sim, não há dúvida de que a crise económica e social irá provocar um aumento das tensões na sociedade. Há também o facto de estarmos a passar por uma crise de valores que torna imprescindível uma mudança de atitude, não só por parte da Comissão, mas por parte de todos nós. É essencial que todos mudemos de atitude.

O nosso grupo está convicto de que a melhor maneira de mudar, de transformar, de melhorar consiste em prestar apoio à Comissão Europeia presidida pelo Senhor Presidente Barroso.

Consequentemente, penso que, no contexto desta tarefa e do trabalho que temos de realizar, o Grupo PPE é aquele que mais deseja que esta mudança se opere em todos nós. No entanto, o Parlamento também precisa de mudar. A Comissão não pode ser inteiramente responsabilizada pela frequente falta de coesão existente nesta Assembleia, a qual explica, em grande parte, a ausência de uma voz europeia no mundo.

Kader Arif (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política comercial irá assumir um papel fundamental na política externa da União Europeia. Hoje, infelizmente, constitui apenas um símbolo do desaparecimento do interesse comunitário, pois nada mais é do que a soma dos interesses nacionais.

Numa altura em que queremos que a Europa defenda os seus valores – solidariedade, justiça social –, em que queremos que a Europa possa vir a integrar, nos seus acordos comerciais, os direitos sociais, os direitos ambientais, a protecção dos direitos humanos e a protecção dos direitos sindicais, apercebemo-nos de que a única proposta que a Comissão nos faz é a de concluir acordos que consideram não existir alternativa ao

mercado e ao comércio, surgindo estes como um fim em si próprios. No que diz respeito à minha família política, um tal ponto de vista é inaceitável.

Numa altura em que queremos que esta política comercial venha a integrar não só a política industrial, mas também os efeitos que esta possa vir a ter nas políticas de emprego, apercebemo-nos de que a Comissão não deu quaisquer garantias relativamente a estes aspectos, nas palavras hoje de manhã proferidas pelo seu Presidente. Infelizmente, porém, isso não me surpreende. Nada foi dito acerca da cláusula social horizontal, da protecção dos serviços públicos, da possibilidade de ver a Europa mudar novamente de política, ou de adoptar uma política totalmente diferente.

Para concluir os meus comentários relativamente a estas questões, Senhor Presidente Barroso, acredito que a confiança se estabelece numa relação de dois sentidos. As suas palavras, hoje de manhã, não nos trouxeram aquilo de que mais necessitávamos para poder confiar em si. Ora, como o senhor não nos ofereceu tais garantias, também não posso garantir-lhe que venhamos a depositar confiança em si.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, tenho finalmente a sensação de que as coisas começam a acontecer. Esperámos mais de oito anos, na verdade, quase nove, pelo novo Tratado, e o mesmo número de meses pela nova Comissão. Não se pode dizer que esta seja uma Europa em acção e, no entanto, é de acção que precisamos. As pessoas procuram trabalho, as empresas procuram novos mercados, os consumidores procuram fiabilidade, a Grécia anseia por estabilidade e a Europa procura o seu lugar no mundo. Por isso, é bom que tenha acabado o tempo dos debates complicados, que só especialistas podiam entender, e é bom também que a Comissão possa agora trabalhar em moldes susceptíveis de efectivamente voltar a beneficiar os cidadãos.

Queremos duas coisas de si, Senhor Presidente Barroso: que seja corajoso e que fortaleça a Europa, quer interna, quer externamente. Queremos que seja corajoso, é certo, mas também queremos que a Europa se envolva mais em domínios que talvez sejam diferentes dos pretendidos pelos Estados-Membros ou pelos cidadãos inquiridos nas sondagens, como por exemplo: os assuntos económicos e financeiros, a justiça e os assuntos internos, mas também a política externa e de segurança. Este último comentário é particularmente dirigido a si, Baronesa Ashton. As falhas são evidentes. O mercado interno não está a funcionar suficientemente bem, no que diz respeito às pequenas e médias empresas. Trata-se de uma situação que, em muitos casos, se fica a dever às burocracias nacionais, e não à europeia.

A Grécia necessita de ajuda, é óbvio. Para isso, precisamos de uma Europa forte. Apraz-me constatar que a Comissão apresentou agora uma proposta. Se alguém pensava que já tínhamos conseguido muito, em matéria de política externa, certamente percebeu, à luz de Copenhaga, que as coisas não são bem assim. Por isso, repetimos: Senhor Presidente Barroso, fortaleça a Europa, quer interna, quer externamente. Para tal, conta com o nosso apoio.

Timothy Kirkhope (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o nosso grupo apoia firmemente o Senhor Presidente Barroso, bem como a sua agenda reformista para uma Europa centrada na abordagem das verdadeiras preocupações dos nossos concidadãos, e numa actuação orientada para a valorização dos esforços dos nossos Estados-Membros. Cremos, por conseguinte, que o Presidente da Comissão merecia receber uma lista de candidatos a Comissários, com o talento e a capacidade necessárias para o ajudar a concretizar os seus planos ambiciosos.

As suas expectativas, porém, foram defraudadas no que diz respeito a alguns dos candidatos designados. É impossível disfarçar a disparidade existente a nível da experiência e competência dos candidatos, e isso ficou bem patente nas audições que realizámos. É inaceitável que os responsáveis de alguns Estados-Membros continuem a encarar a formação da Comissão como uma oportunidade para recompensar um colega pelo apoio prestado no passado, para resolver uma dificuldade política local, ou para facilitar o acesso de um amigo ministerial a uma confortável pré-reforma.

É óbvio que alguns Estados-Membros se estão a aproveitar do facto de apenas termos um voto único sobre o conjunto dos membros da Comissão, para facilitar a entrada de candidatos que poderiam não o conseguir pelos seus próprios méritos. O voto único tem de ter fim. Devemos votar em candidatos individuais. Só nessa altura é que os Estados-Membros irão assumir mais seriamente as responsabilidades que lhes cabem neste processo, enviando para a Comissão os candidatos mais aptos, de entre aqueles que se encontram disponíveis.

Miguel Portas (GUE/NGL). – Senhor Presidente, quero interpelá-lo sobre o sentido de responsabilidade, Dr. Durão Barroso, à luz dos acontecimentos que colocaram o euro sob ataque dos especuladores. À tarde,

discutiremos melhor as causas desse fenómeno, mas, em contrapartida, quero fixar-me nas declarações de Joaquín Almunia, porque foram elas que provocaram a imediata subida dos spreads e das taxas de juro no crédito internacional a Portugal e a Espanha, debilitando na semana passada, ainda mais, a posição do próprio euro. Não vale a pena dizer-me que Joaquín Almunia não disse o que disse. O que ouviram os jornalistas foi também o que ouviram os especuladores, e eles não perderam tempo.

Presidente Barroso, o papel de um comissário não é o de pôr gasolina no fogo. Esta casa não pode dar o seu aval a quem, no momento crítico, não conseguiu estar à altura das suas responsabilidades. Este é o primeiro problema, o segundo é o dos sinais. Ante o ataque às dívidas públicas grega, espanhola e portuguesa, o que fizeram, até agora, as instituições europeias? O Presidente Trichet limitou-se a dizer que nenhum Estado deveria contar com tratamento especial, quando a mensagem deveria ser exactamente a inversa, isto é, dizer aos especuladores que não nos dividirão, porque esta é uma Europa de solidariedade. Esta é a questão política que está colocada e é por isso que esperamos respostas sérias ante o que aconteceu com as declarações do seu candidato a comissário.

Klaus-Heiner Lehne (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, permitam-me que teça um breve comentário relativamente ao acordo interinstitucional e à resolução que temos diante de nós. Em primeiro lugar, congratulo-me com o facto de a Comissão parecer agora preparada para aceitar, de forma mais realista, o direito de iniciativa indirecto do Parlamento Europeu. Quer isso dizer, em termos muito claros, que no futuro irão existir prazos específicos, dentro dos quais a Comissão será obrigada a reagir às nossas decisões. Trata-se de algo positivo, tendo igualmente em vista as experiências por que passámos durante a última legislatura. No entanto, o presente acordo significa também – e isso é por demais evidente – que seremos tratados em pé de igualdade com o Conselho, em todas as matérias. Essa é a consequência lógica da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Congratulo-me, além disso, com o facto de termos conseguido criar uma relação de trabalho mais próxima, entre o Parlamento e a Comissão, na área da programação legislativa. No futuro, teremos de elaborar uma espécie de programa legislativo comum para as três instituições e, nesse contexto, seria útil que a Comissão e o Parlamento, como tradicionais representantes dos interesses da União, pudessem chegar a um acordo, tanto quanto possível, prévio.

Não estou totalmente satisfeito com os resultados da avaliação de impacto. Relativamente a esta questão, o Parlamento terá de reflectir sobre como poderá realizar melhoramentos qualitativos no seu próprio domínio da referida avaliação, tendo em vista o facto de a Comissão Europeia não desejar levar a cabo a verdadeira avaliação de impacto independente, exigida pelo Parlamento. A este respeito, acolho com agrado o anúncio já feito nas declarações, de que irá existir uma colaboração estreita no âmbito da legislação relacionada com o Serviço de Acção Externa. Também nesta matéria, Comissão e Parlamento partilham de um amplo interesse comum, que deveríamos igualmente definir, antes de falar com o Conselho.

Julgo ser também positivo que – e refiro-me a uma situação que surge, de facto, como consequência necessária do Tratado de Lisboa – a posição desta Assembleia, no domínio das negociações internacionais respeitantes a acordos internacionais, venha a ser consideravelmente melhorada, e que seja garantido ao Parlamento um efectivo acesso a toda a informação, bem como a todas as conferências internacionais. Esse sempre foi, para nós, um ponto da mais crucial importância, e apraz-me constatar que conseguimos aquilo que pretendíamos nessa matéria.

Evelyne Gebhardt (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, foi com grande satisfação que, no passado dia 1 de Dezembro, assistimos à entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o qual trouxe consigo uma política social mais forte e um reforço da posição dos consumidores no domínio da política interna da União Europeia. No entanto, constatámos agora que V. Exa. – contrariamente ao disposto no Tratado de Lisboa, nomeadamente no que se refere ao compromisso horizontal de protecção ao consumidor – fez exactamente o oposto, no que toca à distribuição das pastas pelos membros da sua Comissão, pois actualmente, não há apenas um Comissário responsável pela protecção ao consumidor, mas vários.

Gostaria de lhe perguntar o que é que, de facto, tenciona fazer em relação a este assunto. Como é que tenciona estabelecer coerência neste domínio de intervenção, um domínio que é tão importante para os consumidores, para os cidadãos europeus? As responsabilidades foram divididas. A qual dos Comissários caberá providenciar essa coerência? Por favor, não nos diga que é ao Colégio que compete decidir. Precisamos de áreas de responsabilidade bem definidas. Por favor, não nos diga também que, em última análise, lhe cabe a si essa decisão, em caso de desacordo entre diferentes comissários. O senhor não é todo-poderoso e, além disso, pertence a um Colégio.

Esta questão levanta-me sérias dificuldades, Senhor Presidente Barroso. O senhor tem de me explicar como é que consegue efectivamente lidar com esta fragmentação da intervenção, não só no domínio da protecção ao consumidor, mas também noutras áreas, como a da política externa, para assim podermos ter uma intervenção que, passados cinco anos, nos permita afirmar: "sim, valeu a pena ter uma Comissão como esta." Ainda não sei como é que vou votar, mais logo. Isso vai depender, em grande parte, das respostas que der às nossas questões.

Adina-Iona Vălean (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, creio que V. Exa. tem perfeita consciência de que a Europa se encontra num ponto de viragem, e que tem diante de si a oportunidade de a levar por um caminho ou por outro: ou pelo caminho sombrio, marcado pelo aprofundamento da crise económica, pelo mau ambiente concorrencial para as empresas europeias, por uma maior regulação e pela carga burocrática; ou pelo caminho da coragem, agarrando todas as oportunidades que o Tratado de Lisboa estabelece, no sentido de fortalecer a Europa e de fazer uma abordagem coesa aos mercados e aos desafios globais.

No que concerne aos desafios globais, sectores como o da agenda digital das TIC (tecnologias da informação e da comunicação), o da investigação e desenvolvimento, ou o da energia, podem proporcionar oportunidades e soluções. Um novo Tratado, finalmente ratificado por todos os Estados-Membros, coloca à sua disposição – numa bandeja de prata – os instrumentos necessários para atingir os objectivos enunciados.

Aquilo que eu mais receio é o fosso crescente entre as expectativas dos cidadãos e o pequeno mundo de Bruxelas. A confiança que pressupomos existir nessas pessoas está a desvanecer-se. Quantas vezes não me dei já conta das discrepâncias entre a administração europeia, empenhada na persecução de objectivos nitidamente políticos, e as verdadeiras preocupações dos Europeus? De que serve conceber uma política energética comum, se não conseguimos distribuir aos nossos cidadãos uma energia verde, segura e económica? De que serve recolher dados sobre infra-estruturas energéticas?

Creio que não podemos impor soluções do tipo "tamanho único". A Comissão tem de ter em consideração as diferenças, oportunidades e meios de cada um dos Estados-Membros. V. Exa. terá de ser visionário e criativo para desviar a Europa do caminho sombrio. O Parlamento apoiá-lo-á nessa tarefa. Se deixarmos escapar esta oportunidade, não voltará a haver uma segunda dentro dos próximos cinco anos.

Lajos Bokros (ECR). – (EN) Senhor Presidente, a Grécia está à beira do colapso orçamental. Espanha e Portugal debatem-se também com dificuldades crescentes. Se a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Conselho Europeu não agirem, a ameaça que paira no horizonte é agora a da desintegração da zona euro.

O que nos é dado observar nesta situação é uma atribuição não ideal das pastas aos diferentes Comissários. Ao Comissário Joaquín Almunia, pessoa da mais absoluta confiança, no que diz respeito à gestão dos assuntos económicos e monetários, foi agora atribuído o pelouro da concorrência, que não faz propriamente o seu género. Olli Rehn, eminente Comissário para o Alargamento e a Política de Vizinhança, ocupa-se agora dos assuntos económicos e monetários, que não são bem a sua especialidade.

Em que medida poderá a Europa beneficiar deste enfraquecimento do poder intelectual da Comissão, precisamente numa época de crise?

Werner Langen (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, temos agora uma segunda Comissão Barroso. Já aqui foi referido o modo como o sistema se alterou. É a quarta Comissão desde que aqui estou. As duas primeiras Comissões, lideradas por Jacques Santer e por Romano Prodi, eram ambas órgãos colegiais. A primeira Comissão Barroso distinguia-se pelas suas personalidades individuais – estou a pensar, por exemplo, em Stavros Dimas, em Neelie Kroes, ou até em Charlie McGreevy que, durante anos, permaneceu inactivo sob a sua liderança. Senhor Presidente, se introduzir agora um sistema presidencial, aconselho-o a assumir a liderança, mas regressando a um sistema colegial. Será melhor para a Europa e para a cooperação com o Parlamento.

Os cidadãos têm expectativas – o senhor falou de ousadia – relativamente à agenda europeia. Em primeiro lugar, ser-lhe-á necessário estabilizar o euro, alargar a zona euro e fazer com que os governos nacionais honrem os seus compromissos. Em segundo lugar, há que criar empregos modernos, baseados na tecnologia, e orientados numa perspectiva global; isto, porque a Estratégia de Lisboa, datada de 2000, falhou, apesar de os seus objectivos serem adequados. Em terceiro lugar, urge continuar a desenvolver a Europa, com base nos êxitos anteriormente obtidos e não em clamores de desgraça ou cenários de renúncia; há também que fazer da Europa um parceiro, ao nível dos Estados Unidos e da China. Em quarto lugar, ser-lhe-á necessário, não só colocar questões quanto ao futuro, mas também dar-lhes resposta em conjunto com o Parlamento.

Temas como os mercados abertos, a educação, ou o crescimento e a prosperidade não devem ser relegados para o passado, devendo assumir-se como temas do futuro, tal como a segurança social, a base industrial e a não expansão dos mercados financeiros.

Queremos cooperar consigo e com o seu executivo, numa base de lealdade. Para tal, a Comissão deverá ser o motor e não o senhor da Europa. Dois dos grupos políticos deste Parlamento, os Verdes e os Comunistas, decidiram fazer-lhe oposição total. Os deputados que os integram não chegam a representar 13% dos membros desta Assembleia. Se o Presidente da Comissão e o seu Colégio de Comissários cooperarem com os restantes membros desta Assembleia, teremos então alcançado o êxito de que necessitamos.

Alejandro Cercas (S&D). – (ES) Senhor Presidente da Comissão, como é do conhecimento do Senhor Presidente, os deputados do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu querem uma verdadeira mudança na agenda social europeia e uma agenda social renovada.

Muitos de nós acalentamos a esperança de que haja alguns pequenos "renovos verdes" na intervenção do Senhor Presidente da Comissão, nas promessas que fez ao nosso grupo, na intervenção do Senhor Comissário Andor e no compromisso institucional a que temos de submeter a futura legislação europeia em matéria de avaliação do impacto ambiental. Existe uma esperança de que o Senhor Presidente tenha aprendido as lições das últimas eleições e com o silêncio inequívoco das organizações de trabalhadores a respeito da nova Comissão.

Logo, Senhor Presidente da Comissão, estamos extremamente interessados em que aquilo que agora é uma promessa um tanto ou quanto vaga se torne realidade e que, nos próximos anos, esta Comissão lhe aduza o valor acrescentado de uma verdadeira mudança. Estamos extremamente interessados em que a Comissão Barroso II não seja igual à Comissão Barroso I.

Senhor Presidente da Comissão, escutámos o Senhor Comissário Andor e temos este sonho, temos esta esperança. Podemos prometer-lhe lealdade, se houver um compromisso que se mantenha, no que diz respeito a tudo quanto nos anunciou nas vezes em que aqui compareceu e no acordo que fez com este Parlamento.

Do que temos necessidade, Senhor Presidente Barroso - porque o Senhor Presidente é um homem inteligente -, é de que essas avaliações de impacto ambiental e social cubram a sustentabilidade do modelo económico que advogam. De outro modo, a Europa não terá futuro. A Europa tem de conciliar a sua agenda com a agenda dos cidadãos e dos trabalhadores, ou, de outro modo, não conseguirá a integração económica, nem, de modo algum, conseguirá a integração política, que é o nosso projecto. O nosso projecto é construirmos uma Europa com grande ambição política, que seja capaz de, uma vez mais, entusiasmar os seus cidadãos, que seja capaz de, uma vez mais, ser importante no mundo...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, os Comissários indigitados são propostos pelos governos dos Estados-Membros da UE. Após a sua aprovação pelo Parlamento Europeu, ficam livres de obrigações para com os respectivos países. Em princípio, espera-se que trabalhem em prol de igual desenvolvimento por toda a Europa. Para isso, é necessário competência e confiança. O primeiro aspecto foi posto em dúvida ao longo das audições. As respostas dos candidatos foram, muitas vezes, previamente combinadas, sendo formuladas em termos vergonhosamente gerais. A senhora Baronesa Ashton ainda referiu ao de leve alguns pormenores; todavia, as suas respostas foram decepcionantes. De modo geral, o grupo de Comissários que mostrou o seu valor durante as audições é fraco, imagem que o reduzido número de candidatos bem habilitados não consegue mudar. Não obstante, somos forçados a votar em bloco toda a Comissão, que não apresentou uma estratégia de acção bem definida.

Podemos confiar na Comissão? No Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus, perguntaram-nos: colocariam o orçamento e o destino das nossas próprias famílias nas mãos desta Comissão? Muitos de nós respondemos, e continuamos a responder ainda hoje, negativamente.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, se tivéssemos de nos ater à versão dos factos proposta pelo senhor deputado Cohn-Bendit, interpretação cuja chave é a hipocrisia, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) teria decidido votar a favor, porque tem treze Comissários, e o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa porque tem nove, ao passo que os Socialistas talvez tivessem de se abster porque o seu espólio foi mais reduzido.

Todavia, as coisas não são assim. Os votos de muitos de nós estão, de facto, ligados à resposta a uma pergunta mais profunda: que papel é chamada a desempenhar a Comissão Barroso nesta conjuntura histórica

Ela é chamada, Senhor Presidente, a restabelecer a esperança de milhões de pessoas e empresas, que se encontram em dificuldades, e a vencer, mediante uma obstinada determinação e com o poder das ideias, a sua impotência perante grupos de interesses e governos.

Ela é chamada, Senhor Presidente, a dar um rosto europeu à imigração e à política energética, e a emitir euro-obrigações para garantir a recuperação. Ela é chamada, Senhor Presidente, a estabelecer convictamente uma política externa e de segurança europeia, cara Senhora Baronesa Ashton, que seja digna desse nome.

Segundo o senhor deputado Schulz, Senhoras e Senhores Deputados, os senhores são como monges trapistas que fizeram voto de silêncio. Quanto a este vosso ideal de santidade, sugiro que façam um voto diferente: um voto de acção. Há, de facto, muito a fazer. Façamo-lo rapidamente, Senhor Presidente; façamo-lo bem; façamo-lo juntos. Os meus melhores votos, Senhor Presidente Barroso!

Gianluca Susta (S&D). – (IT) Senhor Presidente da Comissão, os progressistas de entre nós estão a conceder-lhe hoje um voto de confiança para não o deixarmos exposto à chantagem dos que têm pouca confiança nesta comunidade da Europa, e para não o subordinarmos aos governos dos Vinte e Sete.

Acreditar numa comunidade da Europa significa quebrar o silêncio ensurdecido das Senhoras e dos Senhores Deputados e assumir um papel fulcral nas principais questões internacionais; defender os interesses europeus na arena industrial e económica; reforçar a política social e investir mais em vencer a pobreza mundial; consolidar a nossa aliança com os Estados Unidos, mas em pé de igualdade; reforçar a posição da União Europeia nas instituições internacionais, a começar pelo Conselho de Segurança da ONU; relançar o multilateralismo no comércio mundial; e estabelecer a agenda da luta contra a poluição a nível global.

Hoje, o nosso voto irá ser um voto de confiança condicional, sem excepções, na Comissão e nos Comissários individualmente, a fim de concluirmos plenamente a nova Europa nascida em Lisboa, protagonista política entre as principais potências mundiais, e para que possa ser, sobretudo, uma comunidade de destino dedicada ao seu próprio progresso económico e cívico, que se impõe a si própria uma missão de paz, justiça e liberdade no mundo; uma comunidade que não é apenas uma comunidade de memória, vivendo no presente da sua própria riqueza, e longe de uma passada glória agora desaparecida.

Alain Lamassoure (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, o êxito do Tratado de Lisboa depende agora de si e da sua equipa.

Surpreendentemente, o primeiro Presidente permanente do Conselho Europeu decidiu desaparecer após a sua eleição. E conseguiu-o. Há dois meses e meio, ninguém fora deste país sabia o que quer que fosse sobre ele, nem ninguém ficou a saber mais o que quer que seja desde então. O Primeiro-Ministro do Governo espanhol teve a cortesia de vir aqui apresentar-nos as prioridades para os seis meses da sua Presidência, que são exactamente o oposto daquilo que queriam os autores do Tratado de Lisboa - muitos dos quais se encontram presentes nesta Câmara. Ninguém - nem o povo da Europa, nem o Presidente dos Estados Unidos - sabe já quem está encarregado da Europa.

Num mundo virado de pernas para o ar pela crise, num continente que perdeu todos os seus pontos de referência, que tem mais de 20 milhões de desempregados, que está em risco de um declínio duradouro perante as potências emergentes, a Europa tem necessidade de um piloto, de uma direcção, de uma ambição, de um grande projecto unificador que possa mobilizar as nossas 27 nações e meio milhar de milhões de cidadãos livres. Logo, Senhor Presidente Barroso, não se assuste, seja audaz! Objectivos, estratégia, método, financiamento - tudo isso exige uma abordagem absolutamente nova. Jamais esteve tão longe a perspectiva de um regresso a um forte crescimento. Jamais foi tão necessária a solidariedade entre os Estados-Membros. Jamais foi tão grande a disparidade entre as nossas competências e os nossos recursos financeiros. Jamais foram tão altas as expectativas dos nossos cidadãos. E não há dúvida de que jamais o Parlamento Europeu esteve tão disposto a apoiar uma política ambiciosa para compensar os dez anos perdidos em intermináveis debates institucionais. Como amigo, digo-lhe, Senhor Presidente da Comissão: o apoio do Parlamento será proporcional não à sua prudência, mas sim à sua audácia.

(Aplausos)

Dagmar Roth-Behrendt (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, as nossas circunstâncias são agora diferentes e temos uma estrutura institucional diferente. Agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, as três Instituições - o Parlamento, o Conselho e a Comissão Europeia - terão de trabalhar juntas

de modo diferente daquele que tem vigorado até ao momento. Creio que todos temos de estar interessados em fazer com que isto tenha êxito. O envolvimento do Senhor Presidente Barroso na primeira parte do acordo interinstitucional dá-me a impressão - nem sempre sou isenta de sentido crítico a respeito do Senhor Presidente - de que essa é também a sua vontade.

A primeira parte deste acordo que negociámos com o Senhor Presidente Barroso contém elementos importantes para o papel do Parlamento Europeu na nossa cooperação com a Comissão, em particular, mas também com o Conselho. Estes elementos são: o reforço do diálogo entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia e a possibilidade de recebermos mais informação do que recebemos no passado; por outras palavras, podermos ser um parceiro em igualdade de circunstâncias no processo legislativo; e um verdadeiro período de perguntas, durante o qual os Comissários, que, em última análise, são políticos, vêm aqui responder a perguntas e prestar contas, sem se ocultarem, como fizeram no passado. Anteriormente, só o Senhor Comissário Barroso tinha a coragem de o fazer. Agora, todos o farão. O que é bom. Isso irá beneficiar todos nós, como irá beneficiar a democracia europeia e, esperemos, melhorar o interesse dos cidadãos naquilo que fazemos, sobretudo no trabalho legislativo em prol de todos.

Finalmente, Senhor Presidente Barroso, no que se refere à questão da iniciativa legislativa, creio firmemente que, com aquilo que conseguimos nas negociações com o Senhor Presidente no que respeita à nossa cooperação, e que hoje transformámos numa resolução, nos aproximámos tanto quanto possível do direito de iniciativa para o Parlamento Europeu. Além disso, isso exclui a idealização *sui generis*. O Senhor Presidente Barroso trabalhou connosco em consegui-lo e trabalhou seriamente. Respeito isso, e aprecio muitíssimo o modo como contribuiu para o efeito.

As avaliações de impacto já foram aqui referidas por outros oradores. O Senhor Presidente tomou a seu cargo tornar o processo transparente e actuar de modo cooperativo. O Senhor Presidente afirmou que considera importantes as avaliações de impacto social, coisa que, do nosso ponto de vista, é um ponto fundamental. Estou satisfeítíssima com isso. Creio que devíamos iniciar hoje mesmo o trabalho, e que já não o fazemos sem tempo.

Jacek Saryusz-Wolski (PPE). – (EN) Senhor Presidente, queria referir-me ao Acordo-Quadro e à parceria especial entre a Comissão e o Parlamento, que o Senhor Presidente abordou e que, obviamente, nós aplaudimos.

O Parlamento está a lutar pelas suas competências, não por uma questão de orgulho e para glória desta Assembleia, mas sim para preencher a lacuna da legitimidade democrática, após toda a angústia a que assistimos quando foram realizados os referendos. Estamos a entrar numa nova era de métodos comunitários, por isso, não defenda, por favor, as competências da Comissão, uma vez que, como Parlamento, não fizemos parte deste processo. Estou a referir-me ao monopólio legislativo da Comissão. Este monopólio existia quando o Parlamento Europeu não era o que é actualmente, motivo por que aplaudo a solução intermédia, que tem em conta as nossas iniciativas em questões legislativas, e que o Senhor Presidente Barroso aceitou. Esta Assembleia irá vigiar muito de perto a prática desta solução intermédia, tendo em conta o nosso pedido à Comissão de tomar medidas legislativas.

O meu segundo ponto diz respeito ao Serviço de Acção Externa comum, que devia retirar a sua credibilidade de duas Instituições - não apenas do Conselho, mas também do Parlamento Europeu - e com o qual não estamos plenamente satisfeitos. Estou a olhar para a Vice-Presidente de V. Exa., a senhora Baronesa Ashton. Lamentamos a nossa ausência no Grupo de Alto Nível. Pensamos que devíamos estar envolvidos no processo que sempre foi pedido por esta Assembleia. Devíamos estar envolvidos na nomeação dos embaixadores e dos REUE (Representantes Especiais da União Europeia). Talvez ainda reste algum espaço de manobra, porque não é para nossa glória, mas sim para darmos, aos olhos dos Europeus, verdadeira credibilidade a este Serviço, que, de outro modo será mais fraco, quando ambas as partes querem que seja mais forte.

Luis Manuel Capoulas Santos (S&D). - Senhor Presidente, Senhor Presidente da Comissão, estive particularmente atento às audições dos comissários indigitados para a agricultura e as pescas, áreas que acompanho com especial atenção no Parlamento Europeu. O seu perfil, em ambos os casos, parece-me adequado. Contudo, mais do que as personalidades e as competências, importa saber quais as condições políticas que terão para o desempenho da sua missão. Para que eu e o meu grupo político possamos conscientemente dar o nosso voto à investidura da Comissão, está, Senhor Presidente, em condições de me garantir que dará todo o apoio a estes seus dois comissários, para que as profundas reformas que vão iniciar-se nas mais comuns das políticas, a agricultura e as pescas, tenham em conta a manutenção do seu carácter comunitário, recusando toda e qualquer renacionalização?

Paulo Rangel (PPE). - Senhor Presidente, eu queria neste momento, essencialmente, sublinhar à Comissão e ao Senhor Presidente da Comissão, a forma como trabalharam com este Parlamento ao longo destes meses de investidura. Não há nenhum órgão no mundo, com capacidade executiva e de iniciativa legislativa, que seja sujeito à apresentação pelo seu Presidente de um programa diante do Parlamento, à audição com todos os grupos parlamentares, a uma votação por maioria absoluta expressiva, a trazer aqui todos os comissários para serem ouvidos um a um, sobre o seu próprio programa, com três a quatro horas de perguntas directas, de perguntas com respostas.

A Comissão aceitou negociar com o Parlamento um Acordo-Quadro, no qual aceitou, em primeiro lugar, justificar e ampliar os poderes do Parlamento no âmbito da iniciativa legislativa, aceitou o princípio do total acesso à informação, seja na acção legislativa e política, seja nas negociações internacionais e aceitou ter em conta a opinião do Parlamento sobre os comissários, sobre a remodelação dos comissários.

Isto significa, de uma vez por todas e do meu ponto de vista, que a Comissão deu provas, de Julho até aqui, de que está disposta a ter uma ligação estreita com o Parlamento e que, ao fazê-lo, demonstrou de um modo claro, evidente e inequívoco que a aliança estratégica do Tratado de Lisboa para o método comunitário, de que falava o colega Saryusz-Wolski, é a aliança entre o Parlamento e a Comissão. Por isso, a Comissão e o Acordo-Quadro merecem o integral apoio do PPE.

Othmar Karas (PPE). - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, numa democracia, uma aprovação jamais é uma carta branca, é sempre um crédito de confiança que primeiro tem de ser justificado. Abramos, portanto, um novo capítulo juntos, não continuemos como antes, como disse o Senhor Presidente da Comissão. O Tratado, a crise e a globalização tornam necessário que todos mudemos os nossos procedimentos. Temos necessidade de maior consciência europeia nos Estados-Membros, maior honestidade para com a União Europeia, mais UE na Europa e mais UE no mundo; requerem mais capacidade de chefia por parte de cada Comissário individualmente e disponibilidade para transformar os debates da União Europeia em políticas.

Cumpramos que o Parlamento Europeu e a Comissão entrem numa nova parceria - uma parceria para uma Europa dos cidadãos, uma parceria para fazer frente ao nacionalismo; ao proteccionismo e ao extremismo; à desonestidade, à estupidificação, à irresponsabilidade e à falta de respeito. Além do pacto de estabilidade da moeda, temos necessidade de um pacto de estabilidade para todos os domínios das políticas, para sermos mais credíveis e recuperarmos a confiança perdida. Necessário será transformar o procedimento aplicável em caso de défices excessivos, a estratégia de saída e a Europa 2020 num conceito comum para reduzir o débito nacional, combater os défices, promover a inovação e o crescimento e criar postos de trabalho de longa duração.

Finalmente, Senhor Presidente, exorto-o a fazer um balanço de entrada e a apresentar propostas de coordenação, das políticas social, fiscal, de investigação, inovação e educação, porque temos necessidade de mais Europa.

Gunnar Hökmark (PPE). - Senhor Presidente, o principal desafio para esta Comissão não irá ser combater a crise a que assistimos. Estamos a sair dela gradualmente e, muito embora continue a ser uma tarefa importante levar a cabo as políticas que escolhemos, o principal desafio deve ser preparar o terreno para a futura economia da Europa, para garantir que será uma economia dinâmica e competitiva, capaz de desempenhar um papel de protagonista na economia mundial.

Isso exige políticas orientadas para a criação de novos postos de trabalho, para o investimento e um crescimento económico dinâmico. De outro modo, continuaremos a enfrentar os problemas causados pela crise - o desemprego e os défices. É importante que a Comissão que hoje irá ser aprovada aqui no Parlamento leve a sério este desafio.

Em Junho, os eleitores europeus emitiram uma mensagem absolutamente inequívoca. Não querem um modelo socialista baseado na regulação, mas sim um modelo baseado na abertura, na preparação do terreno para condições de concorrência equitativas, e uma Europa social, o que significa postos de trabalho, crescimento, oportunidades e integração transfronteiriça. A tarefa da nova Comissão é essa: preparar o terreno para a economia, a prosperidade e a segurança social, tendo um espírito aberto e dizendo "sim" à inovação.

Tunne Kelam (PPE). - (EN) Senhor Presidente, actualmente, a Comunidade Europeia tem mais de cinquenta anos. Algumas pessoas dizem que ela está a atravessar uma crise da meia-idade - a sentir-se um pouco cansada, moralmente desgastada, hesitante quanto a um futuro alargamento.

Contra este pano de fundo, o Senhor Presidente Barroso tem oportunidade de demonstrar a sua competência de político, a sua visão a longo prazo, e de proceder a verdadeiras reformas. O segundo mandato do Senhor Presidente coincide com o 60.º aniversário da Declaração Schuman. A única solução para os pais fundadores da Europa não residia nas discussões, mas sim em elevar-se acima dos interesses nacionais para estabelecer políticas europeias supranacionais baseadas numa atitude aberta e generosa, como o Senhor Presidente mesmo mencionou.

Em primeiro lugar, esperamos uma verdadeira implementação de políticas europeias comuns, sobretudo a conclusão do mercado comum da energia. A Comissão Europeia tem sido a principal aliada e colaboradora do Parlamento Europeu. Desejamos-lhe muito êxito, Senhor Presidente, bem como a todo o colégio de Comissários.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) Creio que a principal tarefa da nova Comissão é implementar o Tratado de Lisboa. À nova Comissão compete demonstrar aos cidadãos da Europa que o novo Tratado satisfaz as suas expectativas e instilar-lhes confiança a esse respeito.

Nestes anos mais próximos, entre muitos outros assuntos importantes que irá tratar, a Comissão tem de propor para revisão duas políticas de importância fundamental: a política agrícola comum e a política de coesão. Penso que a política orçamental para o período de 2014-2021 só poderá ser concebida e estruturada após o termo da revisão destas duas políticas. É essa a razão por que o Programa-Quadro da nova Comissão tem de fazer disto uma prioridade absoluta. Espero que a revisão destas duas políticas europeias ajude, a médio e longo prazo, a equilibrar a economia e a situação financeira e social de todos os Estados-Membros, a fim de evitar desequilíbrios do tipo dos que se verificam actualmente e que estão a pôr em perigo o desenvolvimento sustentável da União Europeia como um todo.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) É justificadamente que os novos Estados-Membros estão preocupados com o facto de o egoísmo e a renacionalização a nível nacional estarem a ganhar força na União Europeia. A União Europeia não pode existir sem solidariedade, coesão ou sem ser alcançada pelos menos desenvolvidos dos novos Estados-Membros. O programa para 2020 terá de ser planeado pela Comissão dirigida pelo Presidente Barroso de modo a não reduzirmos, mas sim a preservarmos - ao mesmo tempo que reformamos - e a reforçarmos as políticas comunitárias que temos seguido até agora, em especial a política de coesão, a política regional e a política agrícola comum. Estamos a ver intenções assustadoras em alguns que estão a tentar eliminar por fases estas políticas e, em particular, reduzir o orçamento da política agrícola comum. O Conselho devia planejar medidas concretas para não haver possibilidade de a crise mundial se transformar numa crise de emprego e social. Finalmente, não devemos permitir que a trágica situação da Grécia leve à conclusão de que não devíamos continuar a reforçar a zona euro, nem prosseguir com o alargamento em direcção aos Balcãs Ocidentais.

Lena Ek (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, Albert Einstein disse que a vida é como andar de bicicleta: para manter o equilíbrio, é necessário manter-se em movimento. É isso exactamente o que esperamos da nova Comissão. Ao mesmo tempo, há preocupações. A questão das alterações climáticas, por exemplo, está dividida entre várias pastas, o que é extremamente preocupante. Entretanto, as questões da política industrial e da política energética irão ser tratadas pelos Comissários de um único grupo político, o que também é extremamente preocupante. Do que temos necessidade agora é de equilíbrio e de apoio para um crescimento económico sustentável, e é importante que isso se reflecta na Estratégia UE 2020.

As primeiras palavras de um romance são sempre as mais difíceis de escrever. A impressão que dá a Comissão e o modo como vai agir irá reflectir-se, e ficar escrita, na Estratégia UE 2020, o que será uma indicação do trabalho e da qualidade da nova Comissão. Espero que ela seja sustentável.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Comissários do novo Colégio, Senhoras e Senhores no plenário e na galeria, nestes tempos de crise económica, financeira e climática, os cidadãos da Europa esperam de V. Exas. qualidades de chefia. Eles esperam projectos audazes e bem definidos. O Senhor Presidente Barroso disse hoje aqui várias vezes que não podemos continuar como se não houvesse nada de novo, e que temos de ser audazes e corajosos. Isso não é coisa que tenhamos visto nas linhas de orientação do Senhor Presidente Barroso, nem nas audições da maior parte dos Comissários.

Tomemos, por exemplo, a política externa. Senhora Baronesa Ashton, V. Exa. é a pessoa que devia, e deve, ser a voz unida da Europa. Não se trata apenas de uma questão de boa coordenação ou de consultar os Estados-Membros. A Senhora Baronesa devia apresentar ao Conselho projectos audazes e específicos, por exemplo, no domínio da prevenção civil europeia de catástrofes naturais, na linha do relatório Barnier. A

Senhora Baronesa tem de tomar a iniciativa, inclusive em questões relativas à crise financeira. Temos necessidade de supervisão do mercado comum financeiro e de uma taxa sobre transacções financeiras.

Apresente estas propostas ao Conselho. Faça-o, por favor, e não espere que o Conselho diga "sim" ou "não" ou que os Estados-Membros comecem a exercer pressão sobre a Senhora Baronesa. Se recebermos da Senhora Baronesa mostras dessa qualidade de chefia, a Senhora Baronesa também receberá o apoio do Parlamento Europeu. Que ainda não tem.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhor Presidente, não posso deixar de trazer à colação um assunto que considero muito importante, relacionado com o Reino Unido.

Actualmente, no Reino Unido, gozamos da possibilidade de auto-exclusão de uma semana de trabalho de 48 horas. Todavia, após ouvir o Senhor Comissário Andor nas audições - pessoalmente, nada tenho contra o Senhor Comissário Andor -, fiquei muito preocupado com a direcção em que, creio eu, vai pretender encaminhar-nos. A meu ver, é muito provável que o RU perca essa possibilidade de auto-exclusão. Se assim for, no nosso país, três milhões de pessoas irão ser prejudicadas com o facto. Elas apreciam trabalhar horas extraordinárias. No RU - e em particular na minha região, o País de Gales -, os nossos serviços de bombeiros assalariados, de que 75% são cobertos por elementos que acumulam com outra esta profissão a tempo parcial, encontram-se ameaçados.

Vamos ter em breve eleições gerais, e eu peço a todos os eurodeputados britânicos hoje aqui presentes que votem contra a nova Comissão, com base no facto de que a perda dessa possibilidade de auto-exclusão da semana de trabalho de 48 horas para o bom povo do meu país irá ter graves consequências para nós. A eles cabe a decisão. Os três milhões de pessoas estarão a observar como votam. Tal como eu.

Andreas Mølzer (NI). – (DE) Senhor Presidente, o Tratado de Lisboa tem como objectivo reforçar a União Europeia e, com isso, evidentemente, em primeiro lugar, a Comissão Europeia, bem como o nosso Parlamento. É vergonhoso, porém, que, não obstante, nos lugares cimeiros das Instituições da UE sejam colocados representantes politicamente fracos. Os observadores políticos concordam que a nova Comissão não contém verdadeiros pesos pesados da política. Se o Presidente da Comissão já é o menor denominador comum entre os comandos dos grandes Estados-Membros da UE, essa situação continua incontrolada no que diz respeito aos Comissários, individualmente. O novo Presidente em exercício do Conselho e a Alta Representante, em particular, também parecem mais pesos leves da política. Os nossos parceiros políticos importantes, como os EUA, já estão a dar-nos a saber isso, e nem sabemos o que acontecerá com outros parceiros, como a Rússia, por exemplo.

Em consequência disso, levanta-se a questão de se saber se um Parlamento Europeu reforçado, em cooperação com uma Comissão fraca pode, realmente fazer algo de positivo em termos de integração e satisfação dos interesses dos povos europeus.

Paul Rübig (PPE). – (DE) Senhor Presidente, o meu pedido à nova Comissão é que faça mais em prol das pequenas e médias empresas. Dois terços dos nossos trabalhadores trabalham para empresas desse tipo e geram mais de 50% do produto interno bruto. Temos, sobretudo, de zelar por que seja aumentada a solvabilidade das pequenas e médias empresas, porque, sobretudo em épocas de crise, o capital de risco é de particular importância para ser possível continuar a pagar bons salários. Temos de ser mais competitivos, para o que temos necessidade de proporcionar melhor apoio às infra-estruturas. Cumpre, sobretudo, melhorar as redes transeuropeias.

Temos de zelar por que as pequenas e médias empresas também tenham oportunidade de fazer investigação, a fim de poderem oferecer novos produtos e serviços através do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia. Temos, além disso, necessidade de melhorar o ensino vocacional e a formação profissional. Essa é uma tarefa importante para a Comissão Europeia. Desejo à nova Comissão Europeia muito êxito e boa sorte para o futuro.

Milan Zver (PPE). – (SL) Estou com aqueles que crêem que hoje é um grande dia para a democracia europeia, não apenas porque iremos estar a concluir novas instituições e estruturas europeias, mas também porque estaremos a aprovar este acordo interinstitucional que, juntamente com o Tratado de Lisboa, aumenta, realmente, a influência que os cidadãos europeus podem conseguir exercer sobre os políticos europeus.

Para mim, isso parece de particular relevância, precisamente agora que já vimos, ou podemos principiar a ver, os sinais da primeira crise da democracia europeia, que é demonstrada pela afluência cada vez menor às eleições, pela confiança cada vez mais reduzida das pessoas nas instituições democráticas básicas, e pelo

facto de, em algumas capitais europeias, os manifestantes serem acolhidos com violência e, em outras, serem exaltados os símbolos do totalitarismo e de regimes semelhantes.

Em resumo, penso ser mais do que tempo de os políticos europeus também fazerem qualquer coisa para desenvolver a democracia a nível da construção de instituições, mas que isso não será suficiente. Temos igualmente necessidade de levantar o nível da cultura política democrática, especialmente nos países pós-comunismo.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhor Presidente, os membros da delegação espanhola do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu vão votar a favor do mandato da Comissão que foi baptizada Barroso II. Temos boas razões para o fazer. Uma delas é o facto de estarmos convictos de que nem mesmo o Presidente Barroso podia estar de acordo com os críticos da Comissão Barroso I, quando tem um mandato para a Comissão Barroso II.

Todos podem ver quais são as razões. A Europa mudou, o mundo mudou e entrou em crise. Um mundo globalizado perante uma crise global, que tem necessidade de uma Europa globalmente relevante. Em vez de responder à crise com mais crises, temos de actuar, e temos de o fazer já. Temos de actuar para responder às alterações climáticas, às novas fontes de energia, à importância da nossa política externa à escala global, e à nossa contribuição para um mundo mais seguro na luta contra o crime e o terrorismo. E temos de actuar agora.

Já passaram seis meses desde as eleições e agora já é tempo de termos uma Comissão a trabalhar a plena potência e plenamente operacional. É isso o que os 500 milhões de Europeus que estão a observar-nos esperam de nós. Estamos, por isso, convictos de que, uma vez que a inacção não é opção, a única opção é a Comissão Barroso II surpreender os críticos da Comissão Barroso I com acção, com acção firme.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria, também eu, de dizer que hoje é um dia importante, uma vez que vamos proceder à votação de uma Comissão não só para 27 Estados-Membros, mas também para uma Europa única. Houve quem afirmasse nesta Câmara que a implementação do Tratado de Lisboa é uma questão urgente. É uma questão urgente ensombrada por um obstáculo importante, porque a actual crise está longe de ser favorável à implementação deste Tratado, que tem de dar origem a uma Europa única para 27 países e a uma Europa que, simultaneamente, todos os Europeus considerem credível.

Gostaria de acentuar que, a meu ver, o maior desafio que enfrenta a União Europeia é, realmente, o sentimento de solidariedade entre os europeus dos países antigos e os europeus dos novos países; por outras palavras, a solidariedade entre os europeus do Oriente e os europeus do Ocidente. Este é o único processo de tornarmos a Europa credível para os que aspiram a, mais cedo ou mais tarde, aderir à nossa União, indiferentemente de serem os Balcãs Ocidentais, a Moldávia, a Turquia ou a Islândia.

Liisa Jaakonsaari (S&D). – (FI) Senhor Presidente, decididamente, levou demasiado tempo a constituir a Comissão. Futuros historiadores irão, sem dúvida, perguntar-se como foi possível gastar seis meses a organizar a Comissão, quando na Europa estávamos a atravessar a recessão mais profunda da história económica europeia.

Creio que, de modo geral, este processo deu poderes à Comissão e ao Parlamento, e os reforçou. É por esse motivo que me surpreende que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia tenha decidido, por unanimidade, votar contra a nova Comissão, especialmente porque eles próprios afirmaram frequentemente que beneficiavam muitíssimo com o processo e que os seus objectivos eram aceites. Francamente, penso que este é um caso de extremo populismo.

A viabilidade do mercado interno e uma Europa social são como irmão e irmã: andam de mão dada. É muito importante que uma avaliação do impacto social constitua um passo em direcção a uma Europa social.

Eva Lichtenberger (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente da Comissão, Senhor Presidente Barroso, estou desapontada não apenas com as pessoas da Comissão, mas também com a atribuição das pastas. O Senhor Presidente Barroso dividiu algumas delas de tal modo que, de futuro, será muito difícil levar a cabo negociações específicas nas comissões. Além disso, retirou a alguns Comissários pastas, com as quais eles tinham provado realmente o seu valor, tendo-lhes entregue outras com que se não sentem tão satisfeitos. Considerando isto mais de um ponto de vista psicológico, um comissário infeliz, Senhor Presidente Barroso, pode fazer muito mal, porque, sobretudo no início das suas funções, ele irá ver-se confrontado com grande número de pessoas que lhe fazem sugestões que ele não tem capacidade para tratar. Em minha opinião, essa é uma decisão errada.

O segundo ponto que gostaria de abordar diz respeito ao acordo interinstitucional. Decididamente, iremos lutar por que seja implementado, uma vez que o Tratado de Lisboa está agora em vigor. Teremos uma palavra a dizer nos acordos internacionais e iremos conseguir fazê-lo, inclusive perante as táticas dilatórias, tanto por parte do Conselho, como da Comissão. A Comissão deve estar preparada para isso.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, a União Europeia encontra-se numa situação absolutamente nova. O Tratado de Lisboa introduziu importantes alterações. Que podemos dizer após dois meses de a Comissão estar em funções? Bem, na realidade, se pensarmos nisso mais aprofundadamente, trata-se apenas de um bom início, de um início importante. Apenas agora chegou o momento de darmos verdadeiro conteúdo a essas disposições e resoluções. Devíamos repartir de modo adequado as competências entre instituições ou altos cargos recém-criados, e estabelecer princípios políticos e normas de cooperação. Temos igualmente de manter o princípio de verdadeira igualdade dos Estados-Membros entre si, mas também entre os Estados-Membros e a União. É importante não reduzir a importância da Presidência detida por um Estado-Membro, a título individual.

Apenas uma União coesa, que fale a uma só voz, poderá ter no mundo a posição que merece. A experiência inicial adquirida ao longo dos últimos dois meses suscita várias dúvidas, motivo por que se devia prestar profunda atenção a estes problemas e se devia adoptar medidas que permitam alcançar os efeitos esperados, bem como uma nova qualidade da actuação da União Europeia.

Csaba Sógor (PPE). – (HU) A pergunta que um dia fez Kissinger é repetida muitas vezes: "Quem irá atender o telefone?". Em causa está, nessa pergunta, a necessidade de personalidades e rostos fortes. Não! Do que temos necessidade é de instituições fortes. Temos necessidade de um Conselho, de um Parlamento, de uma União, nos quais quem quer que seja possa atender o telefone no Conselho, porque ele ou ela tem capacidade para dar uma resposta competente e uma solução competente. Gostaria agora de fazer um desses pedidos por telefone: gostaríamos de uma Europa em que os direitos das minorias tradicionais nacionais sejam também respeitados, onde não existam leis da língua eslovaca. Com a entrada em vigor dessa Lei da Língua, não só são infringidos os direitos fundamentais da UE e as disposições da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, como também fica em perigo um dos maiores empreendimentos da integração europeia: o funcionamento de um mercado único interno. Peço que a Comissão adopte as medidas necessárias para, de acordo com a opinião dos Serviços Jurídicos, assegurar que a lei da Comunidade continua a prevalecer de forma inabalável.

Derek Vaughan (S&D). – (EN) Senhor Presidente, quer no passado, quer actualmente, os Fundos Estruturais têm sido extremamente importantes para regiões como o País de Gales, por exemplo. Têm ajudado grande número de pessoas singulares, de comunidades e de empresas, tendo sido particularmente importantes durante a recente época de dificuldades económicas.

Logo, é fundamental que, futuramente, todos estes grupos possam beneficiar dos Fundos Estruturais. Penso que um Fundo estrutural devia ser disponibilizado para todas as regiões da Europa, desde que sejam consideradas pós-2013. Penso que devíamos impedir a renacionalização dos Fundos Estruturais. Pessoalmente, aplaudo particularmente os comentários do Comissário indigitado para a Programação Orçamental e Financeira, que afirmou a sua oposição à renacionalização da política de coesão e dos Fundos Estruturais.

Penso também que é fundamental que, para esses grupos que mencionei, o financiamento não termine subitamente em 2013. Creio, por conseguinte, ser importante disponibilizar um estatuto provisório para as regiões não abrangidas pela Convergência pós-2013. Espero que a Comissão dê, nas próximas semanas e nos próximos meses, à política de coesão e aos Fundos Estruturais a prioridade que merecem.

Gay Mitchell (PPE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de trazer aqui à colação uma questão que já tenho levantado no meu próprio país, na esperança de que, fazendo-o, de cima para baixo e de baixo para cima, possamos, de certo modo, conseguir que se faça alguma coisa a esse respeito.

Falamos constantemente da crise bancária e do que podemos fazer em prol das pequenas e médias empresas. O problema é que há muitas pequenas e médias empresas que, simplesmente, não conseguem empréstimos, muito embora tenham negócios viáveis e possam dar emprego. A principal razão para o facto, segundo a minha experiência, é a ausência de gerentes bancários. Entrámos nesta crise porque o sistema bancário funcionava, e em muitos casos ainda funciona, automaticamente. O Banco Central Europeu e a Comissão Europeia deram muito apoio às instituições financeiras. Agora, é tempo de regressarmos, e de usar todas as influências de que dispomos para o fazermos, ao tradicional gerente bancário, que pode assumir riscos calculados com base no carácter, capacidade e currículo.

Penso, realmente, que isso iria fazer toda a diferença, pelo que digo aos 27 Comissários aqui presentes: não subestimem a vossa capacidade de influenciar...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Jörg Leichtfried (S&D). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, gostaria de referir duas coisas que, para mim, são absolutamente cruciais. Muito se disse hoje sobre a superação da crise. A este respeito, temos de ter consciência de uma coisa: esta crise não será superada, se, uma vez novamente estabilizada a situação dos bancos, estes voltarem a pagar bónus avultados. Esta crise apenas será superada quando aqueles que agora estão desempregados recuperarem os seus empregos, quando aqueles que, até agora, nunca tiveram um emprego puderem trabalhar. Então, teremos superado a crise.

É, por conseguinte, essencial para a sua Comissão, Senhor Presidente, que V. Exa. persiga o objectivo de criar e garantir empregos, e assegurar que aqueles que trabalham arduamente também recebam, pelo seu trabalho, pagamento adequado e tenham maior participação na prosperidade do que acontecia anteriormente. Se conseguir isso, Senhor Presidente Barroso, a futura Comissão terá, em minha opinião, mais êxito do que a anterior.

Seán Kelly (PPE). – Senhor Presidente, tal como na eleição do Papa, espero podermos dizer esta noite: "*Habemus Papam; habemus Comissão*". Há, porém, um aspecto que me preocupa, a mim e a muita gente, e que é o facto de no Tratado de Lisboa termos tido de nomear um Presidente do Conselho para dar transparência. Não tenho a certeza de que a transparência resida nisso, e talvez o Presidente Barroso possa responder-nos a essa questão.

Quando a situação piorar, numa época de crise, quem será a única voz a representar a Europa? Irá ser Herman Van Rompuy? Irá ser a Baronesa Ashton? Irá ser um dos Comissários? Irá ser a Presidência rotativa? Ou irá ser o próprio Presidente Barroso? Gostaria de receber uma resposta a esta pergunta.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, vou tentar começar por responder a algumas perguntas mais concretas, para depois abordar outras de natureza mais geral.

Em primeiro lugar, sobre a zona euro. Alguns dos senhores deputados deste Parlamento trouxeram à colação questões relacionadas com a zona euro e alguns problemas actuais que estamos a enfrentar em Estados-Membros da zona euro. Antes de mais nada, permitam-me recordar que o euro é um dos maiores êxitos da história da Europa. Desde a sua criação com 11 participantes, a zona euro alargou-se até compreender 16 Estados-Membros. A zona euro tem sido uma zona de estabilidade e de criação de emprego. É evidente que foi afectada pela crise, mas também os países não pertencentes à zona euro foram afectados por ela. Não necessito recordar-lhes que, apenas há alguns dias, recebi o Primeiro-Ministro da Islândia, país que nos é muito chegado - e que não pertence à zona euro - e que estava, de facto, a enfrentar esta crise que, repito, não foi criada na zona euro, mas que veio do exterior.

A verdade, porém, é que o euro protegeu os países que compartilham a moeda única. Estou convencido de que, se não tivéssemos o euro, a situação europeia seria hoje muito mais difícil. Ainda temos de colher os benefícios do euro e, para o fazermos, temos de reforçar a coordenação económica na zona. É verdade que não temos apenas uma união monetária e que devíamos ter uma verdadeira união económica. O Tratado proporciona novas oportunidades, de que tenciono fazer uso. Olli Rehn, o novo Comissário para estes assuntos - se tivermos o vosso apoio - irá desenvolver esta linha.

Olhar para o futuro, para o modo de reforçarmos a zona euro, é muito importante, mas é evidente que não nos impede de olharmos para o presente. O período que a zona euro está a atravessar é um período difícil. Não há que negá-lo. Outros países não pertencentes à zona euro também estão a enfrentar tempos muito difíceis. Reconheçamo-lo. Devo dizer, porém, que a situação nos mercados financeiros é, por vezes, descrita de tal modo que amplia os problemas e nem sempre dá dela uma análise objectiva. Essas análises vêm habitualmente de países não pertencentes à zona euro.

Todavia, a zona euro tem capacidade para fazer frente às dificuldades que a afectam actualmente. Temos o nosso sistema de normas fiscais e o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que tem de ser devidamente implementado. No caso da Grécia, temos capacidade para analisar e monitorizar o seu programa de ajustamento fiscal. Temos possibilidade de recomendar reformas estruturais audazes na Grécia, reformas que a Comissão também irá controlar de perto.

No dia 3 de Fevereiro, a Comissão adoptou um pacote sobre a Grécia, que transitará para o Conselho no início da próxima semana. Evidentemente que a solução exige, sobretudo, acção da parte da Grécia. O apoio

à determinação das autoridades gregas irá aumentar a confiança na conclusão do programa ambicioso por elas aprovado.

Os Estados-Membros, sobretudo os da zona euro, deviam ter sempre em mente o facto de as políticas de cada um deles ter impacto sobre a economia de outros. Aplaudo sinais inequívocos de que todos os Estados-Membros têm consciência do desafio e de que irão actuar em conformidade.

Fizeram-me uma pergunta concreta sobre a política do consumidor. Creio que foi a senhora deputada Gebhardt. Há na Comissão uma pessoa responsável pela política do consumidor, que é o Senhor Comissário Dalli. Ele terá a seu cargo esta política, irá propor iniciativas neste domínio e discuti-las com os senhores deputados, tanto na Comissão IMCO, como no plenário. Os aspectos do Direito Civil serão da responsabilidade de Comissária responsável pela Justiça, a Vice-Presidente Reding. Isto é normal na maior parte dos executivos de toda a Europa, onde essas questões específicas são tratadas pelo Ministro da Justiça.

É evidente que todas as decisões sobre as novas iniciativas terão de ser aprovadas pelo Colégio. Estou extremamente empenhado na colegialidade. De facto, muitos dos senhores deputados exortaram a Comissão a manter uma forte tónica na colegialidade. Nos termos dos Tratados, o Presidente da Comissão é o garante da colegialidade, o que é a tendência normal nas actuais políticas. Cada vez mais questões são transversais ou horizontais por natureza. Elas têm necessidade de um objectivo comum, requerendo a integração de diferentes políticas sectoriais.

O que acontece na Comissão é, mais ou menos, o que está a acontecer tanto na governação nacional como na global. Actualmente, vemos com grande frequência Chefes de Estado ou de Governo terem de tratar, de modo coordenado e coerente, assuntos que anteriormente eram tratados separadamente pelos responsáveis nos diferentes governos.

Logo, é isso exactamente o que tencionamos fazer. Quero sublinhar este ponto com particular orgulho porque estamos agora a construir esta nova Comissão sobre a experiência da anterior. A Comissão anterior foi a primeira desta Europa alargada - a primeira vez que tivemos uma Comissão com 27 membros de 27 países diferentes. O facto de essa Comissão ter trabalhado com um espírito verdadeiramente colegial, com um sentido de finalidade é, de facto, a demonstração de que a União Europeia alargada pode funcionar com 27, ou mais, membros. Penso que, do ponto de vista crítico, isto também é importante para o futuro.

Foram efectuadas algumas perguntas concretas sobre a política de coesão e sobre algumas políticas comunitárias, como a da pesca e a da agricultura, como, por exemplo, a pergunta do senhor deputado Capoulas Santos. A política de coesão foi fixada no Tratado de Lisboa e é, por natureza, uma política europeia. Temos de ver como vamos poder prosseguir com o processo de reforma, de molde a podermos continuar a melhorar o valor das políticas para o dinheiro e garantir que a política de coesão e a política regional se traduzirão num aumento real da competitividade de todas as regiões da Europa. Temos de ter a certeza de que as políticas podem consegui-lo, de modo a podermos ter bons argumentos no próximo debate financeiro. Permitam-me que lhes assegure a minha total dedicação - e julgo poder dizer, a total dedicação da nova Comissão - aos princípios de coesão social, económica e territorial que estão igualmente fixados no Tratado de Lisboa. É evidente que iremos fazer tudo quanto estiver ao nosso alcance para promover as políticas comuns da Europa.

Foram efectuadas também algumas perguntas concretas sobre a avaliação do impacto social - a pergunta do senhor deputado Cercas. Quero deixar claro aquilo que anteriormente afirmei em público. Estamos empenhados em introduzir no nosso trabalho esta avaliação do impacto social, através do Comité de Avaliação do Impacto. É nossa convicção que fizemos grandes progressos em matéria de avaliação dos impactos. Estamos sempre prontos a melhorar esse trabalho, na crença de que a dimensão social devia ser devidamente analisada no nosso trabalho.

Alguns dos senhores deputados deste Parlamento fizeram-me perguntas sobre a segurança energética. Quero sublinhar que vamos incluir a segurança energética na nossa proposta da Estratégia UE 2020. Uma das inovações da Estratégia UE 2020 é, precisamente, reunir algumas políticas que anteriormente eram tratadas separadamente. Estou convicto de que promover a segurança e a eficiência energética devia constituir uma parte importante da nossa agenda para a competitividade e para um crescimento mais ecológico, sustentável e eficiente em matéria de recursos na Europa. Isto realça a importância que atribuímos a esta agenda.

Alguns dos senhores deputados - o senhor deputado Hökmark e outros - dirigiram-me perguntas sobre as PME e o valor do mercado interno. É extremamente importante relançar agora o mercado interno, bem como

deixar ficar claro que o mercado interno não é apenas um mercado qualquer, mesmo que todos os mercados sejam importantes.

Algumas pessoas pensam que defendemos os mercados por sermos fundamentalistas em matéria de mercados. Nada podia estar mais longe da verdade. Nós cremos que o mercado interno é, sobretudo, o fundamento do projecto europeu. Sem um mercado interno, não teremos uma União Europeia forte. Se deixarmos fragmentar o mercado interno, veremos de novo na Europa o feio rosto do nacionalismo económico. Temos de falar corajosamente e dizer que o mercado interno existe para defender os mais fracos - os consumidores, as pequenas e médias empresas contra os monopólios e, evidentemente, o projecto europeu na sua totalidade. Foi esse o motivo por que solicitei ao ex-Comissário Monti que elaborasse um relatório que nos permita apresentar algumas ideias novas e criar um consenso mais amplo para relançarmos e aprofundarmos o mercado interno como uma das maiores realizações, passadas e futuras, do nosso projecto europeu.

(FR) Gostaria agora de mencionar uma ou duas questões de ordem mais geral que alguns dos senhores deputados levantaram. O senhor deputado Daul, o senhor deputado Schulz, o senhor deputado Lamassoure - que fez uma intervenção em que realçou a importância da audácia -, o senhor deputado López Aguilar, o senhor deputado Mayor Oneja, e muitos outros, levantaram a questão da ambição, a meu ver, um ponto extremamente importante, sobre o qual devemos ter um debate honesto.

Alguns dos senhores deputados, e em particular, o senhor deputado Schulz, interrogaram-me, uma vez mais, sobre a questão do mercado e da política social. Queria dizer-lhes uma vez mais: não é a Comissão que os senhores deputados têm de convencer da necessidade de ter um objectivo social. Os senhores deputados terão de trabalhar connosco para tentarmos convencer certas capitais, porque a verdade é muito clara: algumas capitais crêem que a Europa é apenas o mercado, e que, segundo o princípio da solidariedade, eles são os responsáveis pela política social, coisa com que não estou de acordo. Eu acredito que, para ter também uma adesão emocional à Europa, temos necessidade de uma dimensão social. Temos necessidade de uma dimensão social que combine realmente o que pode ser feito a nível europeu com o que pode ser feito a nível nacional. Ninguém quer criar um sistema de segurança social europeu, ou um sistema de saúde centralizado na Europa. Não é isso o que nós estamos a propor.

Além disso, isto não devia ser considerado em termos de concorrência entre o nível nacional e o nível europeu. Todavia, se, além do nosso trabalho no domínio do mercado interno, da concorrência, da política de ajuda estatal e de outras políticas, como a política de comércio externo, não houver uma dimensão social na Europa, teremos dificuldade em assegurar a legitimidade do projecto europeu.

Queria, portanto, acentuar este ponto: não é a nós que é necessário convencer da necessidade de uma dimensão social. Trabalhem connosco para reforçarmos a dimensão social da Europa - a economia social de mercado - que, além disso, se encontra inscrita como um objectivo no Tratado de Lisboa. Estou absolutamente empenhado nisto e temos de lutar por consegui-lo juntos. Disso, não há qualquer dúvida.

(Aplausos)

No que diz respeito à questão da governação - uma questão favorita do senhor deputado Verhofstadt, e também minha -, uma vez mais, apoiem-nos, ajudem-nos. Sou a favor de uma governação reforçada da Europa e a Europa tem necessidade dessa governação reforçada. O meu discurso - V. Exas. chamar-lhe-ão um discurso e é um discurso, mas que faço em nome da nova Comissão, e que traduz uma ambição, uma linha política - é claro. Estamos a viver em tempos sem precedentes. Como já disse, quer no interior, quer no exterior da Europa, temos necessidade de maior determinação relativamente aos assuntos europeus. Estou plenamente convencido, intelectual e politicamente, de que se a Europa não proceder concertadamente, corremos o risco de, no futuro, desempenharmos apenas um papel insignificante a nível internacional. Disse-o nas minhas linhas de orientação, perante Chefes de Estado ou de Governo, e vou repeti-lo depois de amanhã, no Conselho Europeu informal, porque essa é a minha convicção.

Creio que os recentes acontecimentos apenas serviram para realçar a situação de forma mais incisiva. A crise financeira internacional mostrou até que ponto, precisamente, são interdependentes as nossas economias. Os problemas com que precisamente agora se vê confrontada a zona euro também mostram até que ponto são interdependentes as nossas economias. Temos, por conseguinte, de intensificar os nossos esforços em termos de coordenação e governação europeia. Bruxelas não necessita forçosamente de que lhe dêem competências nacionais: este é um debate do século XX que, creio eu, teve a sua época. Está errado fazer deste debate um debate do tipo "é a favor de Bruxelas, é a favor da Comissão, é contra os Estados-Membros...", porque é ridículo.

É evidente que, se hoje pretendermos ter um papel a desempenhar no mundo, os nossos Estados-Membros individualmente não têm a influência requerida para negociar, em pé de igualdade, com os Estados Unidos, a Rússia ou a China. Logo, temos necessidade desta dimensão, não para reforçar Bruxelas, mas sim para reforçar a Europa e, sobretudo, para nos concentrarmos nos verdadeiros interesses de cada um dos nossos concidadãos. É aqui que devemos trabalhar juntos, e é aqui também que lhes digo: apoiem-nos. Temos necessidade do vosso apoio, não numa linha de acção que leve inevitavelmente a uma guerra entre as instituições - mais do que nunca, temos necessidade da parceria institucional -, mas para defender os interesses da Europa no mundo.

Finalmente, em termos de relações externas, também nesse aspecto sejamos absolutamente claros. Em que domínio conta a Europa a nível mundial? No mundo, a Europa conta no domínio em que tem, de facto, uma posição coordenada. Ela é respeitada no domínio comercial, isso posso assegurar-lhes. As nossas leis em matéria de concorrência são respeitadas por todos os grandes conglomerados internacionais. Temos uma política comum. Temos instituições. Temos uma base para agir. Não esqueçam, porém, que estamos a viver numa época em que, sobretudo em termos de segurança internacional, a Europa não dispõe dos instrumentos geopolíticos e de defesa de que outros dispõem. Posso verificar muito nitidamente, quando falo com alguns dos nossos parceiros internacionais, que eles pensam sobretudo em termos de segurança. Eles pensam em termos de equilíbrio estratégico. E nesse aspecto, cumpre dizê-lo bem claramente, a Europa não pode ser ingénua.

O problema em Copenhaga não foi falta de ambição da Europa, como alguns dizem. Pelo contrário, nós éramos, de longe, os mais ambiciosos. Quando a mim, o que Copenhaga demonstrou foi que devíamos manifestar um interesse europeu nos vários domínios e defendê-lo coerente e estrategicamente, com todos os nossos parceiros. Logo, não devemos praticar simplesmente uma política generosa, muito embora isso seja importante, mas devemos também ter força para defendermos a nossa generosidade e a convicção de defender os nossos interesses. É isso o que tenho intenção de fazer, na esperança de também podermos contar com o vosso apoio a este respeito.

Finalmente, alguns dos senhores deputados - o senhor deputado Lehne e o senhor deputado Swoboda; a senhora deputada Roth-Berendt, a senhora deputada Wallis e a senhor deputado Rangel, entre outros - falaram pormenorizadamente da questão institucional e, em particular, do Acordo-Quadro. Quero dizer-lhes que, o que fiz nas negociações com V. Exas. foi precisamente transmitir o espírito e a letra do Tratado de Lisboa.

Algumas pessoas ainda não compreenderam que o Parlamento Europeu dispõe actualmente de competências de que não dispunha antes do Tratado de Lisboa. Creio que a dimensão europeia de parlamentar, e quando uso a palavra "dimensão" - o meu inglês não é tão bom como o seu, Senhora Deputada Wallis - não é para dizer algo de vago. Para mim, "dimensão" significa profundidade, significa alcance - algo de muito ambicioso, de qualquer modo.

O meu desejo é trabalhar com o Parlamento, nesse espírito. Não contra outra instituição, porque creio - e tenho de o dizer aqui - que temos necessidade de um Conselho e de um Conselho Europeu muito fortes. Saúdo as inovações no Tratado de Lisboa e, não em último lugar, a existência de uma Presidência do Conselho Europeu permanente, porquanto isso proporciona continuidade e coerência de longa duração.

Saúdo vivamente a criação do cargo de "alto representante", que simultaneamente, é vice-presidente da Comissão Europeia. Isso não é tornar as coisas mais difíceis; antes pelo contrário! Em vez de termos dois centros para as relações externas, um do lado do Conselho, e outro do lado da Comissão, temos agora uma figura-chave - neste caso, a senhora Baronesa Ashton - que vai defender os interesses europeus com legitimidade intergovernamental, o que continua a ser muito importante em assuntos externos, mas também com legitimidade europeia.

Logo, é com grande convicção que digo que seria um erro iniciar agora um debate ou um conflito institucional. Temos necessidade das várias instituições. Algumas pessoas sentiram-se obrigadas a fazer a eterna pergunta de Henry Kissinger sobre o número do telefone. Já o disse uma vez: Henry Kissinger era Secretário de Estado. Creio que, a partir de agora, a interlocutora do Secretário de Estado dos EUA será a senhora Baronesa Ashton. Ela tem a responsabilidade de desempenhar esse papel, e capacidade para o fazer.

Todavia, a nível de Chefes de Estado ou de Governo, para além das relações com os nossos Estados-Membros, temos, no Tratado de Lisboa, o Presidente do Conselho, que representa a Europa, para as questões da política externa e de segurança comum, e a Comissão que, nos termos do artigo 17.º, representa a Europa em todos os restantes aspectos das relações externas. Esse é o nosso sistema.

Algumas pessoas gostariam de um sistema totalmente unificado. Como alguns disseram, por vezes, os Estados Unidos também não têm um sistema totalmente unificado. Por vezes, negociamos com o Governo dos EUA, para verificarmos posteriormente que o Congresso não segue exactamente a mesma linha do Governo.

É também importante compreendermos, neste caso, que somos constituídos por 27 Estados-Membros. Temos um sistema que já é um progresso em relação ao sistema anterior. Em vez de termos uma Presidência que muda todos os seis meses, temos uma Presidência de Conselho permanente. Temos agora a Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão. É verdade que isto constitui um verdadeiro passo em frente, mas o dinamismo é mais importante do que o mecanismo, e é desse modo que devemos acrescentar uma nova dimensão à nossa acção.

Vou concluir, dirigindo um apelo a esta Assembleia. Com o poder vem a responsabilidade. Vou ser muito franco com V. Exas., Senhoras e Senhores Deputados: com esta revisão, o Parlamento Europeu adquiriu grande número de competências, que, espero, sejam usadas não só para políticas agradáveis, mas também como parte da responsabilidade de governar a Europa com outras instituições. É um grande teste à responsabilidade de todas as instituições: do Parlamento Europeu, da Comissão e do Conselho Europeu.

Alguns dos senhores deputados pediram-me - sinceramente, creio eu - que desse mostras de maior audácia. Posso dizer-lhes que estou pronto a fazer todos os esforços nesse sentido. Todavia, sozinha, a Comissão não poderá levá-los a bom termo. Sejam claros sobre este ponto. Seria uma ilusão e a Comissão não pode impor a sua influência, o seu poder e a sua direcção contra a vontade dos nossos Estados-Membros, que são Estados democráticos.

Devemos estabelecer estas coisas em conjunto, com uma assembleia parlamentar - neste caso, com um Parlamento Europeu - que assuma verdadeiramente a sua responsabilidade, e que não seja simplesmente, como alguns pretendem, um local onde protestar. Além disso, tenho reparado que algumas pessoas falam mais alto, porque são mais fracas! Do que necessitamos, por conseguinte, é de que todos os grupos políticos europeus no poder trabalhem juntos.

Alguns grupos políticos disseram que iriam votar contra nós. Quando se trata dos extremos, posso dizer-lhes que ficaria preocupado se votassem a nosso favor. Não necessito desse tipo de apoio. A Comissão não quer o seu apoio. Não obstante, a Comissão quer e solicita o apoio de todas as forças europeias. Isso, peço-lhes. Peço-lhes modestamente, mas também com a firme convicção de que necessitamos do vosso apoio e de que V. Exas. podem ajudar-nos a preencher o fosso que hoje existe.

Qual é o verdadeiro problema? Sejam claros, também sobre este assunto. Quando falamos a respeito dele com os nossos concidadãos, verificamos que existe actualmente na Europa - e este irá ser o meu último ponto, Senhor Presidente - um fosso entre as nossas ambições declaradas e os resultados que conseguimos obter.

Há quem agora queira usar esse fosso para fazer baixar as nossas ambições. Outros - e nós estamos nesse grupo - querem melhorar os nossos resultados de molde a ficarem à altura das nossas ambições. Estou a contar com esta Assembleia para satisfazer a nossa ambição de uma Europa mais forte, num mundo cada vez mais exigente.

Peço-lhes que apoiem a nova Comissão para, com a nossa ambição, podermos transformar em realidade o sonho europeu.

(Aplausos)

Presidente. – O meu agradecimento, Senhor Presidente Barroso, pelas respostas detalhadas dadas às perguntas e às observações que lhe foram colocadas pela Câmara e, também, pelo modo muito diligente como tem tratado as nossas relações mútuas entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. Estamos cientes da responsabilidade que cabe ao Parlamento Europeu. O modelo do nosso acordo é novo e estamos a estreitar mais do que até agora a nossa cooperação. A nossa responsabilidade conjunta, das duas instituições comunitárias – o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia – é particularmente importante. O meu agradecimento, também, por apresentar a sua visão de trabalho da Comissão Europeia e os objectivos desse trabalho. Gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Senhor Secretário de Estado López Garrido, que está a representar a Presidência espanhola, e a toda a delegação espanhola, por estarem presentes nesta Câmara durante as nossas deliberações e o nosso debate.

Declaro que recebi cinco propostas resolução ⁽¹⁾, apresentadas nos termos do n.º 4 do artigo 106.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na terça-feira, 9 de Fevereiro de 2010.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Carlo Casini (PPE), *por escrito*. – (IT) Gostaria de dizer o quanto estou satisfeito, na minha qualidade de presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, com o acordo que foi obtido sobre as principais linhas do novo Acordo-Quadro entre a Comissão e o Parlamento.

Tenho, contudo, de deixar claro que necessitamos de uma reflexão mais profunda sobre a natureza da relação entre estas duas instituições. A perspectiva de um crescimento democrático no seio da União continua a ser aquela em que o Parlamento é visto como o representante do povo e o Conselho como uma segunda Câmara que representa os Estados. Neste contexto, a Comissão deve ser considerada como um governo e, é obvio que esta configuração exigirá regras mais pormenorizadas do que os ajustes mercidamente salientados hoje.

Gostaria de acrescentar uma reflexão sobre o direito de iniciativa dos cidadãos. A regulamentação do mesmo deve ser elaborada de modo a ter plenamente em conta os efeitos que esperamos alcançar. Tais efeitos não podem ser concebidos sem uma comparação com os que provêm do direito actual de cada cidadão de apresentar uma petição ao Parlamento Europeu e com os inerentes aos poderes limitados do Parlamento. O Parlamento não tem poder de iniciativa, mas tem o poder de exigir à Comissão que empreenda uma iniciativa legislativa.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Resolvido o problema institucional com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e eleita a nova Comissão, inicia-se uma nova etapa da União. Um novo ciclo que se deseja ambicioso na capacidade de iniciativa e na antevisão dos grandes problemas do nosso tempo. Um novo ciclo em que a CE vai trabalhar em estreita articulação com o PE na procura de soluções para os problemas que afectam os cidadãos europeus, conforme previsto no Acordo Interinstitucional. Um novo ciclo de liderança europeia em relação aos grandes temas da actualidade e de resposta adequada aos desafios do futuro. Um novo ciclo na construção de uma Europa mais justa e mais solidária.

O novo colégio de Comissários, pelas provas dadas durante as audições, reúne as condições necessárias para corresponder às necessidades do presente. É uma Comissão equilibrada, que concilia a experiência dos veteranos com a novidade de metade dos seus membros. E também é equilibrada na representação dos géneros, uma vez que tem um terço de mulheres, um pouco mais do que a anterior. O equilíbrio de poderes entre as três instituições não enfraquece ninguém, antes fortalece a Europa.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Na apresentação da nova Comissão Europeia o Presidente Barroso apresentou um programa que é a continuação da política neoliberal, federalista e militarista da antiga Comissão. O Colégio de Comissários que apresentou vai seguir as mesmas orientações como verificámos durante as audiências que decorreram nas comissões parlamentares. Vamos ter um período com propostas de aprofundamento da integração capitalista europeia que estamos a viver.

A anterior Comissão já deixou muito trabalho preparado, incluindo as linhas gerais e a dita consulta pública sobre a estratégia que vai dar continuidade à chamada Estratégia de Lisboa. Para já, chamam-lhe Estratégia UE 2020, mas adiantam que servirá para “passar à prática: explorar os instrumentos existentes através de uma nova abordagem”. Ou seja, o que sabemos desde já é que teremos mais do mesmo.

Ignoram a necessidade de balanço da aplicação das medidas tomadas em nome da Estratégia de Lisboa e do grau de concretização dos objectivos então proclamados ou as consequências da aplicação do Pacto de Estabilidade. Escamoteiam que temos mais de 23 milhões de desempregados a nível da UE, com destaque para os jovens, cuja taxa de desemprego ultrapassa já os 21%, e mais de 85 milhões de pessoas em situação de pobreza. Só podemos votar contra esta nova Comissão.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, a Comissão Europeia, presidida pelo Senhor Presidente Barroso, obteve hoje um maior apoio do que em 2004. Contudo, no debate que precedeu a votação, foram expressas muitas reservas relativas tanto à composição da Comissão, como

(1) Ver Acta.

à repartição pouco clarificada das competências no âmbito do quadro do novo Colégio. Por exemplo, a defesa do consumidor faz parte da pasta de nada menos do que seis Comissários diferentes. Presentemente, é difícil imaginar como, na prática, essas competências partilhadas vão influenciar a eficácia do trabalho dos respectivos Comissários. A Comissão Europeia, que foi eleita hoje, dia 9 de Fevereiro de 2010, vai ter de começar a trabalhar rapidamente, porque desde Outubro do ano passado, aproximadamente, altura em que estava prevista a eleição da nova Comissão, que a anterior Comissão só seguiu o forte e não tomou quaisquer iniciativas. Manter o quadro de entendimento nos contactos com o Parlamento vai ser um teste para a nova Comissão, em especial no que diz respeito ao princípio da igualdade de tratamento para o Parlamento e o Conselho.

Gostaria, igualmente, de salientar que vai ser revisto o acordo interinstitucional "Legislar Melhor" durante o mandato da actual Comissão. Como relator da Comissão dos Assuntos Jurídicos, estou, presentemente, a trabalhar nele, e espero que a cooperação construtiva com a nova Comissão traga resultados significativos neste domínio.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (RO) O novo Colégio de Comissários é a primeira equipa completa da União Europeia, constituída por 27 Estados-Membros. A Roménia e a Bulgária, que aderiram à União Europeia em 1 de Janeiro de 2007, têm pela primeira vez a oportunidade de propor um Comissário para um mandato de cinco anos.

Felicitó a Roménia por ter escolhido o Comissário Dacian Cioloş. Penso que o seu desempenho durante as audições, que se realizaram perante a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, causou uma profunda impressão em todos os participantes. Creio, igualmente, que o seu profissionalismo é um bom presságio, se pensarmos nos desafios que nos aguardam no sector que vai gerir. Estou a referir-me, principalmente, aos debates que se avizinham sobre o futuro da política agrícola comum.

Para que se possam encontrar as soluções mais adequadas, adaptadas às necessidades e aos interesses de todos os Estados-Membros, o novo Comissário deverá ter um conhecimento profundo da agricultura europeia, um ritmo de trabalho forte e bastante diplomacia, todas as qualidades que sei que ele possui. Desejo a todo o Colégio de Comissários o maior êxito e espero que o trabalho a realizar no seu futuro mandato consiga aproximar mais a União Europeia dos seus cidadãos.

Rafał Kazimierz Trzaskowski (PPE), *por escrito*. – (PL) Felicitó o Senhor Presidente Barroso e todo o Colégio de Comissários mas, ao mesmo tempo, espero que tenhamos agora uma Comissão mais independente e dinâmica. Uma Comissão que salvguarde, acima de tudo, os interesses comuns e que leve a cabo reformas ousadas nas políticas da UE, que temos de começar a pôr em prática, depois de passarmos anos a reformar as nossas instituições. Em termos de relações entre a Comissão e o Parlamento, somos testemunhas de uma nova abertura, que resulta não só dos novos poderes do Parlamento, mas também, como ouvimos anteriormente no Outono, do desejo do Senhor Presidente Barroso em estabelecer uma parceria especial com o Parlamento. É um facto que as disposições específicas do Acordo-Quadro preliminar sobre a cooperação entre as duas instituições reforçam significativamente o papel do Parlamento no processo de tomada de decisões, tornando este processo mais democrático. O diabo, contudo, está nos pormenores, razão por que vamos estar atentos a todas as negociações, para nos certificarmos de que as promessas, como a de incluir o Parlamento no processo de construção da diplomacia da UE, sejam mantidas.

(A sessão, suspensa às 11h50, é reiniciada às 12h05)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

5. Período de votação

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

5.1. Acordo-quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão (B7-0091/2010) (votação)

- Antes da votação:

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, há alguns meses, nas minhas orientações políticas e aqui no plenário, propus elevar esta parceria especial entre o Parlamento e a Comissão a outro nível. Propus reforçar e desenvolver as nossas relações de uma forma positiva, como reflexo do novo Tratado e do nosso propósito comum de moldarmos juntos a Europa.

Nas últimas semanas, tive discussões aprofundadas com a equipa de negociadores, presidida pelo senhor deputado Lehne, que V. Exa. nomeou para a revisão do Acordo-Quadro. Permita-me aproveitar esta oportunidade para agradecer, a todos eles, os debates muito intensos e, também, a sua abordagem construtiva.

Estou profundamente convencido de que chegámos agora a um entendimento comum sobre os princípios que irão reger as nossas relações nos próximos anos. Vão reforçar a nossa cooperação em pleno respeito do equilíbrio institucional previsto pelos Tratados.

Como Presidente da Comissão Europeia, subscreverei os princípios consagrados na resolução que acabaram de aprovar. Guiar-me-ei por eles no desenvolvimento da posição do novo Colégio sobre a revisão de todo o Acordo-Quadro.

Com a aprovação desta resolução por uma maioria tão impressionante, estou confiante de que temos uma excelente base para reforçar as nossas relações. Para as questões que dizem respeito não apenas às nossas duas instituições, mas também ao Conselho, espero, sinceramente, que o Conselho se junte a nós neste esforço comum de melhorar o trabalho de todas as instituições em prol da Europa.

Se os senhores deputados aprovarem o novo Colégio hoje, pedirei ao Vice-Presidente designado Šefčovič para liderar as negociações, por parte da Comissão, com vista à revisão do Acordo-Quadro. Quero assegurar-vos que o Vice-Presidente está tão empenhado como eu estou – como, tenho a certeza, todo o novo Colégio está – em negociações eficazes e rápidas.

Presidente. – Muito obrigado, Senhor Presidente Barroso, pela sua abordagem muito positiva às nossas negociações. Em nome de todos nós, agradeço ao grupo de negociadores, presidido pelo senhor deputado Lehne e a todos os colegas que tanto se empenharam nas negociações.

(Aplausos)

Ainda não temos, contudo, uma iniciativa legislativa baseada no Tratado de Lisboa, mas temos a promessa de uma resposta às nossas expectativas por parte da Comissão. Não só temos a Hora de Perguntas com o Presidente da Comissão Europeia, como também o Período de Perguntas com os Comissários, um convite do Presidente da Comissão Europeia ao Presidente do Parlamento Europeu e ao Colégio de Comissários e a nossa cooperação comum com os parlamentos nacionais, o que é muito importante.

Estamos a pensar na regra da subsidiariedade; necessitamos de uma avaliação de impacto para a melhorar tanto quanto possível e esperamos que ela adquira uma força muito maior do que a que tinha inicialmente no nosso acordo, mas ainda existe uma grande esperança para todos nós de podermos fazer tudo o que é necessário para os nossos cidadãos no futuro.

(A sessão, suspensa às 12h10, é reiniciada às 13h30)

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

6. Período de votação (continuação)

Presidente. – Antes da votação, ouviremos os discursos dos presidentes dos grupos políticos sobre a eleição da nova Comissão.

Joseph Daul, *em nome do Grupo PPE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, o meu agradecimento por me darem a oportunidade de dizer por que creio firmemente, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), que o Senhor Presidente Barroso e o seu Colégio de Comissários, coadjuvado pelos colaboradores da Comissão, estão à altura dos desafios que enfrentam.

A Europa nasceu de uma crise internacional e, pela primeira vez em 60 anos, enfrenta uma nova crise internacional de outro tipo mas, sem dúvida alguma, séria e perigosa. Está prestes a ultrapassá-la, embora

não tenhamos, ainda, recuperado totalmente. O euro cumpriu o seu papel de escudo monetário, e nunca haverá palavras que cheguem para exprimir o quanto lhe devemos: os estabilizadores automáticos, esses famosos mecanismos de solidariedade, que não são poucos... Beneficiaram bastante deles, meus amigos!

(Aplausos)

Em que situação estariam, agora, sem os estabilizadores de solidariedade? Muitas vezes foram considerados um fardo pesado para as nossas economias, mas muito têm feito para consolidarem o modelo europeu, um modelo atraente, muito copiado, ao qual os nossos concidadãos se sentem ligados, mas que está a ser posto em causa pelos novos desafios.

O mundo tornou-se multipolar, mas não da maneira que sonhámos; sonhámos um mundo idealista, pacífico e multilateral. Não, o mundo tornou-se num mundo de competição, de luta – de paz, é certo, mas feroz – para impor o modelo de uns a outros.

Face a este desafio, a União, que tem tantos instrumentos à sua disposição, não os deve desperdiçar. Deve continuar fiel a si própria, adoptando ideias e pessoas e ser pioneira da luta contra o aquecimento global, mas deve também dotar-se de recursos para competir.

Sei que isso é o que a nova Comissão se vai esforçar para alcançar connosco. Todos conhecemos os pontos fracos da Europa: a sua situação demográfica, a falta de investimentos de futuro, os desafios industriais, os défices governamentais, a governação económica débil. É mais uma razão pela qual temos de tirar o máximo partido dos nossos instrumentos: o euro e a política monetária, as conquistas tecnológicas, as indústrias de ponta, o potencial agrícola, para garantir a segurança alimentar dos nossos 500 milhões de concidadãos.

Para este fim, espero que a Comissão mostre imaginação e liderança na legislação europeia que viermos a ser chamados a adoptar. Espero que defenda os interesses europeus, exija reciprocidade dos nossos parceiros e não hesite em recorrer aos meios jurídicos à sua disposição em caso de incumprimentos.

Senhoras e Senhores Comissários, é da vossa responsabilidade, juntamente connosco, concretizar totalmente o mercado interno. Para o fazer, temos de quebrar tabus, como os da fiscalidade e da dimensão social. Os Estados-Membros não podem continuar a agir como se estes dois domínios fossem competências reservadas e intocáveis, fora do âmbito de uma acção comum.

Ao mesmo tempo, porém, temos de ser muito mais contundentes no que respeita aos desafios externos: a segurança e a defesa, mas também o comércio, as normas tecnológicas, industriais e ambientais. A Europa deve defender os seus valores, a paz e a prosperidade dos seus cidadãos. A Europa deve ser um actor global e não meramente uma região de prosperidade e de direito. Não deve privar-se dos instrumentos que advêm do seu poder.

O Grupo PPE espera que a Comissão trabalhe de forma eficaz em todas estas frentes ao mesmo tempo. Se o fizer – e tenho razões para não o duvidar – terá sempre o apoio do Grupo PPE.

Senhor Presidente Barroso, o Grupo PPE confia em si, pede-lhe que seja audaz, que reforme. Pede-lhe que seja visionário, ao serviço da causa que nos une: a criação de uma Europa política.

(Aplausos)

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu não tomou a sua decisão de ânimo leve. Votámos no Presidente da Comissão há cinco meses neste Hemiciclo e, embora não lhe tenhamos dado o nosso apoio nessa altura, obteve a maioria dos votos. Com base nessa maioria que, infelizmente, depende de pessoas que, na realidade, não são a favor do Tratado de Lisboa, apresentou-nos um Colégio, razão pela qual estamos aqui hoje para o avaliar.

É necessário avaliar este Colégio. Temos duas possibilidades: podemos deixar passar e dividir este Hemiciclo entre os que estão à direita e os que estão à esquerda. Estes dois grupos têm ideologias opostas e terão de votar em conformidade com elas. É uma opção. Contudo, esse não é o modo como a Europa trabalha. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democrata-Cristão), também, não tem a maioria neste Parlamento, nem o Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa. A Europa não é uma entidade em que uma força política, seja ela qual for, consegue sozinha ter uma maioria e afirmar que agora a Europa passa a ser governada desta ou daquela forma particular. A Europa é um compromisso permanente. Isso é que a torna, por vezes, tão complicada e, também, tão difícil de compreender. No entanto, é melhor um compromisso permanente

que traga resultados positivos e mais justiça social, do que uma batalha ideológica que acabe por a enfraquecer sem quaisquer resultados palpáveis.

(Aplausos)

Por isso, para nós é difícil ponderar os benefícios. Claro que todos nós gostamos mais de confrontos. Eu, também, gosto de argumentar princípios com os meus colegas deputados de outros grupos, mas o que a Europa necessita é de resultados palpáveis. Por isso, perguntámo-nos a nós próprios o que, como sociais-democratas – como socialistas e democratas – podíamos exigir e aceitar. Depois definimos os critérios. Um critério era que queríamos que a força política, que é a segunda força mais forte na Europa, fosse representada a um nível mais alto nesta Comissão. Por isso, quisemos o cargo de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e conseguimos obtê-lo.

Gostaria de dizer algo em relação à pessoa que detém esse cargo. A Baronesa Ashton não deve permitir que lhe chamem comunista neste Parlamento por um homem que, em França, foi condenado por negar a existência do holocausto. A Baronesa Ashton tem o nosso total apoio.

(Aplausos prolongados)

Perguntámos se poderíamos introduzir uma avaliação de impacto social na legislação da União Europeia como um mecanismo regulador. Para nós, a pergunta era se ainda poderiam ser postas em prática medidas – como as da Directiva “Serviços” no passado. Não, queríamos um mecanismo através do qual todas as medidas que esta Comissão tivesse de tomar fossem avaliadas quanto ao seu impacto nos sistemas de segurança social dos Estados-Membros antes de serem tomadas. Este mecanismo foi incorporado. Queríamos – e, para mim, é um salto qualitativo na política europeia – que as resoluções legislativas deste Parlamento fossem convertidas em iniciativas legislativas da própria Comissão num prazo de um ano. É um salto enorme, porque significa que o direito de iniciativa deste Parlamento que, infelizmente, não existe, será assegurado por meios indirectos. Consideramos isto como um grande progresso.

Por último, como a segunda força mais forte deste Parlamento e também como grupo sem o qual uma maioria qualificada não seria possível neste Hemiciclo, queríamos ser representados na Comissão. Três dos sete vice-presidentes são sociais-democratas. A este respeito, acolheu amplamente as nossas pretensões. Nas últimas semanas e nos últimos meses, demos voz a muitas preocupações, incluindo no nosso debate desta manhã. Ao contrabalançar estas preocupações sobre os progressos feitos, decidimos oferecer-lhe, Senhor Presidente, o nosso apoio para os próximos cinco anos. Quando digo “Senhor Presidente”, refiro-me também ao Colégio de Comissários. Podem contar com o nosso apoio se levarem muito a sério o que vos digo: ou a Europa se torna numa Europa social, ou falhará. É da responsabilidade de todos nós assegurar que ela se torne mais social. O Grupo S&D dará o seu apoio a esta Comissão.

(Aplausos)

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE – (EN) Senhor Presidente, o meu grupo vai dar o seu apoio à Comissão Europeia. A Aliança dos Democratas e Liberais é um grupo responsável e cremos firmemente que os próximos cinco anos serão tão críticos para a União Europeia e para os cidadãos europeus, que iremos necessitar de uma Comissão que tenha um apoio alargado pró-europeu neste Parlamento.

Permita-me contudo que seja muito claro. O nosso apoio é condicional, mais do que nos últimos cinco anos. Esperamos que a nova Comissão Europeia seja a força motriz da União Europeia. Queremos uma Comissão com uma abordagem mais ousada, mais ambiciosa e mais integrada, uma Comissão que esteja na vanguarda dessa estratégia – uma estratégia que possa obrigar os Estados-Membros a fazer o que eles têm de fazer.

Penso que é precisamente na zona euro que temos de reconhecer que é necessário haver um verdadeiro pilar económico e social a par do pilar monetário existente. Os problemas actuais da zona euro são uma prova evidente do fracasso da fraca abordagem que temos seguido nos últimos 10 anos com o conhecido método aberto de coordenação. O mesmo se passa noutros domínios – nas alterações climáticas, na política externa e na política de defesa.

O pressuposto essencial por detrás desta nova e ousada abordagem é o reconhecimento de que, na realidade, no mundo multipolar de amanhã, a Europa não pode desempenhar um papel importante se não se tornar mais eficaz e se não consolidar mais a sua própria integração num futuro próximo. Esperamos que adira a este pressuposto essencial e apresente propostas e reformas claras, firmes e ambiciosas em todos os domínios. Esperamos que, para o alcançar, a Comissão faça uso do seu direito de iniciativa em todo o seu potencial. Estou obviamente a falar da Comissão como um todo, trabalhando como um colégio, como um organismo

político coeso que consolide a integração europeia. Uma Comissão forte pode ser útil, mas uma Comissão forte neste âmbito é indispensável.

O Tratado de Lisboa oferece novos instrumentos e aumentou a nossa capacidade de acção. Senhora Alta Representante Ashton, pedimos-lhe que faça uso destes novos instrumentos. Esperamos mais de uma Alta Representante do que vimos até agora. O seu papel exige-o e a União Europeia requiere-o. Aproveite as oportunidades. A lição, aprendida com o Haiti, é um exemplo. Apresente, imediatamente, ao Conselho um relatório para criar uma força europeia de protecção civil. Dito isto, o meu grupo vai apoiar esta Comissão, com a sua forte presença liberal, e estamos preparados para oferecer o nosso compromisso de fazer avançar, com ela, a causa europeia.

(Aplausos)

Daniel Cohn-Bendit, em nome do grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, sabe muito bem que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia não votará a favor desta Comissão e, ao mesmo tempo, proponho-vos as nossas ideias, a nossa imaginação e a nossa determinação europeia.

Senhor Presidente Barroso, não jogue ao jogo de dizer que os que não votarem a favor desta Comissão são contra a Europa. Não connosco, os Verdes europeus. Pode jogar esse jogo com os outros, mas não connosco. Proponho-lhe uma cooperação sem objecções se quiser avançar com uma fiscalidade europeia. Se deseja que a Europa tenha os seus próprios recursos, nós estaremos consigo contra a defesa da soberania económica dos Estados-Membros. Vou nomeá-los: seja a Alemanha ou a França, nós estaremos consigo.

Se quiserem ser os guardiães dos Tratados – há, por exemplo, negociações que vão ter lugar hoje no seio do Conselho para devolver os refugiados à Líbia, e pedimos ao Conselho que nos diga qual é a base jurídica dessas negociações. Vai o Parlamento fazer parte do processo legislativo ordinário? O Conselho vai responder-nos "Dir-vos-emos isso no final das negociações". É impossível, cabe à Comissão intervir, de modo a assegurar que as instituições europeias sejam informadas da base jurídica dessas negociações.

Posso dar-lhe uma série de exemplos. Se quiser fazer progressos nas alterações climáticas, se quiser que a Europa vá mais longe do que três vezes 20, se quiser aproximar-se dos 30%, terá a colaboração de todo o Grupo dos Verdes/ALE. Se quiser ir mais longe na regulação das finanças depois da crise financeira, terá toda a nossa colaboração. Se V. Exa. e a sua Comissão quiserem ir mais longe no que respeita à protecção da Europa, terá a nossa colaboração. Se quiser resolver o problema do Chipre, terá a nossa colaboração. Se quiser que finalmente se ponha fim a esta loucura de um país como a Grécia – como já o disse anteriormente – gastar 4,3% do seu PIB com a defesa, terá a nossa colaboração. Tê-la-á incondicionalmente!

Por esta razão, Senhor Presidente Barroso, digo que vamos votar "não", mas que podemos estar a cometer um erro. Sabemos que já cometemos um erro da última vez no que diz respeito ao Comissário Dimas. Cometemos um erro e admitimo-lo. Por isso, se estiver à altura dos nossos sonhos e não à altura das expectativas que nos criou a partir de hoje, diremos francamente que cometemos um erro e terá o nosso apoio.

(Aplausos)

Timothy Kirkhope, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, alguns Estados-Membros vêem na nomeação de um Comissário uma boa oportunidade para resolver um problema interno ou saldar uma dívida política. A Comissão Europeia tem de reunir os líderes políticos mais talentosos e eficazes de toda a Europa, que tenham a experiência e a competência necessárias para ajudar a Comissão a fazer frente aos grandes desafios com que nos deparamos.

Após vários anos de disputas institucionais, a Europa precisa de voltar a concentrar os esforços na apresentação de resultados nas áreas em que pode oferecer mais-valias ao trabalho dos Estados-Membros e nas áreas em que os nossos concidadãos esperam ver as nações europeias cooperar. A Europa tem de apoiar os esforços envidados no sentido de favorecer a ainda frágil recuperação económica, de fomentar o crescimento e a criação de postos de trabalho, e tem de ter um papel central na resolução de questões ligadas à segurança energética e às alterações climáticas. A Europa deve, igualmente, propor reformas ao orçamento europeu, a nível central, assim como aos principais programas de despesas.

José Manuel Barroso é o líder certo para fazer a Comissão andar para a frente. Nas orientações políticas por si definidas, o Presidente Barroso estabelece uma ambiciosa agenda política que se debruça sobre assuntos realmente importantes, uma agenda política que, regra geral, apoiamos. Era dever de cada Estado-Membro empenhar-se em apoiar os esforços de José Manuel Barroso, nomeando o candidato mais indicado para

Comissário e, em alguns casos, o Presidente Barroso sofreu uma grande decepção. O Presidente da Comissão deve, obviamente, apoiar todos os membros da sua equipa – como seria de esperar de qualquer líder na sua posição – e, embora ponhamos em causa algumas pastas, no que toca à organização da equipa é bem provável que o Presidente Barroso tenha feito os possíveis para tirar o melhor partido do que tinha em mãos.

Contudo, embora alguns dos Comissários indigitados sejam excelentes e se tenham saído bem nas audições, há outros medíocres e que não fizeram boa figura. Alguns chegaram mesmo a afastar-se das suas próprias orientações políticas. Senhor Presidente, se o voto for favorável, comprometemo-nos a colaborar de forma construtiva com todos os Comissários e ainda esperamos ser surpreendidos pela positiva. No entanto solicitamos a realização de uma avaliação anual da Comissão, conduzida por este Parlamento.

Este é um processo que continua a ser extremamente imperfeito, um processo que ainda não podemos aceitar completamente. Por estas razões, os Conservadores e Reformistas Europeus abstêm-se hoje na votação. Alguns grupos estão divididos, nós estamos unidos nesta posição.

Lothar Bisky, em nome do grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo GUE/NGL, de que faço parte, também participou activamente nas audições dos candidatos. Consideramos que alguns candidatos causaram uma impressão bastante boa. Contudo, estamos menos satisfeitos com a nova distribuição de muitas das pastas. A nossa insatisfação estende-se à gestão algo misteriosa – mistério esse quiçá prestes a ser desvendado – da área de responsabilidade da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, que é também Vice-Presidente da Comissão Europeia.

No entanto, muitos candidatos foram, para nós, uma grande decepção, no que diz respeito ao seu grau de especialização. Assim sendo, todas as nossas questões se relacionam com os projectos políticos. Que direcção deverá tomar o processo de integração? Que medidas são mais importantes para o candidato à Comissão? Houve demasiadas respostas vagas dadas a estas perguntas e, do ponto de vista político, são respostas que não apoiamos. Ignorando os pedidos de uma Europa mais social, insistiu-se em defender a via da desregulamentação, da privatização e do conceito da "flexigurança". No topo das prioridades encontrava-se a flexibilidade dos trabalhadores e em último lugar a segurança social.

A protecção contra as alterações climáticas foi incluída na agenda política, mas ainda não é visível o afastamento da electricidade produzida a partir do carvão ou mesmo da energia nuclear. Não vejo a União Europeia a assumir a liderança na luta contra as alterações climáticas e no apoio ao desenvolvimento. Nada se disse sobre o desarmamento coerente, particularmente no que diz respeito ao armamento nuclear na Europa. Senhor Presidente Barroso, por muito que louvemos os candidatos que se destacaram na audição, o Grupo GUE/NGL não pode dar um voto favorável ao seu Colégio.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, gerações vindouras narrarão uma história às suas crianças. Ser-lhes-á contado que, era uma vez, a Europa encontrava-se dividida por um grande muro, edificado mesmo a meio, e que os povos que viviam a Leste eram muito pobres e não viviam em democracia, viviam sob um infame regime chamado Comunismo, que matava milhões de pessoas do seu próprio povo. Mas, alegria das alegrias, o muro foi derrubado e acabámos com 27 nações, em que todos os povos viviam em democracia e 500 milhões de pessoas viviam em paz...

(Aplausos)

Há mais. Prometo que há mais.

(Aplausos)

Bem, devo confessar que é a primeira vez que recebo um aplauso destes e estou tentado, Senhor Deputado Verhofstadt, a sentar-me novamente; no entanto, se me permitem, infelizmente a história continua.

Os políticos que estavam no poder tornaram-se muito gananciosos, queriam o dinheiro para eles próprios e queriam poder. Assim sendo, recorreram a mentiras e estratégias, encenaram o "golpe de Estado" burocrático mais aparatoso de todos os tempos. E não precisaram de utilizar armas para o fazer. Foram bem mais inteligentes, mais engenhosos. O que fizeram foi implementar um novo tratado, ao qual deram o nome de Tratado de Lisboa. Deram então poder total ilimitado a 27 pessoas, que foram incumbidas de ditar todas as leis. Como é óbvio, já tinham bandeira e hino, mas insistiam em criar um novo Estado. E ignoravam os seus povos. Conscientemente ou não, acabaram por recriar o tão infame regime em que tinham vivido os povos do Leste da Europa. E o mais incrível é que muitos dos novos líderes tinham também trabalhado para o tal regime infame do passado. Como é óbvio o plano tinha falhas e o fantasioso esquema monetário foi

por água abaixo. Ainda assim, os novos líderes não davam ouvidos a ninguém. Nem pensar. Tornavam a vida cada vez mais difícil, levando dezenas de milhões de pessoas à pobreza, a quem não era dada voz e, por fim, os povos viram-se obrigados recorrer à violência para recuperar as suas nações e democracias.

A moral da história é que nada aprenderam com o passado. Apelo aos deputados do Parlamento Europeu que, antes de darem poder a esta Comissão, se recordem de que há 60 anos havia uma Cortina de Ferro na Europa, e que agora, com esta Comissão, há um punho de ferro económico que está hoje a fazer-se sentir na Grécia.

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhor Presidente, depois do conto de fadas que acabámos de ouvir, gostava de voltar à realidade. Tenho um filho de dezassete anos que está a estudar inglês com grande afinco, porque sabe que esta é uma língua de trabalho e espera assim conseguir um bom emprego. É um Europeu convicto, mas está insatisfeito com a política europeia, e com razão. Na Alemanha, a revista *Der Spiegel* já fala de desprezo político geral, e com razão. Ainda assim, milhões de jovens europeus exigem uma democracia funcional, competente e intrépida no século XXI. Apesar de tudo isto, o que nos oferece a Comissão? Serão estes os indivíduos de que precisamos, competentes e os melhores?

Nós, aqui na fila de trás, representamos um grupo independente de cidadãos que desempenharam um papel fundamental para impedir que os radicais de extrema-direita desta Assembleia voltassem a formar um grupo político. Somos pró-Europa, de forma apaixonada, e por esta razão expressamos a nossa tão grande desilusão para com as pessoas com que nos brindaram e pela sua qualidade. Daríamos trabalho a um/uma assistente que se tornasse numa anedota, como Günther Oettinger o fez no YouTube em "Oettinger talking English" ["Oettinger a falar inglês"]. Provavelmente não. Do ponto de vista da competência, quem gostaria de trabalhar com um Comissário austríaco, que não deu provas de competência na sua área?

Senhor Presidente Barroso, há muitos parlamentares experientes aqui no Parlamento dos quais V. Exa. se poderia rodear. Um deles surge na pessoa do Comissário sueco, certo. Mas por que não quis Othmar Karas? Por que não escolheu um alemão que trabalhasse no Parlamento, em vez dos outros? Porque não lhe é permitido fazê-lo. Porque, apesar do Tratado de Lisboa, ainda nos encontramos coibidos, e porque ainda não somos suficientemente independentes para tomar uma decisão soberana. O Senhor Presidente não pode, e nós, como Parlamento, também não.

Infelizmente, ainda não nos é permitida a eleição individual de Comissários. Isto seria como a democracia que tivemos na Áustria no século XIX. Logo, não é aplicável à Europa de que precisamos, à qual aspiramos. Chamo a atenção de V. Exa. para o facto de que, a continuarmos assim, vamos estar a beneficiar os nacionalistas que, na verdade, são contra a UE. Ao invés, precisamos de mais democracia.

Bruno Gollnisch (NI). – (FR) Senhor Presidente, o que foi dito é precisamente aquilo que eu penso. Vou ser muito sucinto. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o senhor deputado Schulz referiu o facto de eu ter sido considerado culpado de revisionismo pelos tribunais franceses – não mencionou nomes, mas foi o suficiente.

Gostaria aqui de informar o senhor deputado Schulz de que está equivocado. Ponho à sua disposição e de toda a Comissão dos Assuntos Jurídicos do Parlamento Europeu a importante decisão do Supremo Tribunal francês, *Cour de Cassation*, que anulou todas as sentenças pronunciadas contra mim e declarou, num rasgo de discernimento excepcional, que as acusações se baseavam na compilação artificial de declarações minhas, feita pela oposição política, a partir de pequenas partes de frases minhas, mas que tais declarações não tinham validade jurídica. Esta é uma decisão extremamente rara, uma vez que o Supremo Tribunal anulou uma decisão de um outro tribunal e decidiu o caso por si próprio, algo muito invulgar para o Supremo Tribunal de Justiça francês. A anulação de uma sentença e julgamento pelo Supremo Tribunal francês tornou-se parte da história do Direito aquando do caso Dreyfus. Assim sendo, Bruno Gollnisch é tão inocente quanto Alfred Dreyfus.

(O Presidente interrompe o orador)

Gostaria de acrescentar mais uma coisa. Não afirmei que a Baronesa Catherine Ashton é comunista. Disse apenas que é uma daquelas pacifistas a quem o Lenine apelidaria talvez de "companheira de viagem".

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Muito obrigado. Trata-se apenas de uma declaração pessoal.

6.1. Apresentação do Colégio de Comissários (B7-0071/2010) (votação)

6.2. Eleição da nova Comissão (B7-0090/2010) (votação)

Presidente. – Gostaria de felicitar o recém-eleito Colégio de Comissários e o Presidente Barroso. Os meus parabéns a todos vós. Temos um volume de trabalho considerável pela frente e os nossos cidadãos criaram grandes expectativas, logo é tempo de passar à acção e apresentar resultados. A Presidência rotativa do Conselho e o Presidente do Conselho Europeu serão imediatamente informados por mim do resultado e da eleição da Comissão Europeia até 31 de Outubro de 2014. Muito obrigado e, uma vez mais, os meus parabéns.

(Aplausos)

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, em nome do Conselho da União Europeia, gostaria, muito brevemente, de felicitar o Presidente Barroso e a Comissão no seu todo pelo voto favorável, o apoio e a confiança que lhes foi dado por esta Assembleia, o Parlamento Europeu.

Nos meses e anos que se seguirão, estas duas instituições, a Comissão e o Parlamento Europeu, desempenharão um papel decisivo, fazendo face aos desafios que a União Europeia enfrenta: a luta contra as alterações climáticas, questões ligadas com a segurança, a globalização económica, evitar uma crise como aquela que ainda estamos a viver, lançando novas iniciativas e instituições, como previsto pelo Tratado de Lisboa (a iniciativa de cidadania, a cláusula da solidariedade e, claro está, o Serviço Europeu para a Acção Externa).

A Comissão e o Parlamento Europeu terão uma acção fundamental em todas estas iniciativas, e nós, como Conselho, exigimos à Comissão trabalho árduo. A Comissão tem, de facto, muito poder, que não é ilimitado, como aqui se afirmou, mas tem, obviamente, o poder de fazer aquilo que entender necessário. Queremos que a Comissão trabalhe depressa e de forma sensata, porque é isso que o público europeu quer. No seguimento da incerteza institucional que a Europa viveu, os cidadãos exigem também que arregacemos as mangas e comecemos a trabalhar, para compensar o tempo perdido e inaugurar esta nova fase política, este novo quadro europeu, a Europa definitiva do século XXI.

Por isso, Senhor Presidente Barroso, gostaria de dizer que o discurso que proferiu foi pró-Europa, e que terá o apoio incondicional do Conselho, bem como do Parlamento Europeu, para assim criar mais Europa e aproximá-la dos cidadãos representados pelo Parlamento, porque, em última instância, são os cidadãos que fazem a Europa.

Presidente. – Obrigado, Senhor Secretário de Estado Diego López Garrido, responsável pelos Assuntos Europeus do Governo espanhol. Obrigado. Dou agora a palavra ao Presidente Barroso.

José Manuel Barroso, Presidente da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, em meu nome e de todos os membros da Comissão, gostaria, de forma muito sucinta, de exprimir a minha profunda gratidão pelo voto de confiança que acaba de nos ser dado. É com orgulho e modéstia que recebemos este voto. Vemos que temos o apoio sólido em todo o espectro político, este é um momento importante para a Europa, um verdadeiro mandato com luz verde para a ousadia.

Gostaria igualmente de agradecer ao Presidente do Conselho as calorosas felicitações. Creio que temos reunidas as condições necessárias para começar a trabalhar. Mas, se me permitem, farei uma pequena observação. Durante esta votação, ouvi aqui alguns comentários e, como tal, gostaria de referir, de forma bem clara, que quem compara a União Europeia à União Soviética totalitária não sabe o que é viver sob uma ditadura, nem tão-pouco o que é a democracia.

(Aplausos)

Temos, na União Europeia, um Parlamento Europeu democrático, e isto é democracia. Na União Europeia temos, igualmente, uma Comissão Europeia eleita por vós, representantes dos cidadãos europeus, e isto é democracia. Creio que agora, com a legitimidade democrática que nos foi por vós concedida, através da designação de um governo democrático composto por todos os nossos 27 Estados-Membros, temos orgulho e confiança na realização de um trabalho, com toda a determinação, pelo bem da democracia na Europa, uma Europa que é, na realidade, o farol da liberdade para todo o mundo.

Presidente. – Dou por encerrada a votação. É tempo de felicitações.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ*Vice-presidente*

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, passamos agora às declarações de voto.

Há 16 deputados que pretendem fazer declarações de voto. Gostaria de recordar que, nos termos do Regimento, as declarações de voto podem ser entregues por escrito, o que significa que não é necessário apressar os discursos, visto que as questões que mencionarem serão incluídas, de modo preciso, no relato integral da presente sessão.

Vamos começar por três declarações de voto respeitantes ao Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. Cada orador dispõe de um minuto.

7. Declarações de voto**Declarações de voto orais****Proposta de resolução B7-0091/2010**

Clemente Mastella (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Acordo-Quadro que acabámos de aprovar melhora significativamente o papel do Parlamento Europeu, papel esse que se tornou mais visível graças à entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Senhor Presidente Barroso, depositámos em V. Exa. a nossa confiança e esperamos que, da sua parte, respeite as nossas prerrogativas.

Consideramos de particular importância uma colaboração mais estreita, por forma a incentivar o diálogo regular entre estas duas instituições. Tomamos como indício o compromisso que V. Exa. demonstrou nesta Assembleia, a vontade de institucionalizar o diálogo regular sobre questões-chave e propostas legislativas importantes, os esforços que anuncia no sentido de informar sobre o seguimento prático dado a cada pedido de iniciativa legislativa, no prazo de três meses após a sua aprovação.

Senhor Presidente, será exigido às nossas instituições a implementação daquilo a que chamamos "método democrático" através da criação de uma parceria especial com vista a definir, implementar e, sobretudo, assegurar os verdadeiros interesses da Europa. Esta é uma grande responsabilidade para a Comissão, mas também para nós, os representantes directos dos cidadãos desta nossa Europa.

Senhor Presidente, tais objectivos exigem um maior compromisso de todos nós: Comissão, Parlamento, parlamentos e governos nacionais. É esta a Europa que nos pedem os cidadãos e é esta a Europa que devemos ser capazes de lhes garantir nos próximos cinco anos.

Bernd Posselt (PPE). – (DE) Senhor Presidente, votei a favor da Comissão e também a favor do Acordo-Quadro, que representa um histórico passo em frente. Contudo, votei contra a resolução, uma vez que a recebemos ontem como versão final e não tivemos oportunidade de a debater com seriedade, e o diabo esconde-se nos pormenores. Por esta razão, gostaria de deixar claro que a escolha de palavras me preocupa em muitos sítios, por exemplo, no que diz respeito ao direito dos deputados do Parlamento de, a título individual, colocarem questões ou do risco de colusão entre a Comissão e o Parlamento, nomeadamente no respeitante à agenda política, se a Comissão estiver presente na Conferência dos Presidentes.

Posto isto, solicito que sejam efectuadas correcções na negociação final do texto. Foi dito, e bem, que o Parlamento tem mais poder. Uma parceria com a Comissão é necessária, mas não precisamos de colusão. Precisamos de mais democracia, e não menos, visto que a este poder adicional deve ser acrescentada a necessidade de mais democracia no Parlamento.

Daniel Hannan (ECR). – (FR) Ninguém nesta Assembleia pode realmente acreditar que, de 500 milhões de Europeus, estes 27 candidatos são os mais bem qualificados para se tornarem Comissários europeus. A Comissão detém um poder excessivo. Não só detém o poder executivo europeu, como também pode iniciar legislação. No entanto, quem vamos nomear para exercer tais poderes? Uma série de candidatos comprometidos, nomeados pelos governos nacionais como agradecimento por serviços prestados, ou, muito simplesmente, para manter os rivais bem ao largo.

Tomemos o exemplo da candidata do meu país, a Baronesa Catherine Ashton. É sabido que o Governo francês se opõe a Catherine Ashton, uma vez que esta não fala francês. Todavia, Senhor Presidente, este é o menor dos seus defeitos. Catherine Ashton nunca foi exposta a um sufrágio universal. Como pode a União Europeia ensinar o significado de democracia ao Irão ou a Cuba quando a própria pessoa encarregue dos seus negócios estrangeiros nunca foi eleita? Catherine Ashton e os seus amigos federalistas tratam-nos como anti-europeus. No entanto, se Ashton e os seus amigos da Campanha para o Desarmamento Nuclear tivessem ganho a disputa, o nosso continente continuaria dividido e centenas de milhões de Europeus estariam ainda sujeitos à tirania marxista. Nenhum Europeu de verdade...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Proposta de resolução B7-0071/2010

Viktor Uspaskich (ALDE). – (LT) Também eu, com certeza, gostaria de dar as boas-vindas e os parabéns à nova Comissão, aos novos Membros, mas gostaria também de chamar a atenção para alguns factos que não foram debatidos quer nos grupos políticos quer nas sessões parlamentares, nas sessões plenárias; a nomeação dos próprios Membros. No grupo político em que estou inserido, afirmei que pelo menos os candidatos que são apoiados por dois terços do respectivo parlamento nacional devem ser nomeados para a Comissão Europeia. Essa é uma das questões.

O outro assunto que não foi debatido e que penso ser muito importante, é o facto de a nova Comissão dever dar especial atenção à protecção dos profissionais das empresas da União Europeia em relação às importações de outros países que não partilham os valores que nós promovemos. Refiro-me a valores como o ambiente, as garantias sociais e, em última análise, as instituições democráticas. É justamente nesta área que é preciso investir mais dinheiro, uma vez que essas importações fazem aumentar os preços dos nossos bens e serviços, tornando difícil aos nossos profissionais competir ...

Daniel Hannan (ECR). – (FR) Senhor Presidente, a Baronesa Ashton e os seus amigos federalistas tratam-nos como anti-europeus. No entanto, se esta senhora e os seus amigos da Campanha para o Desarmamento Nuclear tivessem vencido a batalha, o nosso continente teria continuado dividido e centenas de milhões de Europeus permaneceriam ainda hoje subjugados pela tirania marxista. Nenhum verdadeiro europeu e nenhum verdadeiro democrata pode, em boa consciência, apoiar estes candidatos. Ao votar neles, apenas com base no seu apoio à integração europeia, esta Assembleia está a revelar a sua verdadeira natureza.

Proposta de resolução B7-0090/2010

Iva Zanicchi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou muito satisfeita por ter contribuído com o meu voto para este novo Colégio de Comissários. Fico satisfeita por ver que se trata de homens e mulheres altamente especializados, com programas claros e bem definidos. Se mo permitirem, gostaria primeiro de desejar o maior êxito a Antonio Tajani no desempenho do seu cargo. Trata-se de uma pessoa de grande valor cujo contributo para a indústria europeia será muito significativo.

Por último, na qualidade de vice-presidente da Comissão do Desenvolvimento, não queria deixar de salientar a excelente impressão que me causou a Senhora Comissária indigitada Georgieva. É uma mulher verdadeiramente capaz e com determinação que será um excelente ponto de referência para a Comissão do Desenvolvimento. A todos eles desejo êxito no desempenho dos novos cargos.

Peter Jahr (PPE). – (DE) Senhor Presidente, sabendo os enormes desafios que a Europa tem de enfrentar, é importante e muito bem-vindo o facto de podermos contar com uma Comissão eficaz. Além disso, a colaboração entre o Parlamento e a Comissão, com base na confiança e em pé de igualdade, é vital para o nosso sucesso. O acordo aprovado hoje constituirá um importante ponto de partida para a concretização desse objectivo.

O Parlamento tem actualmente plenos poderes de co-decisão pelo que se encontra em pé de igualdade com a Comissão e com o Conselho em todas as áreas. Em vista disso, iremos colaborar intensamente com a Comissão, com base na confiança, mas usando de discernimento. O acordo SWIFT, em particular, vem demonstrar que já não é possível tomar decisões sobre quaisquer questões sem o Parlamento. Espero muito sinceramente que tenhamos novamente a oportunidade de debater o acordo SWIFT nesta Assembleia.

Alfredo Antoniozzi (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, votei a favor da Comissão Barroso porque estou certo de que estará à altura dos desafios que a crise económica e financeira nos obriga a enfrentar com coragem e determinação.

Espero, além do mais, que alguns dos assuntos que mais me preocupam sejam abordados com a devida atenção. Refiro-me, em especial, à política regional, que adquire uma importância fundamental quando se fala do crescimento e desenvolvimento dos nossos territórios e que não pode absolutamente sofrer cortes na sequência da reforma do orçamento da União Europeia.

Espero também que sejam disponibilizados apoios para fazer face à crise de habitação com que se deparam os nossos concidadãos, que chega frequentemente a atingir níveis alarmantes, em particular nas grandes conurbações. Tenho esperança, por isso, que a nova Comissão, a quem dirijoo os meus mais sinceros votos de bom trabalho, venha novamente a dar prioridade ao accionamento de instrumentos financeiros específicos para a habitação social e outras políticas de habitação.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, há vários meses atrás, votei com toda a convicção em José Manuel Barroso para Presidente da Comissão Europeia. Com toda a sinceridade, não havia alternativa. GuyVerhofstadt, a alternativa liberal, e Jean-Claude Juncker, a alternativa federalista, não eram aceitáveis. Agora, embora tenha apoiado José Manuel Barroso, devo confessar, com tristeza, que a Comissão por ele apresentada tem muitos pontos fracos a nível dos membros que a constituem. Não posso apoiar, nem tão pouco o podem fazer os meus colegas, uma Comissão que inclui uma Comissária que, com toda a franqueza, ainda anda a aprender a sua profissão. Se fosse aluna de um curso de relações internacionais e se expressasse num exame oral como o fez nas audições, seria provavelmente expulsa da sala. Não teria qualquer hipótese de ser aprovada num exame na Polónia. Não posso apoiar uma Comissão em que o Comissário dinamarquês pretende encerrar minas de carvão, incluindo as que se encontram no meu país. Esta é mais uma razão pela qual me abstive na votação. Estou convencido de que pairam muitos pontos de interrogação sobre esta Comissão, pelo que vamos manter-nos muito atentos ao seu desempenho.

Joe Higgins (GUE/NGL). – (EN) Senhor Presidente, votei contra a nomeação desta nova Comissão da UE porque vai simplesmente continuar com a mesma política económica neo-liberal de direita que já resultou numa crise desastrosa nas economias capitalistas de muitos Estados da União Europeia. Esta, alegadamente nova, Comissão da UE vai revelar-se o mesmo velho vinho bafiento com o mesmo velho rótulo neo-liberal de Barroso.

Estas políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, implementadas, sejamos claros, a mando das grandes empresas europeias, estão a ter consequências desastrosas para a vida das pessoas da classe operária, resultando em desemprego em massa e num ataque selvagem ao nível de vida. Na atitude demonstrada para com a crise na Grécia e na Irlanda, os líderes da Comissão da UE estão de acordo em que seja a classe operária a arcar com as consequências, pondo a salvo os banqueiros e os especuladores. Os trabalhadores europeus e os pobres da Europa têm de mobilizar o seu poder contra estas políticas desastrosas e em prol de uma Europa verdadeiramente democrática e socialista, o que significa opor-se às políticas desta nova Comissão da UE.

Frank Vanhecke (NI). - (NL) Devido ao muito curto espaço de tempo que me foi atribuído só poderei, evidentemente, cingir-me a algumas das muitas razões que nos levaram a não apoiar esta Comissão Europeia. Uma dessas razões, por exemplo, é o facto de esta Comissão Europeia continuar, como é hábito, no caminho que leva à adesão da Turquia islâmica e não europeia à União Europeia, apesar de uma grande maioria dos Europeus se oporem categoricamente a este desfecho, nunca tendo no entanto tido oportunidade de expressarem a sua opinião sobre esta matéria.

Outra razão é o facto de esta Comissão Europeia continuar a argumentar a favor da renovação da imigração de milhões e mesmo, a longo prazo, de dezenas de milhões de novos imigrantes não europeus para um continente que, assim como assim, já tem dezenas de milhões de desempregados. Outra razão ainda é o facto de já ter sido revelado nas audições que nem um único dos novos Comissários europeus está disposto a fazer seja o que for em relação ao défice democrático.

São razões suficientes para não votar nesta nova Comissão Europeia.

Francesco Enrico Speroni (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, não recebemos respostas definitivas nem satisfatórias da nova Comissão relativamente à luta contra a imigração ilegal na União Europeia. Bastava isso para não darmos a nossa aprovação ao seu trabalho nem ao seu programa.

Existe ainda outro facto. A Comissão e, sobretudo, o seu Presidente, manifestou-se muito relutante em aceitar as iniciativas legislativas do Parlamento. Trata-se de uma espécie de violação da democracia, ou pelo menos é o que parece. Nós, Membros do Parlamento, somos os únicos representantes directamente eleitos pelos cidadãos, e o incumprimento do nosso direito de iniciativa, ou pelo menos tentativas no sentido de o

desautorizar – mesmo que, nos termos do novo Tratado de Lisboa, isso agora tenha sido sancionado pelo artigo 255.º dos Tratados – não permite um voto de confiança em José Manuel Barroso ou nos seus Comissários.

Syed Kamall (ECR). – (EN) Senhor Presidente, quando olhamos para o leque de candidatos que se encontravam hoje à nossa frente, penso que a maioria dos presentes no Hemiciclo, independentemente das suas convicções políticas, teria dito que alguns eram bons, outros mesmo muito bons, alguns maus e outros bastante medíocres. Infelizmente, houve alguns que também não responderam a todas as perguntas relativas ao seu passado. No entanto, como Membros do Parlamento Europeu, não podemos votar nos Comissários individualmente, pelo que tínhamos de escolher entre votar a favor de todos em bloco ou rejeitá-los. É uma pena e é de lamentar e, por essa razão mesmo, absteve-me.

Ouvimos José Manuel Barroso falar numa Europa que reage a uma crise. Se pretendemos efectivamente reagir à crise, temos de nos assegurar de que não vamos acumular mais e mais regulamentação inadequada. Certifiquemo-nos de que avaliamos correctamente o impacte que terá cada directiva ou cada regulamentação. Veja-se o exemplo da Directiva relativa aos Gestores de Fundos de Investimento Alternativos, que irá reduzir a quantidade de dinheiro disponível para os empresários na Europa, empurrando os criadores de riqueza para fora da União Europeia e reduzindo o investimento nos países em desenvolvimento. Quem dera que pudessemos reduzir a quantidade de legislação que passa por aqui!

Nirj Deva (ECR). (EN) – Senhor Presidente, fui eleito pelos cidadãos do sudeste de Inglaterra com o objectivo de reformar a UE. Votar em bloco nos 27 comissários com um único voto é continuar como sempre: não é reforma, não é transparência, não é responsabilização, nem uma confirmação responsável. O Presidente Barroso pode contar com a minha confiança pessoal como também acontece em relação a alguns dos outros comissários com quem tive oportunidade de lidar no passado. Não significa, no entanto, um voto de confiança no Colégio de Comissários como um todo. Cada comissário é único na história política. Mais ninguém numa democracia que se preze tem o poder de iniciar, legislar e executar a mesma legislação e não ser eleito de forma individualizada pelos outros. É totalmente inaceitável, Senhor Presidente, pelo que me vi obrigado, infelizmente, a abster-me.

Philip Claeys (NI). – (NL) Votei contra a nova Comissão porque não existe qualquer indicação de que esta vá começar a empenhar-se em reduzir o fosso que existe entre o cidadão europeu médio e as instituições europeias, em particular, a Comissão Europeia.

Ouvi o então Comissário indigitado para o Alargamento, durante a sua audição na Comissão dos Assuntos Externos, em que pareceu manifestar, por exemplo, uma grande propensão para varrer todas as reclamações contra a adesão da Turquia não europeia para debaixo do tapete, como tem vindo a acontecer nos últimos cinco anos.

A nova Comissão também pretende que haja mais imigração económica, comportamentos ainda mais paternalistas e ainda mais interferência, o que é decerto uma situação particularmente vergonhosa ao abrigo do Tratado de Lisboa, o que oferece uma perspectiva que está longe de ser tranquilizadora.

Gerard Batten (EFD). – (EN) Senhor Presidente, votei contra a Comissão porque não quero ser governado por nenhuma Comissão Europeia, seja qual for a sua composição, mas houve motivos específicos que me levaram a votar contra esta. Vários dos seus membros pertenceram ao Partido Comunista ou estiveram-lhe associados. Estes incluem, por exemplo, José Manuel Durão Barroso, Maroš Šefčovič, Štefan Füle, Andris Piebalgs e Janez Potočnik, para nomear apenas alguns. A Baronesa Ashton foi tesoureira da Campanha pelo Desarmamento Nuclear, que pouco mais era do que uma organização comunista de fachada, e parte do seu financiamento provinha do bloco soviético.

Catherine Ashton não tem perfil para responsável pela segurança externa nem pela política de defesa. A nobre Baronesa tentou minar a política de defesa do seu próprio país quando os nossos inimigos nos confrontaram com a maior das ameaças – a ameaça nuclear. A Comissão é o novo governo de facto da União Europeia. A Europa caminha para o desastre como um sonâmbulo. Passámos a ser governados por comunistas, colaboracionistas e traidores.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, tive a satisfação de votar hoje a favor da Comissão porque considero, dadas as circunstâncias e ao abrigo do Regimento desta Assembleia, que era a atitude correcta a tomar. Necessitamos de uma Comissão, e agora temos uma Comissão.

Todavia, vários dos meus colegas expressaram a opinião – e bem – de que seria um sistema melhor, se os Comissários fossem eleitos pelos seus méritos individuais e não em bloco. Por exemplo, se estivessemos a formar uma equipa de futebol para nos representar, não a escolheríamos em bloco. Seleccionaríamos cada jogador pelos seus méritos individuais, de modo a obtermos o melhor resultado possível. Considero que devemos trabalhar para este tipo de situação e para rever as regras de modo a garantir que da próxima vez que elegermos uma Comissão, cada comissário seja eleito por mérito. Isto obrigará os países a apresentar os melhores candidatos possíveis e a garantir que os candidatos dão o seu melhor. Julgo que se o fizermos teremos uma equipa melhor. Mas entretanto, estou pronto para trabalhar o mais estreitamente possível com a Comissão durante os próximos cinco anos.

Paul Rübiger (PPE). – (DE) Senhor Presidente, registo com satisfação o elevado nível de consenso verificado hoje aqui no Parlamento. Foram muitos os que apelaram a uma Europa forte. O consenso faz-nos fortes, pelo que me apraz constatar o resultado tão positivo da votação para a nova Comissão. No fim, só uma Europa eficaz pode ser uma Europa social. A Comissão assumiu um compromisso inequívoco nesta matéria, dado que, em última análise, só podemos distribuir o que é produzido. Por conseguinte, é importante que nos preocupemos com a formação e a educação e que nos centremos nas infra-estruturas e na investigação na Europa.

É relativamente simples empobrecer os ricos, mas enriquecer os pobres é uma tarefa que exige muito mais inteligência, um desafio muito maior e de consequências mais duradouras. Deve ser este o objectivo da Europa.

Declarações de voto escritas

Proposta de resolução B7-0091/2010

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito.* – (EN) Com o Tratado de Lisboa, as relações interinstitucionais entre o Parlamento e a Comissão tomaram um novo rumo. Enquanto parlamentares, enviamos à Comissão a mensagem inequívoca de que o Parlamento Europeu não voltará a ser um mero observador, mas sim um parceiro em pé de igualdade na formulação das políticas europeias. As iniciativas e medidas políticas ao nível da Comunidade carecem de coerência e deixam a Europa totalmente desamparada quando ocorrem situações inesperadas. E quando elas ocorrem, não lhes conseguimos responder de forma eficaz e coordenada. O Presidente da Comissão comprometeu-se a desenvolver um relacionamento franco, transparente e construtivo com o Parlamento Europeu em ordem a definir objectivos de política claros e exequíveis e a garantir legislação de elevada qualidade. É chegado o momento de o Presidente Barroso se recordar das promessas que fez e de garantir que as solicitações do Parlamento Europeu são claramente consagradas no Acordo-Quadro.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito.* – (LT) Apoio este Acordo-Quadro, porque a cooperação entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia é particularmente importante para o reforço da estabilidade da União Europeia e para a eficácia do seu trabalho. Segundo este acordo, depois de ser apresentado um pedido de iniciativa legislativa ao Parlamento Europeu, a Comissão Europeia deverá responder no espaço de um mês, e preparar um acto legislativo adequado no espaço de um ano. Caso a Comissão Europeia se negue a preparar o diploma solicitado, deverá justificar a sua decisão em pormenor. Até agora, só a Comissão Europeia podia iniciar o processo legislativo, mas no Tratado de Lisboa ficou estipulado que o Parlamento Europeu, por maioria, tem o direito de criar legislação ao nível da União Europeia. O Parlamento e a Comissão cooperarão estreitamente e numa fase precoce sobre todos os pedidos de iniciativa legislativa que emanem das iniciativas dos cidadãos. Aquando da assinatura de tratados internacionais, participarão nas negociações especialistas do Parlamento Europeu. Segundo o Acordo, o Parlamento terá o direito de participar como observador em determinadas conversações internacionais da União Europeia, bem como o direito de obter mais informação sobre tratados internacionais.

Andrew Henry William Brons (NI), *por escrito.* – (EN) Estamos de acordo com as partes da proposta que estipulam que o Parlamento esteja em pé de igualdade com o Conselho em relação ao acesso às reuniões e à informação, que estipulam o diálogo regular entre o Presidente da Comissão e o Presidente do Parlamento, a cooperação nas iniciativas de cidadania, as avaliações do impacto da legislação e o uso de actos jurídicos não vinculativos (em vez de legislação coercitiva?), mas discordamos da reafirmação e do reforço dos prazos peremptórios para a aplicação das directivas e da utilização de linguagem congratulatória acerca da União Europeia e dos seus funcionários.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Congratulo-me com o projecto de resolução aprovado hoje para um novo Acordo-Quadro político que irá reger as relações institucionais entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu e que reforça os poderes do Parlamento Europeu conferidos pelo Tratado de Lisboa.

A garantia de que a Comissão irá aplicar o princípio básico da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho é um dos aspectos relevantes para um novo equilíbrio institucional contemplados neste Acordo.

Sublinho ainda a importância do diálogo regular entre a Comissão e o Parlamento, respectivamente através do acesso a reuniões da Conferência dos Presidentes e dos Presidentes das Comissões e do Colégio de Comissários.

Também a introdução de um novo "Período de Perguntas" com os membros da Comissão nas sessões plenárias contribuirá para uma melhor prestação de contas do executivo.

Edite Estrela (S&D), *por escrito*. – Votei favoravelmente a resolução do Parlamento Europeu sobre a revisão do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão para a próxima legislatura, pois é um acordo importante, não só pelo seu valor simbólico - uma vez que dá um sinal claro do empenhamento de ambas as instituições europeias, PE e CE, em trabalharem conjuntamente em prol do projecto europeu - mas também pelo seu conteúdo, uma vez que são identificadas as obrigações das partes para melhor enfrentarem os desafios do futuro e resolverem os problemas dos cidadãos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – O Parlamento Europeu foi já confrontado por diversas vezes com factos consumados protagonizados pela Comissão e pelo Conselho, tendo sido relegado para o papel de mero ratificador do anteriormente decidido. Esta circunstância, de que a câmara se queixou, desequilibró as relações entre as três principais instituições europeias sendo exigível hoje que o Parlamento Europeu, cada vez mais um parceiro de pleno direito do Conselho no processo de tomada de decisões, mereça uma atenção semelhante à que a este é prestada por parte da Comissão Europeia.

Mais do que um mero limar de arestas formais faço votos de que a revisão do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão permita agilizar procedimentos, estreitar colaborações e promover a troca de informações de maneira célere e eficaz, permitindo que a voz dos representantes eleitos pelos Estados-Membros possa ser ouvida e tida em conta em tempo útil. Pela forma como decorreu a sua preparação acredito que isso será possível.

É, por isso, plenamente justificada a iniciativa do Presidente da Comissão Europeia de procurar estabelecer uma parceria especial entre o Parlamento e a instituição a que preside. Faço votos para que esta não só vingue como frutifique.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Face às implicações do Tratado de Lisboa no funcionamento das instituições da União Europeia e no reforço da co-responsabilidade nos processos de decisão, torna-se absolutamente necessário o estabelecimento de um conjunto de procedimentos que ofereça condições e garantias para uma saudável e eficaz partilha de informação e de pontos de vista sobre as estratégias de consolidação e desenvolvimento da construção europeia. A possibilidade de sistematizar encontros de trabalho que antecedam a produção legislativa e normativa por parte de cada uma das instituições irá, seguramente, promover a concertação de esforços, a conciliação de ideias, projectos e perspectivas e a melhoria das propostas de decisão. Dessa forma, estaremos a evitar procedimentos administrativos e burocráticos, designadamente no que toca a devoluções e correcções de resoluções, evitando-se o risco de multiplicação de propostas e contrapropostas.

Este é um acordo que reforça a cooperação entre as instituições europeias e que garante que a Comissão aplique o princípio básico da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho. Impõe-se, por isso, a urgente aplicação deste Acordo-Quadro entre o Parlamento e a Comissão, realçando-se o reconhecimento da necessidade de uma avaliação permanente tendo como objectivo a melhoria da eficiência e eficácia deste relacionamento institucional.

Robert Goebbels (S&D), *por escrito*. – (FR) Absteve-me em relação ao Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão. O Parlamento, enquanto co-legislador, deve abster-se de tentar adquirir cada vez mais poderes à custa da Comissão. O Parlamento só sabe invocar o Tratado: é assim que cerceia o direito de iniciativa da Comissão. Tal como disse o Presidente Buzek: "Acabámos de dar mais um passo no sentido da aquisição do direito de iniciativa legislativa por parte dos deputados". Quando chegar o dia em que os deputados ao Parlamento Europeu poderão fazer propostas legislativas, cada lóbi encontrará um deputado para servir os seus interesses. Quero manter o método comunitário que já deu provas cabais – com a Comissão

no papel de guardião e juiz dos interesses comuns europeus – e do qual emana o poder exclusivo de iniciativa legislativa. Aumentar o número de reuniões entre a Comissão e os órgãos do Parlamento não é maneira de se chegar a uma política europeia mais eficaz.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do novo Acordo-Quadro entre o Parlamento e Comissão. Com o Tratado de Lisboa em vigor, esta Câmara adquiriu poderes acrescidos e a nossa relação de trabalho com a Comissão deve alterar-se em conformidade. Apraz-me particularmente a secção do novo acordo que obriga o Presidente da Comissão a responder plenamente perante o Parlamento na eventualidade de esta Câmara retirar a sua confiança a um Comissário. Apesar de ter votado hoje a favor da nova Comissão, oponho-me ao sistema de tudo ou nada no qual o Parlamento tem que aprovar ou rejeitar a Comissão em bloco. Qualquer procedimento que aumente a nossa capacidade de responsabilizar individualmente os Comissários será bem-vindo.

Elisabeth Köstinger (PPE), *por escrito*. – (DE) A aprovação dada pelo Parlamento Europeu à nova Comissão não constitui uma carta-branca, apenas um voto de confiança. No entanto, podemos finalmente começar a trabalhar com uma Comissão plenamente competente. O papel do Parlamento Europeu foi consolidado e reforçado com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e, com o Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão, hoje aprovado, o estabelecimento do Parlamento Europeu como parceiro em pé de igualdade da Comissão foi devidamente confirmado, e isto é algo que saúdo vivamente. Com este acordo, criámos uma boa base para a cooperação futura e insistiremos enfaticamente neste diálogo como parceiros iguais. E a Comissão também terá provavelmente muito interesse em envolver o Parlamento Europeu nas iniciativas legislativas logo na sua fase inicial, de forma a garantir um processo eficiente que é do interesse e em benefício do povo da Europa e de uma democracia activa.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Os deputados ao Parlamento Europeu são eleitos por sufrágio universal e, como tal, representam o público europeu. Por conseguinte, é incrível que a Conferência dos Presidentes tenha que se contentar com implorar o acesso à informação que a Comissão e o Conselho recebem ou para assistirem a algumas das suas reuniões, quando a Comissão e o Conselho são convidados para as reuniões do Parlamento! Como pode o Parlamento não afirmar a sua representatividade e exigir que as suas iniciativas sejam sempre sancionadas pela Comissão? Por que razão aceita o Parlamento que a Comissão lhe possa negar consentimento para retirar a sua confiança num comissário, se assim o solicitar? Como se aceita que o Parlamento não possa emitir um parecer vinculativo, quando a Comissão altera o seu modo de funcionar?

Como é possível o Parlamento não exigir um estatuto superior ao de meros observadores para os presidentes das delegações que o representem em conferências internacionais? Uma coisa é o Tratado de Lisboa dar ao Parlamento Europeu um papel irrelevante, outra coisa completamente diferente é os deputados darem o seu acordo a este disparate. Votarei contra esta decisão por respeito pela dignidade do mandato que recebi do povo de França.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, tornou-se necessário negociar um novo Acordo-Quadro para reger as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão. A proposta de Resolução, hoje aprovada por esmagadora maioria, reflecte o novo papel importantíssimo que está destinado ao Parlamento Europeu. O espírito do Tratado de Lisboa está bem patente neste documento, com o alargamento das responsabilidades do Parlamento, com o tratamento de igualdade entre o Parlamento e o Conselho e com as novas prerrogativas do Parlamento no que diz respeito a diversas matérias. Desse ponto de vista, a proposta aprovada traduz um aprofundamento, no sentido correcto, do processo de constituição da UE.

Andreas Mölzer (NI), *por escrito*. – (DE) A proposta de resolução sobre a revisão do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão para a próxima legislatura contém alguns pontos de partida razoáveis. Estes incluem o pedido de garantias, por parte da Comissão, de que, no futuro, aplicará o princípio da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho, e o estabelecimento de prazos específicos que a Comissão deverá cumprir em matéria de apresentação de iniciativas legislativas.

No entanto, o apelo ao Presidente da Comissão para que solicite a qualquer membro da Comissão que se demita a pedido do Parlamento é inaceitável e desprovido de sentido. Isto só faria sentido se, aquando da eleição da Comissão, fosse possível votar nos candidatos a título individual, o que não é o caso. Por esta razão, votei contra a proposta de resolução.

Birgit Schnieber-Jastram (PPE), *por escrito*. – (DE) Considero lamentáveis a ausência de uma referência, no Acordo-Quadro, aos mecanismos de controlo do Parlamento Europeu, e a falta de clareza no que diz respeito aos princípios da separação de poderes em certas partes do Acordo. Por conseguinte, absteve-me de votar.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – O Tratado de Lisboa corporiza um novo equilíbrio institucional, que atribui ao Parlamento Europeu um estatuto substancialmente melhorado face às demais instituições. O Acordo-Quadro visa orientar as relações diárias entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, numa parceria institucional agora reforçada e adaptada às novidades do Tratado de Lisboa, tomando como ponto de partida os compromissos assumidos pelo Presidente recém-eleito da Comissão, José Manuel Durão Barroso, e a sua proposta de uma "Parceria Especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão". É de saudar a solicitação de um compromisso da Comissão em responder num período de tempo limitado a todos os pedidos de iniciativa legislativa, o que reflecte a crescente importância do Parlamento Europeu enquanto co-legislador, nomeadamente em matérias como a Política Regional. Considero também extremamente positiva a inscrição da garantia de que a Comissão irá aplicar o princípio básico da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho, bem como de uma maior cooperação interinstitucional na preparação e na execução do Programa Legislativo e de Trabalho Anual. Por estas razões, e sobretudo porque o Parlamento Europeu vê o seu papel reforçado e a União Europeia sai renovada, votei favoravelmente.

Róza Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE), *por escrito*. – (PL) O novo Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão contém vários elementos importantes. Em primeiro lugar, o princípio da igualdade de tratamento entre o Parlamento e o Conselho, que reforça a legitimidade democrática da União Europeia. Em segundo lugar, confere ao Parlamento poderes adicionais para monitorizar as iniciativas legislativas da Comissão, graças aos quais o Parlamento terá uma maior influência na legislação produzida.

Foi incluída no Acordo uma cláusula sobre a publicação obrigatória de quadros de correspondência, à qual apelei no meu Relatório sobre o Pannel de Avaliação do Mercado Interno, e prazos vinculativos para a transposição das directivas, que não deverão exceder um período de dois anos. Graças a isto, existe a possibilidade de o plano para estabelecer um mercado comum ser completado mais depressa. O acordo reforça também a abordagem comunitária e melhora o funcionamento de ambas as instituições, obrigando-as a funcionar de um modo que garanta que a União Europeia seja uma verdadeira comunidade.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), *por escrito*. – (RO) Votei a favor da Resolução do Parlamento Europeu sobre a revisão do Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão para a próxima legislatura porque considero este acordo essencial para a cooperação entre o Parlamento Europeu e a futura Comissão Europeia. As Instituições europeias devem garantir que o "método comunitário" é usado eficientemente, em benefício dos cidadãos da Europa. Segundo as disposições do Tratado de Lisboa, que estabelece um novo equilíbrio institucional, o Parlamento Europeu pode solicitar à Comissão a apresentação de propostas legislativas, e esta deverá apresentar a competente proposta legislativa no prazo de um ano a partir da solicitação do Parlamento. O alargamento dos poderes do Parlamento, a cooperação interinstitucional e a promoção da simplificação da legislação da UE garantem que o processo legislativo comunitário funciona melhor e que os cidadãos se envolvem de forma mais activa e directa na elaboração da legislação europeia. A Comissão deve regulamentar os procedimentos e condições estipulados no Tratado de Lisboa mediante os quais os cidadãos da UE podem convidar a Comissão a apresentar uma proposta legislativa sobre matérias que entendam carecer de regulação.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (FR) A sessão plenária de Fevereiro de 2010 assiste hoje ao início da cooperação institucional que prosseguirá durante os próximos cinco anos. Embora o Parlamento tenha começado a funcionar após as eleições europeias e decidido rapidamente sobre a distribuição das posições de responsabilidade e sobre o seu regulamento interno, levámos algum tempo a implementar os mecanismos de cooperação interinstitucional entre o Conselho e a Comissão à luz do Tratado de Lisboa. O processo paralelo de nomeação dos futuros comissários facilitou certamente a introdução do poder de iniciativa legislativa, do qual o Parlamento Europeu usufruirá a partir de agora. De agora em diante, a Comissão terá que informar sobre o seguimento concreto de todos os pedidos de iniciativa legislativa após a aprovação de um relatório de iniciativa legislativa, nos termos do artigo 225.º do TFUE. Se o Parlamento Europeu a solicitar por maioria simples, a Comissão deverá apresentar uma proposta legislativa no prazo de um ano ou inclui-la no programa de trabalho para o ano seguinte. Exorto todas as pessoas de boa vontade a observarem de perto o trabalho do Parlamento, porque é óbvio que os deputados farão uso desta disposição, em particular, no domínio da ética social universal.

Proposta de resolução B7-0071/2010

Andrew Henry William Brons (NI), *por escrito*. – (EN) Poder-se-ão alguns surpreender por apoiarmos uma proposta do Grupo GUE/NGL. Embora estejamos de acordo com algumas das críticas deste grupo à União Europeia, a nossa opinião sobre o que deveria substituir a UE é bastante diferente. Além do mais, as nossas ideologias são completamente diferentes. Nós somos nacionalistas, prezamos a soberania do Estado-Nação; eles são internacionalistas. Nós acreditamos num sistema baseado na iniciativa privada, com alguma regulação e com a propriedade parcial dos serviços de utilidade pública, ao passo que eles, presumivelmente, acreditam na detenção pelo Estado de uma parcela muito maior da propriedade. Estamos de acordo na rejeição das políticas económicas neoliberais, na necessidade de mais justiça social (embora possamos diferir quanto às definições), e nas críticas às evasivas, à incoerência e às respostas inadequadas de alguns comissários. No entanto, não temos nenhum problema em votar seja com quem for, desde que concordemos com as suas propostas.

Carlo Casini (PPE), *por escrito*. – (IT) Com o meu enfático voto a favor, desejo dar ainda mais força às palavras do Presidente Barroso, palavras que anunciam a construção, durante os próximos cinco anos, de uma Europa mais unida e mais forte.

Ele iniciou o seu discurso evocando os valores fundamentais da unidade europeia, o mais importante dos quais é a dignidade humana. Concordo sem reservas, mas o problema é que a palavra "dignidade" se tornou ambígua, porque é usada não apenas para garantir a vida e a igualdade humana, mas também para discriminar e atacar os membros mais vulneráveis da sociedade e até para justificar a morte. Por conseguinte, espero que durante os próximos cinco anos, a Comissão trabalhe de uma forma que devolva à palavra "dignidade" o seu inequívoco e verdadeiro significado.

É de importância simbólica o facto de no dia 15 de Dezembro do ano transacto, no auge dos esforços para a formação da nova Comissão, 500 000 cidadãos europeus de 17 países terem solicitado, numa petição colectiva, que as nossas instituições interpretem e implementem a Carta dos Direitos Fundamentais em todas as decisões, na base da igual dignidade todos os seres humanos.

Diogo Feio (PPE), *por escrito*. – Votei a favor da Comissão indigitada ciente do papel fulcral que esta assume em toda a arquitectura europeia e da relevância crescente que vem granjeando enquanto produtora de iniciativas legislativas. Como português não posso deixar de me regozijar pela circunstância de o exigente cargo de Presidente da Comissão ter sido confiado, uma vez mais, ao meu compatriota José Manuel Durão Barroso que o desempenhara anteriormente com inegável mérito.

Consciente das dificuldades que o tempo presente acarreta, mas animado pela esperança em dias melhores para a União Europeia e para o projecto europeu, desejo-lhe, e à sua equipa, o maior sucesso.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Considerando o princípio da subsidiariedade e a representatividade e igualdade de direitos dos diferentes Estados-Membros, relevo a importância da partilha de responsabilidades e repartição de competências entre os membros que constituem a Comissão Europeia. No contexto do progressivo reforço da cooperação entre Estados-Membros e da valorização da capacidade de intervenção global por parte da União Europeia, seria incompreensível a individualização de decisões e opções estratégicas e políticas no seio das instituições europeias.

Todos os novos Comissários foram questionados e ouvidos no Parlamento Europeu, onde puderam exprimir as suas expectativas e os seus projectos na respectiva área de intervenção, vincando sempre a importância da partilha de responsabilidades por força da interacção das diferentes pastas e competências que compõem a Comissão Europeia. Ao invés de qualquer demonstração de incapacidade ou esboço de presidencialismo, esta postura reforça o espírito de co-decisão, promovido por uma liderança cooperante, promotora de um diálogo eficaz e profícuo para a consolidação da União Europeia. Face ao exposto, voto contra.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito*. – A resolução apresentada pelo Grupo GUE/NGL aborda aspectos importantes relativos à apreciação que fazemos do Colégio de Comissários apresentado a este Parlamento, sintetizando, ao mesmo tempo, algumas das razões fundamentais do nosso voto contra esta Comissão: a apresentação de um programa pelo Presidente da Comissão - a que os Comissários se encontram naturalmente vinculados e que defenderam sem reservas nas audições efectuadas no Parlamento - que representa a continuação da fracassada política neoliberal da anterior Comissão; o facto de esta equipa ter sido escolhida para levar a cabo esse mesmo programa, prosseguindo uma estratégia que não realizará as necessárias mudanças de orientação política, no sentido de uma maior justiça social, da criação de emprego e da erradicação da pobreza, antes contendo em si perigosos elementos de aprofundamento destes graves

problemas. Em suma, a Europa pela qual lutamos - de justiça e progresso social, de coesão económica e social, de cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos e promotora da paz - está longe de poder ser alcançada pelas orientações que esta Comissão se propõe seguir.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Após várias semanas de audiências aos novos Comissários, não seria este o momento para questionar a qualidade de um Colégio de Comissários, que ao longo de várias horas, em diversas comissões, prestou esclarecimentos sobre as políticas a adoptar, com manifesto aproveitamento. É, por isso, tempo de dotar a UE de uma Comissão legitimada e capaz de dar resposta aos tempos difíceis do presente.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – O Parlamento e a Comissão enfrentarão questões-chave para a União Europeia, nomeadamente a inversão da crise através do relançamento da economia e do emprego, o equilíbrio nas finanças públicas dos Estados-Membros e a negociação das perspectivas financeiras pós 2013, das quais destaco a política de coesão.

Tive oportunidade de questionar o Comissário indigitado para a Política Regional, Johannes Hahn, quanto à sua disponibilidade para a criação de um programa específico de apoio financeiro permanente para as regiões ultraperiféricas.

Apresentei-lhe ainda uma proposta para um sistema de elegibilidade para a recepção de fundos estruturais mais flexível para as regiões em "transição", i.e. que se encontram entre os objectivos da "convergência" e da "competitividade e emprego".

Para além de competência e rigor, o Comissário indigitado demonstrou abertura para estudar estas possibilidades, o que me dá confiança relativamente à sua futura prestação e sensibilidade no que respeita às regiões ultraperiféricas como a Madeira.

Dei o meu voto de confiança a esta equipa de Comissários, que será liderada por José Manuel Barroso, por demonstrarem, na generalidade, boa preparação técnica, seriedade e ambição para responder aos desafios da UE sem descuidar os valores que estão na sua génese, nomeadamente a solidariedade e coesão territorial.

Proposta de resolução B7-0090/2010

Zigmantas Balčytis (S&D), *por escrito*. – (LT) Aprovámos hoje a composição da nova Comissão Europeia, embora tenhamos que reconhecer que as dúvidas sobre os candidatos a comissários não foram dissipadas por completo. Tanto o enquadramento das actividades da Comissão como os programas dos comissários carecem, acima de tudo, do aspecto social. Fica a impressão de que os critérios principais para a formulação de objectivos e tarefas se baseia no reforço do papel da Europa no mundo, enquanto os direitos, as esperanças e a protecção social dos nossos cidadãos foram empurrados para segundo plano. O Grupo S&D decidiu apoiar a Comissão, porque numa altura em que a Europa se vê afectada por uma crise económica e financeira sem fim à vista e por um desemprego crescente, e com os cidadãos europeus desiludidos com a Europa, o Parlamento Europeu e a Europa em geral não devem tornar-se um lugar de divisão entre situação e oposição. Agora, a coisa mais importante que há a fazer é concentrarmo-nos nestas importantíssimas questões da agenda política, de pôr fim ao estado de incerteza e instabilidade na Europa logo que possível e resolver os problemas mais agudos, tais como a crise financeira e o desemprego, de forma mais rápida e eficaz.

Bastiaan Belder (EFD), *por escrito*. – (NL) A Comissão Barroso II é um grupo heterogéneo. Nas últimas semanas, encontramos alguns candidatos fortes, mas também alguns muito fracos. Isto não torna fácil avaliar esta Comissão como um todo, e este sentimento ambivalente é agudizado pelo facto de muitos comissários indigitados terem tentado impressionar descaradamente o Parlamento Europeu durante as audições. E mesmo agora, por vezes, as suas posições continuam indefinidas.

O partido neerlandês SGP (*Staatkundig Gereformeerde Partij*) do Parlamento Europeu decidiu abster-se de votar. Isto é para dar voz ao sentimento ambivalente que nos deixou esta Comissão. Mas existem outros problemas. Uma Comissária, que também é primeira Vice-Presidente, suscita-nos preocupações de fundo. A Baronesa Ashton tem a honra dúbia de ser a primeira funcionária da UE a combinar uma carreira na Comissão com uma posição no Conselho de Ministros. Não podemos apoiar esta aventura injustificada e institucionalmente arriscada. Além do mais, a Baronesa Ashton não nos deu, em momento algum, a impressão de ser capaz de lidar com as pressões do cargo. É um dos elos mais fracos desta Comissão e nunca deu a impressão de estar verdadeiramente à vontade nos negócios estrangeiros. Por conseguinte, olhamos para o período de 2010-2014 com alguma apreensão.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), *por escrito*. – (RO) Temos uma nova Comissão que assumiu funções num momento difícil mas que é constituída por um grupo de profissionais sobre cujos ombros recaem as responsabilidades dos 27 Estados-Membros. Temos o Tratado de Lisboa, que altera a configuração do poder e exige adaptabilidade à Comissão. Por conseguinte, temos a União Europeia numa situação nova e delicada, e que requer bom desempenho, estabilidade e energia quando se tratar de propor e implementar políticas coerentes.

Enfrentamos uma nova realidade financeira, o que significa que se exige da Comissão uma resposta razoável através de reformas e novos ajustamentos em todos os sectores, a começar pela economia.

Todos os Estados-Membros estão a sentir em pleno a magnitude da crise financeira. O alarme tocado pela Grécia ouve-se bem alto, desde os Estados com economias afinadas aos que lutam constantemente para reduzir o seu défice orçamental. Uma política económica estável e bem coordenada na totalidade dos 27 países oferece a possibilidade de evitar um grande desequilíbrio ao nível da UE e de um efeito benéfico na segunda fase. As acções da UE destinam-se a providenciar soluções para os problemas relacionados com a crise e ser criativas, de modo a devolver a estabilidade aos Estados-Membros. Por outras palavras, destinam-se a eliminar o défice e a impedir disparidades, mas também a consolidar a economia.

Sophie Briard Auconie (PPE), *por escrito*. – (FR) À semelhança dos meus colegas deputados dos três principais grupos políticos do Parlamento Europeu, acabei de aprovar a nomeação do Colégio de Comissários apresentado pelo Presidente Barroso. É, de facto, uma bela equipa, que reúne individualidades com antecedentes variados e complementares. Até 2014, democratas-cristãos, liberais e socialistas porão de lado as suas diferenças políticas e geográficas e trabalharão em conjunto no seio do Colégio para servirem o interesse geral europeu. Durante três semanas, os deputados ao Parlamento Europeu desenvolveram um trabalho notável de monitorização da qualidade dos candidatos através do processo de audição parlamentar. No fim deste período, cumpria-nos dar todo o nosso apoio a esta nova equipa. Esperamos que esta Comissão "Barroso II" nos surpreenda pela sua determinação inabalável de fazer progredir a União Europeia. A sua tarefa principal será demonstrar diariamente o valor acrescentado do projecto europeu a todos os nossos concidadãos europeus.

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Nos momentos críticos que a Europa atravessa, em termos financeiros, económicos e sociais, é crucial ter uma Comissão forte com um programa ambicioso e audaz em áreas-chave como a segurança energética e as alterações climáticas, a investigação científica e a inovação.

A nova estrutura da Comissão, com um portfolio exclusivo para as Alterações Climáticas e um outro que alia a Inovação à Investigação, dá sinais claros de um projecto ambicioso e de uma estratégia credível para a Europa até 2020.

Esta nova Comissão, com a liderança do Presidente Barroso e uma nova estrutura para estas áreas, reúne as condições necessárias para ser o motor de uma recuperação económica, baseada na eficiência dos recursos e na inovação, tendo como objectivo uma maior justiça social.

Felicitó o novo Colégio de Comissários e o Presidente Barroso e congratulo-me com o resultado desta eleição. Esta representa um apoio parlamentar alargado face à Comissão precedente, dando um sinal claro de incentivo à nova cooperação institucional entre o Parlamento e a Comissão para que cada vez mais se possa falar a uma só voz dentro de uma UE líder a nível mundial.

Françoise Castex (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra esta Comissão, assim como todos os deputados franceses do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu. A maioria dos comissários representa a visão liberal da União Europeia, que rejeitamos. Outros, nomeados pelos respectivos Estados-Membros, não têm nenhuma ambições para a Europa nem nenhuma visão pessoal. Uma coisa é certa: os futuros Comissários não se comprometeram com nenhum dos pontos que consideramos essenciais. Que estratégia nos fará sair da crise? Como devemos responder às emergências sociais e climáticas? Como devemos ressuscitar o projecto europeu? Não tendo recebido respostas suficientes a estas perguntas, votámos contra, porque não podemos passar um cheque em branco à Comissão Europeia. Não acredito que esta Comissão, se não cumprir estes objectivos, consiga oferecer um novo futuro aos cidadãos europeus ou garantir à Europa um lugar no mundo. Assim sendo, não pode ter o nosso apoio. Obviamente, serei obrigada a trabalhar durante cinco anos com as propostas desta Comissão. O meu voto de hoje é uma expressão da minha desconfiança e da vigilância política de que darei provas durante todo este mandato.

Nessa Childers (S&D), *por escrito*. – (EN) Juntamente com o meu grupo político, os Socialistas e Democratas, fiquei bastante satisfeita com a composição final da próxima Comissão. Em particular, os Comissários do

Ambiente e da Energia serão cruciais para o desenvolvimento da Europa nos próximos anos, e apraz-me que o Senhor Presidente Barroso tenha escolhido os representantes correctos.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Votei contra o Colégio de Comissários proposto, porque ele vai aplicar as mesmas políticas neoliberais que atiraram a União Europeia para esta crise multifacetada e para estas desigualdades enormes. Vai promover o Tratado de Lisboa e a Estratégia Europa 2020, que reforçará a soberania dos mercados, aumentará o desemprego e o emprego precário, destruirá o sistema de segurança social e restringirá os direitos democráticos e sociais. Os procedimentos obscuros e o défice democrático da União Europeia geram desconfiança entre os cidadãos e exacerbam a crise de confiança nas instituições europeias, como recentemente se viu na diminuta afluência às urnas aquando das eleições europeias. Continuar com esta política será deitar por terra as expectativas dos cidadãos europeus. A esquerda europeia opor-se-á a esta política através do Parlamento Europeu e lutando ao lado dos trabalhadores e dos movimentos sociais para concretizar as esperanças das gerações jovens numa Europa democrática, social, feminista, ecológica e amante da paz.

Carlos Coelho (PPE), *por escrito*. – Cumprimento o Dr. Durão Barroso não só pelo excelente trabalho que desenvolveu durante o seu primeiro mandato, mas também pela sua merecida recondução para um novo mandato à frente da CE. Espero que o Parlamento e a Comissão possam trabalhar em estreita cooperação e com pleno respeito das competências e prerrogativas de cada um, procurando estabelecer uma Parceria Especial entre ambas as instituições, tal como proposto pelo Presidente Barroso nas suas orientações políticas. Estou confiante que o Presidente eleito da Comissão irá honrar os compromissos que assumiu com este Parlamento, os quais deverão ser traduzidos numa revisão do Acordo-Quadro. Só desta forma poderemos levar a cabo uma construção europeia que tenha em primeiro plano a defesa dos direitos dos nossos cidadãos.

As audições aos Comissários indigitados são sempre um momento forte que revela a amplitude da democracia europeia. O Parlamento exerceu as suas competências e o processo teve dignidade, acutilância e transparência. Creio que a Comissão Barroso II será ainda mais forte e politicamente preparada do que a anterior. Espero que seja coesa e que todos os seus membros estejam à altura das grandes responsabilidades, num momento em que todos desejam a recuperação económica e a criação de emprego.

Mário David (PPE), *por escrito*. – A nova Comissão Barroso foi aprovada pelo Parlamento Europeu por uma larga maioria! Também votei, obviamente, a favor. E fi-lo não só de forma consciente, como de forma empenhada e confiante. Porque o novo Colégio de Comissários, pelos seus curricula, tem uma muito maior capacidade política, oferece garantias de enfrentar firme e determinadamente os grandes desafios da União Europeia: a séria crise financeira que vivemos e os seus dramáticos efeitos sociais e económicos, em especial o desemprego; a segurança e a luta antiterrorista; o reforço do papel da Europa no mundo, o que implica uma Europa com uma activa Política Externa e de Segurança Comum; a luta contra as alterações climáticas; a competitividade das nossas economias na defesa do nosso modelo social. O programa realista e ambicioso que José Manuel Barroso apresentou e que o nosso Parlamento endossou pode agora, finalmente, ser implementado, para benefício dos 500 milhões de cidadãos europeus. Ao Presidente da Comissão Europeia e à sua equipa desejamos boa sorte!

Marielle De Sarnez (ALDE), *por escrito*. – (FR) Em Setembro, os deputados pertencentes ao partido MoDem não votaram a favor da nomeação de José Manuel Durão Barroso para Presidente da Comissão, dado o seu desempenho anterior não recomendar a sua reeleição. E não votaram hoje a favor do Colégio de Comissários, já que a ausência de ambição demonstrada por vários deles durante as audições oferece poucas esperanças de a UE vir a ter a Comissão forte de que necessita. Além do mais, os desenvolvimentos recentes realçaram de modo lastimável a incapacidade dessa equipa para lidar com os acontecimentos. As dúvidas instalaram-se em Dezembro, durante a Cimeira de Copenhaga, onde a Europa se revelou incapaz de falar a uma só voz, e confirmaram-se em Janeiro, quando a Baronesa Ashton não visitou o Haiti para demonstrar a solidariedade europeia nem participou na conferência dos doadores, em Montreal, onde a sua presença era necessária para coordenar a ajuda da UE e dos Estados-Membros. Finalmente, agora, em Fevereiro, passámos das dúvidas às certezas, com a Grécia a ser atacada pelos especuladores sem que a Comissão consiga apresentar um plano de salvamento credível. Por estas razões, os representantes eleitos do partido MoDem não deram a sua confiança à Comissão Barroso II.

Martin Ehrenhauser (NI), *por escrito*. – (DE) Na qualidade de pró-europeu convicto, não posso dar a minha aprovação à nova Comissão Europeia. Ela baseia-se em decisões não transparentes tomadas pelos partidos nacionais e nos gabinetes governamentais. Os comissários europeus propostos não são pesos pesados políticos independentes, como bem desejam, em particular, os cidadãos mais jovens. Não foi aplicado ao processo de selecção nenhum critério relacionado com conhecimentos especializados. O facto de terem

decorrido quatro semanas entre a nomeação do Comissário austríaco, Johannes Hahn, e a atribuição da sua pasta constitui prova disto. Não obstante o tratado de reforma da UE, o Tratado de Lisboa, já em vigor, o Parlamento Europeu continua a não poder eleger individualmente os comissários nem expressar falta de confiança neles. Personalidades políticas como os comissários francês e espanhol não terão sucesso. Esta Comissão Europeia não representa mais democracia nem um despertar; é a continuação do caminho que nos conduziu à crise actual.

Göran Färm, Anna Hedh, Olle Ludvigsson, Marita Ulvskog e Åsa Westlund (S&D), por escrito. – (SV) No Outono, votámos contra o Presidente Barroso, dado que ele não comunga da nossa opinião sobre a importância das boas condições de trabalho, da igualdade e da transição para uma sociedade sustentável. A votação de hoje diz respeito ao Colégio de 26 Comissários.

Antes de José Manuel Durão Barroso ser reeleito Presidente da Comissão, exigimos de modo claro a revisão da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. O Presidente Barroso foi obrigado a admitir e a reconhecer, pela primeira vez, a existência de problemas nos acórdãos do Tribunal de Justiça Europeu no processo Laval, entre outros. E também prometeu apresentar um regulamento para resolver estes problemas o mais rapidamente possível. Foi uma mudança de posição muito significativa por parte do Presidente da Comissão, mas não foi suficiente para que apoiássemos a sua candidatura.

Hoje, tomaremos uma posição sobre o conjunto do grupo de comissários e esperamos que alguns comissários – aos quais foram atribuídas posições-chave para lidarem com a crise do emprego, a regulação dos mercados financeiros e a defesa dos direitos fundamentais dos sindicatos – consigam fazer a diferença. É particularmente positivo o facto de o Comissário Barnier e o Comissário Andor terem declarado claramente que existem problemas com a interpretação que o Tribunal de Justiça Europeu faz da directiva relativa ao destacamento de trabalhadores. E deixaram também claro que estão dispostos a iniciar o trabalho de implementação das alterações necessárias à legislação europeia.

Diogo Feio (PPE), por escrito. – Saúdo o facto de o Tratado de Lisboa manter a possibilidade de cada Estado poder manter o seu comissário, circunstância relevante para que todas as sensibilidades europeias se possam rever nos processos e projectos emanados da Comissão.

Lamento alguns dos percalços ocorridos em sede das audições parlamentares, os motivos que presidiram à retirada de uma das candidaturas e faço votos para que estes se vão tornando cada vez mais raros.

Julgo que o método adoptado de sujeitar a escrutínio parlamentar os candidatos a comissários designados é benéfico para a construção europeia, permitindo maior transparência no debate e na avaliação das condições individuais para os lugares destinados, e apelo a que as audições decorram em ambiente exigente, mas cordato, devendo o Parlamento Europeu e os seus membros eximir-se de procurar fazer delas um espectáculo de ofensa e confrontação gratuitas.

Faço votos de que a Comissão opte por melhor legislação e que tenha sempre presente a necessidade de respeitar efectivamente o princípio da subsidiariedade e assuma como prioridade um papel central na política de combate à crise económica.

José Manuel Fernandes (PPE), por escrito. – Numa fase crucial para o relançamento da economia, a experiência e a versatilidade desta Comissão liderada por José Manuel Durão Barroso, assim como o empenho manifestado, a competência e o reconhecimento das grandes causas europeias por parte dos Comissários ouvidos neste Parlamento, serão determinantes para a sustentação de uma Europa unida e socialmente equitativa, capaz de assumir um papel de liderança no combate às alterações climáticas e reforçar a competitividade das nossas empresas, apostando na investigação científica e na inovação.

Saliento as renovadas expectativas de uma equipa que assume a grande diversidade cultural e de identidades da Europa, como potenciadora das mais-valias de cada Estado-Membro. No quadro da nova orgânica criada pela aplicação do Tratado de Lisboa e atendendo aos desafios que se colocam ao desenvolvimento das sociedades actuais, considero que, com esta Comissão, a União Europeia reforça a sua capacidade de intervenção no actual quadro económico, social e político, não só no seu espaço interior, mas também a nível mundial.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. – O nosso voto contra a Comissão Europeia surge naturalmente na sequência das nossas discordâncias relativamente ao seu programa, à maioria das posições que defenderam durante as audições que já decorreram e aos próprios objectivos e conteúdos do Tratado de Lisboa que se comprometem a defender, mas do qual discordamos.

Sendo verdade que a Comissão Europeia é um dos órgãos institucionais mais importantes da União Europeia, também é verdade que o Colégio de Comissários é formado pelos comissários indigitados pelos Estados que são membros da União Europeia. Ora, sabendo-se que a maioria dos governos são conservadores de direita e sociais-democratas com linhas políticas semelhantes, não admira que a orientação da Comissão Europeia vá no mesmo sentido do aprofundamento das políticas neoliberais, militaristas e federalistas. Assim, em concreto, não ouvimos respostas para os graves problemas económicos e sociais que os trabalhadores e as populações enfrentam.

Lutamos por uma outra Europa de justiça e progresso social, onde a coesão económica e social seja uma realidade e a cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos e a paz sejam objectivos centrais.

Robert Goebbels (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da nova Comissão "Barroso II". Desde as eleições europeias de Junho de 2009, a União Europeia tem vivido numa situação de vazio de poder, vazio que foi agravado pelo atraso da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Por conseguinte, existe a necessidade urgente de a nova Comissão, como única instituição europeia com poder de iniciativa legislativa, entrar em funções. Com excepção de Rumiana Jeleva, que teve de retirar a sua candidatura, os 26 Comissários nomeados receberam individualmente o apoio dos deputados ao Parlamento Europeu. Não faria sentido rejeitar o Colégio. Consequentemente, a votação para nomear a Comissão foi uma simples formalidade, um "sim administrativo". Ao votar a favor da Comissão Barroso II, não pretendo dar-lhe o meu apoio político incondicional. Julgarei a Comissão pelas suas iniciativas políticas.

Sylvie Goulard (ALDE), *por escrito*. – (FR) Não obstante a presença, no Colégio, de várias individualidades de elevado calibre, votei contra a nomeação da Comissão por duas razões. No que toca às questões económicas e monetárias (a Estratégia de Lisboa, a supervisão da zona euro), as deficiências da Comissão anterior são por demais conhecidas. Relativamente à representação externa da UE, a Baronesa Ashton não possui as competências necessárias nem tem dado mostras de empenho, como vimos por ocasião da tragédia do Haiti. Pertenceu ao governo Blair, que invadiu o Iraque infringindo o direito internacional e que negociou uma isenção da aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais.

Mathieu Grosch (PPE), *por escrito*. – (DE) Votei a favor desta Comissão, porque na sua globalidade demonstrou – em particular, com as novas nomeações – que pode cumprir as suas tarefas com sucesso. O resultado das negociações entre a Comissão e Parlamento também é satisfatório. Considero ser particularmente importante que a Comissão não receba carta-branca para os próximos cinco anos, devendo ser sujeita a uma avaliação contínua.

Continua a existir o desafio específico de dar coerência às políticas nas diferentes áreas, por exemplo, no ambiente e nas questões sociais e económicas, e de formular a nossa comunicação com o mundo exterior de modo a tornar a política europeia mais transparente e compreensível para todos os cidadãos.

Sylvie Guillaume (S&D), *por escrito*. – (FR) Votei contra a Comissão de José Manuel Durão Barroso porque ela não preenche os meus requisitos em termos de promoção das reformas sociais que se impõem para que consigamos sair da crise em que nos encontramos. É evidente que esta Comissão não representará, de todo, uma força pró-activa para uma Europa política forte e que está nos antípodas da Europa que eu tanto anseio ver. Com pastas mal definidas e poderes enfraquecidos, esta Comissão carecerá de meios de acção e estará certamente mais inclinada a preservar interesses nacionais do que os interesses da Europa.

Ian Hudghton (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Votei a favor do novo Colégio dos Comissários. Na perspectiva da Escócia, a nação que represento, os novos comissários têm pela frente questões e desafios significativos. Com a reforma da PCP e da PAC no horizonte, os interesses cruciais da Escócia nestas políticas devem ser reconhecidos, e eu apelo aos comissários competentes para que garantam que as comunidades costeiras e rurais da Escócia possam prosperar em termos sociais e económicos. Sendo a Escócia uma importante fonte potencial de produção de energia, em especial de energias renováveis, a Comissão deverá dar prioridade a projectos e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do enorme potencial da Escócia como fornecedor de energia limpa e verde.

Na qualidade de membro de um partido pró-UE, espero que esta Comissão restaure parte da fé na UE que muitos escoceses perderam, por exemplo, como resultado directo das experiências da Escócia com o fracasso da política comum da pesca.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) A Comissão Barroso II será a primeira a funcionar ao abrigo do Tratado de Lisboa, com o Parlamento Europeu gozando de poderes alargados, o que o torna um parceiro mais visível e activo do que antes. Com base no resultado da votação, nomeámos um Colégio de Comissários

cujo desempenho global não foi propriamente impecável, como no caso da comissão designada pela Bulgária e a sua subsequente substituição, que sublinham este ponto. O facto de termos realizado com êxito esta tarefa de alteração da composição do Colégio constitui um sucesso para o Parlamento Europeu em geral e para o nosso grupo político em particular. Todavia, acredito que votar a favor deste Colégio é a opção mais apropriada numa altura em que qualquer atraso na tomada desta decisão colocaria a UE numa situação incómoda e que justificaria eventuais acusações de ineficiência. O que importa é que a nova Comissão comece a trabalhar o mais rapidamente possível e apanhe o Parlamento Europeu, que já foi eleito há sete meses, pelo menos em termos do trabalho realizado. Resta-nos esperar que se estabeleça uma boa cooperação quando os objectivos e os planos de acção assumirem uma forma mais concreta do que a apresentada durante as audições.

Danuta Jazłowiecka (PPE). – (PL) Abstei-me de votar a proposta de nomeação da Comissão Europeia, porque, ao lado dos bons candidatos, houve muitos candidatos fracos e muito fracos. Considero inaceitável consentir que sejam propostas para os cargos de chefe da diplomacia europeia, comissário para os assuntos económicos e monetários e comissário para o emprego e assuntos sociais pessoas sem qualificações para ocupar estas posições. Não nos devemos esquecer de que continuamos em crise e de que ainda estamos à procura de uma saída da crise. Por conseguinte, a Europa não se pode dar ao luxo de ter comissários que só agora vão conhecer as matérias que lhes cabem. Estou espantada com a atitude do Presidente da Comissão Europeia, o qual, depois de um mandato de cinco anos e com tanta experiência de liderança da Comissão, propôs candidatos tão fracos. Muito honestamente, eu teria votado contra a composição proposta para a Comissão, mas a par dos candidatos fracos apresentaram-se alguns muito bons – incluindo o candidato polaco, Janusz Lewandowski. Apesar da minha abstenção, desejo sucesso a toda a Comissão, porque isso é muito importante para todos os europeus.

Tunne Kelam (PPE), por escrito. – (EN) Votei a favor do Colégio de Comissários, expressando principalmente a minha confiança no Presidente da Comissão. Não considero ideal a composição da Comissão. Continuo a ter problemas com a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros, dado que carece da experiência necessária em matéria de negócios estrangeiros e de uma visão clara de como liderar a política externa e de segurança da UE. No entanto, entendo ser crucial que a Comissão comece a funcionar em pleno e considero o amplo apoio do Parlamento Europeu neste sentido muito importante, já que, na minha opinião, a Comissão e o Parlamento Europeu são os aliados mais próximos na concepção das políticas comuns da UE.

Alan Kelly (S&D), por escrito. – (EN) Todos desejamos sucesso a esta nova Comissão. As suas prioridades são muitas, mas não restam dúvidas quanto à área em que todos estamos de acordo: a necessidade de criar emprego. Este deve ser o principal pilar pelo qual a nova Comissão será julgada. Sejamos francos; muitos dos Estados-Membros sofreram ou estão à beira de sofrer um colapso económico. A inversão desta situação e o desenvolvimento de uma economia social de mercado inteligente, em que a UE seja líder global em todas as esferas da vida económica, será a bitola de avaliação desta Comissão. Espero particularmente que a Comissária irlandesa, Geogheghan Quinn, assuma um papel de liderança com a sua pasta da inovação e investigação. Ela desempenhará um papel crítico na recuperação da Europa, e eu desejo-lhe todo o sucesso na sua missão.

Morten Løkkegaard (ALDE), por escrito. – (DA) Senhor Presidente, foram ditas muitas belas palavras a respeito da nova equipa de comissários do Presidente Barroso – e bem.

Falo agora, porque é necessário chamar a vossa atenção para um erro importante cometido em relação à nova Comissão: bem podemos procurar o cargo de comissário para a comunicação. Foi pura e simplesmente ELIMINADO – e isto numa altura em que, mais do que nunca, necessitamos na UE de uma política de comunicação adequada, coordenada e bem pensada.

Há duas semanas, enviei ao Presidente Barroso uma carta em nome do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, expressando a nossa preocupação e perguntando o PORQUÊ de já não termos um comissário para a comunicação.

Ainda não recebi nenhuma resposta – o que é talvez uma espécie de resposta, embora insatisfatória.

Parece, pois, que ninguém sabe ao certo porque é que a UE não tem um comissário para o que é uma área extremamente importante – de facto, crucial –, para que muitos discursos grandiloquentes sobre a necessidade de aproximação aos cidadãos da UE e da criação de um espaço público comum europeu não sejam apenas belas palavras.

Continuo à espera de uma resposta do Presidente Barroso – de preferência, uma resposta acompanhada de um plano adequado para a comunicação durante os próximos cinco anos.

Isabella Lövin (Verts/ALE), *por escrito*. – (EN) Comungo das críticas acerca do procedimento de nomeação da Comissão, conforme são explanadas na resolução do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, em particular, a falta de transparência, o facto de os Estados-Membros escolherem os seus candidatos em função de considerações de política interna e não pela sua adequabilidade, e a impossibilidade de reprovar os candidatos individualmente. No entanto, eu não poderia votar contra a Comissão no seu conjunto, dado que os Comissários indigitados para domínios absolutamente cruciais e chave, tais como o clima, o ambiente, o desenvolvimento, a ajuda humanitária, a agricultura e as pescas foram considerados bastante competentes e empenhados. Por conseguinte, abstive-me na votação relativa à nomeação da nova Comissão.

Thomas Mann (PPE), *por escrito*. – (DE) Acabo de aprovar a eleição da Comissão Europeia, mas não foi uma decisão fácil. Isto porque, durante as audições, ficou manifesto que alguns dos candidatos propostos pelos Estados-Membros não possuíam conhecimentos especializados adequados nem estavam em condições de desenvolver ideias concretas acerca das suas pastas ou, até, de ter qualquer tipo de visão para o futuro. O Acordo-Quadro entre o Parlamento Europeu e a Comissão sobre a sua cooperação futura também deixa muitas perguntas sem resposta. Por enquanto, é apenas uma lista de desejos do Parlamento Europeu, sem carácter vinculativo. Agora, através de negociações específicas, terá que ser definida em pormenor a medida em que os nossos direitos enquanto representantes do povo serão significativamente reforçados pelo Tratado de Lisboa. Todavia, o acordo interinstitucional deu alguns passos importantes na direcção certa. O impacto de todas as medidas tomadas pela Comissão será avaliado regularmente por uma parte independente. O Parlamento será informado, logo numa primeira fase, de quaisquer alterações na composição da Comissão. Nas conferências internacionais, será concedido o estatuto de observador ao presidente da delegação do Parlamento. O Parlamento Europeu terá direito a participar na elaboração e implementação do programa de trabalho anual da UE. Finalmente, a Comissão Europeia compromete-se a apresentar um relatório sobre as suas iniciativas legislativas no prazo de três meses. Por conseguinte, votei hoje a favor da nova Comissão Barroso.

Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE), *por escrito*. – (PL) No que me diz respeito, o voto a favor da Comissão Europeia é uma expressão do crédito de confiança e esperança que deposito no recém-eleito gabinete do Presidente Barroso. Penso que, apesar da muita controvérsia e da provável inexperiência de alguns comissários, devemos permitir à Comissão Europeia lidar com as questões que se apresentarem. Só através de um envolvimento activo e de trabalho prático poderão os comissários demonstrar o seu verdadeiro valor. Espero que o novo gabinete, com a estreita cooperação do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu, e com um controlo efectivo dos acontecimentos, demonstre que votei bem.

David Martin (S&D), *por escrito*. – (EN) Saúdo a nomeação da nova Comissão e espero vê-la cumprir as promessas que fez. Estou particularmente agradado com a confirmação de Cathy Ashton como Alta Representante e tenho a certeza de que a sua diplomacia discreta trará benefícios à Europa como um todo.

Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL), *por escrito*. – (FR) Como a eleição do seu Presidente demonstrou, a Comissão Barroso II é uma continuação das anteriores comissões e das políticas neoliberais que atiraram a UE para a situação de crise económica, social e ambiental de longo prazo que é agora a sua. Nem o programa apresentado pelo Presidente Barroso nem as nomeações dos comissários apontam para qualquer alteração dos objectivos políticos da Comissão.

Algures entre a continuação da pior situação possível e o seu declínio, a Comissão Barroso II corporiza uma Europa que foi reduzida à destruição social e ao atlantismo tão querido das elites neoliberais, uma Europa que recusa romper com o dogma neoliberal da procura exclusiva do lucro, que está a destruir as pessoas e o planeta. A minha missão, enquanto deputado ao Parlamento Europeu, é construir a Europa da distribuição equitativa da riqueza e do planeamento ambiental de que as pessoas necessitam. Por conseguinte, votarei contra a Comissão, que é a antítese de tudo isto.

Nuno Melo (PPE), *por escrito*. – Após várias semanas de audiências aos novos Comissários, não seria este o momento para questionar a qualidade de um Colégio de Comissários que ao longo de várias horas, em diversas comissões, prestou esclarecimentos sobre as políticas a adoptar, com manifesto aproveitamento.

É por isso tempo de dotar a UE de uma Comissão legitimada e capaz de dar resposta aos tempos difíceis do presente. Reproduz-se aqui o teor da declaração de voto apresentada a propósito das propostas de resolução B7-0071/2010, B7-0088/2010 e B7-0089/2010, congratulando-se particularmente o signatário com a

circunstância de a UE se encontrar agora melhor dotada para fazer face aos problemas do presente e aos desafios do futuro.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE), *por escrito*. – (FR) Enquanto europeísta convicta, e no seguimento da aprovação do Acordo-Quadro entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu para os próximos cinco anos, dei o meu apoio à nomeação da nova Comissão Europeia, tal como fez a maioria dos meus colegas do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos). O resultado da votação é inequívoco: 488 dos meus colegas deputados sancionaram comigo a nomeação do Colégio da Comissão Europeia. Gostaria de referir que foi a primeira vez, na história da Europa, que nomeámos a Comissão Europeia na capacidade de verdadeiros co-legisladores. Numa Europa abalada pela crise, e com o novo quadro institucional, necessitamos de ambição e de um grande projecto unificador para criar uma Europa mais forte para os cidadãos europeus. Por conseguinte, exorto veementemente a Comissão Europeia a passar à acção.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Votei a favor da Comissão Barroso II por duas razões. A primeira foi por ter apresentado um programa credível e realista que considero apropriado para as necessidades actuais. Espero que o novo Colégio proceda à implementação deste programa logo que possível. A segunda razão foi o facto de a equipa do Presidente Barroso ser constituída por muitos profissionais competentes, os quais, estou firmemente convicto, contribuirão de forma significativa para o êxito das reformas de que necessitamos nos próximos anos.

Wojciech Michał Olejniczak (S&D), *por escrito*. – (PL) A delegação polaca do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu votou a favor da concessão de um voto de confiança à nova Comissão Europeia. Contudo, estamos conscientes dos pontos fracos da Comissão recém-nomeada e das reservas expressas quanto à competência de alguns Comissários. Tivemos que esperar muito tempo pela nova Comissão Europeia. No entanto, é forçoso admitir que a nova Comissão recebeu a maioria esmagadora dos votos. Isto constitui um forte mandato para o futuro. Por outro lado, porém, quase ninguém votou a favor da nova Comissão sem algumas reservas. Um problema é certamente o facto de que, com 27 Comissários, haver sobreposições de pastas com alguma frequência, o que não é uma situação muito clara.

Muitos dos meus colegas deputados chamaram também atenção para o problema do controlo excessivo dos comissários pelo Presidente Barroso. Saudamos o facto de a nova Comissão ir proceder a uma avaliação dos efeitos sociais e económicos da crise financeira. Porém, noto com grande desilusão o facto de no discurso do Presidente Barroso não ter havido nenhuma informação específica acerca da reforma da política agrícola comum ou da política de coesão. Estas serão certamente das áreas de trabalho mais importantes no próximo mandato da Comissão Europeia.

Justas Vincas Paleckis (S&D), *por escrito*. – (LT) Os cidadãos e as instituições de todos os Estados-Membros da UE devem desejar que sejam os candidatos melhores e mais fortes a tornarem-se Comissários. A responsabilidade é grande, quer para os países que propõem os candidatos, quer para os deputados ao Parlamento Europeu. Infelizmente, alguns Estados não adoptam esta atitude. Fica-se com a impressão de que, às vezes, os governos dos Estados-Membros da UE enviam políticos fracos ou "indesejáveis" para Bruxelas para libertarem uma posição nas suas capitais. É uma tendência perigosa. No entanto, o Parlamento Europeu procura mostrar um "cartão vermelho" aos candidatos fracos, que foram indicados pelos seus governos e receberam a aprovação do Presidente da Comissão, José Manuel Barroso, ou cujos interesses financeiros carecem de transparência. Há cinco anos, chumbaram dois candidatos, este ano uma. Contudo, os deputados ao Parlamento Europeu ainda não têm o direito de votar nos Comissários individualmente, votamos no Colégio de Comissários. Dado que a maioria dos candidatos a Comissário causou boa impressão, votei a favor da nova Comissão Europeia.

Alfredo Pallone (PPE), *por escrito*. – (IT) A Europa precisa urgentemente de uma liderança forte, que seja inteiramente personificada nesta Comissão.

A nova Comissão vai ter a difícil tarefa de incentivar um crescimento sustentável através da plena implementação do modelo económico europeu, isto é, o modelo da economia de mercado social.

O fortalecimento do mercado interno tem de oferecer a chave para a manutenção de uma concorrência saudável, tendo em vista incentivar a criação de emprego e o crescimento. Sinto-me particularmente orgulhoso pelo facto de, no novo executivo europeu, a Itália estar a proporcionar uma continuidade de mérito e competência, na pessoa de Antonio Tajani, a quem foi atribuída uma das pastas chave, nomeadamente a da indústria, uma pasta de importância estratégica na gestão da crise e na reorganização da produção europeia.

Durante este próximo mandato, a Comissão deverá estabelecer com precisão as prioridades e terá de ser capaz de dar uma face europeia à política de imigração e à política energética, propiciando assim à União uma abordagem consistente que, ultimamente, se tem revelado difícil de atingir. A Comissão terá ainda de dotar a União Europeia de uma política externa e de defesa merecedora desse nome.

Teresa Riera Madurell (S&D), *por escrito*. – (ES) A Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia é responsável pela investigação, pela energia e pelo desenvolvimento da sociedade da informação. Trata-se de três áreas prioritárias para a saída da crise e a renovação do nosso sistema de produção, que o meu grupo, o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, quer que seja mais competitivo e inovador, mas também mais sustentável, tanto em termos sociais, como em termos ambientais. A investigação e a inovação são duas forças motrizes fundamentais para a mudança. O Presidente Barroso comprometeu-se a investir 3% em investigação e desenvolvimento. Contudo, é com grande preocupação que vemos como esta área se tem vindo a tornar-se cada vez menos prioritária, em termos de calendários e orçamentos políticos. A Comissão assumiu, nesta matéria, um compromisso mais claro. A recuperação económica dependerá em grande parte da alteração do nosso modelo energético. O futuro da economia é o futuro da economia verde. A Comissão também reafirmou este objectivo. No que diz respeito à sociedade da informação, estamos de acordo em relação aos muitos desafios que temos pela frente para podermos garantir a todos, em qualquer parte, o acesso às tecnologias da informação e da comunicação. Os Comissários que participaram na reunião da nossa comissão assumiram compromissos significativos e específicos e demos-lhes um voto de confiança, mas garantimos que vamos zelar por que esses compromissos sejam cumpridos.

Bart Staes (Verts/ALE), *por escrito*. – (NL) Votei "não" à pergunta se consideramos que Barroso II é indicado enquanto motor, iniciador e fonte de inspiração do projecto europeu. José Manuel Barroso não é o líder poderoso que precisamos. Ele deixou passar cinco anos extremamente cruciais; anos em que a UE poderia ter seguido uma política menos neoliberal e mais social; anos em que a Europa poderia ter promovido as PME; anos em que poderia ter ajudado a apoiar a qualidade de meios de comunicação europeus independentes, e em que poderia ter ajudado a democratizar o processo de tomada de decisão na Europa, no sentido de darmos novamente, a milhões de cidadãos, mais confiança no projecto de cooperação europeu. Nada disto aconteceu.

Ao centrar-se cegamente na liberalização, nos preços elevados nas bolsas de valores e no crescimento macroeconómico, o rosto social e sustentável da UE ficou um tanto obscurecido. O mundo está a ser assolado por três crises: uma crise financeira e económica, uma crise social e uma crise ambiental. A falta de uma resposta colectiva está a alimentar o cinismo público e o niilismo político. O plano político débil e vago de José Manuel Barroso dá-nos pouca esperança em matéria de mudança. Ele aceitou que por vezes os Estados-Membros empurrem para a boca da cena candidatos completamente incapazes e repartiu as pastas de alguns comissários, gerando incerteza sobre quem é o verdadeiro responsável por áreas políticas cruciais. Falta visão e ousadia política a José Manuel Barroso e isto não favorece a Europa. Daí o meu voto contra.

Nuno Teixeira (PPE), *por escrito*. – O Parlamento e a Comissão enfrentarão questões-chave para a União Europeia, nomeadamente a inversão da crise através do relançamento da economia e do emprego, o equilíbrio nas finanças públicas dos Estados-Membros e a negociação das perspectivas financeiras pós 2013, das quais destaco a Política de Coesão. Tive oportunidade de questionar o Comissário indigitado para a Política Regional, Johannes Hahn, quanto à sua disponibilidade para a criação de um programa específico de apoio financeiro permanente para as regiões ultraperiféricas. Apresentei-lhe ainda uma proposta para um sistema de elegibilidade para a recepção de fundos estruturais mais flexível para as regiões em "transição", i.e. que se encontram entre os objectivos da "convergência" e da "competitividade e emprego". Para além de competência e rigor, o Comissário indigitado demonstrou abertura para estudar estas possibilidades, o que me dá confiança relativamente à sua futura prestação e sensibilidade no que respeita às regiões ultraperiféricas como a Madeira. Dei o meu voto de confiança a esta equipa de comissários, que será liderada por José Manuel Barroso, por demonstrarem na generalidade boa preparação técnica, seriedade e ambição para responder aos desafios da UE sem descuidar os valores que estão na sua génese, nomeadamente a solidariedade e coesão territorial.

Róza Gräfin Von Thun Und Hohenstein (PPE), *por escrito*. – (PL) Votei a favor da nomeação da Comissão, embora pudesse ter expressado de bom grado opinião diversa em relação a vários comissários. Como todos sabemos, o Parlamento Europeu vota apenas a composição da totalidade da Comissão. Apesar de não me ser possível dizer que estou encantada com a escolha da Baronesa Ashton, o Colégio dos Comissários está dominado por pessoas extremamente competentes e experientes. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), ao qual pertença, decidiu aprovar a Comissão, para permitir um funcionamento eficaz da União Europeia. Se eu tivesse votado contra a nomeação da Comissão, isso teria sido uma

demonstração que poderia ser vista como uma falta de lealdade para com o meu grupo, mas não teria qualquer efeito na decisão do Parlamento. A nova Comissão do Presidente Barroso inclui políticos experientes e avisados como Michel Barnier e Viviane Reding, com quem vou trabalhar estreitamente. Janusz Lewandowski, que é responsável pelo orçamento, também vai ser, certamente, um excelente comissário. Temos motivos para nos sentirmos orgulhosos. O Parlamento Europeu também teve a capacidade de influenciar a Bulgária, que substituiu Rumiana Jeleva, que não apresentava as melhores qualificações na área da ajuda humanitária e do desenvolvimento, por Kristalina Georgieva. Considero isto um grande sucesso e uma contribuição construtiva do Parlamento Europeu para a criação da nova Comissão. Penso que fazer sugestões sólidas e ter uma influência indirecta no Presidente Barroso e nos Estados-Membros é, hoje em dia, a forma mais eficaz de trabalharmos. Votar contra a Comissão teria apenas prolongado as negociações que são onerosas, e o efeito final não seria necessariamente melhor do que o alcançado.

Georgios Toussas (GUE/NGL), *por escrito*. – (EL) Os membros da Comissão Europeia têm o voto de confiança dos representantes políticos do capital, mas não dos trabalhadores. Os membros da Comissão Europeia foram nomeados pelos governos neoliberais e sociais-democratas dos Estados-Membros da UE e o voto do Parlamento Europeu, constituindo critério único para a sua eleição a sua capacidade para servir os interesses do capital sem qualquer impedimento. Os membros da Comissão Europeia esforçaram-se por confirmar isto durante as audições nas comissões do Parlamento Europeu ao manifestarem sem hesitações o seu apoio: à natureza imperialista da UE e ao reforço da sua política antipopular e das suas intervenções militares a nível internacional, a fim de promover a rendibilidade do capital; a sua dedicação à concretização do mercado único e das quatro liberdades de Maastricht, à competitividade e às reestruturações capitalistas, tendo em vista a criação de condições favoráveis à concentração do capital; ao agravamento das medidas contra as massas populares, num ataque em larga escala contra os direitos laborais, salariais, sociais e de segurança dos trabalhadores, com o objectivo de aumentar os lucros dos monopólios; ao aumento e reforço dos mecanismos reaccionários de perseguição judicial para reprimir os trabalhadores e as manifestações das massas populares. Os eurodeputados do Partido Comunista da Grécia votaram contra a Comissão Europeia, que vai manter e intensificar a política de exploração dos trabalhadores, dos pobres agricultores e dos trabalhadores independentes.

Geoffrey Van Orden (ECR), *por escrito*. – (EN) Queremos uma Comissão Europeia pragmática que leve a cabo as reformas, incluindo a desregulamentação e as reduções nas despesas da UE, que se centre mais nas questões da gestão do que na integração política. Apesar de alguns dos Comissários nomeados serem competentes, há outros que não o são. O cargo de Alto Representante é um produto do Tratado de Lisboa. Não aprovo esse Tratado, nem as suas criações, pois não tem legitimidade democrática. A Baronesa Ashton foi escolhida através de um negócio de bastidores entre os partidos socialistas europeus, uma reflexão a posteriori do Primeiro-Ministro Britânico. Para além de não ter qualquer experiência para as funções a desempenhar, o seu passado como Tesoureira Nacional do CND é altamente duvidoso. Esta organização subversiva pugnou pelo desarmamento unilateral da Grã-Bretanha no auge da Guerra-Fria, espalhando preocupação e desânimo. Muitos nomeados têm antecedentes comunistas. Alguns nomeados, como László Andor, demonstraram uma fraca compreensão das suas pastas e aparentaram estar mais inclinados para a imposição de mais regulamentação desnecessária. Não é muito correcto o Parlamento não poder votar os Comissários individualmente e ter de votar o Colégio como um todo. Apesar de aprovar algumas das pessoas, outras há que teriam o meu voto contra. No interesse da solidariedade do nosso grupo, optei pela abstenção.

Angelika Werthmann (NI), *por escrito*. – (DE) Presidente Barroso, a razão pragmática para votar a favor da Comissão indigitada é simplesmente o facto de que o trabalho que tem de ser feito já pode finalmente começar a ser feito. Com isto vamos poder poupar dinheiro precioso aos contribuintes. Presidente Barroso, o senhor demonstrou competência na escolha da Comissão. Alguns dos Comissários indigitados são excelentes. Outros têm definitivamente potencial para evoluírem. Devemos dar-lhes a oportunidade, como é seu desejo, de se familiarizarem com os desafios da Europa. Contudo, há alguns Comissários indigitados que deixam muito a desejar. Não nos parece que possuam o conhecimento especializado, nem a ambição necessária para ocuparem as posições cimeiras da Europa.

Foi por estes motivos que rejeitei a proposta relativa à Comissão indigitada constituída desta forma. Gostaria que os comissários fossem nomeados de uma forma muito mais transparente, e gostaria de encontrar comissárias femininas com melhores qualificações.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (FR) Votei a favor da proposta de resolução e, consequentemente, a favor da nova Comissão Europeia. O Parlamento Europeu não está a passar um cheque em branco ao Presidente Barroso e ao Colégio dos Comissários. Contudo, reuni com o Presidente Barroso numa base muito regular no decorrer do seu primeiro mandato, quando supervisionava, no mesmo período, o trabalho da

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do Parlamento. Por isso, tive a oportunidade de observar a sensibilidade que coloca na gestão do trabalho da Comissão Europeia e o respeito que demonstra pelo ser humano e pelo bem comum. Gostaria de expressar o meu agrado pelo candidato eslovaco, que foi alvo de ataques injustos, nascidos da ignorância, que foram levados a cabo meramente por razões políticas mesquinhas. Quando se pretende questionar a integridade de uma figura política com base em razões políticas mesquinhas e se recorre à calúnia e às minorias, numa campanha de difamação, isso marca o princípio do fim da cultura política institucional. Desejo sinceramente o melhor a todos os membros da Comissão Europeia nos seus esforços para desempenharem um trabalho de excelência.

8. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 14H40, é reiniciada às 15H00)

PRESIDÊNCIA: KRATSA-TSAGAROPOULOU

Vice-Presidente

9. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

10. Situação monetária, económica e social difícil em países da zona euro (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a situação monetária, económica e social difícil em países da zona euro.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, encontramos-nos numa situação sem precedentes na zona euro, dado que esta é a primeira crise financeira global desde a criação do euro. Aquilo que está a acontecer na zona euro e em toda a União Europeia é que, apesar de não ter sido esta a causadora da crise e de não ter sido aqui que a crise começou – todos sabemos que ela teve origem nos Estados Unidos – acabámos por sofrer tanto os seus efeitos como o país que lhe deu origem.

Obviamente, a situação dos défices públicos surgiu em resultado da crise e da acção positiva dos governos no sentido de impedir, entre outras coisas, o colapso do sistema financeiro. Estes défices significam inevitavelmente que os governos dispõem de menos margem de manobra nas suas políticas orçamentais.

O debate incide sobre a situação económica, a situação monetária e a situação social. No que se refere à situação económica, cumpre dizer que a zona do euro, no seu todo, saiu agora da recessão e também evitou o risco da deflação, apesar de existirem disparidades óbvias nas taxas de crescimento e de o crescimento ainda não ser inteiramente sustentável. Temos de assegurar a sustentabilidade e a consolidação do crescimento, e este é um objectivo fundamental da política económica em toda a zona euro, mas já não estamos numa recessão. A zona euro, no seu todo, já saiu da recessão.

No entanto, não deixa de ser verdade que a criação de emprego tem estado a ficar para trás. Este ano, toda a zona euro vai continuar a ser severamente afectada pelo desemprego, mas estamos no caminho certo para o crescimento. De facto, esta é uma das matérias que vai ser abordada na reunião informal do Conselho Europeu de quinta-feira: a importância do crescimento para regressarmos ao crescimento sustentado, para mantermos o modelo social europeu e começarmos de novo a criar emprego, emprego de boa qualidade.

Relativamente ao sistema monetário, apesar da tensão existente nos mercados de valores mobiliários, a União Europeia e as suas instituições actuaram correctamente. O Banco Central Europeu desempenhou bem o seu papel e continua a fazê-lo, ao calibrar as estratégias para nos fazer sair da crise. Deste modo, é razoável que não se abandonem os estímulos durante o ano de 2010. Com efeito, o Banco Central Europeu está a eliminar gradualmente esses estímulos e já está a suprimir algumas das medidas que tinha adoptado. Um exemplo disto é a eliminação dos adiantamentos de tesouraria concedidos aos bancos, o que tem sido possível porque os mercados de crédito têm vindo a regressar gradualmente ao normal.

Também devíamos realçar o facto de o Eurogrupo e o Ecofin terem gerido bem a crise e também terem criado uma estrutura de supervisão para o sistema financeiro que vai ser debatida nesta Câmara. Esperamos que este venha a ser um dos elementos centrais do debate político durante o mandato da Presidência espanhola.

No que se refere à situação social, estamos a sofrer obviamente as consequências de um desemprego elevado em toda a zona euro. Apesar de também existirem disparidades nos níveis de desemprego na zona euro, de

momento, para os europeus, esta é sem dúvida a questão principal. Eles querem emprego, querem o regresso ao crescimento que é criador de emprego. Não querem o emprego volátil e precário que pode ter existido em alguns países da zona euro. O que eles querem é emprego de boa qualidade.

Entre outras coisas, há também que realçar que foi obviamente o desemprego elevado que fez disparar os "estabilizadores automáticos", que resultaram em apoio e subsídios para o desemprego. Estes, por seu lado, vieram influenciar os défices dos Estados-Membros resultantes do nosso sistema político e social, que protege as pessoas que se encontram nas situações mais vulneráveis, nomeadamente as que perdem os seus empregos.

No futuro – e este é um outro assunto que será abordado na quinta-feira, na reunião informal do Conselho Europeu – terá de haver uma política de empregabilidade, à qual chamamos "Europa 2020", que será um modelo de crescimento e de criação de empregos de qualidade.

Para concluir, Senhora Presidente, acredito que, neste caso, ficou demonstrado que é absolutamente vital coordenar e fortalecer a zona euro e que esta continue a ser um local onde existe uma protecção monetária e económica significativa. Ficou demonstrado que a zona euro tem de ser fortalecida e que vai ser possível expandi-la, desde que haja países que consigam satisfazer os requisitos, mas essa expansão é também uma coisa positiva.

De igual modo, e para concluir, é essencial que progridamos no sentido da integração e da convergência económica na União Europeia. Ainda existem muitas disparidades entre as posições económicas na União. Temos de progredir de uma união monetária para uma verdadeira união económica, de acordo com o que se encontra expresso nos Tratados. Os Tratados falavam de uma união económica e monetária, e esta foi descrita como tal, mas a união monetária foi implementada antes da união económica.

A coordenação das políticas económica, do emprego e sociais encontra-se enunciada nos Tratados. Trata-se de uma obrigação e constitui um dos princípios, uma das linhas ou ideias suscitadas pela Presidência espanhola. As políticas públicas coordenadas são eficazes quando são verdadeiramente coordenadas. Foi este o caso quando se elaborou o Plano de Recuperação da Economia Europeia, quando se implementaram políticas orçamentais em torno da manutenção da credibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que era vital. Foi também o caso quando foram desenvolvidas políticas financeiras coordenadas, por exemplo, garantias bancárias e o aumento dos fundos de garantia de depósitos. Em resumo, trata-se de fazer aquilo que os economistas designam "economias de escala" também a nível político, porque, a nível político, uma coordenação significativa produz bons resultados.

É esta a visão que o Conselho tem da situação difícil que atravessamos. Estamos a sair dela e temos de emergir dela com muito mais força e solidez. Este vai ser sem dúvida um dos objectivos centrais da reunião informal do Conselho Europeu de quinta-feira.

Joaquín Almunia, Vice-Presidente da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, a Comissão está preocupada com os imensos desafios económicos e fiscais que a Grécia está a enfrentar. A difícil situação em que a Grécia se encontra é motivo de preocupação para toda a zona euro e para o conjunto da UE, na medida em que os seus amplos e persistentes desequilíbrios internos e externos ameaçam a estabilidade macrofinanceira do país, existindo um risco sério de repercussões graves noutras partes da zona euro.

As autoridades gregas e o povo grego estão conscientes dos desafios com que se deparam. No dia 15 de Janeiro, o Governo apresentou um programa de estabilidade ambicioso para resolver estas questões. O programa prevê uma redução do défice estimado em 12,7% em 2009 para um valor inferior a 3% em 2012, começando já este ano com um ajustamento de quatro pontos do PIB. Este programa revela um grau de ambição adequado dada a dimensão da consolidação necessária e trata-se de um programa concentrado. As autoridades gregas anunciaram mais pormenorizadamente um pacote de medidas concretas para 2010. Algumas destas medidas já foram submetidas ao Parlamento grego e deverão ser implementadas em breve. Na fase actual, os planos para os últimos anos do programa são menos pormenorizados.

Na semana passada, a 3 de Fevereiro, a Comissão adoptou uma abordagem integrada e um mecanismo de vigilância que combina a nossa avaliação do programa de estabilidade, uma recomendação sobre o procedimento relativo aos défices excessivos para reduzir o défice orçamental para um valor inferior a 3% em 2012, de acordo com o estabelecido pelo Governo no programa, e uma outra recomendação que recorre pela primeira vez ao n.º 4 do artigo 124.º do Tratado da UE para assegurar a coerência das políticas económicas da Grécia com as nossas orientações gerais de política económica e com o bom funcionamento da nossa União Económica e Monetária. Também desencadeámos um processo de incumprimento para assegurar

que a Grécia resolve os problemas que a impediram até agora de apresentar estatísticas orçamentais fiáveis, e a Comissão anunciou a sua iniciativa imediata sobre a concessão de poderes de auditoria ao Eurostat.

Quanto ao programa de estabilidade, a Comissão apoia inteiramente a Grécia nos seus esforços para corrigir uma difícil situação económica e fiscal. As medidas e as intenções políticas delineadas neste programa constituem um passo importante na direcção certa. O sucesso da grande emissão de obrigações do Estado em 25 de Janeiro parece indicar que os participantes no mercado partilham este ponto de vista, apesar de o agravamento dos juros e os aumentos subsequentes dos spreads também demonstrarem que aqueles se mantêm cautelosos.

Contudo, existem riscos para os objectivos do programa e para o ajustamento orçamental a médio prazo. O cenário macroeconómico delineado no programa é bastante optimista e existe alguma incerteza sobre as projecções de receitas subjacentes, especialmente a estimativa do impacto dos esforços para combater a evasão fiscal durante uma recessão económica. Dados os recentes desenvolvimento do mercado, as projecções em matéria de juros e de despesas também parecem estar em queda. No que diz respeito à recomendação sobre o procedimento de défice excessivo, as nossas recomendações relativamente às medidas que devem ser tomadas este ano baseiam-se inteiramente nas medidas anunciadas pelas autoridades gregas no seu programa de estabilidade, nomeadamente medidas a serem implementadas no primeiro trimestre deste ano, como cortes na massa salarial, redução do emprego na administração pública, progresso nas reformas da saúde pública e do sistema de pensões, aumentos de impostos e de impostos especiais e reforma da administração fiscal. Algumas das medidas de consolidação orçamental já foram submetidas ao Parlamento grego e deverão ser implementadas em breve. Na nossa proposta ao Conselho, a Comissão convida as autoridades gregas a apresentarem até meados de Março um relatório pormenorizado de execução, anunciando as medidas adoptadas e o calendário das medidas anunciadas. Também deverá proceder-se a uma avaliação dos riscos, para que, caso os estes se concretizem, sejam postas em prática as medidas compensatórias necessárias.

Neste contexto, a Comissão saúda o anúncio de 2 de Fevereiro relativo à adopção de medidas adicionais, nomeadamente um congelamento salarial nominal no sector público e um aumento dos impostos especiais sobre os combustíveis, para salvaguardar o objectivo orçamental para este ano, assim como a disponibilidade das autoridades gregas para adoptarem e implementarem rapidamente, caso seja necessário, medidas adicionais.

Em relação aos últimos anos do programa, solicitamos ajustamentos adicionais de carácter permanente, reformas continuadas da administração fiscal e uma melhoria no quadro orçamental. Obviamente, também requeremos à Grécia que prossiga os seus esforços para melhorar a cobrança e o processamento do apoio governamental. Dado que os planos apresentam menos detalhe, propomos o estabelecimento de um sistema de notificação mais apertado em que as autoridades gregas deverão notificar, numa base trimestral, as medidas executadas, os resultados alcançados e as medidas a serem implementadas. Este sistema de notificação mais apertado servirá para assegurar a concretização dos planos de acordo com o planeado. Adoptámos igualmente a recomendação para que se garanta a coerência com as orientações gerais de política económica e para que se ponha termo aos riscos comprometer o bom funcionamento da união económica e económica, dada a perda continuada de competitividade da economia grega e a ampliação dos desequilíbrios externos, assim como o aumento do spread nos mercados financeiros face às obrigações de referência.

Para além disso, os movimentos paralelos nos spreads noutros países constituem também prova de riscos evidentes de repercussão noutros Estados-Membros. Neste contexto, espera-se que a Grécia adopte um programa de reformas estruturais abrangente destinado a aumentar a eficácia da administração pública, intensificar a reforma dos sistemas de pensões e de saúde, melhorar o funcionamento do mercado de trabalho e a eficácia do sistema de negociação salarial, melhorar o funcionamento do mercado de produtos e o ambiente empresarial e manter a estabilidade do sector bancário e financeiro.

Quais são os próximos passos neste processo muito pormenorizado de supervisão? As nossas recomendações vão ser discutidas na próxima semana pelo Eurogrupo e pelo Ecofin, devendo surgir um primeiro relatório em meados de Março, contendo um calendário de aplicação pormenorizado com vista a salvaguardar os objectivos de 2010. Subsequentemente, a partir de Maio, a Grécia deverá apresentar relatórios trimestrais sobre o modo como está a responder à decisão e à recomendação do Conselho. Cada relatório será sujeito a uma avaliação da Comissão. É claro que, caso surjam sinais de que os riscos estão a concretizar-se, será necessário aplicar medidas adicionais. Deste modo, é crucial que o Governo grego, caso seja necessário, esteja preparado para adoptar medidas adicionais, conforme já anunciou.

Em conclusão, estamos a atravessar uma situação sem precedentes, mas estamos a enfrentá-la. A Grécia adoptou um programa ambicioso para corrigir o seu défice e para reformar a sua administração pública e a sua economia. Merece ser apoiada nesta difícil tarefa e a Comissão está a apoiá-la. O mecanismo de supervisão integrado, juntamente com a vontade das autoridades de resolverem os problemas, constitui o guardião de uma aplicação nem sucedida de medidas de consolidação orçamental e de reformas estruturais que reconduzam a Grécia a um caminho sustentável. A aplicação atempada e rigorosa das medidas orçamentais e das reformas estruturais – e tanto as orçamentais como as reformas estruturais estão consignadas no programa adoptado na Grécia pelas autoridades gregas –, juntamente com um acompanhamento rigoroso da situação, é a chave para se encontrar uma solução adequada para as tensões que actualmente se fazem sentir nos nossos mercados.

Corien Wortmann-Kool, em nome do Grupo PPE. – (NL) O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) tomou a iniciativa de promover este debate, porque os problemas nos países da zona euro exigem que se adopte muito urgentemente uma abordagem europeia vigorosa. É isto que nos preocupa.

Nos últimos anos, os Estados-Membros distanciaram-se com demasiada frequência do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É por este motivo que convido hoje o Conselho, e não só no que diz respeito à Grécia, a comprometer-se mais empenhadamente numa coordenação muito mais forte da política monetária na reunião da cimeira informal da próxima quinta-feira e na reunião do Ecofin da próxima semana.

A Presidência espanhola também pode estabelecer um bom exemplo no seu próprio país, pois a situação ali também é urgente.

Senhor Presidente, em nome do meu grupo, gostaria de oferecer o meu apoio sincero ao modo como a Comissão Europeia está a lidar com a Grécia. É verdade que vem com meses de atraso, mas é absolutamente necessário. O mesmo deverá aplicar-se a outros países na zona de perigo. A solução não está em arranjar mais dinheiro do orçamento europeu, mas sim em implementar efectivamente os planos de reforma.

Espero que também estejam a trabalhar num cenário de emergência, caso seja necessário, e que, por isso, estejam a estudar todas as opções, incluindo a cooperação com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao mesmo tempo, é preciso mantermos a cabeça fria, dado que, considerada a extensão do problema orçamental, as reacções nos mercados financeiros são imensamente exageradas. Isto sublinha a necessidade urgente de fortalecermos rapidamente a regulação europeia dos mercados financeiros.

Udo Bullmann, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário Almunia, durante este período de transição em particular, agradeço o empenho com que cumpriu o seu mandato anterior e desejo-lhe sorte nas suas novas funções. Também gostaria de estender este desejo ao seu sucessor, Olli Rehn. Desejo-lhe coragem e sorte nas importantes funções que agora assume.

Há três coisas que podemos aprender com a situação actual. A primeira é que a estratégia que o Presidente Barroso nos apresentou como "Europa 2020" carece de substância. Está muito longe de ser suficiente para criar na União Europeia a coerência de que urgentemente necessitamos a fim de evitar que a situação que estamos actualmente a enfrentar se repita no futuro. Esta estratégia carece de substância, e espero que as metas programadas para as próximas semanas ofereçam oportunidade para a melhorar. Precisamos urgentemente de melhor coordenação da política económica. A Presidência espanhola faz bem em salientar isso. A Presidência não se deve deixar intimidar a este respeito.

A segunda lição que podemos tirar da situação actual é que alguns Estados-Membros estão obviamente a necessitar de modernização e os números a este respeito estão certamente correctos. No entanto, há mais do que um país que precisa de se modernizar. Além disso, há países que têm de se esforçar mais, porque são capazes de o fazer. Não tenho dúvidas de que o novo Ministro das Finanças grego, Giorgos Papakonstantinou, irá fazer um excelente trabalho e não conheço nenhum político honesto que conteste isso. Ele merece a nossa confiança e nós devemos dar-lhe o nosso apoio.

A terceira coisa que podemos aprender é que a União Europeia deve estar preparada. Se os mercados colocarem a área do euro à prova, então a Europa deve estar em posição de responder e deverá ser possível dar uma resposta não convencional. Se continuar a haver especulação contra países individuais, devemos estar em condições de disponibilizar crédito em termos médios europeus de notação. É necessário tratar disso. Podemos encontrar suporte para este tipo de medidas no Tratado de Lisboa. Gostaria de dizer ao Conselho e à Comissão: estejam preparados para a necessidade de negociar.

Guy Verhofstadt, *em nome do Grupo ALDE*. – (NL) Penso que, ao contrário dos representantes do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), não sou realmente um defensor da intervenção da Comissão.

Acima de tudo, penso que temos de reconhecer que o que estamos a presenciar com a Grécia é também consequência do fracasso da Estratégia de Lisboa. A verdade é que os países se afastaram progressivamente uns dos outros nos últimos anos. A diferença entre a Alemanha e a Grécia não diminuiu nos últimos dez anos, pelo contrário, aumentou, e isso é uma consequência do facto de termos prosseguido uma Estratégia de Lisboa que era demasiado fraca.

Em segundo lugar, também penso que as instituições europeias - a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu - cometeram um erro tático, estratégico, ao não tomarem medidas imediatas. As medidas tomadas foram demasiado tardias. Durante seis semanas, os líderes europeus fizeram todos os tipos de declarações, afirmando que os líderes gregos tinham de tomar medidas, que as medidas não eram suficientemente fortes, ou até mesmo que não tinham confiança na capacidade dos líderes gregos, e assim por diante. Ouvimos de tudo. Digo-vos que nós próprios somos em parte responsáveis pela reacção dos mercados financeiros em relação à Grécia. Como podemos agora esperar que os mercados financeiros tenham confiança num clube, se os próprios membros desse clube já não têm confiança na Grécia nem nas medidas que esta propõe? Por isso, penso que a abordagem tem sido errada. Se o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia tivessem criado um pacote para a Grécia mais rapidamente, logo desde o início, não teríamos tido a infecção da zona euro a que agora estamos a assistir.

Também não se deve dizer que ninguém tinha conhecimento dos problemas da Grécia. Há três ou quatro meses que as pessoas andavam a falar da questão grega nos lóbis da Comissão Europeia, dizendo que mais tarde ou mais cedo haveria um problema com a Grécia. Na verdade, Senhoras e Senhores Deputados, essa é a única razão pela qual há um corte da notação da Grécia, com o seu défice de 12,7%, mas não há nenhum corte da notação do Reino Unido, que tem um défice de 12,9%. Portanto, isto deixou de dizer respeito realmente aos números em si; isto diz respeito aos mercados financeiros, que estão a atacar a Grécia, devido à nossa incapacidade de demonstrar suficiente coesão, confiança e solidariedade. Esta situação poderia ter sido evitada por uma intervenção muito firme por parte da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu.

Uma estratégia ou uma recomendação, Senhor Comissário: vamos resolver isto sozinhos! Sou absolutamente contra o recurso ao FMI, ao Fundo Monetário Internacional, para resolvermos problemas na zona euro. Nós próprios iremos resolver os problemas na zona euro, não precisamos do FMI.

Finalmente, o meu último ponto, que vai para além da Grécia. A situação actual é um teste à coesão e unidade interna do euro.

Pascal Canfin, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhora Presidente, em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, gostaria de dizer à Presidência espanhola que apoiamos plenamente a sua análise sobre a vontade política de avançar com novos instrumentos de governação, rumo a uma união económica e não apenas a uma união monetária, como o senhor deputado Bullmann também salientou. Terão o total apoio do nosso grupo político nesta iniciativa.

Com efeito, para além do caso grego, penso que o que está em jogo são todos os instrumentos de governação económica da zona euro e, em particular, o Pacto de Estabilidade e Crescimento. Mais de metade dos Estados-Membros da zona euro já não cumpre o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Além disso, não esqueçamos que, até há muito pouco tempo - até à crise -, a Espanha cumpria todos os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento, mas isso não a impediu, dois anos mais tarde, de se encontrar numa situação radicalmente diferente, com uma taxa de desemprego de 20%, ou de ignorar completamente esses critérios.

O que significa isso? Significa que, com um Pacto de Estabilidade e Crescimento que se concentra estritamente em critérios de finanças públicas, que são absolutamente necessários mas insuficientes, até recentemente a Espanha controlava a sua dívida pública e o seu défice público, mas, ao mesmo tempo, permitiu que a dívida privada disparasse. Houve uma explosão na dívida privada, uma bolha especulativa no mercado imobiliário, e uma recessão numa escala muito maior do que em qualquer outro sítio, obrigando a uma injeção massiva de dinheiro público. Isto vem comprovar de facto que uma visão míope do Pacto de Estabilidade e Crescimento e uma visão da governação da zona euro focada apenas na dívida pública impedem uma perspectiva geral da situação que permitiria antecipar e prevenir a próxima crise.

Por isso, gostaria de saber quais são as propostas que tanto a Presidência espanhola como a Comissão colocaram sobre a mesa a fim de reafirmar, obviamente, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, e, acima de tudo, para o integrar num sistema mais abrangente.

Em segundo lugar, V. Exa. disse – e muito bem – que as finanças públicas têm de ser melhor controladas, que é necessário voltar a níveis de endividamento mais estáveis. Na sua opinião, isso depende apenas da diminuição da despesa pública, ou dependerá também da capacidade para aumentar certos impostos? Em caso afirmativo, quais? Além disso, que papel pode desempenhar a cooperação fiscal entre nós para permitir que os Estados-Membros recuperem alguma margem de manobra que lhes permita compensar os seus défices, não só diminuindo as despesas, mas também recuperando alguma margem de manobra para aumentar as suas receitas?

Kay Swinburne, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhora Presidente, os spreads da dívida pública aumentaram significativamente nos últimos meses para certos Estados-Membros da zona euro, originando muita especulação nos mercados acerca de moratórias, de salvamentos e até mesmo da viabilidade de alguns Estados-Membros da zona euro.

A UE, através do BCE, não pode impor critérios fiscais a estes Estados-Membros. No entanto, os efeitos desta crise têm repercussões para a União Europeia e para o BCE, ps quais têm assim de orquestrar uma solução, a confiança internacional no modelo do euro e a futura operação harmoniosa dos mercados de dívida soberana da área do euro.

Nós gastámos muito tempo e energia no ano passado a investigar procedimentos, supervisão, transparência e gestão eficaz dos riscos dos participantes no mercado internacional de capitais. Estas medidas afectam o mercado secundário de títulos, mas acredito que há um forte argumento a favor da aplicação dos mesmos princípios ao mercado primário, particularmente na situação singular dos membros da zona do euro emissores de dívida.

Especificamente no Reino Unido, o Northern Rock tornou-se insolvente porque mobilizava fundos nos mercados de curto prazo para financiar dívidas a longo prazo. Quando o mercado questionou o modelo de negócio e se recusou a emprestar, o modelo de negócio, de facto, entrou em colapso. Alguns Estados-Membros da zona euro enfrentam agora os mesmos problemas. Proponho que o BCE, apesar de não ter qualquer poder sobre os orçamentos ou a angariação de capital, possa intervir em relação ao perfil de maturidade da dívida se considerar que um Estado-Membro está demasiado exposto através de movimentos de curto prazo do mercado.

A Grécia tem de angariar 31 mil milhões de euros nas próximas semanas. Portugal tem de refinanciar a dívida existente equivalente a 17% do seu PIB numa altura em que a França também tem de refinanciar a dívida existente equivalente a 20% do seu PIB. O perfil de maturidade da dívida é da competência dos Estados-Membros, mas o efeito cumulativo de sondar o mercado simultaneamente deixa a UE exposta em tempos de crise, criando dificuldades na mobilização de capital nos mercados.

Na zona euro, o BCE deveria, talvez, ter uma fiscalização de emissão de dívida acumulada e aconselhar os Estados-Membros sobre uma gestão responsável.

Em conclusão, um simples primeiro passo consistiria em a UE e, especificamente, os Estados-Membros da zona adoptarem uma estratégia sustentável em termos de maturidade da dívida, já que o nível absoluto de dívida neste momento é menos importante do que o montante da dívida para renovação.

Nikolaos Chountis, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (EL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a nova Comissão está a iniciar o seu trabalho com uma grande mentira: o Tratado de Lisboa e a Estratégia de Lisboa não só não estão a ajudar-nos a proteger-nos da crise, como são ainda uma das causas que nos conduziram a ela. Eles falharam estrondosamente.

A crise mundial veio pôr em evidência os limites, os pontos fortes e os problemas estruturais do modelo europeu de desenvolvimento global. O Pacto de Estabilidade deixou de existir; a crise acabou com ele, como o comprovam os défices e o ritmo de crescimento da dívida pública na Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Grã-Bretanha e Grécia.

A crise não é apenas um problema da Grécia. É um problema da União Europeia e, por causa das decisões tomadas, é um problema da zona euro. A Esquerda advertiu e manifestou-se contra estas políticas. Infelizmente, a Direita e os sociais-democratas insistem em utilizar os mesmos instrumentos para combater a crise.

Com a Estratégia de Lisboa, desmantelámos o Estado social. Falamos de uma Europa de cooperação ao mesmo tempo que o Banco Central Europeu empresta dinheiro aos bancos comerciais a uma taxa de juro de 1%, mas deixa que os Estados-Membros peçam emprestado aos mercados monetários a uma taxa de 6%. A União Europeia está a seguir os Estados Unidos em termos de modelo e dos seus serviços militares. Como podemos aceitar que as agências de notação de crédito dos EUA, como a Moody e outras, sejam os juizes oficiais da política económica dos Estados-Membros e ditem a política económica que estes devem seguir?

Daí a necessidade de alterar o Pacto de Estabilidade e de o substituir por um Pacto de Desenvolvimento e Emprego. A União Europeia não pode e nem deve competir a nível global em função dos custos salariais. Por último, devemos desincentivar a promoção da competitividade baseada na deterioração das relações e dos direitos laborais.

Nikolaos Salavrakos, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhora Presidente, ouvimos há pouco a declaração programática do Presidente Barroso e da sua nova equipa de comissários.

Pessoalmente, fiquei com a impressão de que todos nós, que somos membros, estamos no mesmo barco, mas não na mesma armada. Esta é uma grande diferença.

Com base, portanto, na declaração programática de José Manuel Barroso, eu aguardo com expectativa que o futuro da União Europeia seja concebido com base em laços mais fortes entre os Estados-Membros, especialmente a nível económico, social e de desenvolvimento. Temo, porém, que haja um grande aumento do capital "vadio", do capital "nómada", que move e é movido nos mercados. Ao promover e, em seguida, abandonar os mercados locais, como um tornado passageiro, está a destruir as economias reais e a colher lucros sem investimento real. O euro, claro, limitou o potencial do capital "vadio" para especular com as taxas de câmbio.

Por conseguinte, essa é a razão para o ataque sofrido actualmente pela Grécia, que necessita de apoio especial. Assim, tendo em mente que a União Europeia, de acordo com as estatísticas de 2008, gera cerca de 38% da riqueza global, penso que na actual crise monetária, a União Europeia não conseguiu ou não quis exercer o seu poder de intervenção económica nos mercados financeiros globais.

Gostaria de enviar uma mensagem a este Parlamento e a todos os meus colegas; uma mensagem de Schumpeter. Há uma destruição criativa, que irá deixar a Europa, a moeda europeia e a Grécia ilesas, mas que é absolutamente necessária para demonstrar a solidariedade dos Estados-Membros tanto em relação à Grécia como a outros Estados-Membros.

Jean-Marie Le Pen (NI). – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o que está a acontecer hoje na Grécia e em Portugal, e amanhã em Espanha e Irlanda, é escandaloso. Aquelas agências anglo-saxónicas que complacentemente não fizeram nada enquanto os escroques emitiam e negociavam activos tóxicos, e que não previram que isto viesse a acontecer, são precisamente as mesmas que agora tratam da forma mais rigorosa os Estados-Membros que correram em auxílio de um sector financeiro que não o merecia.

A crise causada pela irresponsabilidade dos mercados e dos bancos, e esta ajuda massiva são directamente responsáveis pelo aumento do défice público que estes mesmos mercados estão hoje a tentar penalizar.

Eis aqui o capitalismo ético anunciado por Nicolas Sarkozy, pela União Europeia e pelo G20. A única lição que os *banksters* aprenderam com a crise é que o contribuinte é uma fonte inesgotável de recursos, lucros e garantias, pois há o rumor de que esta escalada de pânico se deve a um banco dos EUA, que recebeu ajuda do Governo americano, e a dois fundos de cobertura, também dos Estados Unidos, que querem lucrar tanto com as taxas de juro exorbitantes impostas à Grécia como com o mercado de swaps de risco de incumprimento (credit default swaps), aquelas apólices de seguro sobre o endividamento público, as quais, elas próprias, são objecto de especulação independente.

Não será suficiente regular os fundos de cobertura – o que os senhores receiam fazer – ou os mercados de derivados, como propõe Michel Barnier. Não faz sentido criar um governo económico europeu. Seja como for, os Vinte Sete estão todos no mesmo imbróglio e a solidariedade não é uma opção. É a livre circulação internacional de capital que deve ser posta em causa, caso contrário não haverá recuperação, mas sim uma repetição da crise.

Jean-Paul Gauzès (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente, Senhor Comissário, tal como a senhora deputada Wortmann-Kool que falou antes de mim, eu irei, claro, dizer-vos que aprovamos as posições adoptadas pela Comissão para lidar com a situação actual na Grécia.

No que diz respeito à Presidência espanhola, é com agrado que a vemos a estabelecer o objectivo de melhorar a coordenação das políticas económicas. Esta forte vontade política deve ser igualmente aplicada para levar avante dois projectos actuais e importantes: a estruturação de um verdadeiro modelo de supervisão financeira e a regulamentação dos fundos de cobertura.

É verdade que a Europa não deve ser uma fortaleza, mas também não deve ser uma peneira. Em ambas as áreas, a Presidência precisa ter realmente margem de manobra para poder negociar produtivamente com o Parlamento. Esperamos que o Conselho, na sua próxima reunião, envie um forte sinal ao público e ao mercado: ao público para restaurar a confiança no euro, e ao mercado para demonstrar a sua solidariedade para com a Grécia. O Conselho deve dar uma indicação forte de que não se deixará intimidar pelas tentativas de desestabilização do euro feitas por alguns especuladores, os quais não hesitam em especular contra os Estados-Membros que actualmente se defrontam com dificuldades económicas e sociais.

Pervenche Berès (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Ministro Lopez Garrido, Senhores Comissários, este debate é importante não só porque o euro está sob ataque, mas também porque na quinta-feira teremos a primeira cimeira sob a liderança do Presidente Van Rompuy.

Faço notar que hoje os europeus estão firmes na sua posição e convicção de que não podemos permitir que o FMI intervenha na Grécia. Congratulo-me com isto, porque, de outro modo, estaríamos a fechar a porta a tudo o que temos vindo a defender há tantos anos, nomeadamente a governação económica da zona euro.

Quando apelamos à governação económica da zona euro, isso significa que, face à volatilidade dos mercados, precisamos de nos dotar de meios para reagir e manter a estabilidade dos mercados. É por demais evidente que hoje estamos a falhar nessa área.

O que eu também constato é que hoje a situação dos mecanismos europeus é tal que se alguém estiver fora da zona euro pode ser "ajudado", mas se fizer parte dela, as coisas são muito mais complicadas. Eu nunca imaginei a zona euro tornar-se uma zona em que não há solidariedade, quando o seu próprio funcionamento se baseia no conceito de solidariedade.

Nenhum dos países membros da zona euro, independentemente da sua estratégia de exportação, independentemente do nível do seu défice, independentemente do nível da sua dívida pública, tem a possibilidade de sair da crise se um dos elos da cadeia for atacado.

No entanto, o que vemos hoje? Um mecanismo que funciona de tal maneira que os mercados financeiros lançam os diferentes intervenientes uns contra os outros, desafiam a nossa solidariedade e testam a nossa capacidade para manter vivo o próprio conceito de zona euro. Pois que o conceito de zona euro significa que se nós quisermos dar a nós próprios margem de manobra e olhar para além da especulação como o único mecanismo possível, então temos de desenvolver a nossa própria estratégia.

No entanto, esta capacidade para, basicamente, garantir uma certa imunidade à maneira como os mercados cambiais operavam antes da adopção do euro, foi reintroduzida na própria zona do euro com os mecanismos de notação da dívida pública.

É nisto que devemos centrar a nossa atenção. Isto vai muito para além das propostas que estão hoje sobre a mesa e cabe ao Senhor Presidente Van Rompuy embarcar, na próxima quinta-feira, nesses projectos tão importantes.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) A Grécia só recentemente revelou a verdadeira extensão das suas dívidas. São muito maiores do que se pensava. O défice orçamental está próximo de 13%. Infelizmente, Portugal, Espanha e Itália também têm défices orçamentais elevados.

A Europa não deve trazer para dentro um cavalo de Tróia. É isso que aconteceria se, de facto, fosse concedido apoio a estes países, como algumas pessoas desejam. Isto não deve acontecer, porque seria premiar más políticas com um bónus. O Pacto de Estabilidade e Crescimento indica claramente como os países devem agir em caso de crise e indica essencialmente o que deve ser feito antes que uma crise ocorra, ou seja, implementar em tempo útil um orçamento e uma política de despesas rigorosos. A Holanda teve essa iniciativa já há um ano. Os Estados-Membros do Sul da Europa deixaram para muito tarde. Felizmente, começaram agora - mais vale tarde do que nunca - a pôr os seus assuntos em ordem.

Estou a seguir com grande interesse os efeitos das medidas que estão a tomar. Se, entretanto, os mercados de acções e o euro caírem um pouco, isso não será um desastre nem para os investidores nem para as empresas de exportação, com efeito, longe disso.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, a conversa acerca das pressões especulativas sobre a zona euro e sobre o euro, assim como a conversa sobre o risco de as economias da Grécia e de outros países do Sul da Europa entrarem em colapso devido a problemas nas finanças públicas e ao endividamento e défice excessivos, estão a ser aproveitadas pelos governos burgueses e associações imperialistas da União Europeia como uma desculpa para acelerar e intensificar as reestruturações capitalistas, e para aumentar o grau de exploração das classes trabalhadoras e populares.

A União Europeia e os governos estão a chantagear e a aterrorizar os trabalhadores a fim de obter o seu consentimento para as regras da economia de mercado e para o constructo europeu do grande capital, com o intuito de impor cortes nos salários e nas pensões, formas flexíveis de emprego, reduções drásticas nos benefícios sociais e uma torrente de medidas fiscais duras, assim como arrancar os agricultores pobres e médios das suas terras.

É uma mentira dizer que a crise capitalista se deve unicamente à má administração e corrupção. A dívida e o défice são criações do sistema capitalista, do Tratado de Maastricht e, claro, da Estratégia de Lisboa. É por isso que os governos burgueses e a União Europeia, que são totalmente responsáveis pela situação criada, estão a convidar as classes trabalhadoras, as classes populares, a submeterem-se e a participarem em campanhas nacionais. No entanto, os trabalhadores deveriam virar-lhes as costas, porque os interesses da plutocracia não são os mesmos que os dos trabalhadores, dado que vivemos numa sociedade capitalista.

Os trabalhadores estão a manifestar-se em massa como resposta à guerra que foi declarada e nós congratulamo-nos com isso e apoiamo-los.

Barry Madlener (NI). – (NL) A Grécia poderá até ameaçar declarar-se falida, juntamente com outros países, graças a anos de políticas de esquerda fracas conduzidas por políticos de esquerda que têm exercido funções na Europa: Gordon Brown, Durão Barroso, Schulz, Cohn-Bendit, Guy Verhofstadt. Senhor Deputado Verhofstadt, será que também me podia ouvir? Milhares de milhões foram para os Estados-Membros pobres e, até mesmo no momento da sua adesão, a Grécia parece ter manipulado os números, mas não, os senhores preferiram não ver isso. A Europa tinha de se expandir. Graças a políticos inábeis como os senhores, essas economias têm sido artificialmente inflacionadas e agora estão a deflacionar.

O que está a acontecer agora? Estão a continuar normalmente com a vossa política desastrosa. Quem está a bater à porta da União Europeia? Países ainda mais pobres: a Albânia, a Islândia, a Macedónia, a Croácia, a Sérvia, o Kosovo e até mesmo a Turquia. Países pobres que padecem também de uma corrupção enorme. Depois, temos a Espanha que, apesar da elevada taxa de desemprego, legalizou cerca de 700 000 imigrantes ilegais, que também trouxeram as suas famílias para aqui - e há actualmente 20% de desemprego na Espanha!

Senhor Presidente, esta política de imigração tem de acabar.

Anni Podimata (S&D). – (EL) Senhora Presidente, não pode haver dúvidas de que a Grécia, tal como outros países da zona euro, enfrenta um défice público e uma dívida pública enormes e, como sabem, e o Senhor Comissário também o referiu, o Governo grego já apresentou um programa totalmente fundamentado e ambicioso, mas realista, para os enfrentar.

Também não podem restar dúvidas de que a Grécia, como outros países da zona euro, tem estado, e está, no epicentro de uma acção coordenada de pressão especulativa, cujo objectivo básico é minar o euro e a coesão económica da zona euro. Este não é um problema grego, português ou espanhol; é um problema europeu e temos obrigação de demonstrar as verdadeiras causas desta situação.

Como fizemos há um ano, estamos a insistir que a crise global de crédito está ligada ao funcionamento descontrolado dos mercados financeiros, e temos de ser igualmente directos ao afirmar hoje que a operação descontrolada de capital especulativo é um parâmetro fundamental da situação actual na zona euro e isso acontece em detrimento do dinheiro dos contribuintes europeus.

Assim, presentemente, a nossa obrigação principal deve ser defender o euro e zona euro contra pressões especulativas e, por outro lado, temos de perceber que não podemos continuar presos a uma unificação monetária estreita e que, até se alcançar uma convergência económica real entre os Estados da zona euro, tanto as chamadas economias da *slow lane* (que crescem a um ritmo mais lento) como a credibilidade global da zona euro e a estabilidade do euro serão afectadas.

Burkhard Balz (PPE). – (DE) Senhora Presidente, também não me tem acontecido muito ser esquecido. No entanto, terei prazer em começar agora a minha intervenção.

Todos sabemos que os Estados-Membros da zona euro não foram todos atingidos de igual modo pela crise financeira e económica. Na minha opinião, no entanto, os países que foram particularmente atingidos precisam de tomar medidas mais extensivas do que aqueles que não foram tão afectados.

A estabilidade do euro deve, naturalmente, continuar a ser o objectivo crucial e dominante. Isso também se aplica às medidas de consolidação orçamental dos Estados-Membros individuais da zona euro. Estas medidas são do interesse não só desses próprios países, mas também dos países menos afectados.

No entanto, devemos também considerar cuidadosamente que medidas são necessárias e que medidas podem, eventualmente, ser menos eficazes para ajudar os países a sair desta crise. Embora pudéssemos ajudar os países com os maiores problemas económicos na união monetária a obter dinheiro em condições favoráveis, por exemplo, por meio de um empréstimo da União a vários Estados da zona euro, este crédito externo favorável dificilmente conseguiria mitigar os graves problemas que eles estão a enfrentar e também não eliminaria as causas dos problemas.

Na minha opinião, estes países não conseguiram fazer reformas importantes no passado, e estão a pagar por isso. Os problemas são, portanto, em grande parte de sua própria autoria e, por isso, têm de ser resolvidos futuramente pelos próprios países em questão. Por essa razão, precisamos de implementar programas de austeridade e reforma rigorosos, tal como anunciado pela Comissão. Na minha opinião, seria desastroso se no fim tivesse de ser sempre o contribuinte a arcar com os custos.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, estão aqui a ser referidos aspectos muito interessantes, mas creio que temos de ter a coragem de questionar os próprios critérios em que assenta actualmente a União Europeia. Existe até um artigo no Tratado de Lisboa e no Tratado de Maastricht que proíbe a União Europeia de prestar auxílio à Grécia.

O facto de se ter dado rédea solta aos especuladores, ao permitir-se a circulação completamente livre de capitais, e o facto de se defender a concorrência fiscal, cujo resultado é a tributação nula sobre os capitais e as empresas, significam que os orçamentos nacionais se estão a esgotar pouco a pouco, pedindo-se agora aos cidadãos, em propostas como a que foi apresentada pelo Comissário Almunia, que paguem os estragos através da redução dos seus salários, do adiamento da idade da reforma e da destruição dos seus sistemas de segurança social.

Por conseguinte, é necessário alterar todos estes critérios, substituir o Pacto de Estabilidade e Crescimento por um pacto de desenvolvimento humano para o trabalho, o emprego e a formação e tomar a decisão de modificar o papel e as funções do Banco Central Europeu para que o euro se torne uma moeda comum unificadora e deixe de ser uma moeda de especulação, como acontece actualmente. É necessário assegurar a introdução de novas iniciativas contra a evasão fiscal e a fuga de capitais e acabar com os paraísos fiscais, como foi prometido. Por último, é necessário mostrar coragem no que se refere a tributar os movimentos especulativos de capitais.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhora Presidente, existe uma relação natural entre a saúde da economia de um Estado e o valor da sua moeda. À medida que a economia cresce, o mesmo deverá acontecer ao valor da sua moeda, para que possa tirar vantagens dos preços mais baixos dos bens e serviços que escolhe importar. De igual modo, se uma economia estagna ou entra em declínio, o mesmo sucede com o valor da sua moeda, conduzindo a um acréscimo maciço das exportações e à recuperação da economia, partindo, obviamente, do princípio de que os sectores da produção e dos serviços não foram destruídos pela globalização.

Contudo, a moeda de uma nação presa no colete-de-forças do euro não se consegue adaptar às necessidades da sua economia e do seu povo. Isto mutilou a Grã-Bretanha entre 1990 e 1992, altura em que o país participou no Mecanismo de Taxas de Câmbio, e está agora a estrangular a Grécia e outros Estados clientes do euro.

Esta situação deveria servir de aviso a qualquer país que esteja fora da zona euro. Junte-se a nós por sua própria conta e risco. Em pouco tempo verá que as necessidades da sua economia não serão atendidas. Quando decidir retirar-se, será confrontado com uma dívida à zona euro que terá sido inflacionada pela sua própria moeda desvalorizada.

José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE). – (ES) Senhora Presidente, estamos aqui reunidos, pela primeira vez na história do euro, para discutirmos a situação financeira de um pequeno grupo de países. Friso a palavra "países", porque a Presidência espanhola parecia estar a falar do espaço exterior e o Senhor

Comissário Almunia apenas mencionou a Grécia. Gostaria de saber se o Senhor Comissário continua a defender, no seu discurso de encerramento, que os problemas de Espanha e de Portugal são idênticos aos da Grécia e, em caso afirmativo, que medidas pretende tomar a esse respeito.

No entanto, a razão de estarmos aqui a debater estas situações financeiras é que as finanças de alguns podem arruinar a credibilidade da moeda de todos e abrir as portas para uma Europa a duas velocidades. O fosso pode aumentar quando for implementada a estratégia de saída da crise referida pela Presidência espanhola, pois poderemos constatar que os países menos desenvolvidos terão de lidar com dificuldades monetárias e com políticas monetárias mais severas e, o que é mais importante, terão de canalizar montantes muito mais elevados para a liquidação de dívidas e muito mais baixos para a criação de empregos. Acreditem, Senhoras e Senhores Deputados, que sem uma economia sustentável será impossível equilibrar as finanças. Sem emprego, as receitas fiscais continuarão a baixar e os pagamentos dos subsídios de desemprego continuarão a subir.

Estamos a atravessar uma crise de confiança e, quando existe uma crise de confiança, a primeira coisa que temos de fazer é dizer a verdade. Temos de dizer de que forma chegámos a este ponto. Que medidas estão os países afectados a implementar para saírem da situação de endividamento? Serão os pactos de estabilidade credíveis ou não? Temos de saber, acima de tudo, que medidas estão a ser adoptadas por estes países para recuperarem as suas economias, uma vez que, como referi anteriormente, sem um crescimento sustentável não há economias nem finanças sustentáveis.

Elisa Ferreira (S&D). - Senhora Presidente, Senhor Comissário, numa união monetária não há ataques à Grécia, à Espanha, à Irlanda ou a Portugal, há ataques à União e há ataques ao euro, aproveitando os sinais de fragilidade ou as brechas que se vão abrindo na solidez do bloco. E, neste contexto, tenho de dizer-lhe, Senhor Comissário, que as suas declarações foram inoportunas e perigosas mas, vindas de alguém com a sua experiência e curriculum, só podem reflectir um desabafo perante a persistência e inacção por parte da Comissão que integrou, porque uma União Monetária é bastante mais, como sabem, do que uma moeda única, um Pacto de Estabilidade ou um Banco Central único.

A União Monetária, para ser sustentável a prazo, não pode limitar-se a indicadores nominais de curto prazo, não pode deixar para trás a economia real, o crescimento económico, o emprego, e não pode ignorar as brutais divergências internas de carácter regional e social que a acompanham e que a Comissão, muito bem, detectou no trabalho que fez da EMU@10.

Por isso, cada país membro tem as suas obrigações. Mas quem considerar que a União Monetária é um projecto acabado, comete um erro sem perdão. Temos de deixar de usar palavras e passar à acção. A Estratégia de Lisboa não funcionou porque não tinha meios nem instrumentos. Hoje, se queremos que a União Monetária persista e seja sólida, é preciso substituir termos como "solidariedade" e "coordenação de políticas económicas" por meios concretos e instrumentos que até agora não estiveram lá.

A Comissão acaba de ser empossada, não para manter aquilo que fez até agora, mas para aprender as lições e iniciar uma nova fase. É isso que eu espero e têm a minha confiança.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). - Senhora Presidente, neste debate era fundamental assegurar que a União Europeia ia fazer uma ruptura com as suas políticas monetaristas e com os critérios cegos do Pacto de Estabilidade. Era fundamental apostar no progresso social para dar prioridade à resolução do problema do desemprego e da pobreza, para apoiar a produção e a criação de emprego com direitos, para garantir a coesão económica e social, para medidas de apoio orçamental aos países com situação mais grave, designadamente antecipando fundos sem necessidade de contrapartidas nacionais. Mas, infelizmente, não foi nada disso que aqui se ouviu.

O Senhor Comissário Almunia insistiu nas mesmas políticas, insistiu nas mesmas receitas do neoliberalismo, tentando fazer recair sobre os mesmos de sempre as consequências das más políticas também da União Europeia, incluindo as suas próprias responsabilidades, Senhor Comissário, designadamente com as tristes e lamentáveis afirmações que fez sobre a Grécia, Espanha e Portugal, o que fez, no meu país, por exemplo, Portugal, desencadear uma corrida dos capitais especulativos. Eles, sim, ganharam com as suas declarações. Mas o meu país e os outros perderam com elas e com as políticas que aqui estão. Por isso, lhes dizemos, é tempo de mudar de políticas.

Othmar Karas (PPE). - (DE) Senhora Presidente, Senhores Comissários, o euro é o nosso escudo de protecção e tem vindo a revelar-se uma força estabilizadora. Isto demonstra igualmente que os critérios do Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento têm de constituir a base essencial para a estratégia de

resolução do défice e a estratégia de saída da crise. No entanto, esta base não deve assentar unicamente neles. Ambas as estratégias precisam de ser apoiadas por políticas sustentáveis de crescimento e de emprego. Temos de articular a estratégia UE 2020 com outras estratégias. Precisamos de um acordo de inovação, de um acordo de investimento e de um acordo de coordenação na União Europeia, que englobe todos os Estados-Membros.

Como tal, defendo que os Ministros das Finanças devem implementar, o mais rapidamente possível, o programa constituído por três pontos, proposto pelo Comissário Almunia em 22 de Dezembro de 2004, para o reforço dos poderes do Eurostat. A aplicação destas medidas sensatas e necessárias foi impedida ao longo de cinco anos. Temos de elevar o estatuto do Eurostat, de rever as estatísticas dos Estados-Membros e de coordenar as estatísticas do BCE e da União Europeia. Precisamos de um balanço de abertura de exercício para a Comissão Europeia, precisamos de rever as finanças dos Estados-Membros com base em critérios comuns estabelecidos pela Comissão e precisamos de uma comissão de acompanhamento entre a Comissão, o Eurostat, o BCE, o BEI e os Estados-Membros no que se refere aos planos de acção nacionais.

Precisamos, por parte dos Estados-Membros e dos Ministros das Finanças, de responsabilidade, honestidade e transparência – e não que andem a brincar às escondidas ou a jogar “ao gato e ao rato”.

Antolín Sánchez Presedo (S&D). – (ES) Senhor Presidente, a crise económica permitiu-nos apreciar o valor do euro e da coordenação económica.

Hoje em dia, é incontestável que o papel desempenhado pela zona euro e pelo Banco Central Europeu, como elementos de estabilidade e de resposta à contracção do crédito, e a acção concertada a nível europeu e internacional, na qual o Comissário Almunia teve um papel preponderante, contribuíram decisivamente para evitar que os efeitos da crise fossem mais graves e até catastróficos.

A crise provocou um acentuado declínio da actividade económica, uma enorme perda de postos de trabalho e uma deterioração considerável das finanças públicas. Embora pareça existir indícios de uma retoma crescente, as previsões para este ano apontam para uma quebra do emprego e uma subida da dívida pública na União Europeia.

A crise também trouxe à luz a diversidade de situações e as divergências existentes entre os diversos Estados-Membros. Afloraram tensões, tensões essas que – não sejamos ingénuos – nem sempre estão associadas a princípios ou potenciais económicos. Temos de assegurar que elas não nos fazem esquecer a nossa forte interdependência económica e os nossos principais compromissos.

A União Europeia está a enfrentar os maiores desafios de sempre desde a sua formação. Houve alguém que descreveu a recuperação internacional utilizando as letras LUV: L para a Europa, U para os Estados Unidos e V para os países emergentes.

A Europa não pode ficar para trás. Está na altura de fazer reformas, de imaginação e de integração. A principal prioridade deve ser o aumento do potencial de crescimento da nossa economia.

Alfredo Pallone (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a situação de fragilidade e a recente crise em alguns países da zona euro não resultam somente das dificuldades da Grécia, de Portugal e de Espanha, mas também das da própria União.

Não se trata unicamente de uma questão de recursos económicos, mas também de um problema político. Antes de tratar dos países enfermos, a Europa tem de tratar de si, pois o problema real subjacente a esta crise é também a fragilidade da União. São necessárias regras e instrumentos comuns e eficazes.

Em primeiro lugar, temos de acelerar a reforma da supervisão e criar um sistema que funcione efectivamente e que não se limite a ser uma réplica das autoridades existentes, que provaram ser ineficazes na previsão e na gestão das crises recentes, e ultrapassar a lógica burocrática que tem sido adoptada, até à data, para resolver as crises sistémicas.

Em segundo lugar, torna-se, por conseguinte, necessário coordenar e harmonizar as políticas orçamentais, mesmo que, para isso, os países mais relutantes tenham de ficar para trás. Há quem defenda a necessidade de uma intervenção por parte do Fundo Monetário Internacional, ignorando o sinal catastrófico que a mesma enviaria aos mercados financeiros em termos do rumo tomado pela zona euro. No caso da actual situação de crise em vários países da zona euro, a União Europeia tem o dever político, social e moral de intervir.

George Sabin Cutaş (S&D). – (RO) Alguns países da zona euro estão actualmente a atravessar graves problemas financeiros, ilustrados pela dimensão da dívida pública e dos défices orçamentais, que estão muito

acima do limiar permitido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. A lógica principal subjacente ao Pacto de Estabilidade e Crescimento era evitar a ocorrência de acções "clandestinas" através da imposição de limites à dívida pública. Porém, este princípio não considerou a necessidade de se aumentar a dívida pública numa altura em que a situação financeira se está a agravar a nível macroeconómico e a ser ainda mais afectada pela subida exponencial da dívida privada.

O rápido declínio do estado das finanças de alguns Estados-Membros constitui uma ameaça quer para a estabilidade do euro, quer para a coesão da União Europeia. De modo a evitar estas consequências, é imperativo que os Estados-Membros dêem provas de solidariedade, adoptando medidas conjuntas de apoio mútuo aos países que estão a passar por dificuldades. É necessário também flexibilizar os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento, que é uma possibilidade prevista numa declaração anexada à Acta Final do Tratado de Lisboa.

Por conseguinte, cabe-nos a nós manifestar uma vontade política unificada e implementar a reforma do Pacto, que agora passou a ser uma necessidade.

Theodoros Skylakakis (PPE). – (EL) Senhora Presidente, muitos colegas falaram sobre a ajuda de que a Grécia precisa. Mas esta é a mensagem errada. Os debates infrutíferos sobre a prestação de assistência não têm qualquer utilidade. A Grécia tem obviamente graves problemas financeiros, mas sabe resolvê-los. Já há um consenso generalizado acerca desta matéria, tanto entre as forças políticas como, sobretudo, entre o povo grego.

Houve também quem dissesse que os especuladores são o principal problema para o euro. Quando o euro foi fortalecido, o que eram então os especuladores? Euro-filantropos? É necessário que olhemos para os erros cometidos.

Também estão a ser discutidas as estatísticas gregas. Mas não nos esqueçamos que as estatísticas também eram europeias. Não tinham o Eurostat, a Comissão Europeia e o Ecofin conhecimento de que a dívida grega não podia subir mais sem um défice correspondente? Terá de facto a dívida, não apenas a grega, descido de forma constante para 60%? Na minha opinião, o problema fundamental da zona euro é que as regras foram aplicadas sobretudo com base em critérios políticos e que os que devem fazer o escrutínio são exactamente os mesmos que são controlados.

Um segundo problema que tem merecido pouca discussão é a perda global de competitividade e a crescente disparidade nesta área entre o Norte e o Sul. Não pode existir uma verdadeira zona euro ou zona monetária quando o fosso de competitividade entre os seus membros é cada vez maior. A longo prazo, este é um risco fatal para a coesão da zona euro e uma questão que deverá, certamente, preocupar-nos.

Robert Goebbels (S&D). – (FR) Senhora Presidente, face a este ataque maciço perpetrado por alguns bancos internacionais contra o euro, o mundo vê-se novamente confrontado com a estupidez e a ganância dos mercados.

É verdade que os países anglo-saxónicos nunca foram a favor do euro. Não obstante, o euro tornou-se a moeda mais estável a nível mundial. De facto, o euro e o dólar formam um duopólio. Mas um duopólio será sempre instável. Haverá sempre oscilações entre as duas moedas. Todavia, se os mercados tiverem o mínimo de bom senso, constatarão que os défices da zona euro são, na sua globalidade, muito inferiores aos dos Estados Unidos ou do Japão.

Embora seja verdade que o actual Governo grego herdou uma situação orçamental pouco invejável, é evidente que, mesmo que a Grécia entrasse em situação de falência, um panorama totalmente impossível, não provocaria a ruptura da zona euro. O Governo dos Estados Unidos acabou de apresentar um orçamento com um défice de 1600 mil milhões de dólares. Para compensar este défice, Washington tem de pedir emprestados mais de 5 mil milhões de dólares todos os dias. A dívida adicional anual da Grécia equivale a menos de uma semana da dívida adicional dos Estados Unidos. Qual dos países está a colocar a estabilidade financeira mundial em risco? A Grécia ou os Estados Unidos da América?

Senhora Presidente, face à estupidez dos especuladores, a Europa tem de impor maior transparência e medidas de regulação mais eficazes sobre os mercados, que são realmente muito gananciosos.

Diogo Feio (PPE). - Senhora Presidente, num debate sobre a situação económica de certos países membros da zona euro, a receita é clara: é necessário mais união económica e monetária, é necessário melhor competitividade, é necessário melhor solidariedade. Fala-lhe, Senhor Comissário, alguém que, sendo português, sabe bem das dificuldades de ver a dívida pública a crescer, o défice a ser dificilmente controlado ou a despesa pública a ser excessivamente alta. O que esses países necessitam é de solidariedade e bons sinais. Infelizmente,

não foram bons sinais as declarações que o Comissário Almunia recentemente fez, comparando a situação portuguesa e espanhola com a grega. Foram afirmações infelizes e pouco prudentes que tiveram efeitos imediatos no mercado. As bolsas de Lisboa e Madrid caíram a pique. Não se pode juntar dificuldades às dificuldades.

A gestão política é extraordinariamente importante. Aquilo que pretendo saber é se retira essa lição para o futuro, porque, assim, poderemos ter uma melhor União Económica, apostar em mais Europa para criar solidariedade e para perceber que as situações dos diferentes Estados são totalmente distintas e não são comparáveis. Se retirarmos essa lição, com certeza que o futuro da zona euro será melhor.

Frank Engel (PPE). – (FR) Senhora Presidente, impõe-se fazer a seguinte observação: a União Económica e Monetária é efectivamente monetária, mas dificilmente será económica. As preocupações monetárias da Europa estão em conflito com a soberania económica e orçamental dos Estados-Membros.

Neste preciso momento, os ataques especulativos sobre o euro podem ter consequências desastrosas. A Grécia, Portugal, a Irlanda e a Espanha são os países mais afectados. Todavia, a seguir a eles, toda a zona euro está em risco.

Para evitar o pior, a Europa tem de introduzir urgentemente uma forma de governação comum das suas políticas económicas e orçamentais. Afinal de contas, a união económica é isso mesmo. Só desta forma teremos, em conjunto, a oportunidade realista de consolidar as finanças públicas na zona euro e fora dela.

Com os instrumentos de que dispomos actualmente e com a insistência na soberania orçamental dos Estados-Membros, receio que esta consolidação seja uma mera ilusão, com todas as consequências que daí advêm.

Edward Scicluna (S&D). – (EN) Senhora Presidente, temos de identificar as debilidades existentes na zona euro e abordá-las de forma vigorosa, pois as alternativas são demasiado desoladoras para poderem ser contempladas. Uma debilidade óbvia é a ausência de um forte mecanismo de supervisão centralizada de toda a economia da zona euro.

Em primeiro lugar, é necessário prestar uma atenção especial à possível descontinuação da contabilidade de caixa por parte de qualquer Estado-Membro e às suas finanças. Em segundo lugar, as finanças públicas e a prestação de contas têm de ser verificadas de acordo com as normas aprovadas pela UE. Em terceiro lugar, deve proceder-se à supervisão das previsões económicas, as quais têm dado azo a projecções desnecessárias e enganadoras relativas às finanças públicas. Em quarto lugar, os resultados das provas de esforço realizadas pela UE têm de ser publicados regularmente. Por fim, penso que devemos desencorajar os membros da zona euro de seguirem o caminho mais fácil da engenharia financeira e das medidas orçamentais extraordinárias, protelando a realização de ajustes reais que, como todos sabemos, devem provir de programas de despesas credíveis e sustentáveis.

Olle Schmidt (ALDE). – (SV) Senhora Presidente, o que se está a passar na Grécia não afecta apenas os países que fazem parte da zona euro, afecta toda a UE. Por conseguinte, é importante que esta situação difícil seja tratada pela UE de uma forma responsável. A Grécia tem de fazer a sua parte, cumprir os seus compromissos e reformar a sua política. Para mim – que desejo ver a Suécia aderir à zona euro o mais rapidamente possível – é fundamental que nós, na UE, resolvamos esta situação difícil. Afinal de contas, não podemos deixar de dizer que o euro tem sido incrivelmente bem sucedido no que se refere a resistir à mais grave crise financeira. Quem pode afirmar que teria sido melhor ter 16 moedas do que uma única moeda forte? Ninguém!

A Grécia entrou furtivamente pela porta das traseiras na zona euro, mostrando-nos agora por que razão é tão importante que as regras de admissão sejam rigorosas, mas justas. Uma economia bem organizada é um pré-requisito para o crescimento e a riqueza, mesmo para os países que não pertencem à zona euro, e que se aplica, naturalmente, também àqueles que fazem parte dela. Aqueles que falam de especulação devem ter em conta que uma economia e umas finanças públicas bem organizadas são fundamentais.

Michail Tremopoulos (Verts/ALE). – (EL) Senhora Presidente, para a Grécia, país do qual muito se tem falado, o problema não se restringe às finanças públicas. Trata-se do colapso total do modelo que tem vindo a ser aplicado ao longo dos últimos quinze anos e que visava que a economia grega se baseasse no aumento e expansão constantes do consumo privado.

Além disso, durante anos, alguns defenderam que as despesas militares significavam despesas de desenvolvimento. Os dados do SIPRI indicam que a Grécia gasta nesta área 3,3% do PIB. A seguir aos Estados

Unidos da América, esta é a segunda maior percentagem entre os países da NATO. A Grécia é o quinto maior importador mundial de armas em termos absolutos, com 4% do comércio mundial. Obviamente que, no orçamento para 2010, foram planeadas reduções nas despesas com a defesa. O Ministério da Defesa Nacional tem um orçamento de 6 mil milhões de euros, o que representa uma redução de 6,63%.

Gostaria que pudéssemos ver uma mudança na diplomacia militar que nos trouxe até este impasse. A Grécia não tem colónias para explorar, mas tem capacidade de perseverança. É igualmente necessário fomentar a solidariedade europeia e promover iniciativas internacionais com base num novo acordo ecológico mundial.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhora Presidente, qual é o futuro do euro à luz dos problemas enfrentados pela Grécia e, também, por Espanha, Itália, Portugal e Irlanda? Para o Reino Unido, o facto de nunca ter aderido ao euro deverá, portanto, dar-lhe alguma tranquilidade. Aparentemente as promessas de fortalecimento através da solidariedade nunca estiveram mais longe da verdade.

O problema para as 16 nações da zona euro é quem exerce o controlo. Com uma reduzida coordenação orçamental e ausência de Tesouro, a adesão ao euro não é, de forma alguma, um elixir para uma boa saúde económica. Ao que parece, quando a situação de um país se complica, ninguém lhe presta auxílio. Pelo contrário, aproveitam a oportunidade para exercerem um controlo ainda maior enquanto o mesmo está a suplicar. Temos de aguardar para ver como a Grécia irá reagir ao facto de se tornar um protectorado económico da União Europeia e se essa condição provocará agitação civil. Será mesmo este o sonho europeu? Qual é o país que se segue? Espanha, Portugal, Itália ou Irlanda? Talvez os Estados-Membros, e especialmente os Estados da zona euro, devessem reflectir criteriosamente sobre o momento actual antes de voltarem as atenções para debates sobre a política económica pós-2020, altura em que poderá já não existir moeda euro para proteger.

Esta manhã o Presidente Barroso falou sobre o sonho europeu que, para o bom povo da Grécia, se tornou o pesadelo europeu.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, como sabemos, a Comissão Europeia colocou a Grécia sob supervisão devido ao seu défice orçamental galopante. Esta intervenção maciça na soberania de um Estado apenas se pode justificar de facto pela necessidade de salvar a moeda única e de evitar o risco de lesar outros países participantes. Contudo, está claro que a pedra basilar que é o pré-requisito fundamental para a introdução do euro, nomeadamente o Pacto de Estabilidade, só existe no papel. Nos últimos anos, muitos dos Estados-Membros e o Conselho despenderam menos energia com a disciplina orçamental do que com a diluição deste importante acordo. A Comissão recostou-se e assistiu ao desenvolvimento destes procedimentos de indiferença para com os infractores do défice.

Temos, por conseguinte, de exigir a drástica redução do endividamento líquido crescente dos Estados-Membros se não quisermos colocar a nossa moeda e o nosso espaço económico numa situação de grave risco. Para isso, é necessário adoptar medidas absolutamente decisivas e eficazes.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Ma minha opinião, todos os Estados-Membros têm de estar preparados para aderir à zona euro, para que sejam evitados potenciais efeitos adversos extremamente graves para as economias nacionais. É necessário controlar a instabilidade económica vivida por alguns países da zona euro para se evitar que as consequências se repercutam em toda a União Europeia. As economias da Grécia, de Espanha e de Portugal registaram elevados défices orçamentais em 2009, devido não só à crise económica mundial, mas também às medidas inadequadas que foram implementadas pelos seus próprios governos nacionais.

No final de Fevereiro, a Roménia irá apresentar o programa de convergência para adesão à zona euro, de acordo com as negociações levadas a cabo com o FMI e a Comissão Europeia. O meu país sugeriu a entrada no mecanismo de taxas de câmbio em 2012, data que corresponde exactamente à fase anterior à adesão à zona euro. Isto significa que o nosso défice orçamental terá de baixar para valores inferiores a 3%.

Stavros Lambrinidis (S&D). – (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, agradeço as palavras amáveis proferidas relativamente às medidas adoptadas pelo Governo grego. O Governo introduziu efectivamente medidas rigorosas e a Comissão Europeia ratificou efectivamente o programa do Governo, um programa muito rigoroso que visa garantir a supervisão da aplicação das medidas, que o Governo instigou e deseja.

No entanto, os *spreads* aumentaram. O problema não foi os mercados terem ficado na expectativa, como disse o Senhor Comissário. O problema é que os mercados especularam e especularam de uma forma libertina. E os próprios responsáveis pela crise estão agora a lucrar com o caos que provocaram. E a Comissão Europeia?

Pergunto o seguinte: em primeiro lugar, vai tomar medidas imediatas que visem a supervisão rigorosa não só dos Estados, mas também dos mercados e, em caso afirmativo, que medidas?

Em segundo lugar, é inaceitável que a discussão sobre o Fundo Monetário Internacional na zona euro se tenha arrastado por tantos meses. Contudo, há uma coisa que o Fundo Monetário Internacional faz: impõe medidas severas e depois empresta ao desbarato, não deixando espaço à acção dos especuladores. Pretende a Comissão adoptar medidas para a concessão de apoio financeiro aos países que aplicam programas de finanças públicas tão rigorosos?

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) A situação que surgiu em alguns países da zona euro requer uma análise séria. A busca das suas causas na crise económica justifica-se apenas parcialmente. Grande parte das causas tem outra origem. Em primeiro lugar, foram ignoradas as enormes diferenças ao nível do desenvolvimento económico nos vários países da zona euro. Em segundo lugar, a disciplina do Pacto de Estabilidade e Crescimento não foi mantida. A disciplina orçamental não foi mantida de forma responsável, tendo conduzido a um acentuado aumento do défice das finanças públicas. Em terceiro lugar, os bancos e outras instituições financeiras não foram adequadamente supervisionados – e isto não se aplica somente a estes países. Como podemos combater isto? De acordo com o princípio da solidariedade, o programa de reforma preparado por cada país tem de receber o apoio da União Europeia, que delega na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu a função de supervisionar a respectiva aplicação. É igualmente inaceitável que os custos da crise tenham de ser suportados principalmente pelos mais pobres, situação que podemos verificar através, por exemplo, dos protestos dos agricultores gregos.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, cerca de dez anos após a criação da zona euro, torna-se claro que a União Europeia existe mas, infelizmente, ainda estamos muito longe da união económica. Verificamos que o ataque ao euro através das economias nacionais mais debilitadas está a assumir proporções epidémicas e a Europa é, afinal, uma espectadora, não tanto por ter sido apanhada de surpresa, mas por não dispor dos instrumentos financeiros necessários para reagir.

Não existe qualquer instituição, à excepção do Comité da Concorrência, que consiga coordenar as intervenções e as medidas das economias nacionais em tempos de recessão. Infelizmente, não existe unanimidade nem determinação comum entre os Estados-Membros, muito embora tenhamos uma moeda comum.

Creio que o teste de hoje não tem inscrito o nome de nenhum país. É um teste ao próprio euro. Gostaria de acreditar que, quando decidimos adoptar uma moeda única, já tínhamos decidido que teríamos uma voz única e uma frente unida.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhora Presidente, agradeço ter permitido tantos discursos de um minuto sobre esta matéria. A nova Comissão, presumo eu, está satisfeita por ter assumido funções, mas terá de agir imediatamente e com total empenho face aos problemas aqui discutidos.

Houve quem tivesse vindo dar a conhecer os problemas da zona euro, mas penso que a maioria de nós quer ver uma resolução. Dez anos decorridos, creio que não devemos deitar tudo a perder. Posto isto, torna-se evidente, ouvindo este debate, que alguns Estados-Membros estão a enfrentar graves problemas e que a gravidade da situação também varia entre esses países – e a Irlanda é um deles. Todavia, no meu entender, as regras não foram eficazes. Temos de agir preventivamente em vez de reagir: quando uma crise se instala já é demasiado tarde. Temos de nos antecipar aos mercados; não podemos opor-nos aos mesmos, como houve quem sugerisse ser possível, por isso temos de exercer uma supervisão e um escrutínio rigorosos e atempados e adoptar medidas imediatas. Desejo-vos as maiores felicidades.

Hans-Peter Martin (NI). – (DE) Senhora Presidente, apesar de todas as críticas que eu e outros tecemos relativamente a situações particulares deploráveis existentes na União Europeia, sempre fomos a favor da introdução do euro. Na altura em que era correspondente da revista *der Spiegel*, pude verificar a especulação contra determinadas moedas e o euro protegeu-nos dela.

Porém, assistimos agora a uma perda maciça da confiança por parte dos aforradores e, em especial, dos cidadãos dos países em que os critérios orçamentais foram, até certo ponto, cumpridos. A questão que tenho para colocar ao Senhor Comissário é a seguinte: nos últimos anos, não ficou bem evidente, para o Senhor Comissário, que a Grécia nos está a enganar? Têm sido muitos os rumores a este respeito. No entanto, sabíamos que a Grécia não cumpria de facto todos os critérios já na altura da adesão. Por que razão não foi esta situação alvo de uma supervisão mais apertada? Como pretende tratar de futuro esta difícil questão? Pergunto isto pensando no meu próprio país, a Áustria, onde circulam actualmente rumores idênticos aos que circularam sobre a Grécia há alguns anos.

Arturs Krišjānis Kariņš (PPE). – (LV) Senhora Presidente, os ataques dos especuladores à Grécia, a Espanha ou a Portugal não são a causa do problema, mas a sua consequência. Sabemos muito bem que nenhuma família pode durante muito tempo gastar mais do que ganha. O resultado é a falência. O mesmo se aplica aos governos. Nenhum governo pode durante muito tempo gastar mais do que consegue arrecadar em impostos. O resultado é a falência do governo ou, como estamos a assistir hoje, os ataques à moeda por parte de especuladores. O que esses países têm de fazer é o que fez a Letónia, que foi afectada pela crise há já um ano, quase um ano e meio, na verdade. Ou seja, reduzir drasticamente a despesa pública através da chamada desvalorização interna. Sugiro que o Governo grego aceite o conselho do Governo letão sobre a forma como estas decisões podem ser tomadas. Elas têm de ser tomadas e já foram tomadas na Europa no passado. Obrigado.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhora Presidente, creio que houve um debate muito amplo, com uma grande consciência da situação económica e uma grande preocupação com ela. Foi também um debate muito construtivo, com uma série de pontos sobre os quais podemos concordar, em termos de avaliação da situação.

Em primeiro lugar, julgo que durante o debate ficou demonstrada uma confiança geral na zona euro. A zona euro sairá, sem dúvida, reforçada destes episódios de movimentos bruscos nos mercados, que não podem ser explicados pela situação da economia real. Como salientaram os senhores deputados Karas, Sánchez Presedo e Goebbels, quando falaram sobre o que se entende por aquilo que alguém descreveu como o escudo de protecção da zona euro, estamos convencidos de que, se a zona euro não existisse, a crise poderia ter tido um impacto muito maior sobre os países europeus.

Além disso, não acreditamos que o Pacto de Estabilidade e Crescimento esteja em crise. A prova disso é o minucioso procedimento referido pelo Senhor Comissário Almunia para supervisionar o programa aplicado pelo Governo grego.

Os problemas na zona euro serão resolvidos no seio da zona euro, cujos mecanismos estão preparados para o fazer, numa situação em que, como eu disse no meu discurso anterior, a Europa está claramente a sair da recessão e está a emergir da mais grave crise a que assistimos há quase um século. E está a fazê-lo num período de tempo relativamente curto, o que demonstra a vitalidade económica da União Europeia e mostra também que os governos reagiram de imediato, quando aconteceu algo que tinha o potencial de provocar o colapso do sistema financeiro internacional. Naturalmente, esta intervenção imediata não podia deixar de resultar em défices. Existem actualmente 21 países da União Europeia que estiveram nessa situação, que é a consequência lógica dessa intervenção essencial, porque, entre outras coisas, como eu disse anteriormente, existem na Europa sistemas de protecção social que implicam que as pessoas mais vulneráveis recebam ajuda dos cofres públicos.

O senhor deputado Canfin perguntou-me quais são as propostas da Presidência espanhola nesta matéria. Houve intervenções de curto prazo por parte dos governos, que eu já mencionei. Está a ser elaborada uma estratégia de saída desta situação, mas, obviamente, para sairmos da crise a médio prazo, a Presidência espanhola do Conselho propõe claramente a união económica. Propõe que não só deve haver uma união monetária, mas também a união económica deve ocupar um lugar importante na União Europeia, como determina, além do mais, o Tratado de Lisboa.

O artigo 5.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia afirma isso muito claramente: "Os Estados-Membros coordenam as suas políticas económicas"; "A União toma medidas para garantir a coordenação das políticas de emprego dos Estados-Membros"; "A União pode tomar iniciativas para garantir a coordenação das políticas sociais dos Estados-Membros."

É isto que diz o Tratado de Lisboa e, por consequência, estou perfeitamente de acordo em avançar no sentido da harmonização. Por exemplo, a senhora deputada Wortmann-Kool e os senhores deputados Feio e Papanikolaou referiram isso nos seus discursos. O senhor deputado Bullmann, assim como a senhora deputada Podimata, mencionou a necessidade de uma coordenação político-social. No mesmo sentido foi a posição tomada pelo senhor deputado Canfin do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia e dos senhores deputados Pallone e Gauzès, que falaram sobre a necessidade de regulação dos mercados financeiros. O senhor deputado Verhofstadt falou sobre a necessidade de coesão interna na União Europeia. Tudo isto se resume afinal ao que poderíamos chamar união económica e coesão económica interna na União Europeia.

Deve ser este o nosso objectivo, com uma liderança política clara da União, que já está a acontecer. Temos de reflectir sobre o facto de que, depois de amanhã - tal como a Presidência espanhola da União começou, aliás -, o Conselho Europeu informal vai reunir-se para tomar as rédeas da situação, politicamente falando.

Estou certo de que o Conselho irá também enviar uma forte mensagem europeia à opinião pública e aos agentes económicos e sociais, uma mensagem europeísta, uma mensagem de unidade europeia, de confiança nos governos europeus, incluindo o Governo grego, e de confiança nas nossas oportunidades.

Trata-se de uma importante reunião do Conselho Europeu, que se vai realizar agora, a fim de concentrar os nossos esforços na estratégia de crescimento e criação de emprego, a que chamámos Europa 2020. Estou convencido de que as bases iniciais para esta estratégia irão ser definidas nesta próxima e muito antecipada reunião do Conselho, o que significa que queremos agir de imediato e com liderança política na União Europeia, neste momento de necessidade.

Joaquín Almunia, *Vice-Presidente da Comissão*. – (ES) Senhora Presidente, muito obrigado a todos os deputados a esta Assembleia que intervieram durante o debate, pelas referências que fizeram às políticas, às atitudes e às propostas da Comissão Europeia, das quais tanto eu como o meu colega, Olli Rehn, tomámos boa nota.

Permitam-me que diga algumas coisas, que apresentarei em quatro pontos. Houve muitas intervenções e eu não conseguiria responder a cada uma individualmente, mas creio que posso responder, no essencial, a todas elas recorrendo a estes quatro pontos.

Em primeiro lugar, como tive ocasião de dizer muitas vezes no Parlamento, durante o período de quase seis anos em que fui Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários, concordo plenamente com a necessidade de aumentar a coordenação no seio da União Económica e Monetária e da União Europeia. Todos os Estados-Membros da União que ainda não são membros da zona euro, por outras palavras, da fase final da União Económica e Monetária, vão sê-lo, excepto dois Estados-Membros que optaram por uma cláusula de auto-exclusão (*opt out*). Julgo, no entanto, que nos próximos anos, vamos vê-los prescindir dessa cláusula e querer também aderir à União Económica e Monetária.

Para se ter coordenação, é preciso aprofundar e ampliar a supervisão e as actividades de análise, debate e recomendação com base nessa análise e nesse debate, no que diz respeito à política fiscal e a outras políticas macroeconómicas e estruturais.

Se bem se lembram, esta foi uma das primeiras conclusões do relatório que aqui apresentei, em nome da Comissão, no primeiro semestre de 2008, antes do problema do Lehman Brothers, sobre os primeiros 10 anos da União Económica e Monetária. Desde então, temos debatido na Comissão, no Eurogrupo e no Conselho, e também aqui no Parlamento, a forma de melhorar a supervisão, de a aprofundar através do instrumento que constitui actualmente o núcleo da supervisão e o quadro da disciplina orçamental, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, ampliando-a em simultâneo.

Concordo com os oradores que disseram que não se trata apenas da aplicação de uma política fiscal e orçamental que esteja em conformidade com as nossas normas; precisamos de ir mais longe, porque existem outros desequilíbrios que colocaram em risco o crescimento, o emprego e a situação das finanças públicas.

Concordo com os oradores que disseram que não precisamos de apelar ao Fundo Monetário Internacional para resolver tudo isto. É verdade que todos os nossos países são membros do Fundo Monetário Internacional, mas nós podemos e devemos fazer isto sozinhos.

Se conseguirmos coordenar-nos o suficiente, se tivermos vontade política, se utilizarmos os instrumentos fornecidos pelo Tratado, se levarmos até às últimas consequências as nossas declarações de intenções e os nossos grandes objectivos, teremos mais do que capacidade e instrumentos suficientes para fazermos o que é preciso fazer para resolver situações difíceis como aquela que estamos a enfrentar actualmente.

No caso da Grécia, mencionarei duas questões que têm sido objecto de debate e que eu já abordei circunstanciadamente. Em primeiro lugar, o senhor deputado Verhofstadt, que infelizmente já não está presente, disse que a Comissão interveio demasiado tarde. Bem, eu não sei com que rapidez o Estado-Membro do senhor deputado Verhofstadt solicitou à Comissão que tomasse medidas em matéria orçamental, mas gostaria de lhe recordar que houve eleições na Grécia no início de Outubro. Quinze dias depois de tomar posse, o novo Governo grego corrigiu a notificação que tínhamos recebido alguns dias antes das eleições, alterando o défice de 6% para 12,7% em três semanas!

Não se tratou de uma mera correcção estatística. Neste enorme agravamento do défice da Grécia houve, em grande medida, uma absoluta falta de controlo da política orçamental. Isto não é uma questão de estatística e os gregos não estão a pedir ao Eurostat que a resolva. Isto é uma questão de gestão, provocada por um governo que permitiu que a receita caísse ou não fez nada enquanto a receita foi caindo e permitiu que a

despesa aumentasse ou provocou um aumento da despesa, porque as eleições se aproximavam. Falando claramente, foi isso que aconteceu.

Além disso, em relação aos problemas estatísticos, e em resposta ao senhor deputado Martin - como eu julgo que recordou o senhor deputado Karas - no final de 2004, propus ao Conselho, em nome da Comissão, o reforço da capacidade do Eurostat para realizar auditorias quando houvesse problemas estatísticos que não pudessem ser resolvidos através de notificações normais. O Eurostat não compila os dados. O Eurostat recebe notificações dos Estados-Membros. Para conseguir ver para além da autoridade que apresenta a notificação, o Eurostat precisa de ter competências que neste momento não tem. A Comissão solicitou essas competências e o Conselho não as concedeu. Eu informei o Conselho de que iremos solicitar novamente essas competências. O meu colega Olli Rehn, que a partir de amanhã será responsável, sem mais transições, pelos assuntos económicos e monetários, tem uma proposta preparada para adopção pela nova Comissão na sua primeira reunião formal, se nos concederem hoje a vossa aprovação.

Na sequência desta notificação, o Governo grego apresentou um orçamento para 2010, que não tinha sido apresentado antes das eleições, e não só a Comissão, mas também o Eurogrupo e o Ecofin aprovaram o défice excessivo à luz da nova situação. Fizemo-lo com recomendações que não poderiam ser preparadas até termos um programa diante de nós, que o Governo grego elaborou e nos enviou em 15 de Janeiro. Com base nesse programa, como eu disse anteriormente, fizemos as recomendações a 3 de Fevereiro.

É verdade que, se tivéssemos uma varinha mágica, poderíamos ter agido na própria noite das eleições. Posso dizer-vos, no entanto, que eu acredito que o Governo grego, a Comissão, o Eurogrupo e o Ecofin agiram rapidamente. Os dois últimos começaram a debater a situação antes mesmo de nós lhes apresentarmos as recomendações. Não poderíamos nunca ter agido mais rapidamente, se o nosso objectivo é realmente resolver os problemas. Se apenas nos queremos limitar a fazer declarações, é claro que poderíamos ter agido.

Em terceiro lugar, concordo inteiramente com a necessidade de aumentar a confiança no euro e na União Económica e Monetária. Trata-se de uma responsabilidade de todos: é responsabilidade dos Estados-Membros, da Comissão, do Conselho e do Parlamento.

Aliás, como parêntesis, já que alguns de vós se referiram a declarações que fiz aquando da apresentação das recomendações para o Programa grego, peço-vos, em benefício da confiança, que se refiram àquilo que eu disse efectivamente, em vez de se referirem ao que outros disseram que eu terei dito. É tudo o que peço.

Finalmente, a reunião do Conselho de 11 de Fevereiro, depois de amanhã, que foi mencionada pelo Senhor Ministro López Garrido, entre outros, é efectivamente uma reunião muito importante. Trata-se de uma reunião extraordinária do Conselho, porque não há muitas questões sobre a mesa. É uma reunião em que haverá duas intervenções, do Presidente da Comissão e do Presidente do Conselho Europeu, com um debate político aberto, mas num momento extremamente importante, com tensões nos mercados financeiros que nunca tínhamos sentido na zona euro desde que a moeda única foi criada e a pior crise de que há memória nos últimos 80 anos. Temos de responder a esta situação, não só com uma estratégia de saída, mas também com uma estratégia de médio prazo para que a década de 2010 seja uma década de crescimento e emprego.

Se me permitem apenas um minuto para dizer as minhas últimas palavras enquanto Comissário dos Assuntos Económicos e Monetários, dizer-vos-ei aquilo que eu gostaria de ouvir no final desta reunião do Conselho Europeu. Gostaria de ouvir um pedido claro a cada um dos Estados-Membros, neste caso, começando pela Grécia, para que cumpram as suas obrigações e apliquem as medidas a que se comprometeram, enquanto membros da União Económica e Monetária, e as recomendações que lhes foram apresentadas pelas autoridades da União Económica e Monetária. Temos de exigir a todos os Estados-Membros que cumpram e apliquem as normas que todos estabelecemos.

Em segundo lugar, gostaria que chegássemos a um compromisso político ao mais alto nível, no sentido de uma coordenação melhor e mais eficaz e do reforço da União Económica e Monetária enquanto zona económica, e não só enquanto banco central para a zona económica e monetária, não só enquanto organismo que emite recomendações.

Tanto dentro como fora das nossas fronteiras, a União Económica e Monetária, a zona euro, tem de falar de forma clara, firme e credível, porque isso aumenta a confiança dos nossos cidadãos e dos outros cidadãos da União Europeia e do mundo na nossa moeda e no nosso projecto, que não é apenas um projecto económico, mas vai muito mais longe.

Finalmente, gostaria que os líderes europeus dissessem às autoridades gregas: "Em troca do vosso esforço, podem contar com o nosso apoio." O apoio não pode ser a título gratuito, porque isso criaria as condições

para futuros desequilíbrios e futuras crises. O apoio tem de ser claro, e nós temos os instrumentos para isso, em troca de um compromisso claro de que todos assumem as suas devidas responsabilidades.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito.* – Espera-se que os Comissários europeus sejam um factor de estabilidade e produzam declarações rigorosas e fundamentadas, ao contrário do que aconteceu com declarações recentes do Comissário Joaquín Almunia, que demonstrou falta de prudência e contribuiu para perdas nas bolsas e desconfiança nos investidores internacionais em relação a Portugal e Espanha.

Os Estados-Membros da UE, para fazer face à crise, lançaram planos de recuperação, estímulos e incentivos à economia, e consequentemente, aumentaram os seus défices. No entanto, também conhecemos Estados-Membros que, por incompetência ou propositadamente, se enganaram nos seus défices. Os últimos acontecimentos obrigam a União Europeia a imprimir uma nova força às propostas de supervisão e a implementar uma estratégia de coordenação económica reforçada.

Propõe-se ainda que se concretize um sistema de monitorização do valor do défice de cada Estado-Membro, de modo a que a se definam rapidamente medidas de correcção, evitando-se eventuais situações irreversíveis. Este sistema deve funcionar praticamente em tempo real. É ainda importante que se clarifique a fórmula de cálculo do défice de modo a que se evitem situações de maquilhagem de contas públicas e se evitem as recorrentes técnicas de desorçamentação com o objectivo de se camuflar o valor do défice.

João Ferreira (GUE/NGL), *por escrito.* – A campanha desencadeada a propósito da situação na Grécia, e que alguns procuram agora alargar a outros países, é inqualificável e reveladora dos reais objectivos dos seus principais protagonistas, onde se incluem a própria Comissão Europeia e algumas das principais potências económicas da UE.

As pressões exercidas sobre países como a Grécia, Portugal e Espanha para que combatam os seus défices não podem ser desligadas dos interesses do capital financeiro especulativo e dos seus objectivos de disputa de terreno para o euro face ao dólar. São estes os interesses que se visam defender, mesmo que à custa dos interesses dos povos destes países.

Impõem-se algumas perguntas:

- Que razões objectivas existem para termos obrigatoriamente de chegar a 2013 com défices inferiores a 3% (independentemente do que venha a ser a evolução do crescimento económico)?
- Para que serve uma União Económica e Monetária que não exerce nenhuma prática de solidariedade e coesão?
- Se o BCE empresta regularmente dinheiro aos bancos nacionais, a taxas mais baixas do que as dos mercados internacionais, por que não o pode fazer aos governos?
- Por que não se criam instrumentos que permitam aos países com mais dificuldades obter financiamentos a taxas mais baixas e mais próximas das obtidas pelos outros?

Ivari Padar (S&D), *por escrito.* – (ET) A situação financeira em alguns países da zona euro, que tem estado a ser analisada hoje, mostra claramente os riscos decorrentes do afastamento em relação aos acordos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Considerando o problema no seu todo, podemos ver como é importante dispor de estatísticas fiáveis. Temos certamente de tirar conclusões sérias de todo este problema. Em cada país, tanto na zona euro como fora dela, a saída implica reconhecermos honestamente os nossos problemas e apresentarmos as nossas próprias medidas para sair das dificuldades, para além de contarmos com a solidariedade da União Europeia. Ao mesmo tempo, os problemas descritos não podem ser resolvidos protelando o alargamento da zona euro. Parece-me claro que, se há países que cumpriram os critérios necessários, esses países têm de ser admitidos na zona euro. O tempo tem mostrado que uma moeda única é uma garantia adicional de segurança nestes tempos complexos.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE), *por escrito.* – (PL) Senhor Comissário Almunia, a Polónia está a preparar a sua entrada na zona euro e, por isso, estamos a analisar cuidadosamente os problemas dos Estados-Membros da zona euro. Infelizmente, outros países estão a deparar-se com problemas, e a moeda europeia enfrenta agora o seu maior desafio desde que foi criada. Senhoras e Senhores, a Grécia não vai conseguir desenvencilhar-se sozinha. Concorde com os oradores que intervieram antes de mim: o que é necessário é

uma maior coordenação das políticas económicas dos Estados-Membros. A crise económica global levou à desestabilização de muitas economias e os mercados mundiais, confrontados com uma recuperação, ainda que frágil, receiam que os governos dos Estados-Membros possam ter uma actuação incompetente para evitar o colapso dos mercados de eurodivisas. Por conseguinte, a única maneira realista de sair desta situação, a única maneira de evitar o colapso do mercado de divisas é uma ajuda de emergência à Grécia, bem como uma acção planeada de longo prazo para estabilizar a posição do euro.

(A sessão é suspensa durante alguns minutos)

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

11. Progressos feitos no repatriamento de detidos de Guantánamo e encerramento de Guantánamo (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre os progressos feitos no repatriamento dos detidos de Guantánamo e no encerramento de Guantánamo.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, como sabe, a União Europeia congratulou-se com a promessa feita pelo Presidente Obama de encerrar o centro de detenção de Guantánamo. Ele fez essa promessa no seu discurso de tomada de posse, a qual foi posteriormente confirmada por uma declaração conjunta da União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e dos Estados Unidos, por outro, de 15 de Junho do ano passado.

Nós somos a favor da aplicação da lei e do respeito pelos direitos humanos em todas as ocasiões, e nessa declaração, os Estados Unidos afirmam o mesmo, o que parecia incompatível com a manutenção do centro de detenção de Guantánamo, que se foi tornando, por outro lado, um dos pretextos propagandísticos mais utilizados pela Al-Qaeda.

É verdade que o calendário previsto para o encerramento de Guantánamo (um ano) já foi ultrapassado. Mas também é verdade que há dificuldades, e nós podemos dar alguns exemplos, como o facto de os ex-detidos do Iémen não conseguirem voltar para o seu país imediatamente. Estamos também a verificar que esta questão é muito controversa nos Estados Unidos, embora saudemos o facto de o Presidente Obama manter a sua intenção de encerrar Guantánamo, apesar da forte oposição que enfrenta no Congresso, não só entre os republicanos, mas também entre os democratas.

No entanto, de qualquer modo, alguns detidos já deixaram Guantánamo e vão ser julgados em tribunais de direito comum dos EUA, como acontece, por exemplo, com Khalid Sheikh Mohammed, o alegado cérebro por trás dos atentados de 11 de Setembro, apesar da preocupação que isso gerou nos Estados Unidos.

Por conseguinte, nós sempre deixámos clara a nossa posição nos nossos contactos com os Estados Unidos e, recentemente, na visita a Bruxelas do enviado especial dos Estados Unidos para esta questão, Daniel Fried, que antes era anterior responsável pelas relações entre os Estados Unidos e a União Europeia e agora é responsável pela gestão do encerramento de Guantánamo. Durante a sua visita a Bruxelas, e no contexto do diálogo sobre direitos humanos que a União Europeia realiza regularmente com os Estados Unidos, a UE manifestou a sua preocupação em relação à utilização das chamadas comissões militares e à detenção prolongada sem julgamento e expressou, naturalmente, a sua oposição à pena de morte. Estas são posições muito claras e firmes que a União Europeia tem mantido, mantém e continuará a manter nas suas relações com os Estados Unidos.

Imagino que nas relações entre os membros dos parlamentos, no diálogo transatlântico entre legisladores, os senhores deputados também tenham oportunidade de defender os mesmos princípios.

Julgo que a União Europeia tem cumprido o seu acordo com os Estados Unidos, um acordo que foi estabelecido na declaração conjunta que mencionei anteriormente. Há Estados-Membros que já concordaram em receber pessoas que estiveram ou estão detidas em Guantánamo, e o número que podemos assegurar neste momento, entre os países europeus que quantificaram o número de detidos, juntamente com a Suíça, que é parceira da União Europeia no espaço Schengen, é de cerca de 16.

Em todo o caso, os senhores deputados sabem também que a decisão de aceitar ou não um prisioneiro de Guantánamo cabe, naturalmente, aos Estados-Membros. O mecanismo acordado pelos ministros dos Assuntos

Internos da União Europeia concretizava este desejo de ajudar os Estados Unidos. Sempre dissemos que queríamos o encerramento da prisão de Guantánamo, pois esta era claramente contrária aos direitos humanos mais fundamentais. A União Europeia deve, pois, ajudar a concretizar esse desejo, na medida das suas possibilidades e em conformidade com a decisão tomada - repito - por cada Estado-Membro individual e soberanamente sobre a sua capacidade de receber esses detidos. Podemos dizer que havia 242 prisioneiros no centro de detenção, quando o presidente Obama chegou ao poder, e que 44 deles já saíram da prisão.

A existência deste centro de detenção constitui, naturalmente, um problema grave para as relações transatlânticas. A declaração conjunta sobre o encerramento do centro foi feita no pressuposto de que algo semelhante não se repita no futuro. Essa é também, evidentemente, a intenção do Governo dos Estados Unidos, e a posição da União Europeia contribuiu indubitavelmente para mudar a posição dos Estados Unidos e a sua política prisional em relação a Guantánamo.

Como dissemos, também queremos - e isso também consta da declaração conjunta da União Europeia e dos Estados Unidos - explorar a possibilidade de criação e aprovação de um conjunto de princípios entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, que possa constituir um ponto comum de referência no contexto do nosso esforço para combater o terrorismo, que também integra a declaração conjunta.

Na União Europeia, temos um forte desejo de que o centro de detenção de Guantánamo seja permanentemente encerrado e saudamos o facto de o Presidente Obama manter o seu compromisso de o fazer.

Paweł Samecki, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, a União Europeia, incluindo a Comissão Europeia, tem apelado de forma consistente ao encerramento do centro de detenção da Baía de Guantánamo. Como já foi referido pelo Senhor Ministro, a União Europeia estabeleceu um quadro a dois níveis para apoiar o encerramento de Guantánamo: primeiro, através das conclusões do Conselho "Justiça e Assuntos Internos", de 4 de Junho de 2009, e do mecanismo de troca de informações em anexo, e, segundo, através da Declaração Conjunta da União Europeia e dos seus Estados-Membros, por um lado, e dos Estados Unidos da América, por outro, sobre o Encerramento do Centro de Detenção de Guantánamo e Cooperação Futura em matéria de Luta contra o Terrorismo, de 15 de Junho de 2009.

As conclusões do Conselho e a declaração conjunta afirmam claramente que as decisões sobre o acolhimento de ex-detidos e a determinação do seu estatuto jurídico são da exclusiva responsabilidade e competência do Estado-Membro da UE ou país Schengen de acolhimento. Os ex-detidos acolhidos ao abrigo desse regime podem ter acesso a medidas de reabilitação nos Estados-Membros da UE em conformidade com a legislação nacional aplicável.

No âmbito da referida declaração sobre o encerramento de Guantánamo, a 16 de Junho de 2009, o Presidente do Conselho escreveu ao co-presidente da *US Detention Policy Task Force* [Unidade de Missão para a Política de Detenção norte-americana]. Nessa carta, a União Europeia apresentava um documento oficioso com os princípios do direito internacional relevantes em matéria de luta contra o terrorismo, incluindo declarações inequívocas sobre as garantias de processo equitativo, como o acesso aos tribunais para contestar a prisão, a detenção e a transferência, bem como sobre a proibição da tortura. Esta matéria tem sido analisada circunstanciadamente no âmbito do diálogo sobre luta contra o terrorismo e direito internacional.

A Comissão considera que estas garantias são importantes neste diálogo, já que contribuem para um melhor entendimento sobre a forma como a luta contra o terrorismo deve respeitar o Estado de direito e o direito internacional, incluindo o direito internacional relativo aos direitos humanos, o direito internacional dos refugiados e o direito internacional humanitário. Como já foi referido, a União Europeia opõe-se à pena de morte e interveio em casos individuais junto de países terceiros, incluindo os Estados Unidos, para evitar que ela fosse executada. A Comissão analisará medidas adequadas no caso de a pena de morte ser imposta a um ex-detido de Guantánamo julgado por um tribunal ou comissão militar dos EUA. A Comissão Europeia saúda as medidas tomadas até agora pelo Presidente Obama para encerrar Guantánamo e espera assistir a mais progressos sobre esta matéria no futuro.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, *em nome do Grupo PPE*. – (ES) Senhora Presidente, Senhor Ministro López Garrido, Senhor Comissário, gostaria, em primeiro lugar, de salientar que o Parlamento Europeu manifestou a sua opinião sobre a situação dos detidos em Guantánamo em diversas ocasiões, por intermédio de várias resoluções.

No seu discurso de tomada de posse, o Presidente Obama afirmou que se comprometia a encerrar o centro de detenção de Guantánamo no prazo de um ano. Este prazo expirou em 22 de Janeiro e o facto de o centro não ter sido encerrado é a prova de que, muitas vezes, em política é mais fácil prometer do que cumprir.

Além disso, como disse o representante da Presidência em exercício do Conselho, o representante pessoal do Presidente Obama visitou a União Europeia, reuniu-se com o nosso Presidente e com vários Estados-Membros e solicitou a nossa cooperação, que tem de ser oferecida com base em diversas premissas mencionadas pelo Senhor Comissário. Uma delas é que este é um problema criado pelo anterior governo dos Estados Unidos e que a União Europeia tem de colaborar, mas com base em determinados requisitos, nomeadamente, a segurança dos nossos Estados-Membros.

A este respeito, gostaria de recordar a decisão tomada por alguns Estados-Membros, incluindo aquele que detém actualmente a Presidência do Conselho, o meu país. Gostaria de perguntar ao representante da Presidência espanhola se está a considerar tomar algumas medidas adicionais para tentar harmonizar a resposta dos Estados-Membros aos problemas que surgiram no Líbano, em particular, ou se pretende deixar essa decisão para o contexto individual e soberano de cada Estado-Membro, tal como foi decidido pelos Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos.

Uma última pergunta, Senhora Presidente: é efectivamente verdade que 100 dos cerca de 190 detidos que restam foram enviados para os seus países de origem ou para países terceiros e que 40 vão ficar sujeitos à jurisdição dos tribunais dos Estados Unidos. Restam, no entanto, ainda 50 detidos que não serão libertados, porque não há provas suficientes para os levar a tribunal, mas o risco que realmente representam forçou o Governo dos Estados Unidos a decidir que não devem ser libertados. Gostaria de perguntar à Comissão e ao Conselho o que pensam da situação destas 50 pessoas que não vão ficar sujeitas à jurisdição dos tribunais dos Estados Unidos.

Ana Gomes, em nome do Grupo S&D. – Guantánamo é uma criação da Administração Bush, mas não teria sido possível sem a ajuda de aliados europeus e sem o silêncio da União Europeia. Assim, cabe à União agir de acordo com os seus valores e interesses, fazendo tudo para fechar este capítulo sórdido da nossa História.

A imagem da UE no mundo, a articulação transatlântica, a luta contra o terrorismo e a livre circulação no Espaço Schengen, tudo concorre para que o pedido de receber prisioneiros de Guantánamo mereça uma resposta europeia colectiva e coerente. Mas essa resposta tem tardado, limitada a entendimentos bilaterais dos Estados Unidos com alguns Estados-Membros.

É chocante que grandes países, cúmplices de Bush nas *Extraordinary renditions*, nas prisões secretas e em Guantánamo, como a Alemanha, o Reino Unido, a Itália, a Polónia e a Roménia, se furtem a assumir as suas responsabilidades, ignorando os apelos da Administração Obama. Esta é uma questão da Política Externa de Segurança Comum, a ter de ser conduzida pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, como resultado do artigo 24.º do Tratado de Lisboa, e deve basear-se na solidariedade política mútua entre os Estados-Membros.

Cabe à Alta Representante, munida agora do poder de iniciativa, nos termos do artigo 30.º do Tratado, propor e liderar uma verdadeira estratégia europeia para ajudar a fechar Guantánamo o mais rapidamente possível e para assegurar o apoio necessário à recuperação individual e à reintegração social das pessoas libertadas, incluindo o seu direito de reunificação familiar.

Devo saudar a contribuição do meu país, Portugal, por ter sido pioneiro a oferecer esta ajuda à Administração Obama, a instar os outros parceiros europeus nesse sentido e por já estar a acolher pessoas que injustamente sofreram anos de cativeiro em Guantánamo.

Sarah Ludford, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhora Presidente, alguns governos europeus participaram activamente em extradições ilegais, tortura e detenções ilegais. Outros deram apoio de retaguarda. Outros ainda fingiram não ver. Não se tratou, por conseguinte, de algo que se limitou a acontecer "lá longe". Essa é uma das razões pelas quais mantivemos persistentemente o nosso interesse.

Os deputados ao PE passaram muitos anos a pedir o encerramento de Guantánamo e, por isso mesmo, recebemos com grande satisfação o anúncio feito pelo Presidente Obama e compreendemos as dificuldades em esclarecer a confusão deixada por George Bush. No entanto, é extremamente frustrante que cerca de 200 homens ainda lá permaneçam. Muito nos congratulamos igualmente com os julgamentos federais de pessoas como Khalid Sheikh Mohammed, mas por que razão não se realizaram há oito anos? A melhor resposta para os terroristas é a obtenção de condenações penais.

Vamos continuar a pressionar os governos da UE para que aceitem mais detidos para reinstalação, não só por solidariedade transatlântica, mas também devido à sua própria cumplicidade, e vamos resistir às ameaças

chinesas relativamente aos uigures. O facto de os Estados Unidos não conseguirem instalar nenhum dos 17 uigures no seu território não contribui para resolver esta questão.

Um constituinte meu, Shaker Aamer, residente legal no Reino Unido, cuja família constituída por uma mulher britânica e quatro filhos britânicos vive em Battersea, Londres, continua, ao fim de oito anos, abandonado num limbo legal em Guantánamo. Parece ser vítima de um passar da batata quente, em que os governos dos EUA e do Reino Unido poderão estar a conluir-se para o despacharem para o seu país natal, a Arábia Saudita. Ele é uma testemunha directa da sua própria tortura e da tortura de outros, não só por agentes secretos dos EUA mas também do Reino Unido. Esta atitude seria muito conveniente para evitar o seu testemunho perante os tribunais britânicos.

Como disse, nós congratulamo-nos com os esforços para encerrar Guantánamo, mas opomo-nos a comissões militares e a outros abusos persistentes. A Europa tem também de fazer mais.

Heidi Hautala, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhora Presidente, Senhor Ministro López Garrido, os Altos Representantes dos EUA que referiu também se encontraram com os deputados ao Parlamento Europeu, quando recentemente visitaram Bruxelas.

O Parlamento poderá estar, naturalmente, numa posição-chave para incentivar os Estados-Membros a tentarem definir uma política comum em relação ao encerramento de Guantánamo. É manifesto que Guantánamo continua a ser um símbolo flagrante de injustiça e que o seu encerramento é do interesse da União Europeia.

Nós transmitimos aos representantes dos EUA a opinião que o Parlamento Europeu também afirmou na sua resolução de Fevereiro do ano passado. Comunicámos-lhes igualmente que não queríamos falar apenas sobre o lugar onde colocar os detidos de Guantánamo, mas que queríamos, ao mesmo tempo, debater também a ideia de que a política norte-americana sobre os cuidados aos presos e o seu código penal precisam de ser totalmente reformulados, de modo a cumprir os princípios do primado do direito.

Senhor Ministro López Garrido, Senhor Comissário, espero que os senhores considerem isto seriamente e analisem estas questões com os representantes dos EUA nos diálogos que mencionaram.

Finalmente, quero dizer quão importante é para a União Europeia prestar contas do seu próprio envolvimento nestas detenções e nestes centros de detenção secretos. Gostaria de referir o importante trabalho efectuado pelo meu colega, o senhor deputado Carlos Coelho, na anterior legislatura. Temos de prosseguir esse trabalho, porque, até hoje, a União Europeia ainda não explicou de forma alguma qual foi o papel dos seus Estados-Membros nessas detenções e nesses centros de detenção secretos no território da UE.

Ryszard Czarnecki, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhora Presidente, no que se refere à declaração da minha ilustre colega que interveio antes de mim, eu gostaria de salientar que, de facto, não há provas sólidas e não existem dados concretos sobre a existência de centros de detenção e prisões da CIA em alguns países europeus; pelo menos, na Polónia não existem. Mais uma vez, no decurso dos últimos anos, estamos a falar de Guantánamo no Parlamento Europeu. Gostaria de salientar que continuamos a falar sobre isto durante a Presidência de Barack Obama e, por conseguinte, não me parece que este problema seja algo que se possa atribuir exclusivamente à terrível e malvada administração de George Bush júnior. Parece-me que se trata de algo um pouco mais complicado. Digo isto, porque o representante do Conselho e da Presidência espanhola, afirmou que, de facto, os americanos ainda não fizeram tudo o que prometeram.

Finalmente, gostaria apenas de acrescentar que é muito bom que a União Europeia fale com clareza sobre assuntos relacionados com as liberdades dos cidadãos. No entanto, não deixemos de recordar também as vítimas - aqueles que são vítimas de terroristas.

Presidente. – Senhor Deputado Czarnecki, aceita uma pergunta da senhora deputada Hautala?

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhora Presidente, eu referia-me à declaração da ilustre colega membro do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, que interveio antes de mim.

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (FI) Senhora Presidente, o senhor deputado Czarnecki talvez não saiba que, em 22 de Dezembro de 2009, um governo europeu admitiu pela primeira vez que tinha havido um destes centros de detenção secretos no seu próprio território. Isto aconteceu quando uma comissão parlamentar lituana declarou que uma prisão da CIA deste tipo tinha operado na Lituânia, na guerra contra o terrorismo.

Apraz-me observar que o Governo lituano agiu vigorosamente em resposta a esta revelação.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (EN) Senhora Presidente, agradeço à senhora deputada esta sua observação, mas gostaria de informá-la que eu sou representante da Polónia, não da Lituânia.

Helmut Scholz, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, saúdo vivamente o facto de o Parlamento Europeu estar mais uma vez a debater o tema do encerramento imediato da prisão de tortura da Baía de Guantánamo e apoio as palavras e as posições de todos os meus colegas deputados que pediram uma actuação determinada por parte da União Europeia e dos Estados-Membros.

Na realidade, este é um problema de cooperação transatlântica. Quase 800 pessoas de mais de quarenta países foram detidas em Guantánamo, em violação da Convenção de Genebra - sem acusação, sem advogado e sem julgamento. Há numerosos relatos de homicídios e dos mais terríveis abusos e humilhações aos detidos. O facto de a maioria dos Estados-Membros da União Europeia se ter, até agora, esquivado a declarar a sua disponibilidade enquanto países terceiros para receber detidos de Guantánamo é, na minha opinião, muito lamentável e até vergonhoso, e eu apelo à Comissão para que coloque imediatamente esta questão perante o Conselho, uma vez mais, incluindo a questão da investigação sobre o papel desempenhado pelos países europeus na detenção ilegal destes prisioneiros.

Terminaria com uma última ideia: a utilização da Baía de Guantánamo como prisão de tortura constitui uma clara violação do contrato de arrendamento original, e a Baronesa Ashton e os demais membros da Comissão responsáveis pela política externa deveriam talvez juntar-se a mim no apelo ao Governo dos EUA para que ponha um fim simbólico a este capítulo vergonhoso e restitua Guantánamo a Cuba.

Mike Nattrass, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhora Presidente, eu venho das West Midlands, a terra dos chamados "Talibãs de Tipton", que estiveram detidos em Guantánamo. Como deputado ao PE do UKIP, tenho de concordar que a captura e deportação de pessoas de um país para serem julgadas noutro, sem controlo judicial, enfrentando a prisão no estrangeiro, é um processo inconsistente. É uma afronta à liberdade, à democracia, à responsabilização e aos direitos humanos naturais.

Eu posso apresentar-vos uma lista de cidadãos britânicos que foram, desta forma, detidos à força em prisões miseráveis e impróprias, não às mãos da CIA e do seu programa de extradições, mas às mãos de Estados-Membros da UE, no âmbito do mandado de detenção europeu que esta Assembleia criou. Isto aconteceu no território da UE. Por consequência, antes de condenarem os EUA, olhem-se ao espelho e vejam a vossa própria hipocrisia.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, o encerramento de Guantánamo é certamente um sinal de que os EUA têm de admitir que violaram os direitos humanos, nomeadamente em matéria de luta contra o terrorismo, e que querem pôr um fim a isso. Saúdo, pois, esta medida. A Eslováquia, a Itália e outros Estados-Membros declararam a sua disponibilidade para aceitar detidos. Na minha opinião, isso deve ser debatido a nível europeu, já que os ex-detidos poderão ir parar a qualquer Estado-Membro, em resultado do Acordo de Schengen. No entanto, primeiro temos de esclarecer essencialmente três pontos.

Em primeiro lugar - e isto não é vergonhoso nem deplorável, Senhor Deputado Scholz - o risco para a segurança do país anfitrião tem de ser clarificado. Qualquer relação específica do detido com o Estado-Membro em questão deve ser também analisada. Por último, e fundamentalmente, deve primeiro ser esclarecido de forma conclusiva por que razão os detidos em questão não podem ser também acolhidos nos Estados Unidos.

Carlos Coelho (PPE). - Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Guantánamo foi um dos maiores erros da Administração Bush. Violou convenções internacionais, como a Convenção contra a Tortura e os Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção contra os Desaparecimentos Forçados, permitiu o arbítrio, o desrespeito dos direitos do Homem, a prisão de inocentes e a prática da tortura.

O Presidente Obama teve toda a razão quando afirmou que era essencial encerrar Guantánamo para devolver aos Estados Unidos da América a autoridade moral que perderam com a utilização de instrumentos extrajudiciais na luta contra o terrorismo. Houve a determinação de Obama, logo no primeiro dia da Casa Branca, para suspender os processos dos tribunais militares e proceder ao anúncio do encerramento da Base de Guantánamo. A sua tarefa não tem sido fácil, especialmente devido à falta de cooperação por parte do Congresso americano.

Neste Parlamento Europeu, sempre estivemos muito divididos sobre a Estratégia Transatlântica, mas obtivemos um consenso alargado contra a prisão da vergonha. No Conselho, profundamente dividido por causa da guerra do Iraque, foi possível, por unanimidade, entre todos os Ministros dos Negócios Estrangeiros, pedir

o encerramento de Guantánamo. Como disse já o senhor deputado Salafranca, vários Estados-Membros aceitaram receber no seu território ex-prisioneiros: França, Portugal, Irlanda, Bélgica, Reino Unido, Itália e Hungria. A decisão de receber ou não prisioneiros de Guantánamo cabe exclusivamente a cada um dos Estados-Membros, mas deve ser tomada com base numa coordenação europeia. Numa Europa sem fronteiras e com liberdade de circulação tem de existir uma informação partilhada entre os Estados-Membros.

Senhor Presidente do Conselho, Senhor Comissário, ao exprimir a minha preocupação pelo arrastar da situação na América, gostaria de perguntar: o que é que na vossa opinião a União Europeia pode ainda fazer para ajudar? O que é que nós podemos fazer ainda e não estamos a fazer? E o que é que na vossa opinião está a impedir ou a dificultar a União Europeia de dar essa ajuda?

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Guantánamo foi uma aberração jurídica e humanitária, talvez o exemplo mais visível da concepção unilateral que a Administração Bush tinha da sociedade internacional e das relações internacionais, com total desprezo pelo direito internacional. Há muito a reparar depois do desastre de Bush, e o Presidente Obama está a fazer isso mesmo.

Ele começou com o pé direito há um ano, quando anunciou o encerramento de Guantánamo como uma das suas primeiras decisões, uma decisão corajosa com a qual se pretendia não só restaurar a legitimidade dos Estados Unidos no mundo mas também fazer um gesto em direcção à comunidade muçulmana. No entanto, o prazo auto-imposto de 22 de Janeiro para esse encerramento já passou e ainda restam 192 detidos.

Se os governos da União Europeia querem realmente estabelecer uma verdadeira relação de cooperação estratégica, têm de apoiar a decisão do Presidente Obama, e a melhor maneira de o fazerem é aceitando presos ou detidos de Guantánamo. Espanha e outros países da União Europeia estão a fazê-lo, com base na referida declaração conjunta de 15 de Junho, que estabeleceu um quadro comum em matéria de acolhimento de detidos.

No entanto, embora tecnicamente se trate de decisões unilaterais e soberanas de cada Estado-Membro, deve ser a acção conjunta da União Europeia a demonstrar o seu apoio a uma decisão comum da União Europeia que o Parlamento exigiu em diversas ocasiões, especialmente o Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu.

Trata-se de 50 prisioneiros, aqueles que foram declarados aptos para serem libertados. É um número que deveria ser exequível para os 27. Para além dos mecanismos existentes para a troca de informações entre os Estados-Membros e os países que são membros do Espaço Schengen que participam no acolhimento de detidos, temos de manter uma troca de informações e experiências sobre práticas idóneas de inserção social dos ex-detidos.

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos representantes tanto do Conselho como da Comissão a sua posição pró-activa em relação à questão de Guantánamo. Esta prisão tem sido uma anomalia e uma vergonha desde o primeiro dia, desde o dia em que abriu. A sua abertura talvez possa ter sido mais facilmente compreendida logo a seguir aos chocantes atentados de 11 de Setembro, mas os anos passaram desde então e a vergonha de Guantánamo persiste. Na verdade, todos nós que acreditamos nos valores da civilização ocidental, como o respeito pelos direitos humanos e o primado do direito, continuamos a envergonhar-nos com isso.

Esta manhã, descobri por acaso um *site* de uma organização governamental chamada *Joint Task Force Guantánamo*. Seria caso para rir, se a sua descrição da situação em Guantánamo não fosse tão triste: o centro é descrito como um hotel de cinco estrelas e um local com todas as comodidades de que se possa necessitar. Já é mais do que tempo de convidarmos o Presidente Obama a encerrar esta vergonha e a poupar-nos ao vexame de uma tal hipocrisia.

Hélène Flautre (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, também eu espero que a nível europeu seja feito todo o possível para incentivar os Estados-Membros a assumirem as suas responsabilidades e a acolherem os detidos de Guantánamo que foram declarados inocentes. Eles são vítimas e devem ser acolhidos em segurança em solo europeu.

Toda a gente sabe, no entanto, que o encerramento de Guantánamo não vai impedir que se continuem a colocar questões sobre direitos humanos e luta contra o terrorismo, quer nos Estados Unidos quer na Europa. Nos Estados Unidos, como disse, a lei antiterrorismo continua a permitir a prisão preventiva por tempo indeterminado e os julgamentos perante tribunais militares. Na Europa... bem, os presos de Guantánamo não caíram do céu! Eu acredito francamente que ainda não se esclareceu devidamente este assunto.

A senhora deputada Hautala falou muito justamente da investigação parlamentar concluída no dia 22 de Dezembro pela Lituânia. Esta investigação deve ser vivamente aplaudida, porque é exemplar e deve servir de exemplo. Não se retiraram conclusões dessas práticas ilegais em solo europeu, e eu julgo que essa é uma tarefa da Comissão Europeia e uma tarefa do Conselho.

Temos de retirar todas as conclusões possíveis das práticas ilegais que ocorreram e que levaram à abertura de Guantánamo, uma decisão na qual os Estados-Membros foram inteiramente cúmplices.

Rachida Dati (PPE). – (FR) Senhora Presidente, em primeiro lugar, soubemos muito recentemente que o centro de detenção de Guantánamo não irá encerrar em 2010, como programado, mas em 2013 - por outras palavras, no final do mandato do Presidente Obama. Apesar de este encerramento estar a demorar mais do que o previsto, não podemos deixar de ficar satisfeitos por estar em curso, pois poderia também ter sido interrompido. Trata-se de uma resposta a um desejo expresso pela Europa. Efectivamente, nós não podemos, por um lado, criticar os Estados Unidos durante anos a propósito do centro de Guantánamo e, por outro lado, sermos incapazes de mostrar uma grande vontade e ambição da nossa parte para ajudar a resolver este problema.

Conheci, recentemente, o Procurador-Geral dos Estados Unidos, Eric Holder, que não só me explicou a dimensão desta tarefa, mas também me fez tomar consciência do desejo e da vontade dos Estados Unidos de contarem com o apoio dos Estados-Membros da UE para os ajudar a encerrar o centro de detenção, através do acolhimento de alguns dos detidos na Europa. Por conseguinte, temos de ajudar os Estados Unidos, num esforço coordenado, a virar uma página sobre uma instituição que nós, europeus, contestámos durante muitos anos.

Katarína Neveďalová (S&D). – (SK) Por que razão há-de a União Europeia ter de arcar com as consequências das políticas norte-americanas? Seria mais simples exortar a América e o seu Presidente, que está a cumprir uma sua promessa pré-eleitoral - no que é, aliás, apoiado publicamente por muitos dirigentes políticos - a resolverem sozinhos este grande e indesejável problema. A verdade, porém, é que a União Europeia partilha grande parte deste problema. A UE também foi ameaçada e atacada por terroristas, e estes continuam a ameaçar o mundo inteiro, de que a UE é parte integrante. Já nos esquecemos do metro de Londres, da Alemanha, da Holanda, de Espanha e de dezenas de atentados terroristas frustrados? Por consequência, estamos nisto com a América e isto afecta-nos a todos.

Nesta fase, a nossa atenção deveria, antes, centrar-se sobretudo na prevenção e na eliminação dos efeitos negativos sobre estas pessoas, fazendo todos os esforços possíveis para as ajudar na sua reinserção social, para que possam voltar à sua vida normal e ter uma vida civil decente com a sua família.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Senhora Presidente, gostaria de sublinhar a questão recentemente levantada pela senhora deputada Flautre. É muito importante que ajudemos o Presidente Obama a encerrar Guantánamo. Há muito que temos vindo a pedir isso mesmo, e é essencial que na União Europeia tenhamos também o apoio necessário para acolhermos todas as pessoas que a Administração Obama nos está a pedir para acolher.

Todavia, isto não nos deve fazer esquecer que esta prisão também existiu, em grande medida, porque foi incentivada pela Europa. Temos, por conseguinte, uma responsabilidade histórica que não podemos, em circunstância alguma, escamotear. Precisamos de ajudar a encerrar Guantánamo, porque é também essencial que assumamos a nossa responsabilidade enquanto europeus, porque esta é uma responsabilidade europeia.

Durante muito tempo, a Europa olhou para o outro lado, por exemplo, no caso dos aviões. Quando era Primeiro-Ministro de Portugal, o actual Presidente da Comissão Europeia autorizou e permitiu que aviões sobrevoassem o território português a caminho de Guantánamo. Senhoras e Senhores Membros do Conselho e da Comissão, esta responsabilidade histórica não pode, em circunstância alguma, ser permitida.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, estamos todos de acordo, e ainda bem que assim é, em dar apoio prático à decisão dos Estados Unidos da América de encerrar o centro de detenção de Guantánamo e, naturalmente, exortamos os Estados-Membros da União a acolher os detidos.

É comumente aceite que Guantánamo foi um erro por parte dos Estados Unidos da América, nos seus esforços para combater o terrorismo. No entanto, temos de zelar por que erros semelhantes não se repitam no futuro, especialmente na Europa. Infelizmente, porém, o relatório que será em breve apresentado perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Março de 2010, levanta graves suspeitas sobre a prática da

detenção secreta de suspeitos em Estados-Membros da União Europeia, como a Grã-Bretanha, a Roménia e a Polónia.

Não podemos, por um lado, condenar este comportamento e dizer que eles têm razão em encerrar Guantánamo e, por outro lado, tolerar um comportamento semelhante, que talvez nós consideremos que não constitui um problema tão grave. Todos temos de assumir as nossas responsabilidades.

Janusz Władysław Zemke (S&D). – (PL) Senhora Presidente, gostaria de começar por aquilo que aqui disse o orador anterior. O senhor deputado Papanikolaou disse muito categoricamente que houve prisões ilegais na Europa, incluindo na Polónia e na Roménia. Enquanto polaco, quero afirmar claramente que não há provas concretas de que tais prisões tenham existido na Polónia. Este é o meu primeiro comentário. Quanto ao meu segundo comentário: não me parece que haja qualquer diferendo entre nós, nesta Assembleia, quanto ao facto de que Guantánamo deve deixar de existir. No entanto, é muito fácil perceber que o encerramento de Guantánamo vai ser um processo muito complicado e que ninguém parece estar disposto a ajudar a concluí-lo. Temos de nos interrogar o que é possível fazer em relação a isto. Bem, eu gostaria de colocar a seguinte questão: houve alteração no que respeita às técnicas utilizadas para alojar e interrogar prisioneiros? Porque a verdade é que foram utilizados em Guantánamo muitos métodos diferentes – desde a submersão da cabeça dos prisioneiros em água até à privação do sono durante várias noites. Como poderemos ter a certeza de que estas técnicas desumanas deixaram de ser utilizadas?

Krisztina Morvai (NI). – (HU) Aprecia-me que os meus colegas estejam tão indignados com as graves violações dos direitos humanos que ocorrem em Guantánamo, em nome da luta contra o terrorismo. No entanto, só posso levar essa indignação a sério, se os senhores finalmente se comprometerem, em resposta às minhas numerosas declarações nesse sentido, a analisar a questão de Guantánamo que existe aqui mesmo na UE, na Hungria. Repito, pela enésima vez, que, na Hungria, há doze indivíduos pertencentes à oposição política que estiveram em prisão preventiva durante quase um ano sob acusação de terrorismo, que são mantidos nas mesmas condições dos prisioneiros de Guantánamo e cujos direitos processuais penais são violados da mesma forma. Peço aos meus colegas o favor de indicarem, levantando o braço, quem de entre vós está disposto a levar este caso a sério e a participar numa investigação exhaustiva. Fico à espera que a Senhora Presidente e os meus colegas levistem o braço.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Presidente, gostaria de analisar duas questões muito específicas que foram mencionadas: uma, pelo senhor deputado Salafranca e outra pelo senhor deputado Scholz.

A primeira questão é o Líbano. No que diz respeito ao Líbano, não tenho qualquer indicação de que tenha sido tomada ou esteja em vias de ser tomada uma decisão específica relacionando o Líbano com os presos que são oriundos de lá e estão em Guantánamo. A situação no Líbano foi objecto de conclusões na primeira reunião do Conselho dos Negócios Estrangeiros da história da União, porque tinha havido apenas uma reunião ordinária do Conselho dos Negócios Estrangeiros, a 25 de Janeiro, e houve uma conclusão convidando o Líbano a realizar um programa de profundas reformas políticas, mas não foi feita referência à questão de Guantánamo. Nós apoiamos, naturalmente, estas conclusões, bem como a conferência que teve lugar em Londres, a 27 de Janeiro.

No que diz respeito a uma alusão feita pelo senhor deputado Scholz à situação da Baía de Guantánamo e à possibilidade de o seu estatuto territorial ser alterado, esta é uma questão que decorre do tratado internacional de 1903 entre os Estados Unidos e Cuba. Trata-se, pois, de uma questão exclusivamente bilateral entre Cuba e os Estados Unidos.

Eu julgo que há um consenso geral de que a prisão de Guantánamo representa uma série de graves violações dos direitos humanos e de aberrações jurídicas que não podem ser toleradas, que não queremos ver repetidas e que a União Europeia tem criticado severamente. É por esta mesma razão que queremos trabalhar com o Presidente dos Estados Unidos, que decidiu pôr fim a Guantánamo e encerrar a prisão. Ele decidiu não só isso, mas também que haveria uma revisão da política prisional dos Estados Unidos.

Há, por conseguinte, fortes motivos para os comentários do senhor deputado Vajgl sobre a necessidade intrínseca de encerrar esta prisão devido a violações em grande escala dos direitos humanos, e para outros comentários que foram feitos. Além disso, julgo que, de qualquer modo, o facto de ocorrerem violações dos direitos humanos noutros países do mundo ou na Europa não significa que esta situação não deva ser criticada ou que não devamos trabalhar para garantir que isso não volte a acontecer. Digo isto em relação à intervenção do senhor deputado Nattrass, porque, naturalmente, estou certo de que ele concorda que não há nada na Europa semelhante à prisão de Guantánamo.

A União Europeia e os Estados Unidos têm trabalhado exaustivamente sobre esta questão. Já mencionei a declaração feita em 15 de Junho do ano passado, na qual os Estados Unidos e a União Europeia se comprometeram a trabalhar para a consolidação dos direitos humanos e a luta contra o terrorismo. Isto diz respeito não só à violação dos direitos humanos na prisão de Guantánamo, mas também à necessidade de conduzir a luta contra o terrorismo no respeito absoluto pelas liberdades, pelos direitos fundamentais e pela legalidade. É importante estarmos em consonância relativamente a este princípio. Por consequência, concordo plenamente com o que disse o senhor deputado Carlos Coelho sobre a importância do contributo da União Europeia nesta matéria.

No entanto, não estamos apenas a falar sobre a decisão dos Estados Unidos de encerrar Guantánamo, com todos os problemas que isso traz, e que abordei na minha primeira intervenção. Temos também de reconhecer que o Presidente Obama está genuinamente a romper com o passado. Isto significa um virar de página, não só em relação a Guantánamo, mas também a todas as práticas que envolveram este centro de detenção. Parece-me que isso se torna muito claro quando analisamos as medidas que o Presidente Obama adoptou.

Obama pôs fim às detenções secretas efectuadas pela CIA e ordenou que, a partir de agora, todos os detidos dos Estados Unidos sejam registados junto do Comité Internacional da Cruz Vermelha; acabou também com as técnicas "avançadas" de interrogatório, igualmente praticadas pela CIA; os investigadores dos EUA já não podem usar como justificação os pareceres jurídicos sobre tortura e técnicas de interrogatório que surgiram após o 11 de Setembro. Tudo isto significa, naturalmente, um virar de página. Houve também uma reavaliação da política de transferências para garantir que a sua conformidade com o direito internacional.

Trata-se de algo com que nos congratulamos e dissemos isso mesmo na declaração conjunta. Congratulamo-nos com o facto de ter havido uma revisão profunda da política americana sobre detenção, transferência, julgamento, interrogatório e luta contra o terrorismo. Por isso, dissemos explicitamente na declaração que registávamos o compromisso assumido pelos Estados Unidos de reconsiderar todas as questões relacionadas com a segurança e de rever exaustivamente as políticas desenvolvidas, através do decreto assinado pelo Presidente Obama no dia 22 de Janeiro de 2009.

Julgo que isto é algo que tem de ser assinalado. Para o conseguirmos, nós temos, naturalmente, de colaborar, e a senhora deputada Muniz de Urquiza referiu-se a isso de forma muito explícita: cooperar com os Estados Unidos. A Europa criticou a prisão em diversas ocasiões e a Europa tem de cooperar, na medida do possível, embora existam dois tipos de limitação. Há uma limitação que afecta os Estados Unidos e que é o facto de que, em última análise, é a legislação e a soberania dos Estados Unidos que estão em jogo. A outra é que os Estados-Membros da União Europeia também têm de decidir soberanamente se aceitam ou não detidos de Guantánamo.

Naturalmente, a Presidência em exercício do Conselho é claramente a favor da cooperação e do incentivo à cooperação, embora respeitando o direito à segurança de cada país e de cada cidadão, que é, pois, um outro princípio que tem de ser tomado em consideração. Por consequência, como disse a senhora deputada Ana Gomes, temos de promover não só a cooperação entre os Estados Unidos e a União Europeia, mas também a cooperação entre os Estados-Membros da União Europeia.

Temos de cooperar entre nós nesta matéria, temos de manter o diálogo entre nós, e parte desse diálogo tem de ir ainda mais longe do que o assunto específico de Guantánamo. Esta questão foi mencionada em algumas das intervenções, por exemplo, da senhora deputada Hautala e do senhor deputado Czarnecki: o problema das vítimas. Julgo que esta é uma das áreas de diálogo que devemos fomentar nas nossas relações com os Estados Unidos. Parece-me que este diálogo sobre as vítimas dos diversos crimes terroristas é uma questão que terá de ser abordada no futuro, mas, de qualquer modo, há um diálogo aprofundado em curso com os Estados Unidos sobre esta questão.

Gostaria de terminar, dizendo que a União Europeia tem uma posição muito clara sobre a questão de Guantánamo; tem uma posição muito clara a favor do encerramento da prisão; tem uma posição muito clara sobre o facto de que os direitos humanos e as liberdades fundamentais não podem ser violados seja por que motivo for, e, naturalmente, tem uma posição a favor da luta contra o terrorismo e da necessidade de trabalharmos em conjunto com os Estados Unidos. Trata-se de uma posição credível, dado que houve indubitavelmente uma mudança radical, uma mudança radical óbvia em relação ao passado, em termos da política antiterrorista dos Estados Unidos e do Presidente Obama e em termos de uma série de políticas relacionadas com a detenção, a transferência e o interrogatório. Esta é a posição que temos de reforçar e de ajudar a consolidar. A posição do Conselho é, pois, uma posição de clara cooperação com os Estados Unidos, a fim de conseguirmos obter o que todos pretendemos: o encerramento definitivo da prisão de Guantánamo.

Paweł Samecki, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero reiterar que entendemos que é do interesse de todos nós, na União Europeia, encerrar o centro de detenção de Guantánamo e, como já afirmei anteriormente, a Comissão espera que novos progressos nesta matéria sejam alcançados pela Administração norte-americana no futuro próximo.

Como comentário à intervenção do senhor deputado Scholz, gostaria de sublinhar mais uma vez que julgamos que a principal responsabilidade em relação a Guantánamo cabe aos Estados Unidos. No entanto, a Comissão é de opinião que a União Europeia deve dar o seu melhor contributo para resolver o problema e algumas medidas importantes foram já tomadas pela Administração Obama. Essas medidas foram referidas pelo Senhor Ministro.

Em resposta à pergunta do senhor deputado Zemke, devemos efectivamente mencionar que o Presidente Obama acabou com a utilização de medidas e técnicas avançadas de interrogatório, e nós congratulamo-nos com essa medida.

Em resposta à pergunta do senhor deputado Salafranca Sánchez-Neyra sobre os 50 detidos cujo destino não está ainda decidido, julgamos que a Administração norte-americana prosseguirá com esses 50 casos e conseguirá alcançar um estatuto ou encontrar uma solução semelhante à alcançada nos casos anteriores.

A Comissão ainda não recebeu o relatório da unidade de missão, por isso, não podemos dar-vos qualquer esclarecimento específico, mas, de um modo geral, o que pretendemos é um processo equitativo para todos.

Finalmente, consideramos que devemos continuar a apoiar uma abordagem coordenada da UE à situação, e agradecemos o contributo e os esforços do Parlamento nesse sentido.

Presidente. – Está encerrado o debate.

12. Objectivos-chave para a Conferência das Partes na CITES (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- da pergunta oral (O-0145/2009 – B7-0003/2010) ao Conselho, do deputado Jo Leinen, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, ao Conselho sobre os objectivos-chave para a Conferência das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que se realizará em Doha, de 13 a 25 de Março de 2010 e

- da pergunta oral (O-0146/2009 – B7-0004/2010) à Comissão, do deputado Jo Leinen, em nome da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, ao Conselho sobre os objectivos-chave para a Conferência das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que se realizará em Doha, de 13 a 25 de Março de 2010.

Jo Leinen, *autor*. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário Samecki, 2010 é o Ano Internacional da Biodiversidade e a UE está prestes a avançar com uma nova estratégia para a biodiversidade, por outras palavras, para a protecção da flora e da fauna no espaço da União Europeia. Constituiria um importante reforço para a credibilidade da União Europeia se pudéssemos igualmente apoiar e trabalhar para a protecção mundial das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção no plano internacional.

Este mês haverá oportunidade para isso, durante a 15.^a reunião da Conferência das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que terá lugar em Doha. A UE deve assumir-se como paladino de todas as espécies que, devido a diversos factores, mas particularmente à sobreexploração ou a práticas destrutivas e ilegais, se encontram em perigo ou mesmo ameaçadas de extinção. A Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar debateu esta questão em detalhe e irá apresentar uma proposta de recomendação ao plenário, amanhã, e congratular-nos-íamos se o Conselho e a Comissão pudessem apoiar as recomendações.

Devido a limitações de tempo, irei apenas referir, a título de exemplo, algumas espécies que, em nosso entender, necessitam de um nível de protecção elevado ou mesmo superior. Em primeiro lugar, o elefante africano. Opomo-nos definitivamente à transferência deste animal do Anexo I para o Anexo II. A proibição do comércio internacional, particularmente do marfim, deve ser mantida. Em segundo lugar, o tigre asiático. Encontra-se actualmente à beira de extinção e estamos a exigir regulamentos de protecção mais rigorosos a muitas das partes aderentes à Convenção, particularmente com vista a evitar o comércio ilegal de peças

anatômicas e derivados do tigre. Sabemos que existe um grande mercado na Ásia para ossos de tigre e peças anatômicas de tigre, facto que está a ameaçar a existência deste animal. Em terceiro lugar, a protecção do urso polar. As alterações climáticas ameaçam destruir o *habitat* destas espécies, registando-se ainda um aumento do comércio de partes anatômicas dos ursos polares. Por esse motivo, somos a favor da transferência do urso polar do Anexo II para o Anexo I. Gostaria ainda de mencionar a protecção de diversas espécies de tubarão. Existem diversas espécies de tubarão que estão a ser objecto de sobrepesca, especialmente o tubarão sardo e o cação galhudo, embora existam outras espécies de tubarão igualmente afectadas.

Até aqui estamos todos de acordo. Vou passar agora à questão mais controversa. A origem da controvérsia é a classificação do atum rabilho que vive no Mediterrâneo e no Atlântico. Senhoras e Senhores Deputados, conhecemos as recomendações do grupo de trabalho ad-hoc da FAO, que pretende deixar o atum rabilho no Anexo II. Contudo, também temos conhecimento da proposta apresentada pelo comité científico da CITES, que pretende a transferência do atum rabilho para o Anexo I. Esta proposta assenta em dados que revelam o que se está a passar relativamente a esta espécie. Entre 1957 e 2007, a população do atum rabilho sofreu uma redução de 75% e, só nos últimos 10 anos, registou-se uma redução adicional de 60,9%. O risco que esta espécie enfrenta é cada vez maior e avança a passos cada vez mais rápidos, pelo que a maioria dos membros da nossa comissão é de opinião que esta espécie deve ser incluída no Anexo I.

Isto significa que as restrições e proibições apenas se aplicarão às frotas de pesca internacionais e não à pesca local. Os pequenos pescadores locais poderão, assim, continuar a pescar este peixe, sendo a preservação da espécie no ecossistema, em qualquer dos casos, mais importante do que a disponibilidade geral de *sushi* e *sashimi*. É esse o conflito que enfrentamos. Precisamos de adoptar uma perspectiva a longo prazo e proporcionar uma protecção adequada ao atum rabilho, incluindo-o no Anexo I.

Silvia Iranzo Gutiérrez, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é uma grande honra para mim poder estar aqui, em nome do Presidente em exercício do Conselho. Agradeço muito o vosso interesse pelas posições que deverão ser adoptadas na próxima Conferência das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), que se realizará em Doha, no Qatar, de 13 a 25 de Março.

O Conselho considera a Convenção de Washington como um instrumento fundamental para a protecção das espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção. Compete-nos, consequentemente, desempenhar um papel activo para assegurar que a CITES seja mantida como uma ferramenta eficaz, no que respeita ao seu duplo objectivo de conservação e de gestão sustentável dos recursos naturais.

Neste sentido devo salientar que a regulamentação aplicada pela União Europeia é muito mais restritiva do que a própria Convenção, na medida em que permite recorrer ao princípio da precaução para manter ou, se for caso disso, reduzir a perda de biodiversidade.

A próxima Conferência das Partes que terá lugar em Doha, em Março, a denominada "COP 15", oferece uma excelente oportunidade para debater um conjunto de propostas de alteração da classificação de diferentes espécies de flora e fauna incluídas nos anexos da Convenção em função do nível de ameaça, assim como outras propostas que visam melhorar a aplicação e observância da Convenção.

A União Europeia irá desempenhar um papel construtivo na Conferência das Partes e estou particularmente interessada em ouvir os pontos de vista deste Parlamento sobre os diferentes assuntos que temos sobre a mesa.

Seguimos com interesse os debates que tiveram lugar na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar deste Parlamento com vista à elaboração da resolução sobre os objectivos estratégicos que a União Europeia deve definir para a Conferência, a qual - segundo entendi - será votada amanhã.

Devo referir que o Conselho continua à espera de uma proposta da Comissão sobre a posição que a União Europeia deverá adoptar relativamente aos documentos e propostas submetidos à Conferência das Partes para debate e eventual aprovação. Consequentemente, torna-se difícil, neste momento, responder em detalhe a estas questões.

Logo que o Conselho receba a citada proposta da Comissão, a Presidência espanhola tomará as medidas necessárias para assegurar que seja examinada e que a decisão correspondente possa ser aprovada antes do início da Conferência das Partes. A Presidência espanhola informará o Parlamento acerca da posição do Conselho, logo que esta tenha sido acordada.

Como nas anteriores reuniões da Conferência das Partes da CITES, os Estados-Membros irão trabalhar em conjunto para defender a posição acordada no seio da União Europeia e assegurar a sua coerência com as políticas da União.

É importante assinalar, a este respeito, que quaisquer alterações aos anexos da CITES devem basear-se nos critérios de inclusão previstos na Convenção, os quais têm em conta o estado de conservação das espécies em causa.

Estas alterações devem igualmente ter em linha de conta a importância dos controlos a realizar no âmbito da CITES e que visam melhorar o estado de conservação, reduzir ao mínimo as cargas administrativas desnecessárias e assegurar que os recursos sejam afectados directamente às áreas que constituam uma verdadeira preocupação em termos de conservação.

A Conferência das Partes da CITES deverá, uma vez mais, aprovar decisões cruciais para a protecção de espécies ameaçadas devido à sobreexploração e para a qual poderá estar a contribuir o comércio internacional.

Compete à União Europeia assegurar que a Convenção continue a ser um instrumento essencial para contribuir para a conservação e gestão sustentável dos valiosos recursos da flora e fauna selvagens.

No âmbito da colaboração com os Estados-Membros e com a Comissão, a Presidência irá assistir neste espírito à Conferência de Doha e irá trabalhar construtivamente para assegurar o êxito da mesma.

Senhoras e Senhores Deputados, fico a aguardar a oportunidade de ouvir os vossos pontos de vista sobre os objectivos que devem ser defendidos nesta próxima 15.^a Conferência das Partes da CITES, os quais serão transmitidos por mim ao Conselho. Sei que o Conselho conta com o apoio deste Parlamento para participar nesta Conferência, com o objectivo comum de que a Convenção CITES continue a dar um contributo significativo para a sustentabilidade do nosso planeta, em nosso benefício e em benefício das gerações vindouras.

Paweł Samecki, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhora Presidente, a próxima 15.^a Conferência das Partes constitui efectivamente uma janela de oportunidade única para melhorar o estado de conservação de um vasto leque de espécies afectadas pelo comércio.

A União Europeia é um dos principais mercados de produtos de vida selvagem. Compete-lhe, consequentemente, a responsabilidade específica de assegurar que o comércio de vida selvagem se desenvolva de forma sustentável e que sejam aprovadas regras internacionais vigorosas nesse sentido no âmbito da Convenção CITES.

Constitui uma prioridade para a Comissão assegurar que o comércio internacional não ponha em causa a sobrevivência de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. A UE tem vindo a desempenhar um papel de destaque no seio da CITES com esse objectivo e continuará a fazê-lo durante a próxima reunião. Nos próximos dias, a Comissão irá adoptar uma proposta de posição da UE para a reunião em causa. A posição comum da UE será em seguida adoptada pelo Conselho.

Nas discussões que terá com os Estados-Membros, a Comissão irá certificar-se de que a posição comum final apoia medidas ambiciosas assentes numa base científica. Gostaria ainda de agradecer ao Parlamento a posição que assumiu em relação às questões mais proeminentes que vão ser debatidas na Conferência das Partes da CITES. Esta resolução envia uma mensagem clara que devemos tomar em consideração.

Embora a posição detalhada da União Europeia não tenha ainda sido finalizada, posso explicar os princípios e as prioridades que irão orientar as nossas decisões, no que diz respeito às questões mais sensíveis que vão ser debatidas em Doha.

Em primeiro lugar, a União Europeia considera que a CITES constitui um instrumento apropriado para a regulamentação do comércio de todas as espécies afectadas por ele. Este aspecto aplica-se tanto às espécies terrestres como às espécies marinhas, assim como às espécies que são ou não alvo de importantes interesses comerciais.

A União Europeia apresentou propostas neste sentido, que visam regular o comércio de duas espécies de tubarão: o tubarão sardo e o cação galhudo. É da maior relevância que os tubarões possam finalmente gozar da protecção que merecem, ao fim de décadas de sobrepesca.

A sua inclusão no Anexo II da CITES poria fim ao comércio internacional desregulado de produtos de tubarão que constitui um dos principais impulsionadores da sua exploração. A partir do momento em que é incluído

na lista, o comércio desses produtos de tubarão apenas poderá ser efectuado se for proveniente de unidades populacionais geridas de forma sustentável.

A União Europeia também irá propor a adopção de medidas para que a protecção conferida pela CITES seja alargada aos tigres, uma das espécies mais ameaçadas em todo o mundo. 2010 é o ano internacional dos tigres e constitui uma excelente oportunidade para o reforço dos actuais mecanismos no âmbito da CITES, permitindo uma luta implacável contra o comércio ilegal desta espécie e uma melhor transparência a nível dos Estados abrangidos em relação à forma como está a ser preservada a população de tigres.

Gostaria ainda de abordar algumas das outras propostas importantes que o Parlamento também identificou claramente. A primeira diz respeito ao atum rabilho. Devo reiterar aqui que ainda não existe uma posição definitiva sobre esta matéria. O que vos posso dizer é que existe uma preocupação no seio da Comissão relativamente ao estado actual da população desta espécie e estamos a trabalhar arduamente na busca de uma proposta adequada que ajude a tratar devidamente este problema a nível internacional. A posição definitiva da Comissão irá ter em linha de conta a informação científica mais recente sobre a população, bem como os resultados da reunião da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico que teve lugar em Novembro do ano passado.

A segunda diz respeito ao elefante e ao comércio de marfim. Esta é uma questão controversa que se arrasta há muito tempo no seio da CITES, especialmente entre os próprios países africanos. A Comissão está muito preocupada com o elevado nível de caça furtiva ao elefante e de comércio ilegal de marfim que se tem registado ultimamente.

É necessário reforçar a protecção dada aos elefantes e a Comissão não irá apoiar soluções que envolvam o risco de um aumento da caça furtiva. Nesse contexto, entendemos que não seria apropriado a próxima Conferência das Partes aprovar a cessação da interrupção do comércio do marfim.

Consideramos ainda que as propostas apresentadas à CITES com vista à desclassificação de algumas populações de elefantes e à sua transferência do Anexo I para o Anexo II da CITES devem ser analisadas objectivamente com base nas regras acordadas no âmbito da CITES.

Permitam-me agora tecer alguns comentários breves sobre a proposta dos EUA relativa à proibição do comércio internacional de ursos polares. Todos temos consciência das consequências dramáticas da fusão do gelo do Ártico e da ameaça que esta representa para a sobrevivência desta espécie. É um assunto que deve ser abordado principalmente por via de uma política muito ambiciosa em matéria de alterações climáticas e penso que a UE demonstrou claramente a forma como deve ser abordada a questão. Entendemos igualmente que vale a pena verificar quantas ameaças adicionais a esta espécie podem ser mitigadas. O comércio internacional é limitado mas pode exacerbar a pressão sobre a espécie. A nossa posição final irá depender do modo como as medidas propostas pelos Estados Unidos possam traduzir-se em verdadeiros benefícios para a conservação desta espécie.

Por último, e no que respeita aos corais, é inquestionável que os corais vermelhos e cor-de-rosa têm sido alvo de colheita excessiva em muitas partes do mundo. Na última reunião da CITES, em 2007, a União Europeia apoiou uma proposta apresentada pelos Estados Unidos de regulação do comércio internacional destas duas espécies e voltámos a co-patrocinar uma proposta dos EUA para a COP 15. Na minha opinião, a União Europeia deve ser coerente neste apoio, uma vez que a informação mais recente não revela qualquer melhoria da situação. Gostaria ainda de salientar que tal regulação não irá, de modo algum, resultar na proibição do comércio, mas apenas assegurar que o comércio é possível, desde que seja sustentável.

PRESIDÊNCIA: ROUČEK

Vice-presidente

Sirpa Pietikäinen, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhor Presidente, relativamente à tomada de decisão no âmbito da CITES, estou firmemente convicta de que o processo de tomada de decisão deve ser transparente e deve assentar exclusivamente em factos científicos sólidos. É esse o princípio subjacente à resolução do Parlamento relativa aos ursos polares, elefantes, tigres, grandes felinos asiáticos e tubarões.

Com respeito à questão concreta da inclusão do atum rabilho no Anexo I da Convenção CITES, gostaria de levantar algumas questões. Em primeiro lugar, uma larga maioria da comunidade científica concorda com a necessidade de proibir o comércio internacional a fim de garantir a existência futura da espécie. Segundo a CICTA, a actual biomassa da população reprodutora é inferior a 15% do que era antes de começar a pesca.

Face a estas estimativas científicas, existe um receio muito realista de os reprodutores se extinguirem praticamente em 2012.

A maioria dos membros do grupo *ad-hoc* de peritos da FAO considera que a evidência disponível apoiava a proposta de inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES, tendo ainda declarado que a inclusão na lista iria, pelo menos, assegurar uma redução dos recentes níveis insustentáveis de captura que se têm registado no Atlântico Oriental e no Mediterrâneo. Devido ao facto de este grupo ter de tomar decisões por unanimidade e devido à forte resistência do Japão, não foi esta a sugestão final do grupo. Contudo, o ponto de vista da maioria incontestável do grupo não pode ser ignorado. Além do mais, com base nas decisões dos cientistas, concluiu-se claramente que estão cumpridos os critérios para a inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES.

Em diversos casos é uma questão de opinião política, mas no que diz respeito à questão da biodiversidade e da extinção, não iremos fazer compromissos nem regatear. Quando já não houver peixes, não haverá captura.

Kriton Arsenis, em nome do Grupo S&D. – (EL) Senhor Presidente, o senhor deputado Leinen cobriu praticamente todas as questões sobre as quais tencionava falar, pelo que irei concentrar-me principalmente na questão do atum.

Precisamos realmente de analisar esta questão numa perspectiva científica. O atum rabilho corre o perigo imediato de extinção. É por isso que uma protecção total em relação ao comércio mundial, por outras palavras, o comércio fora da União Europeia, é a única solução adequada. O Secretariado CITES anunciou a semana passada que propõe a inclusão do atum no Anexo I, o que significa uma proibição do comércio mundial.

Passo a citar: "O Secretariado concorda com a maioria do grupo *ad-hoc* de peritos da FAO, no sentido de que estas espécies cumprem os requisitos para a sua inclusão no Anexo I". Por outras palavras, apoia esta proposta na própria proposta da FAO, a qual, por sua vez, se baseia na proposta da CICTA.

Portanto, a parte científica do debate está resolvida. Passemos agora à sua análise numa perspectiva política e social. As unidades populacionais de atum estão a entrar em colapso. As agências científicas mantêm que, se o comércio mundial não for proibido, dentro de poucos anos deixará de haver atum rabilho. A regulamentação das pescas não conseguiu cumprir o prometido. Em vez das 19 000 toneladas de atum rabilho propostas pela CICTA para 2008, estima-se que tenham sido capturadas 50 000 toneladas.

Propomos que o comércio mundial seja suspenso desde já, enquanto ainda estamos a tempo de salvar o atum, que continue o comércio na União Europeia que não é abrangida pela CITES e, ao mesmo tempo, que a União Europeia compense os pescadores e empresas afectados pela proibição da exportação.

O Grupo S&D apresentou uma proposta neste sentido. A proposta irá permitir a recuperação das populações de atum rabilho e a retoma do comércio. Neste sentido e a título excepcional, foram tomadas medidas para permitir o levantamento da proibição do comércio mundial assim que as unidades populacionais tiverem recuperado, em vez de o ser gradualmente conforme previsto para outras espécies. Se o comércio mundial não for proibido, as unidades populacionais de atum rabilho irão entrar em ruptura, o sector das pescas irá afundar-se e, nessa altura, ninguém vai ter direito à compensação.

Se queremos realmente proteger os pescadores, devemos apoiar a inclusão do atum rabilho no Anexo I da Convenção CITES. Caso contrário, os empregos e esta espécie lindíssima e única estarão perdidos para sempre.

Chris Davies, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, é suposto o dia de hoje representar um novo arranque para a Europa, mas o que é que temos aqui? Temos um Comissário e um Ministro que se limitam a analisar as propostas. Não estou a culpar o Senhor Comissário, mas peço-lhe que volte ao Colégio e diga que precisamos de debater esta questão com o Comissário responsável pelas exposições sumárias em questão.

É quase tão vergonhoso como a resolução que temos à nossa frente e que se limita a destacar as espécies, uma atrás da outra, que se encontram em risco de extinção: o verdadeiro reflexo da incapacidade do Homem para fazer planos para o futuro. Obviamente que esta questão do atum rabilho, que sem dúvida alguma irá dominar o debate, destaca, de facto, o problema, coloca o enfoque sobre o mesmo e diz naturalmente respeito a uma espécie que existe apenas em águas europeias. É o peixe mais caro do mundo que chega a ser vendido por dezenas de milhares de euros por exemplar. O Japão está a criar reservas enormes. O Japão onde, aparentemente, o termo "conservação" significa, actualmente, comprar em grande quantidade, matar os

peixes e congelá-los durante 20 ou 30 anos para que possam ser consumidos daqui a algumas décadas. Nessa altura, já não haverá atuns no Mediterrâneo, mas as pessoas que tiverem dinheiro vão poder continuar a comer *sushi*.

Este é um caso em que até o crime organizado está envolvido na indústria de pesca, o que não surpreende, dados os imensos lucros potenciais. A Máfia meteu-se no negócio. E depois olhamos para a CICTA, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico. "Conservação dos tunídeos"! A espécie sofreu uma redução de entre 80 a 90%. Corre o risco de extinção e Vossas Excelências têm um organismo que, supostamente, deveria zelar pelo atum mas que falhou rotundamente! Os objectivos que estabeleceu irão falhar totalmente. Ignora o aconselhamento científico; continua a estabelecer quotas demasiado elevadas. Alguns colegas dirão, entretanto, que a inclusão no Anexo II será suficiente, porém não existem quaisquer evidências nesse sentido. A inclusão no Anexo II não vai fazer qualquer diferença. Daqui a alguns anos dirão: "Lamentamos muito, enganámo-nos". Só que nessa altura os atuns terão desaparecido.

Por conseguinte, apoiemos a proposta no sentido da inclusão desta espécie no Anexo I. Recordemos que chegou a altura de tentarmos controlar a ganância dos Homens; é altura de pensarmos no futuro dos nossos mares.

Bart Staes, em nome do Grupo Verts/ALE. – (NL) O modo como o ser humano lida com os recursos naturais, o modo como o ser humano destrói os *habitats* e explora excessivamente a flora e as espécies animais selvagens, a forma como os seres humanos transaccionam ilegalmente espécies da fauna e flora selvagem, tudo isto constitui um ataque à biodiversidade da nave espacial Terra.

Essa biodiversidade é crucial. Isto explica a importância da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) e é por isso que a conferência que terá lugar no próximo mês, em Doha, é tão importante. Temos à nossa frente uma resolução sólida. Devemos, todavia, admitir que estão a ser desenvolvidas tentativas nos bastidores para enfraquecer a resolução. Está a ser travada uma luta feroz. É por isso que apelo a todos, especialmente aos senhores deputados dos países do Sul, do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) e do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, para que assegurem da forma mais enérgica possível a adopção da recomendação da Comissão relativa à política ambiental no sentido da inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES. Este aspecto é crucial para a sobrevivência da espécie.

Kartika Tamara Liotard, em nome do Grupo GUE/NGL. – (NL) Senhor Deputado Leinen, muito obrigada; o senhor deputado disse tudo o que havia para dizer e podemos falar acerca de muitos animais: do elefante, do tigre asiático, dos corais. Contudo, gostaria de me referir apenas a uma espécie em particular.

Ontem, o Jardim Zoológico Blijdorp, de Roterdão, anunciou que nenhum jardim zoológico na Europa conseguiu criar ursos polares em cativeiro. Os programas europeus de procriação de ursos polares não estão a ter sucesso, o que são péssimas notícias, principalmente porque o urso polar está ameaçado de extinção no meio selvagem. O gelo marítimo está a encolher e o *habitat* do urso polar está a desaparecer gradualmente. Mais de 70% da população de ursos polares no meio selvagem poderão desaparecer dentro de 45 anos. Para além disso, o urso polar também está a ser ameaçado pela caça e pelo comércio de troféus. Aparentemente as pessoas acham muito excitante abater ursos polares por mera diversão, uma atitude que considero verdadeiramente repugnante.

É por essa razão que apelo à UE para que apoie a proposta de proibição do comércio de ursos polares, antes que seja demasiada tarde; e o atum rabilho também deve ser incluído no Anexo I, sem mais delongas.

Anna Rosbach, em nome do Grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, estamos aqui, hoje, para falar de espécies ameaçadas de extinção. Falamos dos tubarões, do atum, dos ursos polares, dos grandes felinos e dos elefantes. Falamos de quotas de pesca, de conservação, de manutenção dos *habitats*, e assim por diante. E estamos a discutir se estes animais devem constar do Anexo I ou do Anexo II, ou se são simplesmente dispensáveis.

Temos pelo menos dois lados representados nesta Câmara, que revelam atitudes divergentes. Um dos lados pretende a conservação total de uma longa lista de espécies que se encontram à beira da extinção. O outro lado esforça-se por aumentar as quotas de pesca e de consumo e promete direitos de pesca "míopes" aos pescadores locais, que terão como consequência a erradicação total de determinadas espécies dentro de pouco tempo.

Precisamos de um caminho intermédio equilibrado que garanta que o nosso planeta possa continuar a prosperar no futuro. Os documentos que temos à nossa frente estão tão repletos de detalhes técnicos que

poderiam fazer crer que somos todos especialistas nesta área. Será que não deveríamos antes empregar o nosso tempo em evitar, em conjunto, a pesca de peixes e moluscos durante os períodos de procriação e de um modo geral assegurar que os animais, as plantas e os mares possam continuar a ser fornecedores viáveis de alimento por muito tempo, e dar aos animais que consumimos uma vida razoável, tendo em conta a espécie a que pertencem, antes de serem humanamente abatidos?

Pensamos demasiado a curto prazo apenas e não estamos a pensar na biodiversidade de que o nosso planeta necessita. Não se trata apenas da flora e fauna ameaçadas de extinção; na realidade, trata-se de uma questão muito mais complexa. Há muito por onde pegar e seria muito inabitual começarmos por tomar medidas preventivas em vez de reagir no último momento.

Claudiu Ciprian Tănăsescu (NI). – (RO) As estatísticas revelam que o atum rabilho está a ser pescado em quantidades que vão muito além dos níveis autorizados, o que significa que a população de atum rabilho diminui a cada ano que passa. A proposta avançada pelo Mónaco no sentido da inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES poderá ser vantajosa, na medida em que esta espécie está condenada à extinção a não ser que se tomem medidas drásticas para a sua protecção.

Em 1992, a Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico aprovou a recomendação relativa à monitorização do comércio do atum rabilho. Infelizmente, revelou-se um instrumento muito pouco eficaz. Em 2007, esta Comissão aprovou um programa muito mais exaustivo designado "programa de documentação das capturas do atum rabilho", o qual entrou em vigor na Primavera de 2008. Embora represente um passo em frente, ainda é muito cedo para fazer uma avaliação da eficácia do mesmo. Consequentemente, sinto-me na obrigação de colocar a seguinte questão: até que ponto poderá a posição da União Europeia a favor da inclusão do atum rabilho no Anexo I adiar, enquanto parte da Conferência da CITES, o desejo de determinados organismos e Estados, que não são membros da União Europeia, de adoptarem uma política de espera até que possam ser avaliados os resultados hipotéticos das recentes iniciativas empreendidas pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico?

Elisabetta Gardini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi a Senhora Ministra descrever a CITES como um instrumento eficaz e a Comissão a descrever a mesma como um instrumento apropriado.

Concordo. Portanto, não alteremos este instrumento que, até aqui, e contrariamente a que muitos colegas disseram, tem funcionado mesmo muito bem. Desde a regulação da pesca do atum e desde que foram estabelecidas quotas mais baixas, os pescadores começaram a ver não só mais atuns, mas atuns maiores.

O instrumento funciona. A inclusão no Anexo I, que diz respeita a espécies que se encontram genuinamente ameaçadas de extinção, uma espécie da qual, graças a Deus, ainda existem milhões de exemplares vivos, iria criar um precedente muito perigoso.

Estamos a aguardar os novos números e será nesses números que iremos, espero, basear as nossas regulamentações, visto que, conforme disse um jornalista americano famoso, "os números não mentem, mas os mentirosos fabricam números" e como mentem! Estamos acostumados, especialmente no que toca às questões ambientais, a ouvir números extremamente inconsistentes: uns mentem, outros não.

O atum rabilho não está ameaçado de extinção, mas deve ser objecto de regulação. Devemos lembrar que existem comunidades inteiras cuja sobrevivência depende desta antiga actividade que tem, pelo menos, 11 200 anos, e tanto assim é que, nalguns casos, a UNESCO considera que é uma actividade digna de ser preservada e promovida.

Edite Estrela (S&D). - Senhor Presidente, a ONU diz que a diversidade biológica enfrenta a pior crise desde que os dinossauros foram extintos há 65 milhões de anos. A destruição dos recifes de coral nos trópicos, a desertificação crescente em África e a desflorestação ameaçam a biodiversidade e têm impactos negativos em muitos sectores da economia, tais como a produção de alimentos, o turismo, a indústria farmacêutica ou a produção de energia.

A ONU reconhece também que falhou o objectivo, fixado em 2002, de redução significativa da actual taxa de perda da diversidade biológica até 2010. A CITES constitui o principal acordo global sobre a conservação das espécies selvagens com o objectivo de evitar a exploração excessiva das espécies da fauna e da flora selvagens pelo comércio internacional. O consumo humano de recursos naturais, a destruição dos *habitats*, as alterações climáticas, a exploração excessiva das espécies selvagens e o comércio ilícito constituem as principais causas do empobrecimento da biodiversidade.

Importa, por isso, garantir que, no Ano Internacional da Biodiversidade, os objectivos estratégicos fundamentais da União Europeia no âmbito da próxima Conferência das Partes na CITES vão ao encontro do objectivo de protecção da diversidade biológica, fundamental para o bem-estar e para a sobrevivência da Humanidade.

Temos de ser ambiciosos e exigir a protecção de todas as espécies em extinção.

Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE). – (NL) Poderia falar acerca de todas as espécies incluídas na agenda da Conferência CITES que terá lugar no final de Março, mas irei destacar uma, apenas porque representa de modo tão perfeito aquilo em que nós, enquanto espécie, estamos actualmente empenhados: o atum rabilho.

Trata-se de um peixe magnífico, impressionante, que é pescado há séculos e que consumimos há séculos. Infelizmente, este peixe encontra-se actualmente à beira da extinção. Depois de anos de má gestão por parte dos políticos que reiteradamente ignoraram as recomendações biológicas, que permitiram que interesses económicos de curto prazo prevalecessem sobre as perspectivas a longo prazo do sector, neste momento, não nos resta outra alternativa a não ser a proibição total do comércio do atum rabilho.

Foram apresentadas propostas no sentido da adopção de outras medidas que não seja a proibição do comércio, mas infelizmente já é tarde demais para isso. Ainda há poucas semanas foram pagos 120 000 euros por um único atum rabilho. É essa a realidade actual, que também explica as imensas capturas ilegais que se estima serem o dobro das quotas estabelecidas. É por essa a razão que as quotas não dão qualquer conforto. Não fazem sentido, devido à captura ilegal. A única salvação para o atum rabilho será a proibição do comércio internacional.

Sei que as consequências para o sector serão duras, tenho plena consciência disso, mas devemos tirar lições desta experiência: quando o mar estiver vazio, nessa altura estará tudo acabado para o sector. Consequentemente, devemos lidar de forma mais cuidadosa com o nosso ambiente, por razões não só económicas mas também ecológicas.

Apelo à Comissão Europeia para que apresente rapidamente a decisão ao Conselho no sentido da inclusão do atum rabilho no Anexo I e apelo à Presidência espanhola para que se eleve acima dos interesses nacionais e aprove a decisão.

Senhoras e Senhores Deputados, no século XVII, os seres humanos exterminaram o dodó. Demonstramos agora que nós, os humanos, temos capacidade para aprender e evitar que o atum rabilho se transforme no dodó do século XXI.

Bas Eickhout (Verts/ALE). – (NL) Vai ter lugar em Março uma nova cimeira das Nações Unidas, desta vez sobre o comércio de espécies animais ameaçadas. É uma oportunidade única que se oferece à UE para falar novamente a uma só voz e, acima de tudo, para a ciência desempenhar um papel importante. Observemos o que a ciência nos diz. Optar por interesses a curto prazo poderá significar optar por interesses a curto prazo para pescadores e caçadores, mas a longo prazo significa o fim de espécies animais bem como o fim de muitos sectores de actividade.

A alternativa passa por optar pelo longo prazo; no caso do atum rabilho, estamos a falar de 2012! E isso não é a longo prazo, é já amanhã. Por conseguinte, devem seguir a recomendação do Parlamento Europeu relativa à proibição do comércio do atum rabilho, mas também devem proibir o comércio de ursos polares e ainda conseguir a inclusão do elefante africano na referida lista, a fim de evitar que seja novamente caçado em excesso.

Por último, o Parlamento Europeu irá também enviar uma delegação a Doha. Espero que essa delegação possa também desempenhar o seu papel na determinação da posição da UE para que, juntos, possamos assegurar a salvação destas espécies animais para o nosso futuro.

Willy Meyer (GUE/NGL). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de pedir à Presidência espanhola para que, efectivamente, preserve o atum rabilho, mas preserve igualmente a arte tradicional de pesca mediterrânica com almadrasas. Essa arte que convive há mais de mil anos com o atum rabilho nunca constituiu um perigo para a espécie. O que realmente representa um perigo para o atum rabilho é a pesca ilegal, a pesca industrial, a pesca com rede de cerco e a proliferação de explorações de piscicultura.

Este é o verdadeiro problema para o atum rabilho. Não devemos ser injustos: temos de ser capazes de distinguir aquilo que realmente coloca em perigo o atum rabilho, nomeadamente este tipo de pesca industrial, de pesca ao cerco, das artes tradicionais.

A política deve ser justa e, consequentemente, torna-se necessário procurar uma forma que permita, efectivamente, preservar o atum, mas obviamente sem castigar as artes tradicionais. Creio ser esse o equilíbrio perfeito que, às vezes, é impossível alcançar, no entanto devemos procurar seguir essa via para podermos preservar esta espécie e evitar a sua extinção, sem castigar as artes tradicionais do Mediterrâneo, como é o caso da técnica das almadras.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) Senhor Presidente, foram detectados em Estados-Membros da União Europeia muitos casos de contrabando ilegal de espécies animais ameaçadas. Nos controlos de fronteiras, funcionários das alfândegas encontram aves enfiadas em garrafas e tartarugas metidas entre a carroçaria e o forro de automóveis. Segundo um relatório dos Serviços Aduaneiros Polacos, em 2008, foi interceptado nas fronteiras do país um número recorde de 200 889 espécimes de animais protegidos e produtos fabricados à base de animais protegidos. Na Índia, um combate inepto contra os contrabandistas levou a que o aumento dramático da caça furtiva esteja de novo a ameaçar a população de tigres de Bengala, por exemplo.

A União Europeia, que possui fronteiras externas comuns, deveria tomar especial cuidado para não se transformar num mercado em que as espécies protegidas de animais ou de plantas possam ser introduzidas impunemente ou contrabandeadas. A Comissão Europeia deveria colocar especial ênfase numa campanha educacional e na comunicação adequada aos cidadãos. Esta política deveria ter por objectivo a sensibilização dos turistas europeus para esta questão. Porque todos os anos, os funcionários das alfândegas encontram produtos provenientes de animais que estão em vias de extinção e espécies de plantas na bagagem dos europeus que regressam das suas viagens ao estrangeiro. O debate actualmente em curso sobre a população do atum rabilho é, seguramente, justificado. As estatísticas falam por si. Ao longo dos últimos 50 anos, a população desta espécie diminuiu 75%. As populações de atum no Mediterrâneo também se encontram seriamente ameaçadas. A inclusão do atum rabilho no Anexo I da Convenção CITES parece totalmente justificada e é a única forma de evitar a sua extinção.

Antolín Sánchez Presedo (S&D). – (ES) Senhor Presidente, partilho a preocupação sobre a situação biológica da população do atum rabilho e concordo com a necessidade de se adoptarem medidas eficazes de conservação e de gestão que não só impeçam o seu colapso, mas que também garantam a sustentabilidade da pesca e do comércio responsável.

O meu país tem vindo a actuar neste sentido há já alguns anos. Para além do exemplo milenar das artes de pesca com almadras, criou uma zona de protecção no Mediterrâneo, limitou a frota de rede de cercar a seis navios e foi pioneiro na adopção de um plano de recuperação da espécie e de um controlo documentado do comércio.

A inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES levaria à proibição do seu comércio internacional mas não resolveria os problemas de fundo. Não limita o volume de capturas, os pavilhões dos navios pesqueiros podem ser desviados para países consumidores, e constitui uma medida à margem dos recentes acordos da CICTA, a organização regional de gestão pesqueira responsável pela ordenação deste tipo de pesca e, por conseguinte, debilitaria a governação internacional dos mares e o princípio da pesca responsável.

Temos de ir à raiz dos problemas. Defendemos a redução de capturas já acordada na CICTA, bem como uma moratória durante a próxima campanha, se assim o determinarem as informações científicas em curso. Queremos que a União Europeia reforce o emprego do controlo e cumpra as recomendações da CICTA para assegurar a rastreabilidade dos processos de captura e das vendas.

Esta linha de actuação é compatível com a inclusão do atum rabilho no Anexo 2 da CITES, mas não é conciliável com o Anexo I, que deverá ser reservado para um cenário diferente e não ser sujeito a condições susceptíveis de minar a sua credibilidade enquanto instrumento CITES.

Em todo o caso, este debate deve deixar uma mensagem clara: a União Europeia está totalmente empenhada na sustentabilidade do atum rabilho e irá adoptar as medidas necessárias à sua conservação. A indústria deve demonstrar que as quotas funcionam e são aplicadas, e que é possível controlar a pesca ilegal.

Para salvar a pesca, há que salvar a espécie.

Pat the Cope Gallagher (ALDE). – (GA) Senhor Presidente, a condição da população do atum rabilho no Atlântico e no Mediterrâneo é uma fonte de preocupação para todos nós. A informação científica não pode ser posta em causa. Entretanto a CICTA – a comissão internacional responsável pela conservação do atum rabilho e pela recuperação e conservação da população – desenvolveu tremendos esforços. Se o atum rabilho

for incluído no Anexo I da CITES, a pesca do atum rabilho será totalmente proibida durante um período de dez anos, no mínimo.

(EN) Tratar a indústria da pesca na Europa desta forma é inadmissível. É absolutamente vital que se permita que a CICTA faça o seu trabalho.

Em 2006, por exemplo, o total das capturas permitidas era de 36 000 toneladas. O total das capturas permitidas para este ano foi reduzido para 13 500 toneladas. Em 2011, conforme proposto pela CICTA, haverá uma nova redução de pelo menos 50% para menos de 6 750 toneladas. Estão previstas novas reduções no total das capturas permitidas em 2012 e 2013.

As medidas empreendidas pela CICTA devem ser cuidadosamente monitorizadas. Caso se revelem infrutíferas, nessa altura deverá ser ponderada uma proibição total ao abrigo do Anexo I.

Numa perspectiva irlandesa - e permitam-me acrescentar que não temos interesses estabelecidos, a não ser o facto de termos uma captura acessória de 100 toneladas de atum rabilho - será que devemos capturar o atum rabilho por via dessa pesca acessória e quando capturados e mortos será que devemos devolvê-los ao mar? Esta não é, seguramente, uma forma sensata de agir. Penso que é importante serem adoptadas medidas sensatas e realistas para a protecção tanto das populações como do sector das pescas na Europa.

Dado existirem aqui pessoas que estão muito ansiosas por proteger o atum, permitam-me que diga àquelas pessoas que provêm de zonas rurais que dependem da pesca, que devem também pensar numa outra espécie em vias de extinção, nomeadamente os nossos pescadores.

Por esse motivo, irei votar a favor da alteração no sentido da inclusão do atum rabilho no Anexo II.

Isabella Lövin (Verts/ALE). – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, olhem à vossa volta aqui nesta Câmara. As cadeiras vazias podem ser vistas como todos aqueles peixes predadores que desapareceram dos mares do nosso planeta num espaço de aproximadamente 50 anos. As frotas pesqueiras do mundo conseguiram esvaziar o planeta de peixes predadores, peixes esses que são fundamentais para os ecossistemas. Incluem-se aqui o atum, o bacalhau e o salmão. A UE é a segunda maior nação pesqueira do mundo e a nossa responsabilidade pela depleção das populações de peixe é incontestável.

No período entre 2000 e 2008, por exemplo, o Fundo Europeu das Pescas pagou mais de 23 milhões de euros para a construção de novos navios de pesca do atum - por outras palavras, para uma indústria que todos os anos custa milhões aos contribuintes na fiscalização destinada a reduzir a pesca ilegal; e também para que 70% do peixe capturado possa ser exportado para o Japão, para ser consumido em jantares de negócios exclusivos!

Gostaria de lembrar a todos que a inclusão do atum rabilho no Anexo I da Convenção CITES não implica a proibição da pesca em pequena escala na Europa, mas apenas levará ao fim das exportações fortemente subsidiadas pelos contribuintes. Seria um bom início para o Ano Internacional da Biodiversidade das Nações Unidas.

Catherine Soullie (PPE). – (FR) Senhor Presidente, actualmente a população de atum rabilho está reduzido a menos de 15% do seu volume original. Face a estes números, a solução parece óbvia. Contudo, não devemos esquecer os postos de trabalho afectados pela decisão que estamos a debater aqui, hoje. Cumpre realçar que o objectivo da CITES não é proibir a pesca, mas apenas o comércio internacional deste tipo de peixe, 80% do qual é exportado para o Japão.

Ao proteger o atum, estamos certamente a proteger uma espécie ameaçada de extinção, mas estamos igualmente a encorajar a continuação de uma actividade de pesca mais equilibrada e sustentável, de uma actividade destinada ao nosso mercado interno e geradora de emprego. Sou favorável à ideia da inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES e, embora considere que essa decisão será positiva, a ajuda da Comissão será crucial, uma vez que significa que o sector das pescas pode ser objecto de uma revisão integral.

A minha pergunta diz, portanto, respeito às condições deste apoio. A França está a solicitar uma extensão de 18 meses acompanhada de medidas financeiras para os pescadores e armadores que serão afectados pela proibição do comércio. Qual é a opinião da Comissão sobre esta matéria?

Além disso, à semelhança de muitos outros colegas, estou preocupado com a equidade. Como podemos garantir que navios que arvoram o pavilhão de países como a Tunísia, a Líbia, etc., irão aplicar as proibições internacionais com o mesmo rigor que nós? Em que consistirão as novas medidas de controlo e de penalização?

A nossa política relativa a actividades económicas sustentáveis deve ser prática, podendo mesmo ser impopular em determinados sectores, mas espero que a Comissão e o Conselho não percam de vista os ajustes necessários para que estas medidas possam ser implementadas.

Guido Milana (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apoio a inclusão do atum rabilho no Anexo II e também propus alterações nesse sentido. O facto de apoiar essa inclusão certamente não me faz sentir um criminoso. Bem pelo contrário, e situo-me no mesmo comprimento de onda que os oradores que me precederam, a começar pela senhora deputada Gardini, que mantém uma posição diferente.

Será um tremendo erro colocar os tigres, os ursos polares, os elefantes e o atum no mesmo nível. A FAO nunca se permitiria dizer algo diferente ou apoiar uma posição diferente para estas outras espécies ameaçadas de extinção. Manter um ponto de vista diferente sobre a forma de gerir a questão relativa ao atum não significa, seguramente, esquecer que a biodiversidade é um valor que deve ser defendido a todo o custo.

O espírito da proposta de resolução é absolutamente digno de apoio. Contudo, numa altura em que algumas pessoas parecem estar a dar um passo à retaguarda em termos de estimar a biomassa de atuns existente no mar, avançar rapidamente para uma inclusão no Anexo I poderá, provavelmente, significar termos de suportar os efeitos secundários desta escolha, os quais serão graves e por vezes irreversíveis para muitos sectores da nossa economia.

O mesmo se aplica, até certo ponto, à questão dos corais e à sua inclusão no Anexo II. Também neste ponto existem dados que não apontam de forma categórica para a extinção ou ameaça do coral de profundidade que se encontra a mais de 150-200 metros de profundidade e que está abrangido pela medida.

Carl Haglund (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, há muito tempo era, de facto, possível pescar atum rabilho na parte sueca do Mar Báltico, mas conhecemos a situação actual. O atum rabilho está ameaçado de extinção por causa da sobrepesca intensiva.

Estamos a ter este debate bastante deplorável porque não tomámos a decisão certa na altura certa. Acabámos por chegar a esta situação porque há anos, nós, os decisores políticos, nos recusámos a dar ouvidos aos pareceres científicos. Em consequência disso acabámos numa situação que exige a tomada de medidas drásticas. Neste contexto, permitam-me lembrar as falhas anteriores do Homem neste domínio. A costa do Canadá constitui um bom exemplo de como o Homem conseguiu destruir totalmente as populações de bacalhau. Estas entraram em colapso total devido à pesca excessiva e foram tema exactamente da mesma discussão que hoje estamos a ter aqui. Não podemos permitir que o atum rabilho sofra o mesmo destino. É por isso que a proposta francesa, entre outras, não é particularmente positiva, porque poderá ter precisamente o mesmo efeito.

Naturalmente que o facto de metade ou quase todos os membros da Comissões das Pescas estarem aqui presentes também revela que esta Câmara não lida com estas questões da melhor forma, ou seja, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar realiza discussões e apresenta ideias e em seguida aqueles de nós que trabalham com as questões da pesca vimos aqui debatê-las. Esta é uma situação que merece a nossa reflexão. Não obstante, considero que a proposta da Comissão do Ambiente é positiva. Assenta numa base científica sólida e não existem motivos para alterar a abordagem da Comissão do Ambiente sobre esta matéria.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o atum rabilho há tempo que se encontra em alerta vermelho e durante anos foram-nos facultadas informações que demonstram claramente a debilidade das populações e a forma como contribuimos para essa debilidade, inclusivamente através de subvenções públicas. Na União Europeia pagámos, nos últimos anos, quase 34 milhões de euros para a modernização.

Creio que é necessário dizê-lo, nomeadamente que devemos assumir a nossa responsabilidade pela situação em que nos encontramos. Levámos as populações de atum rabilho à beira do colapso e agora não podemos descartar a responsabilidade. Hoje temos a oportunidade de corrigir o problema, incluindo o atum rabilho no Anexo I da CITES, e só assim será possível porque, insisto, há muita gente cuja subsistência depende desta espécie.

É verdade que existem sectores que fizeram a coisa certa e que podem e devem continuar a fazê-lo, mas para isso é necessário que haja atum. Se não houver atum não vão poder fazer absolutamente nada. A única garantia para a sua preservação é o Anexo I e, portanto, qualquer outra medida que possa claramente desvirtuar esta proposta será uma medida negativa que, em todo caso, irá prolongar a agonia, mas não acaba com ela.

Portanto, não nos iludamos, não façamos batota: temos uma responsabilidade histórica para com a espécie e para com as pessoas e famílias cuja subsistência dela depende. Devemos assumir a nossa responsabilidade com coragem e com a honra que a União Europeia merece neste momento.

Ioannis A. Tsoukalas (PPE). – (EL) Senhor Presidente, os meus colegas já abordaram todos os aspectos desta questão. Gostaria de afirmar que apoio as posições assumidas anteriormente pelo senhor deputado Milana e dizer que precisamos de tomar em linha de conta que a inclusão do atum rabilho no Anexo I terá numerosas consequências sociais e económicas, tais como falências e o encerramento de inúmeras empresas, especialmente pequenas e médias empresas, perdas de emprego e uma perda de competitividade para a Europa.

Devemos lembrar que o atum rabilho alimenta um mercado mundial de 6 mil milhões de euros. Gostaria, de facto, de ouvir algumas propostas que assentem numa base científica e que se destinem a assegurar a futura viabilidade da população de atum rabilho, mas que também tomem em linha de conta a viabilidade dos pescadores europeus e das suas famílias. Do meu ponto de vista, o mais apropriado seria incluí-lo no Anexo II.

Tão-pouco devemos esquecer que a União Europeia não anda a pescar sozinha, no Mediterrâneo ou no Atlântico. A pesca do atum rabilho constitui uma actividade mundial. Os pescadores europeus enfrentam uma concorrência forte, por vezes desleal, por parte dos países da África do Norte. A viabilidade unilateral das populações de atum não faz sentido. Temos de assegurar que todos seguem as mesmas regras de jogo.

De igual modo, o facto de o Japão ter 30 000 toneladas de atum rabilho congelado em armazém, talvez se revista de algum interesse, podendo a proibição perfeitamente levar a que os preços das reservas subam dos actuais 10 mil milhões de dólares para 20 mil milhões de dólares.

Daciana Octavia Sârbu (S&D). – (EN) Senhor Presidente, todos os elementos deste acordo são importantes, mas queria concentrar-me na questão do atum rabilho.

É vital actuar já, para evitar um colapso das populações e para permitir a recuperação quantitativa do atum rabilho. Em 2006, a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico adoptou um plano de acção destinado a melhorar a informação sobre as populações e o acompanhamento das mesmas e a inspecção de embarcações.

Mas é evidente que isto não chega. As populações, em especial a população do Mediterrâneo Oriental, continuam a apresentar valores criticamente baixos, existindo um risco muito real de em breve assistirmos à extinção desta espécie ameaçada.

A Conferência das Partes na CITES deveria, por conseguinte, incluir o atum rabilho no Anexo I da Convenção, e os Estados-Membros e a Comissão devem fazer mais para combater a pesca ilegal e para impor o cumprimento das restrições e quotas em vigor.

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). – (ES) Senhor Presidente, no que se refere à eventual proibição da pesca do atum rabilho no Mediterrâneo, preocupa-me muito a possibilidade de a pesca legal acabar por ser substituída pela pesca ilegal e de os justos virem a pagar pelos pecadores.

Na Catalunha, estão em jogo centenas de postos de trabalho. A pesca praticada nessas águas é respeitadora, totalmente regulamentada e supervisionada, quer em termos de gestão das pescas, quer em termos de gestão comercial.

Desde 2006, no Atlântico Oriental e no Mediterrâneo, a pesca do atum rabilho foi reduzida em 30 000 toneladas, para 13 500 toneladas. A dimensão mínima dos peixes aumentou de 10kg para 30kg, e de 11 meses de campanha de pesca passou-se 11 meses de defeso.

Por fim, não acho que exista consenso entre os especialistas internacionais no que se refere à ameaça de extinção do atum rabilho. Se compararmos as populações entre 1970 e 2010, período em que existem dados de acompanhamento, a população de atum rabilho está acima de 15%. Está entre 21% e 30%, logo, está claramente acima dos 15% previstos no Anexo I da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES).

Carmen Fraga Estévez (PPE). – (ES) Senhor Presidente, também gostaria de falar sobre as espécies da pesca comercial, e gostaria de deixar muito claro que as organizações regionais de pesca já são responsáveis pela gestão e conservação dessas espécies. Com efeito, basta examinar a Convenção sobre o Comércio Internacional

das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES) para perceber que esta talvez tenha sido concebida para elefantes e ursos polares, mas manifestamente não foi concebida para espécies da pesca comercial.

Não sou contra a protecção do atum rabilho, o que seria absurdo, quanto mais não seja pela sua importância para a frota. Penso, no entanto, que as medidas devem ser decididas por organismos que disponham dos melhores especialistas, quer em gestão das pescas, quer em investigação científica, porque há uma razão para que a CITES tenha de recorrer a pareceres externos quando recebe propostas sobre essas espécies.

Penso, por isso, que a proposta de inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES é desnecessária e injustificada, porque já existem as medidas impostas pela Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA). É injusta, porque iria prejudicar gratuitamente uma frota que acaba de assumir um grande esforço no sentido da redução da pesca, e é até contraproducente, porque poderia dar origem a um mercado negro incontrolável de atum rabilho.

Compreendo a enorme pressão que a opinião pública em geral e esta Assembleia em particular – como estamos a ver – estão a sofrer da parte das ONG ambientalistas. O meu grupo político decidiu, por isso, apoiar a inclusão no Anexo II, como compromisso entre a proposta da Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar e a opinião daqueles de nós que pensam que a gestão das pescas não pode ser retirada às organizações regionais de pescas. Na verdade, a nossa proposta baseia-se em pareceres científicos para a CITES. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) recomendou que o atum rabilho fosse incluído apenas no Anexo II da CITES, o que mostra que muitas pessoas nem sequer leram o relatório da FAO.

Catherine Bearder (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, acolho com agrado as garantias que nos foram dadas esta noite no sentido de que a UE não apoiará quaisquer propostas que levem a um aumento da captura ilegal de marfim, mas fico muito decepcionada quando ouço a Comissão afirmar em seguida que quaisquer propostas no sentido de passar o elefante africano de Anexo I para o Anexo II da CITES têm de ser avaliadas objectivamente com base nas regras estabelecidas pela CITES.

Estas duas declarações contradizem-se mutuamente. Qualquer discussão sobre a redução da protecção concedida aos elefantes nos termos da CITES dará luz verde aos caçadores furtivos, que ficarão com a esperança de que em breve haja mercado para os seus bens, ilegal e cruelmente obtidos.

A Zâmbia e a Tanzânia estão a violar a Convenção, na medida em que não consultaram todos os Estados onde há elefantes tal como é exigido na Resolução 9.24 dos critérios da CITES para alterações. Esperamos que a Comissão e o Conselho assegurem o respeito da constituição da CITES e da moratória aprovada. De que modo tencionam impedir que as propostas ilegais da Tanzânia e da Zâmbia sejam inscritas no topo da agenda?

Antonello Antinoro (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que posso afirmar com suficiente confiança que a intervenção da presidente da Comissão das Pescas, senhora deputada Fraga Estévez, proporcionou alguma informação técnica que, ou estamos a fingir não conhecer, ou talvez, efectivamente, não conheçamos.

A senhora deputada Fraga Estévez indicou o que é a recomendação da FAO, qual é a verdade e o que é que se está a pedir. Tudo o mais é manipulação e condicionamento deste Parlamento e de muitos deputados. Não podemos esquecer que a política tem de ser soberana e que temos de manter a influência e as pressões dos grupos económicos, que, provavelmente, querem coisas diferentes, fora deste Parlamento.

Sabemos que, nos últimos dois anos, o preço do atum caiu e sabemos que estabelecemos restrições que já levaram a uma redução de 40%. Partindo de estudos que nenhum de nós tem a certeza de serem verdadeiros, tudo o mais é especulação da parte dos poderes económicos que provavelmente querem exactamente o oposto daquilo que nós procuramos, nomeadamente aumentar o preço do atum para lá de tudo o que é razoável e fazer com que, no fim, os únicos a pagar sejam as pequenas economias de pequenas frotas pesqueiras, das quais dependem muitas regiões desta nossa maravilhosa Europa.

A seguir, gostaria de recomendar que a Comissão e o Comissário – inclusivamente perante o facto de a nova Comissão incluir um Ministro dos Negócios Estrangeiros, agora seguramente mais habilitado do que no passado – assecurassem acordos com Estados não europeus, de modo a que a proibição da pesca do atum rabilho não se aplique apenas à Europa, e que procurem controlar os preços, inclusivamente em países não europeus.

Apoiamos claramente a alteração proposta pela senhora deputada Fraga Estévez e tudo o que a mesma implica no que se refere ao Anexo II.

Maria do Céu Patrão Neves (PPE). - No passado mês de Novembro, a CICTA adoptou fortes medidas restritivas da captura do atum rabilho: redução da captura em 2010 de 22 para 13 500 toneladas, restrição da pesca entre 15 de Maio a 15 de Junho para cercadores com retenida. Medidas ambiciosas e sem precedentes, nas palavras do então Comissário Joe Borg. Estas decisões foram tomadas em consonância com os últimos pareceres científicos sobre a espécie e o seu impacto deverá ser avaliado ainda em 2010.

Não faz, pois, qualquer sentido antecipar novas restrições económica e socialmente penalizadoras do sector, sobretudo no período de grave crise que atravessa, como aquelas que equivalem à inclusão do atum rabilho no Anexo I. O sector das pescas exige um equilíbrio dinâmico entre os seus três pilares: o ambiental, o económico e o social.

No caso dos requisitos ambientais, estes devem ser cientificamente fundamentados, tal como aliás se verificou na reunião da CICTA com a participação activa da União Europeia. Assim sendo, a inclusão do atum rabilho no Anexo I constituiria um grave precedente de desrespeito da exigência de: primeiro, fundamento científico para a enunciação das restrições; segundo, equilíbrio entre os pilares ambiental, económico e social, abrindo-se assim a porta a outras tomadas de decisão precipitadas e facciosas, pervertendo-se as regras de uma gestão responsável.

Alain Cadec (PPE). - (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que a proposta apresentada pela Comissão do Meio Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar no sentido da inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES é demasiado radical. Vou, por isso, condicioná-la a três requisitos, os quais, julgo, proporcionam um compromisso justo.

O primeiro diz respeito ao parecer científico independente cuja publicação se aguarda para Outubro de 2010, para ser aprovado na reunião da CITES de Setembro de 2011. Penso que esse parecer científico é crucial. Temos de estar certos de que a espécie está verdadeiramente em perigo, antes de tomarmos uma decisão radical sobre a pesca e o comércio de atum rabilho.

Em segundo lugar, é essencial ter a garantia de que o Regulamento (CE) n° 865/2006 sobre a CITES será alterado, uma vez que daí resultará uma isenção geral para o comércio interno de atum rabilho. Essa alteração permitir-nos-á obter tudo o que pretendemos: a sobrevivência da nossa pesca costeira de pequena escala, em especial no Mediterrâneo.

Em terceiro lugar, penso que, uma vez que estamos a decidir a inclusão desta espécie no Anexo I, é essencial dispor de apoio financeiro da União Europeia para os pescadores e armadores afectados pela decisão.

Por último, esta decisão, se for adoptada nas condições que acabo de referir, terá de ser acompanhada por controlos significativamente mais rigorosos, para combater a pesca ilegal. É nestas e só nestas condições que posso concordar com a inclusão do atum rabilho no Anexo I da CITES. Sem tais garantias, a inclusão no Anexo II continua a ser a solução menos má, se não, de facto, a melhor.

Esther de Lange (PPE). - (NL) Senhor Presidente, não podemos permitir-nos ignorar a perda de biodiversidade. Poderiam ter sido as minhas palavras, mas foram as palavras da Comissão Europeia, do Senhor Comissário do Ambiente, Stavros Dimas, para ser exacta, durante a apresentação, o mês passado, de uma comunicação sobre biodiversidade.

Parto do princípio de que a nova Comissão veja as coisas exactamente da mesma maneira e encare com igual seriedade a importância da biodiversidade. A não ser assim, gostaria que mo dissessem. Precisamente por causa do envolvimento da Comissão Europeia na biodiversidade, surpreende-me que a Comissão, por um lado, esteja a fazer tudo para salvar espécies e contrariar a perda de biodiversidade e, por outro lado, a mesma Comissão não tenha – ou ainda não tenha – coragem para simplesmente propor o aditamento de uma espécie em perigo como o atum rabilho no Anexo I da CITES. Parecem os dois lados de uma mesma moeda. Evidentemente, temos de apoiar financeiramente os pescadores que trabalham de boa-fé para superarem esta intervenção. Sobre isto, concordo com o orador anterior. Além do mais, temos de lidar com maior firmeza com a captura ilegal de atum.

Ainda assim, Senhoras e Senhores Comissários, eu iria mais longe. Para mim, a CITES e, em especial, o atum rabilho, é um caso de teste. Um caso de teste para determinar se a Comissão está em condições de dar seguimento às suas palavras com actos. Um caso de teste para ver se esta nova Comissão consegue mostrar liderança, ou se vai ficar permanentemente a ouvir os Estados-Membros, que, como se sabe, não vão chegar

a acordo quanto a isto, e se consegue evitar ficar presa em palavras e comunicações, mas, em vez disso, agir efectivamente.

Limitei-me a citar as palavras do Senhor Comissário, que afirma estar disposto a fazer isto. Chegou, portanto, o momento de passar das palavras aos actos, e eu diria o seguinte à Comissão: comecem pelo atum rabilho.

Simon Busuttill (PPE). – (MT) Se permitirmos que os pescadores façam como quiserem, estaremos a contribuir para a redução e o extermínio das populações de atum. Do mesmo modo, porém, Senhor Presidente, se impuséssemos uma proibição total do comércio de atum, estaríamos a destruir os pescadores, a comunidade piscatória, as suas famílias e a comunidade que deles depende.

Penso que estamos perante dois extremos: não devemos nem aniquilar as populações de atum, nem destruir o sector que assenta completamente no atum. No entanto, entre estes dois extremos, há uma via que podemos tomar e que leva a um compromisso. Há a via na qual se pode controlar o sector das pescas muito mais do que se fazia anteriormente, sem o fechar completamente.

Por conseguinte, penso que a inclusão do atum no Anexo I da CITES é uma medida extrema que deveria ser evitada. Ficariamos melhor se seguíssemos o que a CICTA está a propor, já que esta tem vindo a reduzir as quotas das capturas desde há anos. No entanto, para alcançar um compromisso, também o poderíamos incluir no Anexo II da CITES.

Senhor Presidente, para evitar a redução das populações de atum, não precisamos de acabar com os muitos pescadores que dependem daquelas. É possível conciliar ambas as coisas.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, perdoe-me o jogo de palavras, mas acho que se trata de uma situação "Catch 22" para muitos de nós, porque, se proibirmos a captura de peixe, em especial, do atum rabilho, os pescadores desaparecem. Se não a proibirmos, então não haverá nada para apanhar.

Penso que um dos elementos-chave aqui – e que surge constantemente em muitos dos nossos debates – é o das provas científicas. Foi dito que as provas científicas não são suficientemente fiáveis, não são suficientemente extensivas nem suficientemente actualizadas.

Gostaria de perguntar à Comissão e ao Conselho o seguinte: estão satisfeitos com as provas científicas que estão a ser produzidas? Porque podem citar provas científicas, mas depois pode vir alguém com um exemplo diferente de recomendação, de outros cientistas.

Portanto, penso que este é um elemento fundamental, e gostaria de saber o que têm a Comissão e o Conselho a dizer sobre isto.

Izaskun Bilbao Barandica (ALDE). – (ES) Senhor Presidente, hoje ouvimos confundir a pesca ilegal com máfias, pelo que também quero pronunciar-me em favor de um sector que mostrou, em muitas ocasiões, ser responsável.

Defendo a necessidade de controlar as pescas. Defendo igualmente a necessidade de controlar as máfias. Isto, porém, não pode ser razão para incluir o atum rabilho no Anexo I.

Não posso também deixar de dizer que a frota pesqueira basca, que vai ser significativamente afectada por esta decisão, se esta vier a ser tomada, mostrou ser muito responsável, porque, para defender o sector, em algumas ocasiões, pediu que se suspendesse a actividade em outras pescarias, como, por exemplo, a da anchova.

Tenho também de dizer que deveríamos dar ouvidos ao que a Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA) diz desde que, em 2009, adoptou medidas de gestão mais restritivas e rigorosas, em sintonia com as recomendações do Comité Científico.

Gostaria de fazer notar que, para 2010, foi decidida uma quota de 3 500 toneladas. Em 2009, foram 22 000 toneladas e, em 2006, 32 000 toneladas. Logo, houve o compromisso de implementar novas medidas de controlo, se necessário.

Não sou a favor da inclusão do atum rabilho no Anexo I, já que poderia prejudicar muitos sectores, incluindo o sector da pequena escala, que não foi aqui considerado hoje. Por isso, só deveríamos apoiar a sua inclusão no caso de tais medidas não serem eficazes.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, enquanto europeu da região alpina, permita-me que saia das águas e regresse a terra. Gostaria que a Comissão levasse para Doha um pedido relativo à proposta de um requisito de marcação de identidade. Como sabemos, as aves de rapina criadas – estou a pensar especificamente nos falcões – estão sujeitas a um requisito de marcação de identidade quando são comercializadas. Os animais são registados, são-lhes colocadas anilhas, ou, no caso de animais grandes, são-lhes implantados microprocessadores, de modo a poderem ser identificados, se necessário. Sem essa marcação de identidade, não pode haver comércio.

Assim, o ponto que gostaria de sublinhar é o de que, para outras espécies animais que estão em perigo ou são criadas, como o lince na Europa Central, por exemplo, não há esse requisito. Assim, pode acontecer que animais que se deslocam livremente, fugidos ou transaccionados não levem marca de identidade e que não seja possível identificá-los com precisão. Isto é mau, quer para a investigação sobre o comportamento, quer para a investigação sobre o nível das populações, e, evidentemente, torna mais fácil o comércio ilegal. Proponho, por isso, que esta questão da marcação de identidade seja levada a Doha, enquanto contributo útil para o debate.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, vim para a Assembleia para aprender, ou, pelo menos, esperava que isso acontecesse, porque há dois lados muito válidos neste debate, em especial, no que diz respeito ao atum rabilho.

O primeiro ponto que gostaria de salientar é o de que falámos de práticas de pesca ilegais, e parece-me que quem as pratica não se importa com o anexo em que uma coisa está inscrita. Vão continuar, a menos que tenhamos uma fiscalização eficaz dessas regras e regulamentos.

Por um lado, podemos ver alguma da lógica que levaria a uma classificação no Anexo I, mas há questões socioeconómicas em jogo. Penso que temos de nos concentrar nos resultados.

Há a questão das devoluções e do impacto de uma inclusão no Anexo I para os pescadores. Inclino-me para a ideia – mas vou falar com colegas, para discutir isto no nosso grupo – de que não deveria ser incluído no Anexo I, e de que o seu lugar talvez seja o Anexo II. Isto revela que, mesmo com a duração e a qualidade deste debate, ainda há alguma confusão, pelo menos no meu espírito.

Giovanni La Via (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, perante os dados científicos controversos que nos chegaram de várias partes e perante um nível das populações que certamente ainda não é tal, nem sequer no pior cenário, que garanta a inclusão obrigatória no Anexo I, não considero que essa medida tão restritiva, mesmo com as limitações que claramente seriam impostas a certos territórios em termos de pesca, seja a melhor solução.

Do mesmo modo, à luz dos esforços realizados nos últimos anos para reduzir o nível de pesca por parte das empresas de pesca especializadas em atum, em meu entender, precisamos de prosseguir na mesma direcção, mantendo o atum no Anexo II e evitando precipitações, que seriam extremamente perigosas para alguns territórios e para empresas do sector.

Silvia Iranzo Gutiérrez, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a todos pelas vossas intervenções, que achei muito úteis enquanto contributos para a definição da posição comum que a União Europeia deve adoptar na próxima Conferência das Partes na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES). A grande maioria dos oradores salientou a validade da CITES no que se refere a ajudar a conservar espécies que estejam em risco de extinção.

Tal como disse no início, depois de a Comissão apresentar a sua proposta ao Conselho, este poderá definir a sua posição na CITES no que diz respeito aos diferentes pontos da ordem do dia da reunião relacionados com as principais espécies em perigo. Por exemplo, houve quem falasse de tigres e de elefantes – a senhora deputada Bearder – sobre ursos polares – a senhora deputada Liotard – mas a grande maioria das intervenções referiu-se ao caso do atum rabilho. Relativamente a esta questão, ouvimos várias opiniões, baseadas em vários argumentos.

O Conselho está, evidentemente, a par dos resultados da última reunião do Comité Científico da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (CICTA), realizada em Outubro de 2009, bem como das recomendações do painel de peritos independentes da FAO, de Dezembro de 2009. O Conselho está, portanto, inteiramente ciente das implicações da proposta de inclusão do atum nos anexos da CITES, não apenas para a conservação da espécie, mas também para a sobrevivência dos métodos tradicionais de

pesca de algumas pescarias que demonstraram ser sustentáveis para a espécie. O Conselho irá, por isso, examinar criteriosamente todas as questões antes de adoptar a sua posição.

A concluir, gostaria de reiterar os agradecimentos da Presidência em exercício do Conselho aos senhores deputados pelas suas intervenções e contributos durante esta fase decisiva para a definição da posição da União Europeia na próxima conferência da CITES, e terei todo o prazer em transmitir ao Conselho o conteúdo das intervenções, juntamente com o grande interesse dos senhores deputados nas questões que vão ser discutidas em Doha. Gostaria também de transmitir à Presidência espanhola o vosso empenhamento em assegurar a conservação e o desenvolvimento sustentável das espécies em perigo. Sabemos que o Conselho tem o pleno apoio do Parlamento nesta matéria.

Paweł Samecki, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a minha primeira observação geral é no sentido de expressar o meu sincero apreço pelo contributo de todos os oradores relativamente a todos os objectivos na perspectiva das discussões na conferência.

Posso assegurar-vos que a Comissão será favorável ao comércio sustentável, em benefício quer da biodiversidade, quer das comunidades que precisam de viver em harmonia com as espécies em causa.

Passaria agora a alguns comentários mais específicos sobre as vossas observações. Primeiro, tal como expliquei, a posição geral da Comissão sobre o atum rabilho será adoptada muito em breve. É uma questão importante porque se relaciona principalmente com as capturas por parte das frotas de pesca da UE. Achou-se que é mais apropriado que, em vez da Comissão cessante, seja a nova Comissão a tomar uma posição clara sobre esta questão, porque é a nova Comissão que vai ter de defender ou promover a posição da UE na conferência.

Estou muito confiante em que essa proposta irá assegurar um futuro sustentável, quer para esta espécie, quer para a indústria de pesca que lhe está associada. Isto exigirá equilíbrio entre perspectivas a curto prazo e perspectivas a longo prazo sobre esta matéria. Mas, sobre questões mais específicas e sobre as questões suscitadas pelos senhores deputados, sobre a questão do apoio que eventualmente poderia ser concedido aos pescadores afectados, penso que devemos salientar que a Comissão estaria disposta a avaliar a possibilidade de proporcionar tal apoio no maior grau possível, mas temos também de nos lembrar de que foram decididas reafecções orçamentais para muitos anos e de que teríamos de avaliar também as incidências financeiras, quando temos perspectivas financeiras rígidas para 2007-2013.

Há uma questão específica relacionada com a proposta de inclusão do atum rabilho no Anexo II, e penso que é importante notar que há disposições muito específicas na CITES que se aplicariam no caso do Anexo II. Haveria muitas discussões jurídicas e técnicas sobre as implicações efectivas de uma inclusão no Anexo II. O impacto prático de tal inclusão seria incerto. É por isso que precisamos de pensar em quais seriam as consequências práticas da inclusão do atum rabilho no Anexo II.

Relativamente à questão da senhora deputada Bearder sobre os elefantes, há fragilidades processuais nas propostas da Tanzânia e da Zâmbia, mas, na nossa avaliação jurídica, essas fragilidades não são motivo suficiente para rejeitar processualmente essas propostas *ex ante*.

Por fim, queria comentar a pergunta formulada pelo senhor deputado Kelly. A Comissão está satisfeita com as provas científicas sobre muitas questões? Penso que é difícil à Comissão questionar provas científicas, porque isso significaria que a Comissão tem melhor capacidade científica ou de investigação do que os institutos de investigação, o que não é o caso. É por isso que, por vezes, é muito difícil tomar posição sobre as provas científicas.

Presidente. – Recebi sete propostas de resolução⁽²⁾ apresentadas nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar quarta-feira, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Sergio Berlato (PPE), por escrito. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o debate que hoje estamos a realizar sobre a 15.ª reunião da Conferência das Partes na CITES, a realizar em Março, é particularmente importante para a utilização racional da flora e da fauna selvagens.

(2) Ver acta

A proposta de resolução sobre esta matéria parece inclinar-se a favor de uma proibição da utilização de muitos recursos. Estou a referir-me, em especial, à proposta de inclusão do coral vermelho do Mediterrâneo no Anexo II da CITES. Gostaria de fazer notar que a comunidade científica entende que as espécies da *Coralliidae* não estão ameaçadas de extinção, dada a abundância da sua presença em todas as águas onde vivem. Incluir o coral no Anexo II parece, por isso, excessivo e não corroborado por dados científicos. O comércio de coral vermelho é uma fonte de rendimento significativa em amplas áreas do Mediterrâneo, pelo que tal inclusão na CITES teria consequências significativas para a economia de muitos países, incluindo a Itália, das quais resultaria alarme público agudo e perda de postos de trabalho.

Por estas razões, somos contra a inclusão desta família de espécies no Anexo II da CITES. Além disso, pediria à Comissão Europeia que revisse a posição que adoptou até agora e que parece ser mais o resultado de um extremismo ambiental excessivo do que de uma análise científica ponderada.

Clemente Mastella (PPE), *por escrito*. – (IT) A Europa tem estado sempre atenta aos problemas associados à exploração excessiva de espécies selvagens e ao comércio ilegal da fauna e da flora.

Recordemos, porém, que a CITES deve basear as suas decisões em resultados e em dados científicos proporcionados pelos organismos internacionais apropriados. Há dois pontos que são particularmente sensíveis: a proposta de inclusão das espécies *Corallium spp.* e *Paracorallium spp.* no Anexo II e o pedido de inclusão do atum rabilho no Anexo I.

No que diz respeito ao coral, consideramos que se justifica reiterar a nossa posição, à luz do parecer negativo do painel de avaliação científica da FAO, de meados de Dezembro de 2009, que mostrou que não havia dados sobre o declínio das espécies que sustentassem a sua inclusão no Anexo II. Tudo isso iria prejudicar gravemente a competitividade da indústria de artesanato de produtos de coral, que é de grande importância em termos de economia e de emprego em certas áreas de Itália (Torre del Greco em especial, Alghero e Trapani).

Quanto ao atum, há países, como a França e a Itália, que estão muito preocupados com a pesca do atum rabilho e, portanto, com a conservação da espécie por forma a garantir a sua exploração sustentável. Podemos apoiar esta resolução, mas pedindo que a inclusão em causa seja condicionada ao adiamento da implementação da decisão por 12 a 18 meses e à oferta de compensação ao sector.

Véronique Mathieu (PPE), *por escrito*. – (FR) Contrariamente à impressão que algumas pessoas tendem a dar, a CITES não é um instrumento concebido para proibir o comércio; pelo contrário, o seu objectivo consiste em assegurar que o comércio internacional de espécies animais e vegetais selvagens não ameace a sobrevivência destas. Há duas semanas, tive oportunidade de me encontrar com o Ministro do Ambiente e do Turismo da Namíbia. Mediante a atribuição de um valor monetário efectivo aos elefantes na Namíbia e, desse modo, permitindo o estabelecimento de um comércio de elefantes rigorosamente regulamentado, há hoje condições para gerir e para proteger contra a caça furtiva. Graças a tais medidas, o número de animais pertencentes à espécie – cuja sobrevivência não está ameaçada – aumentou significativamente. À luz destes pontos, encorajo-vos a apoiar a proposta da Tanzânia e da Zâmbia de transferir o elefante africano do Anexo I para o Anexo II da CITES e a rejeitar a proposta do Quênia.

Edward Scicluna (S&D), *por escrito*. – (EN) Acredito fortemente no desenvolvimento sustentável e não questiono que o atum rabilho esteja a ser explorado em excesso e precise de protecção. A CITES tem sido utilizada com sucesso para proteger espécies exóticas contra a extinção, em casos em que é impossível controlar inúmeros caçadores furtivos, em especial em países em desenvolvimento. Mas será que temos a mesma situação neste caso?

O atum rabilho do Nordeste do Atlântico está a ser explorado em excesso por uma meia dúzia de empresas de arrasto, capturando, cada uma destas, milhares de toneladas. Essas empresas de arrasto são de grandes países da UE: França, Espanha e Itália. A UE não precisa de um organismo ambiental internacional para a ajudar a controlar a indústria da pesca em actividade nos seus Estados-Membros.

Evidentemente, temos de ser pragmáticos. Se a opinião política internacional for no sentido de não podermos impedir a inclusão do atum rabilho na CITES, usemos então de senso comum e de proporcionalidade incluindo a espécie no Anexo II, tal como foi sugerido por um grupo de peritos da FAO. Colocar o atum rabilho no Anexo I da CITES custaria à economia do meu país perto de 2% do PIB. Não é diferente de pedir que se encerre toda a indústria do salmão na Escócia de uma só vez. Quase 1% dos trabalhadores perderiam os seus empregos.

13. FEDER: elegibilidade das intervenções habitacionais a favor das comunidades marginalizadas (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre o relatório (A7-0048/2009), do deputado Lambert van Nistelrooij, em nome da Comissão do Desenvolvimento Regional, sobre a proposta de regulamento (CE) n.º .../2009 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à elegibilidade de intervenções no sector da habitação a favor das comunidades marginalizadas (COM(2009)0382 - C7-0095/2009 - 2009/0105(COD)).

Lambert van Nistelrooij, relator. – (NL) O Parlamento Europeu é dinâmico: passamos do peixe e da CITES para os seres humanos, porque é importante que também estes sejam tratados de maneira responsável. Congratulo-me com o facto de hoje conseguirmos alterar o Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que se refere à habitação de pessoas em circunstâncias difíceis, grupos marginalizados em toda a União.

Congratulo-me igualmente por termos conseguido chegar a acordo a semana passada, em primeira leitura, sobre um conjunto de problemas que se colocaram, no plano jurídico, no âmbito do Tratado de Lisboa. Em conjunto, apresentámos uma formulação para a primeira alteração legislativa ao abrigo do Tratado de Lisboa, a primeira alteração legislativa nesta nova legislatura do Parlamento Europeu. Toda uma série de outras questões ficou bloqueada, mas esta proposta vai avançar. Agradeço-vos também, Senhoras e Senhores Deputados, pela pressão que exerceram. Em conjunto, dissemos: "Este já era, efectivamente, um acordo nos termos do Tratado de Nice". No entanto, não houve progressos suficientes. Estava ligado a outras áreas, razão pela qual não se chegou a acordo sob a Presidência sueca.

Fala-se também de uma nova situação este ano, porque 2010 é o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, o melhor ano, de longe, para concretizar este tipo de instrumento. Juntamente com outros, exerci, por isso, grande pressão para que esta parte fosse completada, mesmo a tempo, diria eu.

Estou também satisfeito, porém, com o facto de os projectos que originalmente se destinavam a grupos problemáticos em áreas urbanas poderem agora ser também criados para implementação em áreas rurais. Além disso, o acordo aplicar-se-á a todos os países da União Europeia.

A ideia de coesão continua a ser uma combinação de coesão social, coesão económica e coesão territorial. Nesta proposta, a dimensão social, a coesão social surge em primeiro plano. Em todo o processo de consulta, tive também oportunidade de salientar alguns pontos, que vou agora reiterar perante vós: 1) alargamento a todos os Estados da UE, a todos os 27 Estados-Membros da União Europeia; 2) os critérios de sustentabilidade; e 3) a criação de critérios mais específicos para a integração deste tipo de projecto de construção na sociedade; muitas das actuais localizações não satisfazem efectivamente os critérios e, em vez disso, representam má habitação em maus locais. A reconstrução em maus locais não resolve nada. Gastar os fundos – e estamos a falar de quinhentos milhões de euros por ano que podem ser pagos no âmbito dos fundos regionais – é algo que, só por si, não se justifica, se não escolhermos boas localizações; daí que se especifiquem critérios mais pormenorizados.

É claro que nada disto irá resolver o problema dos 9 milhões de Ciganos, mas a habitação é essencial, o elemento físico é importante e os Estados-Membros podem agora tratar de fazer algo. Peço à Comissão Europeia, ao Comissário cessante, que nos diga se iremos ser informados mais pormenorizadamente sobre a implementação da totalidade do pacote e se iremos ser envolvidos na mesma.

Por fim, nos meus cargos anteriores, fui responsável, entre outras coisas, pelo problema das caravanas nos Países Baixos e vi o quanto era difícil lidar com isto. Fiz visitas à Roménia e a outros países da Europa Oriental e reconheço muito do que vi. Penso que, de facto, é muito bom que sejamos agora capazes de tomar esta decisão. Sem boa habitação, bons locais e política social suplementar, educação e emprego, não teremos sucesso. Estou muito contente por conseguirmos fazer isto e agradeço a todos a cooperação sólida que tivemos nos últimos meses.

Paweł Samecki, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, a proposta que hoje estamos a debater é um sinal palpável do empenhamento de todas as Instituições da UE na promoção da integração de comunidades extremamente marginalizadas e desfavorecidas na sociedade. A proposta vai ao encontro do pedido do Parlamento e do Conselho e confirma que os Fundos Estruturais têm um papel a desempenhar,

não só contribuindo financeiramente, mas também promovendo uma abordagem integrada para fazer face às condições sociais e económicas de comunidades marginalizadas.

A proposta visa especificamente a população cigana, que, na Europa, ascende a 10 milhões de pessoas. No entanto, de acordo com os princípios básicos comuns sobre a inclusão dos Ciganos, a proposta não exclui outros grupos marginalizados que partilhem circunstâncias socioeconómicas semelhantes.

A actual proposta de compromisso alarga as intervenções no sector da habitação para comunidades marginalizadas a todos os 27 Estados-Membros, e não apenas à UE-12, tal como inicialmente proposto pela Comissão. O actual artigo 7.º aplica-se apenas a intervenções no sector da habitação em áreas urbanas, enquanto a alteração propõe que as intervenções no sector da habitação sejam também permitidas em áreas rurais. Esta extensão justifica-se, uma vez que a maioria da população cigana na UE-12 está instalada em áreas rurais, e não em áreas urbanas.

Nos termos da alteração proposta, é elegível quer a renovação de habitações existentes, quer a construção de novas habitações. Com efeito, a renovação de habitações de qualidade extremamente fraca pode resultar num desperdício de recursos públicos. Durante a discussão da proposta, a Comissão do Desenvolvimento Regional solicitou uma referência específica a medidas de dessegregação. O considerando 6 da proposta inclui agora essas medidas de dessegregação como exemplos de acções que deveriam acompanhar as intervenções no sector da habitação. Com efeito, as unidades habitacionais segregadas implicam insegurança, acesso difícil à educação e ao emprego e exposição a ataques violentos e criminalidade. A criação de novas áreas marginalizadas, ainda que com habitações decentes e apoiadas pelo FEDER, não é, de todo, o nosso objectivo.

Sabemos que muitos Estados-Membros instituíram políticas de integração das comunidades ciganas com incidência especial na habitação. A implementação dessas políticas não é tarefa fácil. Os Fundos Estruturais podem participar nesse esforço, apoiando não só a habitação, mas também, o que é mais importante, acções destinadas a melhorar as capacidades produtivas dessas comunidades, tais como o apoio a PME, às mulheres, a iniciativas de empreendedorismo, etc.

A este propósito, gostaria de salientar que o principal objectivo da política de coesão é a convergência das economias regionais, através do fomento das suas capacidades produtivas.

Como certamente sabem, o novo regulamento será acompanhado de uma declaração da Comissão – e, seguramente, da maior parte dos Estados-Membros – segundo a qual a elegibilidade das intervenções no sector da habitação em favor de comunidades marginalizadas em toda a União Europeia ao abrigo do FEDER é de natureza excepcional. Tal excepção não deve, de modo algum, ser vista como uma abertura geral da política de coesão ao financiamento de intervenções no sector da habitação.

Gostaria agora de me referir à proposta da Comissão do Desenvolvimento Regional no sentido de se inserir no texto um considerando específico sobre a comitologia. Neste contexto, gostaria de recordar que, em princípio, foi encontrada entre as três Instituições uma solução horizontal de disposições transitórias relacionadas com a comitologia. O objectivo da Declaração do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão relativa à aplicação do artigo 291.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia é o de evitar que sejam suscitadas discussões institucionais em cada processo, durante o período transitório, enquanto se aguarda a entrada em vigor de um novo regulamento-quadro sobre a comitologia. A Comissão lamenta, por isso, a introdução do referido considerando, mas não irá bloquear – por esta razão – o acordo em primeira leitura entre os co-legisladores.

Fico a aguardar o debate com grande expectativa.

Jan Olbrycht, em nome do Grupo PPE. – (PL) Senhor Presidente, gostaria de salientar que a alteração ao regulamento hoje em apreço tem um duplo significado. Por um lado, diz respeito directamente aos problemas de sociedades marginalizadas, ainda que esta expressão não seja muito bem definida. Por outro lado, no entanto, introduz um elemento que também é muito importante para a economia. Refiro-me à possibilidade de financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para a construção de habitação, que causou uma controvérsia muito séria durante a última legislatura do Parlamento Europeu. É, sem dúvida, um efeito muito surpreendente da crise – argumentos que os deputados ao Parlamento Europeu apresentaram há vários anos foram rejeitados, e a despesa com habitação só foi aceite para os novos Estados-Membros, ao passo que hoje, à luz das novas condições económicas e financeiras, há consentimento para se utilizarem os fundos para habitação num contexto altamente específico. Penso que a experiência que está em curso e que

constitui um elemento muito positivo deve ser prosseguida e que a despesa com habitação deve ter um lugar na futura política de coesão, tal como tem hoje.

Georgios Stavrakakis, *em nome do Grupo S&D*. – (EL) Senhor Presidente, gostaria de começar por felicitar o relator, senhor deputado van Nistelrooij, que, graças à sua persistência e paciência durante o último trílogo, conseguiu assegurar que este importante relatório fosse submetido a debate hoje e votado amanhã e que não desperdiçássemos um tempo precioso adiando-o para Março.

O relatório é extremamente importante porque prevê que o âmbito de aplicação do regulamento no que se refere à elegibilidade das intervenções no sector da habitação em favor de comunidades marginalizadas seja alargado a toda a União Europeia, em vez de se limitar aos novos Estados-Membros, tal como previa a proposta inicial da Comissão Europeia.

Não era concebível, nem para os membros do meu grupo político, nem para a nossa comissão parlamentar, que os antigos Estados-Membros não fossem incluídos neste alargamento do âmbito de aplicação do regulamento, porque – como todos sabemos – os problemas de habitação com que se defrontam os grupos sociais marginalizados, em especial os Ciganos, são uma questão grave, com repercussões sociais em todos os Estados-Membros da União Europeia.

Entendemos que o relatório e o alargamento do âmbito das intervenções no sector da habitação a toda a União Europeia reforçam a coesão entre todas as regiões, sem discriminação entre antigos e novos Estados-Membros. Envia uma mensagem clara de que o financiamento da Comunidade se baseia no princípio do combate aos problemas sociais, independentemente da região da União onde estes ocorram.

Karima Delli, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhor Presidente, 2010 é o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e é neste contexto que vamos adoptar, espero, o relatório do senhor deputado van Nistelrooij, que representa um avanço importante na melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, na medida em que torna elegíveis para as ajudas comunitárias, através do FEDER, projectos de reabilitação e de construção de habitações e de luta contra a precariedade energética em todos os Estados-Membros.

Esta proposta, que é apoiada pelo Conselho da Europa, era esperada há muito tempo por todos aqueles que lutam pelo respeito dos direitos de integração das comunidades marginalizadas e dos Ciganos em particular.

Em nome do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, saúdo o facto de a União estar a investir fortemente na melhoria da habitação das comunidades mais desfavorecidas, mas não devemos parar agora que estamos no bom caminho. Estaremos muito vigilantes em relação à utilização concreta destes fundos, uma vez que estes não devem implicar a exclusão das comunidades marginalizadas.

De facto, existem numerosos exemplos de projectos de renovação urbana, como a reabilitação do centro de Barcelona, e os trabalhos de recuperação dos centros históricos nos novos Estados-Membros, que beneficiaram sobretudo a especulação imobiliária através da explosão das rendas e das despesas de condomínio, o que levou, por sua vez, ao afastamento das famílias mais desfavorecidas dos centros das cidades.

Estas pessoas devem imperativamente beneficiar de um verdadeiro acompanhamento social e de acesso a todos os serviços públicos, como a educação, a saúde e os transportes públicos, mas – tal como propusemos durante o exame em comissão – devem também dispor de recursos suficientes para que se possam manter nestas zonas, de modo a evitar o fenómeno da "gentrificação".

O Parlamento deverá avaliar os projectos realizados antes da renovação destes fundos em 2013 e deverá estar envolvido na elaboração do futuro regulamento que fixará os critérios de elegibilidade, em especial em matéria de transparência, de forma a assegurar que todas as populações vulneráveis sejam os verdadeiros beneficiários destes fundos e possam viver de uma forma digna, a longo prazo.

Oldřich Vlasák, *em nome do Grupo ECR*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sabemos o que são guetos e bairros degradados com base na nossa própria experiência. As pessoas que vivem nestes locais auferem os salários mais baixos e são frequentemente desempregadas ou dependentes da assistência social. São pessoas que não pagam atempadamente a renda, as contas da electricidade ou da água. O lixo encontra-se frequentemente espalhado pelas ruas e pátios destes bairros. Todos os edifícios que são partilhados ou que não são propriedade de ninguém encontram-se em mau estado de conservação. Sabemos, com base na nossa própria experiência, que vivem nestes locais grupos socialmente marginalizados. Estes podem consistir em apenas algumas famílias ou indivíduos que residem num único prédio de apartamentos ou

podem ocupar um bairro inteiro com milhares de habitantes. A localização pode ser no centro de uma cidade ou na periferia, ou mesmo completamente fora das zonas urbanizadas.

É, portanto, positivo que a alteração proposta alargue o âmbito de aplicação das dotações dos fundos comunitários de modo a incluir as habitações de grupos marginalizados e a permitir o investimento de recursos não só nas cidades, mas também nas zonas rurais, quer reparando o parque habitacional existente, quer construindo novas casas. Acredito sinceramente, no entanto, que o mero investimento físico na infra-estrutura não resolverá os problemas dos guetos. O facto de o lixo ser removido, de as fachadas serem reparadas, as entradas renovadas e as construções pintadas não significa, por si só, que um local não tenha, passados alguns anos, a mesma aparência que tem agora. Os guetos não são apenas uma questão de ambiente ou dos edifícios, mas também têm a ver com as pessoas que lá vivem. No futuro, deveremos, portanto, procurar formas de combinar este investimento com o trabalho social local, com o apoio ao emprego para as pessoas que vivem nos guetos e, em especial, dar condições aos jovens para se libertarem da armadilha da pobreza. Só assim os guetos e os bairros degradados poderão tornar-se partes dignas das nossas cidades.

David Campbell Bannerman, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, com a alteração 1 desta resolução em matéria de habitação propõe-se alargar a utilização do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional a todos os Estados-Membros, e não apenas aos que aderiram em 2004. Portanto, isto é directamente relevante para o Reino Unido.

Resulta claramente da resolução que a população cigana é a maior comunidade marginalizada prevista no relatório que receberá apoio, para além de outras pessoas em condições socioeconómicas semelhantes.

O orçamento global da política de coesão europeia é um montante impressionante de 347 mil milhões de euros ao longo de sete anos – superior, inclusive ao de muitas economias.

Os meus eleitores de Anglia Oriental já estão muito preocupados com a dimensão das comunidades nómadas e ciganas, em especial no Essex. Ficarão ainda mais irritados se alguma destas medidas facilitar ainda mais o aumento da imigração massiva da UE.

O Reino Unido já assistiu a um crescimento na população de três milhões e meio – metade de Londres – nos doze anos desde que o Governo Trabalhista ascendeu ao poder em 1997. Dado, também, que quase nove décimos das novas habitações britânicas – 86% – serão dedicados à imigração nos próximos 30 anos, as propostas como esta parecem ser mais uma ponte para uma imigração importante para o Reino Unido. Não temos espaço. É uma questão de espaço, e não de raça.

A imigração controlada através de autorizações e vistos é algo positivo, mas a imigração sem controlo é mau, porque é a via mais rápida para o extremismo, que nenhum de nós deseja.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, o apoio às intervenções no sector da habitação a favor dos agregados em condições socioeconómicas particularmente difíceis é, em si mesmo, uma excelente ideia. Também se pode considerar como muito louvável o facto de as zonas urbanas e rurais poderem agora beneficiar igualmente do apoio. No entanto, o apoio não deve, de forma alguma, ser apenas atribuído a alguns Estados-Membros e a determinadas comunidades, favorecendo, assim, claramente esses grupos. Isso seria manifestamente uma discriminação contra os outros grupos. No entanto, é precisamente isso que esta proposta faz. Concentra-se, em especial, na população cigana e também nos migrantes legais.

Além disso, a marginalização deve ser sempre combatida em duas frentes – por um lado, pelas autoridades públicas mas, por outro lado, também pelos grupos afectados, que devem desempenhar igualmente um papel activo na sua própria integração. Por último, necessitamos de avaliar muito cuidadosamente a validade de todas estas medidas e necessitamos de dizer um “não” categórico à preferência com base em critérios étnicos.

Livia Járóka (PPE). – (HU) Gostaria de saudar as alterações ao Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e de felicitar o senhor deputado van Nistelrooij, pelo seu relatório. O FEDER apoia numerosos programas que poderiam melhorar e que melhoram significativamente as condições de vida dos Ciganos, que são a maior e a mais excluída minoria da Europa, sem esquecer outros grupos que se encontram em condições socioeconómicas semelhantes.

Há muito que existia o objectivo de que as disposições relativas ao sector da habitação deixassem de se limitar apenas às cidades, e se alargassem à construção de novas habitações, e de que estas formas de apoio também fossem disponibilizadas aos antigos Estados-Membros, uma vez que este problema afecta toda a Europa. As regiões que, comparadas com a média regional, são consideravelmente subdesenvolvidas e “guetizadas”

constituem um obstáculo ao desenvolvimento de toda a Europa. Uma proporção significativa de Ciganos vive em regiões desfavorecidas de toda a Europa, regiões que são desenvolvidas com a ajuda de apoios consideráveis.

É necessária uma acção imediata e conjunta. Por este motivo, devemos considerar cuidadosamente, a nível da União Europeia, a limitação de alguns dos recursos exclusivamente ao nivelamento de algumas unidades estatísticas do nível LAU 1. É muito importante incluir uma abordagem integrada neste regulamento, garantindo a execução das disposições no contexto de um quadro mais amplo e mais complexo, que tenha em consideração perspectivas como a educação, a actividade económica e também os serviços públicos. O que é necessário, de acordo com as posições assumidas pelo Parlamento Europeu, é um plano de acção comunitário complexo que abranja as partes e os ciclos e que, com a ajuda de recursos financeiros adequados e da força da lei, seja capaz de alcançar uma melhoria substancial de cada um dos indicadores Laeken que reflectem a verdadeira extensão da exclusão social.

Monika Smolková (S&D). – (SK) A política regional tem por objectivo eliminar as diferenças económicas e sociais. A UE tem 27 Estados-Membros divididos em 271 regiões. Uma em cada quatro regiões tem um PIB *per capita* que é 75% inferior à média dos 27 países da UE, o que é verdadeiramente assustador.

A política regional europeia oferece uma mais-valia, através das medidas que são directamente aplicadas no terreno. Ajuda a financiar projectos específicos a favor das regiões, cidades e aldeias e os seus habitantes. No ano passado, foi dado um passo muito positivo quando o OEP alterou as regras do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional de modo a que todos os Estados-Membros o pudessem utilizar para reduzir o consumo energético dos edifícios.

Hoje em dia, já temos resultados positivos concretos. Em muitas cidades, não temos apenas edifícios bem isolados: o valor estético, a qualidade de vida e o custo de vida reduzido não são, de forma alguma, negligenciáveis. Sou deputado pela Eslováquia Oriental, uma das regiões que se encontram muito abaixo da média da UE. Saúdo, por conseguinte, o novo projecto de regulamento, que se destina a alargar a elegibilidade da habitação a favor dos grupos marginalizados.

No século XXI, existem muitos grupos de pessoas que vivem em condições degradantes. O seu estatuto social não lhes permite obter melhores condições de habitação para si próprios e para os seus filhos. Por conseguinte, as autoridades locais poderão, gradualmente, integrar este grupo de habitantes na maioria. Saúdo e apoio esta proposta, juntamente com os meus colegas da Eslováquia e do Grupo S&D.

Trevor Colman (EFD). – (EN) Senhor Presidente, o problema que este relatório e as suas alterações sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional procuram alegadamente abordar é o problema dos "sem-abrigo" ou, como refere o relatório, das comunidades marginalizadas. A solução da UE é lançar milhões de euros para a renovação e construção de milhares de habitações.

Este relatório destinava-se inicialmente ao financiamento do sector da habitação nos Estados-Membros que aderiram à UE em 1 de Maio de 2004 ou em data posterior. Agora, os fundos deverão ser atribuídos a todos os Estados-Membros. De acordo com o Relatório do Observatório do Sudoeste de 2007 relativo aos condados do sudoeste da Inglaterra, a população da região tem crescido rapidamente, exclusivamente por causa da migração. Apesar da forte e crescente oposição pública a estes desenvolvimentos, e do facto de muitas das zonas de construção propostas não serem adequadas, o programa de construção de casas da UE no Reino Unido é imposto em completo desrespeito dos processos democráticos.

O Conselho dos Líderes do Sudoeste assumiu agora o controlo e a aprovação da planificação – um exemplo típico da UE de poderes legislativos conferidos a um órgão não legislativo. O sentimento geral no Reino Unido é de descontentamento crescente. A imigração ilimitada e descontrolada está a alimentar a revolta das populações. O financiamento para apoiar a construção de casas no Reino Unido, e encorajar mesmo a vinda de um maior número de imigrantes para as nossas costas, só agrava uma situação já de si instável.

A menos que, tal como se previa originalmente, este relatório se dirija apenas aos países que aderiram à UE em 1 de Maio de 2004 ou depois desta data, o modo de vida no Reino Unido, em especial nas zonas rurais, será significativamente alterado, com o inevitável ressentimento violento por parte do povo britânico.

Iosif Matula (PPE). – (RO) Saúdo o relatório que foi apresentado e felicito o senhor deputado van Nistelrooij pela forma como o preparou e o concluiu. Penso que o regulamento relativo ao FEDER deve ser alterado para permitir que os Estados utilizem estes recursos na renovação e construção de habitações para as

comunidades marginalizadas. O objectivo das acções realizadas pelas autoridades nacionais e locais deve ser a inclusão social sustentável destas comunidades, tanto nas cidades, como nas zonas rurais.

Saúdo o facto de que o esforço concentrado de apoio à comunidade cigana deva envolver todos os Estados-Membros da União Europeia. Isto porque a população cigana é a maior comunidade marginalizada da Europa, com uma elevada mobilidade transfronteiriça dentro da Europa. No entanto, também devemos ter em consideração as necessidades de outras comunidades, em especial as que incluem os imigrantes legais, assim como as comunidades de trabalhadores temporários empregados noutros Estados da UE. Por estes motivos, é uma boa ideia permitir que os recursos do FEDER sejam utilizados para a habitação em todos os países da UE.

Acredito no sucesso deste programa e espero que o continuemos, lançando uma nova fase de apoio às famílias das comunidades marginalizadas, fornecendo-lhes serviços adequados e ajudando-as a encontrar e a manter empregos, em especial durante a crise actual. Sou a favor deste relatório que também permitirá à Roménia aceder a fundos para facilitar a inclusão social das pessoas marginalizadas, incluindo os Ciganos, tanto nas zonas urbanas como nas rurais.

Luís Paulo Alves (S&D). - Este relatório relativo ao FEDER tem o intuito de alargar a elegibilidade das intervenções no sector da habitação a favor das comunidades marginalizadas nos nossos Estados-Membros. Até ao momento, este apoio aplicava-se apenas às comunidades marginalizadas que residiam nas zonas urbanas dos novos Estados-Membros. Ou seja, uma vez que a grande maioria deste tipo de comunidades vive em áreas rurais e em abrigos, estas comunidades não podiam beneficiar do apoio para substituir habitações de má qualidade.

Trata-se, no fundo, de colmatar uma lacuna e dar aos Estados-Membros e às suas regiões maiores possibilidades na política de mitigação das dificuldades específicas destas comunidades.

Saúdo também a igualdade de tratamento para todos os Estados-Membros, pois as comunidades marginalizadas com necessidades de apoio e de integração merecem a nossa preocupação, independentemente do Estado-Membro a que pertencem.

Ao concluir, em primeira leitura, este importante relatório na luta contra a pobreza e pela dignidade humana consegue-se igualmente a sua rápida aplicação no âmbito do plano de relançamento económico, respondendo de forma célere à crise que nos afecta.

Sophie Briard Auconie (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política de coesão europeia foi criada para dar respostas concretas, com a ajuda de recursos financeiros adequados, às questões colocadas pelas outras políticas europeias. Tratava-se, em especial, de ajudar os Estados-Membros mais frágeis a fazerem face à concorrência no seio do mercado interno.

Hoje em dia, a sua principal tarefa consiste em encontrar soluções para os desafios apresentados pela abertura das fronteiras e pela livre circulação de pessoas, que são coisas muito positivas mas que podem criar dificuldades temporárias. A questão das condições de vida dos Ciganos está ligada à da abertura das fronteiras. Trata-se de uma questão eminentemente europeia. Por conseguinte, faz todo o sentido que todos os Estados-Membros possam utilizar o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o FEDER, para construir habitações para os Ciganos e assim assegurar a verdadeira solidariedade entre os Europeus.

Através de diversas alterações que apresentei na Comissão do Desenvolvimento Regional, solicitei que esta medida fosse alargada a todos os Estados-Membros da União Europeia. Congratulo-me com o facto de esta ideia ter sido aceite e dou o meu pleno apoio ao texto alterado.

A meu ver, esta elegibilidade acrescida da habitação para as despesas co-financiadas pelo FEDER deve levar-nos a considerar outros possíveis desenvolvimentos, a médio e a longo prazo, quer em termos de elegibilidade dos fundos, quer da sua afectação a determinadas prioridades estratégicas.

Kinga Göncz (S&D). – (HU) Também saúdo com satisfação a alteração ao regulamento do FEDER e acredito que este é agora um instrumento concreto que poderá ser de grande ajuda para encontrar soluções de âmbito verdadeiramente europeu para melhorar a situação das comunidades ciganas, ainda que este instrumento não esteja exclusivamente ao serviço destas comunidades, mas também de outras comunidades marginalizadas.

Aos colegas que falavam de imigração, gostaria de dizer que, afinal de contas, se as diferenças diminuirmos e as condições de vida melhorarem, este instrumento deverá contrariar a imigração, e penso que também poderemos contar com este resultado.

Gostaria de enumerar alguns aspectos que devem, em todo o caso, ser tidos em consideração no regulamento e na sua aplicação. É muito importante que estes recursos estejam disponíveis não só em áreas urbanas mas também nas rurais, para que possam ser utilizados para aumentar o fornecimento de habitação, através da renovação e da construção de novas habitações, que a redução da segregação seja um objectivo importante, e que a abordagem seja integrada; assim, deve ser acompanhada de programas educacionais e ocupacionais, de uma forma que represente uma solução sustentável e duradoura. Gostaria de acrescentar que uma prioridade importante da Presidência tripartida é a melhoria da situação dos Ciganos. A Presidência espanhola está a dar passos significativos nesta direcção, e a Presidência húngara continuará também a fazê-lo.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de felicitar o senhor deputado Nistelrooij pelo seu trabalho e liderança neste domínio de grande importância.

Ter uma casa é algo a que muitas pessoas aspiram, e isso lembra-me os primeiros versos de um poema irlandês que aprendi há muito tempo. Era assim: "Oh, ter uma casinha! | A lareira, a cadeira e tudo! | A cristaleira cheia de loiça brilhante de Delft, | O monte de turfa contra a parede!".

Penso que o que estamos a fazer aqui hoje é ajudar muitas pessoas em toda a União Europeia, mas especialmente a comunidade cigana, a realizar este sonho.

Há uma questão que tem sido salientada e, depois de discutida, sugerimos que seja alargada a outros grupos marginalizados. Em especial, estou a pensar na minha própria zona de Limerick onde, em locais como Myross e Southill, os habitantes tanto têm sofrido devido ao tráfico da droga e à violência associada. Existe actualmente a necessidade de uma recuperação importante para aliviar estas terríveis situações.

Ao abrigo destas propostas, isto pode ser feito, e também será muito importante no relançamento da indústria da construção, que sofreu imensamente em toda a União Europeia em consequência da contracção económica.

Assim, estamos a avançar no momento certo e isto pode beneficiar os mais marginalizados, de forma que todos poderão aspirar a ter uma casa, uma lareira, um banco e a loiça brilhante de Delft.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) A elegibilidade das intervenções no sector da habitação financiadas pelo FEDER a favor das comunidades marginalizadas vai ajudar os Estados-Membros a melhorarem a absorção dos fundos comunitários. Pessoalmente, penso que esta elegibilidade deve ser aplicada a todos os Estados-Membros.

O Regulamento (CE) n.º 1080/2006 foi recentemente modificado para permitir a todos os Estados-Membros melhorar a eficiência energética das habitações. O novo texto estipula uma taxa de 4%. Para maior coerência textual e redução da burocracia, teria sido talvez uma boa ideia mantermos a mesma percentagem.

As novas disposições estipulam a necessidade de promover alguns projectos de desenvolvimento urbano para as zonas ameaçadas por degradação física ou exclusão social, assim como para as comunidades marginalizadas. Isto também inclui as zonas afectadas por catástrofes naturais, tais como inundações ou terramotos. Gostaria de concluir, Senhor Presidente, instando a Comissão a unir forças com os Estados-Membros e a utilizar 2010 para rever os programas operacionais, de forma a aumentar a absorção de fundos comunitários com vista à melhoria do parque habitacional social.

Jan Březina (PPE). – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é um facto bem conhecido que as consequências da actual económica atingem mais duramente os grupos de cidadãos socialmente vulneráveis. Saúdo, por conseguinte, o facto de a UE estar a procurar maneiras de ajudar estas pessoas. Embora já seja possível a intervenção do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para ajudar os grupos marginalizados que vivem nas cidades, até agora as zonas rurais estavam praticamente excluídas deste tipo de intervenção e deviam contentar-se com as ajudas do Fundo de Desenvolvimento Rural que é financeiramente mais fraco. Acredito sinceramente que este desequilíbrio financeiro deve ser corrigido. É importante que as despesas reconhecidas não se limitem à substituição de edifícios existentes por novos edifícios, mas que incluam também a renovação dos edifícios residenciais existentes. Isto ampliaria dramaticamente a gama de intervenções possíveis e aumentaria a eficácia das medidas.

Nos novos Estados-Membros em especial, a situação da habitação destes grupos é, muitas vezes, crítica e as soluções requerem a intervenção imediata e decisiva dos organismos públicos. Está a ser aberta uma extensa oportunidade de utilização dos Fundos Estruturais da UE para suplementar de forma eficaz os recursos nacionais que são, em si mesmos, insuficientes para produzirem uma melhoria fundamental da situação.

Concordo plenamente com a referência especial à inclusão da população cigana como a maior comunidade marginalizada na Europa, e subscrevo, simultaneamente, o entendimento de que as intervenções especificamente dirigidas a esta comunidade enquanto grupo-alvo não devem excluir outras pessoas que se encontrem em circunstâncias socioeconómicas semelhantes.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) As pessoas em toda a União Europeia têm problemas para renovarem as suas habitações, mas a situação é especialmente complicada nos novos Estados-Membros da União Europeia. Os novos Estados-Membros estão unidos por um traço comum – todos herdaram os edifícios ineficientes de apartamentos, cuja manutenção é muito dispendiosa, e cujos processos de renovação são muito lentos ou inexistentes. É muito importante que a aplicação deste regulamento não se limite exclusivamente às grandes comunidades socialmente isoladas, mas que as suas disposições também possam ser aplicadas aos grupos mais vulneráveis em termos sociais, como os deficientes, os pobres, as jovens famílias carenciadas, os imigrantes e outros que também sofrem o isolamento social e não têm possibilidades de renovar as suas habitações. Estou convencido de que, tirando partido da ajuda dos Fundos Estruturais, este documento dará a oportunidade a todas as regiões da União Europeia de investir em infra-estruturas sociais, garantindo o acesso à habitação, e isto, por sua vez, ajudará não só a reduzir o isolamento social, mas contribuirá também para a criação de uma política de protecção ambiental, económica e social estável em toda a Comunidade.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Senhor Presidente, a proposta da Comissão Europeia respeitante ao Regulamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional parte do princípio de que as iniciativas no sector da habitação podem ser executadas exclusivamente nas zonas urbanas e sob a forma de renovação da habitação existente. As disposições não abrangem as zonas rurais, o que significa que muitas pessoas de grupos sociais marginalizados que vivem nos países da Europa Central e Oriental não beneficiarão das soluções propostas. Isto resulta do facto de, nos novos Estados-Membros, os grupos mais pobres, que sofrem exclusão social por causa do seu estatuto material, viverem sobretudo em zonas rurais.

Na minha opinião, a introdução de alterações será um complemento positivo do regulamento, que assim também permitirá conceder protecção a comunidades que vivem fora das zonas urbanas, constituindo um apoio significativo à intervenção do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural. As alterações deste tipo permitirão melhorar o estatuto material das comunidades mais pobres, em que as pessoas são desfavorecidas por causa do local onde vivem. Isto provém da circunstância de, nos novos Estados-Membros, a diferença do nível de vida entre zonas rurais e urbanas ser muito superior à da Europa Ocidental. Nesta parte da Europa, infelizmente, o estatuto material é ainda uma barreira visível para aceder à educação, ao emprego e à participação na vida cultural. A garantia de melhores condições de habitação aos grupos de pessoas que sofrem a maior exclusão social abrir-lhes-á o caminho para melhorarem o seu estatuto social e constituirá um estímulo para o seu próprio desenvolvimento. As administrações locais e as organizações não governamentais devem unir esforços para ajudar a combater a exclusão social.

Nuno Teixeira (PPE). - Senhor Presidente, Senhor Comissário, permitam-me que comece por destacar o papel do relator, o senhor deputado van Nistelrooij, pelo seu trabalho na busca de consensos nesta matéria e também pela disponibilidade que sempre manifestou para incorporar outros contributos no seu relatório.

Amanhã votaremos alterações ao Regulamento FEDER que assumem particular importância para os chamados antigos Estados-Membros e também para Portugal. Estas alterações vão permitir estender a utilização do FEDER no sector da habitação a favor de comunidades marginalizadas, já que actualmente este Fundo apenas pode ser atribuído a operações de desenvolvimento urbano.

As alterações que propus, em conjunto com outros colegas, e que foram aprovadas por larga maioria na Comissão de Desenvolvimento Regional, vão permitir que os antigos Estados-Membros, e não apenas os novos, tal como previa a proposta original, possam também beneficiar desta possibilidade de financiamento.

Com isto tentei evitar que se abrisse um precedente, que considero perigoso, e que excluiria todos os antigos Estados-Membros desta e, provavelmente, de outras utilizações adicionais de ajudas comunitárias. O que não faria qualquer sentido, já que os problemas de carácter habitacional, sobretudo entre comunidades marginalizadas, existem tanto nos novos como nos antigos Estados-Membros.

Aproveito para reiterar que a antiguidade da adesão à União Europeia não deve ser critério para a atribuição de Fundos Estruturais e que este critério deve ser liminarmente abandonado.

A negociação da política de coesão pós-2013 deve basear-se na solidariedade visando a coesão territorial e deve ser orientada para premiar, em vez de castigar, as regiões que se têm mostrado exemplares na utilização das ajudas comunitárias.

Artur Zasada (PPE). – (PL) Senhor Presidente, no contexto da discussão de hoje, gostaria de chamar a atenção para a proposta controversa de alteração do artigo 47.º do Regulamento da Comissão de 2006. Este artigo refere que as zonas seleccionadas para as operações de intervenção no sector da habitação deverão satisfazer pelo menos três dos critérios enumerados no artigo. No entanto, o novo regulamento propõe a qualificação com base em apenas um dos critérios, o que significa que, na prática, zonas não elegíveis poderão candidatar-se aos fundos mediante o ajustamento da sua situação aos requisitos legais. Gostaria de salientar, por exemplo, que o critério de "um nível baixo da actividade económica" é muito fácil de alcançar nos novos bairros sociais construídos nas zonas rurais. Depois, em vez de beneficiar os mais necessitados, a ajuda à habitação beneficiará os promotores e os residentes afluentes dos novos bairros.

Frédéric Daerden (S&D). – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, é claro que a habitação é uma questão difícil de tratar a nível europeu porque não faz realmente parte das competências da União Europeia. No entanto, é amplamente aceite que a promoção de habitação de qualidade é necessária para garantir a coesão social e para contribuir para o sucesso do plano de recuperação da Comissão.

Alegro-me, portanto, pelo facto de o financiamento dos investimentos no sector da habitação e, em especial, na área da eficiência energética, estar a ser crescentemente coberto pelos Fundos Estruturais, mas devemos ir mais além. Assim, para além desta proposta, devemos dar especial atenção aos sem-abrigo, os quais se estimam na Europa em quase três milhões.

Este é o motivo pelo qual este ponto constitui uma das prioridades da Presidência belga, que entrará em funções na segunda metade de 2010. Espero que tal permita colocar este assunto na ordem do dia europeia, para que possamos trabalhar de uma forma ainda mais concreta. Este trabalho implicará, designadamente, a introdução de métodos de recenseamento precisos das pessoas "sem-abrigo" a fim de obter um conhecimento global deste fenómeno, e aumentar o apoio à habitação social.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, sei que este relatório se refere especialmente às famílias ciganas e a outros grupos específicos.

Quero salientar que todas as pessoas merecem e necessitam de uma habitação social que cumpra a sua finalidade. No entanto, este Parlamento não deve esquecer que existem muitas pessoas em comunidades normais, quer no interior das cidades, quer em zonas rurais, que vivem em condições muito precárias e que não conseguem aceder a uma habitação decente. Estas pessoas devem saber que este Parlamento reconhece a sua necessidade. São igualmente marginalizadas, independentemente de o serem por razões de pobreza, drogas ou crime.

Uma questão que está a preocupar os fornecedores de habitação social na Irlanda do Norte são as normas em matéria de adjudicação pública. Assim, embora estas normas se destinem a promover a concorrência leal em toda a União Europeia, estão a ter efeitos negativos imprevistos para a promoção da habitação social tão necessária nas comunidades marginalizadas, sobretudo por causa da dificuldade em obter terra no que era, até há pouco tempo, um mercado de especuladores.

A Irlanda do Norte foi seriamente afectada por isto e, no ano passado, o problema traduziu-se na necessidade de efectuar substituições no programa de habitação social, respeitantes a 500 das 1 500 habitações previstas.

Estas são questões que também precisamos abordar. Gostaria de encorajar este Parlamento a considerá-las como parte do problema da habitação nas comunidades marginalizadas.

Rareș-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) As novas regras sobre a elegibilidade no sector da habitação dão exemplo do modo como os mesmos fundos podem ser utilizados com maior eficácia, sem serem reforçados.

O primeiro passo foi dado o ano passado quando as regras de utilização dos fundos comunitários para melhorar a eficiência energética foram flexibilizadas. Sobre este ponto, gostaria apenas de dizer que este foi um pequeno passo e que a percentagem permitida poderia ser reexaminada. O segundo passo é o que está a ser dado hoje.

Em ambos os casos, houve uma adaptação dos textos que, por vezes, remontam a períodos muito diferentes do período que estamos actualmente a atravessar. É por este motivo que me interrogo sobre a questão de

saber se outros aspectos da utilização dos fundos comunitários não deveriam ser também reexaminados a fim de se alterarem os critérios que já não satisfazem as necessidades actuais.

Petru Constantin Luhan (PPE). – (RO) 2010 é o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Infelizmente, há um elevado número de pessoas que se debatem com a pobreza extrema e a marginalização, em contradição com os princípios e valores fundamentais da União Europeia. A vulnerabilidade destas comunidades aumentou de forma visível durante o período actual de crise económica. Neste contexto, saúdo a iniciativa de alargar as condições de elegibilidade do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que é um instrumento importante e vital na luta contra a pobreza.

Devido à má qualidade das condições de habitação, considero que é necessário acelerar a concessão da ajuda financeira. O apoio financeiro deve ser oferecido para o sector da habitação tanto nas zonas urbanas como nas rurais. Além disso, sempre que é atribuído este apoio, não deve ser feita distinção entre a população cigana e outros grupos sociais em situações semelhantes.

Paweł Samecki, Comissário. – (EN) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao relator pelo seu trabalho. Muito obrigado. Em segundo lugar, dois comentários sobre a substância do debate. Ouvi algumas preocupações sobre os potenciais efeitos laterais sob a forma de um acréscimo da imigração. De facto, esta proposta não trata de incentivos à imigração; trata de dar resposta à situação actual. Penso que deve ser considerada, como referiu a senhora deputada Göncz, como um desincentivo à imigração.

Passo agora ao segundo comentário sobre a substância. A Comissão aguarda certamente com expectativa a revisão dos programas operacionais: esta vai depender da iniciativa das autoridades nacionais e regionais mas acolheremos muito calorosamente tais alterações.

Por último, gostaria de saudar este debate que mostra o empenho do Parlamento na inclusão das comunidades marginalizadas. É um passo em frente no apoio a uma Europa 2020 aberta e inclusiva. Penso que poderemos contar com as autoridades nacionais e regionais para utilizarem bem estes novos meios.

Lambert van Nistelrooij, relator. – (NL) Sinto-me extraordinariamente satisfeito com o apoio e a criatividade, mas, neste momento, desejo, não obstante, salientar que ainda não atingimos o nosso objectivo; de facto, estamos a adoptar o enquadramento, mas os critérios devem ainda ser definidos, o que é particularmente entusiasmante, porque se pode fazer tudo com dinheiro, mesmo as coisas erradas, e eu tenho algumas preocupações nessa matéria. Isto é algo que não deixarei de recordar ao novo Comissário, assim como ao Conselho.

Um segundo ponto é o facto de se tratar, digamos, de um quadro voluntário. Este quadro é agora oferecido aos Estados-Membros sob a forma de legislação. Não há certeza de que o mesmo também venha a ter prioridade. Neste contexto, peço a informação activa da Comissão Europeia, porque está em causa uma posição de princípio. Hoje, foi-nos dito: "A vossa é a escolha da Europa"; para esta nova Comissão, com um rosto social, é importante o nosso envolvimento activo na realização. Os grupos sociais em questão também devem ser envolvidos na aplicação, porque isso permitir-nos-á obter um produto de melhor qualidade e um resultado mais sustentável.

Gostaria de agradecer a todos, mais uma vez, e conto, amanhã, com um resultado positivo. Permaneceremos atentos e seguiremos a situação no terreno.

Por último, o facto de sermos o primeiro *dossier* legislativo ao abrigo do novo Tratado fica sobretudo a dever-se à prioridade que estabelecemos.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, às 12H00.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Ádám Kósa (PPE), por escrito. – (EN) Acredito sinceramente que a Comissão teve razão em propor a alteração do Regulamento (CE) n.º 1080/2006 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional no que diz respeito à elegibilidade de intervenções no sector da habitação a favor das comunidades marginalizadas. Além disso, penso que o Conselho também percebeu a importância da proposta na medida em que destaca a necessidade de um novo ponto de vista integrado. Na Europa Central, e em especial na Hungria, muitas pessoas com deficiências graves estão a viver em edifícios antigos e delapidados. Muitos locais foram castelos ou mansões antes da Segunda Guerra Mundial, mas o Comunismo esqueceu-os, juntamente com as pessoas

que aí colocou. Sei que muitos grupos desfavorecidos têm circunstâncias e problemas especiais, e acho sinceramente que devemos tomar em conta as consequências da crise económica e financeira. Devíamos apoiar as alterações – de acordo com as perspectivas das partes interessadas civis – que permitam projectos muito melhor integrados que envolvam simultaneamente a indústria da construção civil, o turismo, o mercado de trabalho, o desenvolvimento rural e a integração social. Não podemos deixar que o dinheiro dos contribuintes europeus seja gasto em vias sem saída. Devemos concentrar-nos nas soluções reais.

14. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

15. Encerramento da sessão

(A sessão é suspensa às 20H10)